

3.º CICLO DE ESTUDOS EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

LINGUÍSTICA

Sobre *vós* em português europeu contemporâneo – um retrato baseado em produções e juízos da comunidade estudantil

Marcela Faria

D

2025



Marcela Faria

Sobre *vós* em português europeu contemporâneo – um retrato baseado em produções e juízos da comunidade estudantil

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Ciências da Linguagem (Linguística), orientada pela Professora Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte e pela Professora Doutora Maria Fernanda da Silva Martins.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

a Deus.

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	7
Agradecimentos	8
Resumo e palavras-chave	10
<i>Abstract and keywords</i>	12
Índice de figuras	14
Índice de tabelas e quadros	15
Lista de abreviaturas e siglas	20
Introdução	22
1. Capítulo I – Contextualização do estudo: Vós; Formas de Tratamento; Pragmática (Cortesia), Sociolinguística e Dialetoлогия; Linguística; Humanidade	30
1.1 A Linguística na Humanidade (e a variação e a mudança linguísticas como características intrínsecas das línguas)	31
1.1.1 A mudança linguística	34
1.1.2 A variação linguística	38
1.2 A Pragmática (Cortesia), a Sociolinguística e a Dialetoлогия na Linguística e a relação destes conceitos com o nosso estudo	40
1.2.1. A Pragmática (Cortesia)	41
1.2.1.1. A Pragmática (Cortesia) em PE e o pronome pessoal vós	47
1.2.2. A Sociolinguística	53
1.2.2.1. A Sociolinguística em PE e o pronome pessoal vós	57
1.2.3. A Dialetoлогия	61
1.2.3.1. A Dialetoлогия em PE e o pronome pessoal vós	62
1.3 Formas de Tratamento	77
1.3.1. Formas de Tratamento em PE	82
1.3.1.1. O pronome pessoal vós	89
1.3.1.1.1. Vós 2PP – um interlocutor plural	91
1.3.1.1.1.1. Vós nos Açores	109
1.3.1.1.1.2. Vós na Madeira	111
1.3.2 As FT e o Ensino	113
1.3.2.1 Vós no ensino (obrigatório) de PLM	119
1.3.2.1.1 Vós em manuais de PLM	121
1.3.2.1.1.1 2.º ano	122
1.3.2.1.1.2 10.º ano	123

1.3.2.2 Vós no ensino de PLNM	126
1.3.2.2.1 Vós em manuais de PLNM	127
1.4 Síntese do Capítulo I	128
2. Capítulo II – Metodologia	131
2.1 Método selecionado para a recolha dos dados e tipo de análise	131
2.2 Meios e procedimentos de recolha	136
2.3 Períodos da recolha dos dados	138
2.4 A amostra	139
2.4.1 Participantes do ensino obrigatório	139
2.4.2 Participantes do ensino superior	142
2.5 O instrumento de inquirição	143
2.5.1 A construção do questionário	144
2.5.2 A testagem do questionário	145
2.5.3 As autorizações para a aplicação do questionário	146
2.5.4 O questionário para o ensino obrigatório (4.º e 12.º anos) – conteúdo, objetivos, validação das respostas	147
2.5.5 O questionário para o ensino superior – conteúdo, objetivos, validação das respostas	156
2.6 Organização e tratamento dos dados recolhidos	157
2.7 Síntese do Capítulo II	160
3. Capítulo III – Resultados e Discussão	161
3.1 Questionário no ensino obrigatório	161
3.1.1 Perspetiva geral no ensino obrigatório	161
3.1.1.1 Produções (perguntas 1., 2. e 3. do questionário)	162
3.1.1.2 Juízos (perguntas 4. e 5. do questionário)	178
3.1.1.3 As combinatórias mais frequentes contendo pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de <i>com</i>) ou FTV de apenas um dos paradigmas no ensino obrigatório	183
3.1.2 Análise das variáveis binárias	184
3.1.2.1 Ensino (público/privado)	185
3.1.2.2 Sexo (feminino/masculino)	186
3.1.2.3 Idade/escolaridade (4.º / 12.º)	189
3.1.2.4 Convivência com avós (pouca/muita)	193
3.1.2.5 Frequência de catequese (sim/não)	193
3.1.3 Uma análise tomando a variável distrito	195

3.1.3.1 Algumas notas sobre os resultados nos Açores	203
3.1.3.2 Algumas notas sobre os resultados na Madeira	205
3.2 Questionário no ensino superior	208
3.2.1 Perspetiva geral no ensino superior	208
3.2.1.1 Produções (perguntas 1., 2. e 3. do questionário)	208
3.2.1.2 Juízos (perguntas 4. e 5. do questionário)	216
3.2.1.3 As combinatórias mais frequentes contendo pronomes (nominativos ou complemento de preposição diferente de <i>com</i>) ou FTV de apenas um dos paradigmas no ensino superior	220
3.3 Algumas nótulas gerais à margem dos dados recolhidos	221
3.4 Síntese do Capítulo III	222
Considerações finais	226
Referências bibliográficas	239
Anexos	259
Questionário aplicado aos estudantes do ensino obrigatório (4.º e 12.º anos)	259
<i>Ranking</i> consultado para a seleção das escolas	262
Quadro com informações sobre as escolas contactadas	262
Notas para a aplicação do questionário em papel enviadas aos docentes	263
Imagens do ecrã de parte do documento <i>Excel</i> com a organização das respostas dos informantes do ensino obrigatório	264
Resultados do tratamento dos dados recolhidos no EO com recurso ao SPSS	265
Questionário aplicado aos estudantes do ensino superior (<i>link</i> , imagens do ecrã)	288
Imagem do ecrã de parte do documento <i>Excel</i> do <i>google docs</i> com as respostas dos informantes do ensino superior	293
Imagem do ecrã de parte do documento <i>Excel</i> criado após reorganização do documento <i>Excel</i> do <i>google docs</i>	293
Texto enviado nos <i>e-mails</i> para as instituições de ensino superior	293
Apêndices	295
Comentário (escrito) de um docente que aplicou o questionário	295
Comentário de um encarregado de educação	295
Comentários de informantes do ensino obrigatório	295

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que o presente trabalho/tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico. Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (*chatbots* baseados em grandes modelos de linguagem) para a realização da presente tese.

I hereby declare that this thesis is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence. I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out this thesis.

Porto, 2025.
Marcela Faria

Agradecimentos

Às minhas orientadoras. À Professora Isabel Margarida, além de um sem fim de ajudas técnicas importantíssimas (leituras, releituras, referências, sugestões, comentários, etc.), agradeço muito por se mostrar sempre disponível e, sobretudo, pela alegria das conversas. Acredito que já não nos cruzamos com um vós sem que pensemos em trocar impressões entusiasmadas sobre isso. Por tão amavelmente me ter orientado, o meu sincero agradecimento. À Professora Fernanda Martins, um muito obrigado pela pronta disponibilidade em coorientar este trabalho, pelas palavras de apoio, pelo suporte bibliográfico na metodologia e pela ajuda com o SPSS.

Muito obrigada a ambas por toda a atenção.

Diante da impossibilidade de apresentar agradecimentos particulares a todos os estudantes, professores, diretores e funcionários que me ajudaram neste projeto, deixo um fortíssimo agradecimento coletivo. (Como prometido, um agradecimento especial ao Dr. Hilário de Sousa, pela simpatia e disponibilidade demonstradas desde o primeiro momento, nomeadamente com a redação da carta de suporte.)

Os meus agradecimentos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (Bolsa de Doutoramento 2022.09541.BD), ao DEPER (à Professora Zulmira Santos e ao Professor Francisco Topa) e ao CLUP (ao Professor Rui Sousa-Silva, um muito obrigado pelas palavras de incentivo e pela constante disponibilidade). Um agradecimento também à Cláudia, à Laura e à Marlene, da Biblioteca da FLUP, e à Paula, do CLUP.

Aos Professores que tive a oportunidade de rever neste ciclo – Professora Alexandra Guedes Pinto, Professora Ana Maria Brito, Professora Fátima Oliveira, Professora Fátima Silva, Professor João Veloso (muito obrigada pela carta de recomendação), Professora Maria Clara Barros (muito obrigada pela carta de recomendação) e Professora Maria da Graça Castro Pinto, muito obrigada. (Às Professoras Ana Maria Brito, Fátima Oliveira e Maria da Graça Castro Pinto, um cumprimento especial pela felicidade de ter voltado a tempo de as reencontrar.) Os meus agradecimentos também à Professora Maria Luísa Malato e à Professora Hermínia. Duas referências perenes. Um muito obrigado, ainda, aos Professores da UP e de outras instituições de ensino superior que me ajudaram de alguma forma (partilha de contactos, artigos, livros, teses, etc.) nestes últimos anos e

aos meus colegas e amigos do DCL e aos externos à FLUP que me apoiaram em algum momento desta jornada (entre outros, por ajudas específicas: à Ana, à Andreia, à Ângela, à Bárbara, à Blanca, à Carla, ao Carlos, à Catarina, ao Francisco, à Joana, à Manuela, à Margarida, à Melita, à Natália, ao Nuno (muitíssimo obrigada pela ajuda com as fórmulas no *Excel* e pela consultoria matemática), à Olga (muito obrigada pela leitura), ao Pedro, à Rute (muito obrigada pela leitura), à Sara e à Sofia).

À minha família.

Remetendo para a dedicatória, o maior agradecimento: a Deus, certeza que não requer razão nem fé. Por tudo e para sempre.

Apoios institucionais:



Resumo

Tendo em conta a importância que as Formas de Tratamento (FT) assumem nas dinâmicas de comunicação das sociedades, e partindo de um enquadramento teórico no qual refletimos sobre Variação e Mudança, Cortesia, Sociolinguística e Dialetologia, este trabalho tem como objetivo apresentar dados e consequentes reflexões que contribuam para um ponto de situação parcial do uso/desuso do pronome *vós* em português europeu contemporâneo (PEC). Dado o interesse de uma reflexão sobre as FT no Ensino, tomamos, como base de trabalho, produções e juízos de uma amostra da comunidade estudantil (1301 informantes). Além de algumas perguntas mais concretas, lançamos cinco hipóteses nulas (sobre a inexistência de relação entre determinadas variáveis e produções e juízos sobre *vós*). A análise dos dados leva-nos não só a rejeitar as hipóteses como a apresentar as seguintes observações retratísticas: *vós* apresenta alguma vitalidade em PEC na posição de complemento de preposição (nomeadamente em contextos não informais); atesta-se não só o decréscimo efetivo do seu uso como sujeito como também das respetivas formas verbais; construções como *Vós sois fantásticos* são associadas, por falantes mais jovens, a um juízo de estranheza, enquanto, por falantes mais velhos, são associadas a produções diatópicas; verifica-se grande vitalidade das suas formas canónicas em posição de dativo e acusativo (*vos*) e genitivo (*vosso(s)/vossa(s)*) – exemplificada, aliás, pela preferência maioritária por construções híbridas como *Vou dar-vos as folhas que têm de ler*; constata-se a demarcação geográfica (norte do país) do seu uso como forma de alocução plural informal. Comprovada a complexidade referida na literatura, cremos que os dados permitem considerar, por um lado, que estamos ainda a viver a mudança a favor do pronome de 3PP resultado da variação *vós/vocês* em contexto T (a consolidar-se progressivamente nas zonas mais a norte); por outro, que vivemos uma realidade transversal não linear, na qual ocorre tanto o uso do pronome reto de 3PP como o do pronome reto de 2PP. Entendemos que esta flutuação emerge, resultado das mudanças sociais, de uma atribuição de graus de formalidade distintos a determinadas situações de comunicação não informais (mais formalidade, tendencialmente por informantes mais velhos, com algumas ocorrências de *vós*; menos formalidade, pelos mais jovens, com mais ocorrências de *vocês*). Considerando o cenário descrito, defendemos a

importância de os estudantes (tanto os de português língua materna (PLM) como os de português língua não materna (PLNM), mas mais incisivamente os primeiros) serem, no contexto das FT, mais sustentadamente esclarecidos sobre as especificidades do uso hodierno de vós em PEC, almejando-se com isso um esbatimento das suas eventuais dificuldades neste âmbito inescapável.

Palavras-chave: vós; formas de tratamento; comunidade estudantil; português europeu contemporâneo.

Abstract

This work aims to gather data and corresponding critical reflections on the state of play of the use/disuse of the Portuguese pronoun *vós* in Contemporary European Portuguese, taking into account the significance of Forms of Address on the dynamics of communication in societies. Our theoretical framework is built on linguistic variation and change, politeness, sociolinguistics, and dialectology. Leaned on the particular interest of contributing to critical thinking of Forms of Address and Teaching, our *corpus* consists of the productions and judgements of a sample of students at different levels of the educational community (1301 informers). Besides some specific questions, we introduce five null hypotheses (related to the inexistence of a link between variables and some productions and judgements about *vós*). The data analysis led us not only to the rejection of all the null hypotheses, but also to some portraitist notes: *vós* shows some vitality when it assumes the place of complement of a preposition (namely in non-informal contexts); the use of *vós* and the corresponding verbal forms is decreasing; productions like *Vós sois fantásticos* are associated with a judgement of oddness by the youngest, while it is considered a regionalism by the eldest; the 2PP in dative, accusative, and genitive positions are vigorously used – as we see by the major preference of hybrid constructions like *Vou dar-vos as folhas que têm de ler*; as an informal plural form, *vós* is limited to Northern regions of the country. Our results match the complexity described in the literature, so we believe we might say that, on the one hand, we are still living the change from *vós* to *vocês* in informal contexts (getting progressively more solid in the Northern regions) and, on the other hand, we are dealing with a transversal and non-linear reality where *vós* and *vocês* may emerge. We believe this undefinition comes from social changes that led to the attribution of different levels of formality in non-informal contexts (higher formality typically by older people, with some occurrences of *vós*; lower formality by the youngest, with a preference for *vocês* productions). Considering all the above mentioned, we argue that it is indeed important that, in respect to forms of address, students are elucidated about the specificities of the actual current use of *vós* in Contemporary European Portuguese (students of Portuguese as native language and students of Portuguese as a non-native language, nonetheless more accurately in the first type). We hope that enlightenment may

contribute to dissipate potential doubts about this inevitable subject.

Keywords: vós; forms of address; educational community; contemporary European Portuguese.

Índice de figuras

Figura 1 – Carta Dialetológica do Continente Português	64
Figura 2 – Mapa apresentado na “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”	72
Figura 3 – Reprodução do mapa “Dialetos portugueses segundo L. Cintra (adaptado de Cintra 1971)”	73
Figura 4 – Reprodução do Mapa “Extensión de vocês por vós (1930-1990-2020)”	76
Figura 5 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 0”	97
Figura 6 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 1”	97
Figura 7 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 2”	97
Figura 8 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 0”	98
Figura 9 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 1”	98
Figura 10 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 2”	99
Figura 11 – Reprodução do gráfico “Posesivos, según zonas del ALPI”	99
Figura 12 – Reprodução de um quadro sobre hierarquia de extensão da 3PP	100
Figura 13 – Reprodução do mapa “Extensión de vocês y la 3pl en el portugués europeo contemporáneo”	100
Figura 14 – Imagem do questionário em papel (pergunta 1.)	151
Figura 15 – Imagem do questionário em papel (pergunta 2.)	152
Figura 16 – Imagem do questionário em papel (pergunta 3.)	153
Figura 17 – Imagem do questionário em papel (pergunta 4.)	154
Figura 18 – Imagem do questionário em papel (pergunta 5.)	155
Figura 19 – Página 1 do questionário, primeira folha (folha A5, frente)	259
Figura 20 – Página 2 do questionário, segunda folha (folha A4, frente)	260
Figura 21 – Página 3 do questionário, segunda folha (folha A4, verso)	261

Índice de tabelas e quadros

Tabela 1 – Participantes do ensino obrigatório considerando as variáveis binárias	139
Tabela 2 – Participantes do ensino obrigatório considerando o distrito	140
Tabela 3 – Participantes do ensino superior	143
Tabela 4 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório	162
Tabela 5 – Produções de FT dos paradigmas de <i>vós</i> (FT canónicas de 2PP), de <i>vocês</i> (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório	165
Tabela 6 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório	166
Tabela 7 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório	167
Tabela 8 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório	168
Tabela 9 – Produções de FT dos paradigmas de <i>vós</i> (FT canónicas de 2PP), de <i>vocês</i> (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório	173
Tabela 10 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório	174
Tabela 11 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório	175
Tabela 12 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório	176
Tabela 13 – Percentagens das produções nas perguntas 2. e 3. do questionário no ensino obrigatório	178
Tabela 14 – Juízos sobre <i>vós</i> e <i>vocês</i> e <i>convosco</i> e <i>com vocês</i> na pergunta 4. do questionário no ensino obrigatório	179
Tabela 15 – Juízos sobre produções híbridas e não híbridas na pergunta 5. do questionário no ensino obrigatório	181
Tabela 16 – Combinatórias das produções de pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de <i>com</i>) ou FTV de apenas um dos paradigmas (Pergunta 1 + Pergunta 2 + Pergunta 3) no ensino obrigatório	183
Tabela 17 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>ensino</i>	185
Tabela 18 – Cruzamento da variável <i>ensino</i> e a produção de <i>vós + V2PP</i> em duas alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório	186
Tabela 19 – Cruzamento da variável <i>ensino</i> e a consideração da construção híbrida como a mais normal nos dados recolhidos no ensino obrigatório	186
Tabela 20 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>sexo</i>	187
Tabela 21 – Cruzamento da variável <i>sexo</i> e a produção de <i>vós + V2PP</i> nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório	187
Tabela 22 – Cruzamento da variável <i>sexo</i> e a associação da produção <i>Vós sois fantásticos</i> a pessoas mais velhas nos dados recolhidos no ensino obrigatório	187
Tabela 23 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>idade/escolaridade</i>	189
Tabela 24 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> e a produção de <i>vós + V2PP</i> nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório	189
Tabela 25 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com a produção explícita de <i>vós</i> num contexto (mais) formal nos dados recolhidos no ensino obrigatório	190
Tabela 26 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com a associação de <i>Vós sois fantásticos</i> ao juízo <i>estranha</i> nos dados recolhidos no ensino obrigatório	190

Tabela 27 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> e a associação de <i>Vós sois fantásticos</i> ao juízo <i>baixa escolaridade</i> nos dados recolhidos ensino obrigatório	191
Tabela 28 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com a associação de <i>Vós sois fantásticos</i> ao juízo <i>mais velhos</i> nos dados recolhidos no ensino obrigatório	191
Tabela 29 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com o entendimento da construção híbrida como <i>mais normal</i> nos dados recolhidos no ensino obrigatório	192
Tabela 30 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com a associação da construção canónica de 2PP ao juízo <i>mais estranha</i> nos dados recolhidos no ensino obrigatório	192
Tabela 31 – Cruzamento da variável <i>idade/escolaridade</i> com a associação da construção canónica de 3PP ao juízo <i>mais estranha</i> nas respostas no ensino obrigatório	192
Tabela 32 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>convivência com avós</i>	193
Tabela 33 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>frequência de catequese</i>	194
Tabela 34 – Cruzamento da variável <i>frequência de catequese</i> e a produção de <i>vós + V2PP</i> nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário no ensino obrigatório	194
Tabela 35 – Resultados do SPSS relativamente à variável <i>distrito</i>	196
Tabela 36 – Os cinco distritos nos quais há mais produções de <i>vós + V2PP</i> como plural sistémico de <i>tu</i>	197
Tabela 37 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de estranheza a <i>Vós sois fantásticos</i>	198
Tabela 38 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de regionalismo a <i>Vós sois fantásticos</i>	198
Tabela 39 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de baixa escolaridade a <i>Vós sois fantásticos</i>	199
Tabela 40 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam <i>Vós sois fantásticos</i> a falantes mais velhos	200
Tabela 41 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção híbrida como a mais normal	201
Tabela 42 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção canónica de 2PP como a mais estranha	202
Tabela 43 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção canónica de 3PP como a mais estranha	202
Tabela 44 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório nos Açores	203
Tabela 45 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório nos Açores	203
Tabela 46 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório nos Açores	203
Tabela 47 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório nos Açores	204
Tabela 48 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório nos Açores	204
Tabela 49 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório na Madeira	206
Tabela 50 – Produções de FTV2PP e de FTV3PP na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório na Madeira	206
Tabela 51 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório na Madeira	206
Tabela 52 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório na Madeira	206
Tabela 53 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório na Madeira	207

Tabela 54 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4) do questionário no ensino superior	208
Tabela 55 – Produções de FT dos paradigmas de <i>vós</i> (FT canónicas de 2PP), de <i>vocês</i> (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 2. do questionário no ensino superior	210
Tabela 56 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 2. do questionário no ensino superior	210
Tabela 57 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 2. do questionário no ensino superior	211
Tabela 58 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino superior	212
Tabela 59 – Produções de FT dos paradigmas de <i>vós</i> (FT canónicas de 2PP), de <i>vocês</i> (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 3. do questionário no ensino superior	213
Tabela 60 – Produções de FT Verbais ou FT Pronominais em resposta à pergunta 3. do questionário no ensino superior	213
Tabela 61 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 3. do questionário no ensino superior	214
Tabela 62 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino superior	215
Tabela 63 – Juízos sobre <i>vós</i> e <i>vocês</i> e <i>convosco</i> e <i>com vocês</i> na pergunta 4. do questionário no ensino superior	217
Tabela 64 – Juízos sobre produções híbridas e não híbridas na pergunta 5. do questionário no ensino superior	219
Tabela 65 – Combinatórias das produções de pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de <i>com</i>) ou FTV de apenas um dos paradigmas (Pergunta 1 + Pergunta 2 + Pergunta 3) no ensino superior	220
Tabela 66 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (produções – perguntas 1., 2. e 3. do questionário)	223
Tabela 67 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (juízos – pergunta 4. do questionário)	223
Tabela 68 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (juízos – pergunta 5. do questionário)	224
Tabela 69 – Distrito x 1-Prod1.1	265
Tabela 70 – Distrito x 1-Prod1.2	265
Tabela 71 – Distrito x 1-Prod1.3	266
Tabela 72 – Distrito x 1-Prod1.4	266
Tabela 73 – Ensino x 1-Prod1.1	267
Tabela 74 – Ensino x 1-Prod1.2	267
Tabela 75 – Ensino x 1-Prod1.3	268
Tabela 76 – Ensino x 1-Prod1.4	268
Tabela 77 – Sexo x 1-Prod1.1	268
Tabela 78 – Sexo x 1-Prod1.2	268
Tabela 79 – Sexo x 1-Prod1.3	269
Tabela 80 – Sexo x 1-Prod1.4	269
Tabela 81 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.1	269
Tabela 82 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.2	269
Tabela 83 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.3	270
Tabela 84 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.4	270
Tabela 85 – Convivência com avós x 1-Prod1.1	270
Tabela 86 – Convivência com avós x 1-Prod1.2	270
Tabela 87 – Convivência com avós x 1-Prod1.3	271
Tabela 88 – Convivência com avós x 1-Prod1.4	271
Tabela 89 – Catequese x 1-Prod1.1	271

Tabela 90 – Catequese x 1-Prod1.2	272
Tabela 91 – Catequese x 1-Prod1.3	272
Tabela 92 – Catequese x 1-Prod1.4	272
Tabela 93 – Distrito x 2-FTPOblPrep2PP	272
Tabela 94 – Ensino x 2-FTPOblPrep2PP	273
Tabela 95 – Sexo x 2-FTPOblPrep2PP	273
Tabela 96 – Idade/escolaridade x 2-FTPOblPrep2PP	274
Tabela 97 – Convivência com avós x 2-FTPOblPrep2PP	274
Tabela 98 – Catequese x 2-FTPOblPrep2PP	274
Tabela 99 – Distrito x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	274
Tabela 100 – Ensino x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	275
Tabela 101 – Sexo x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	275
Tabela 102 – Idade/escolaridade x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	275
Tabela 103 – Convivência com avós x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	276
Tabela 104 – Catequese x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)	276
Tabela 105 – Distrito x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	276
Tabela 106 – Ensino x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	277
Tabela 107 – Sexo x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	277
Tabela 108 – Idade/escolaridade x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	277
Tabela 109 – Convivência com avós x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	278
Tabela 110 – Catequese x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)	278
Tabela 111 – Distrito x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	278
Tabela 112 – Ensino x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	279
Tabela 113 – Sexo x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	279
Tabela 114 – Idade/escolaridade x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	279
Tabela 115 – Convivência com avós x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	280
Tabela 116 – Catequese x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)	280
Tabela 117 – Distrito x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	280
Tabela 118 – Ensino x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	281
Tabela 119 – Sexo x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	281
Tabela 120 – Idade/escolaridade x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	281
Tabela 121 – Convivência com avós x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	281
Tabela 122 – Catequese x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)	282
Tabela 123 – Distrito x 5-J1 (construção híbrida – mais normal)	282
Tabela 124 – Ensino x 5-J1 (construção híbrida – normal)	283
Tabela 125 – Sexo x 5-J1 (construção híbrida – normal)	283
Tabela 126 – Idade/escolaridade x 5-J1 (construção híbrida – normal)	283
Tabela 127 – Convivência com avós x 5-J1 (construção híbrida – normal)	283
Tabela 128 – Catequese x 5-J1 (construção híbrida – normal)	284
Tabela 129 – Distrito x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	284
Tabela 130 – Ensino x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	285
Tabela 131 – Sexo x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	285
Tabela 132 – Idade/escolaridade x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	285
Tabela 133 – Convivência com avós x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	285
Tabela 134 – Catequese x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)	286
Tabela 135 – Distrito x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)	286
Tabela 136 – Ensino x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)	287
Tabela 137 – Sexo x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)	287

Tabela 138 – Idade/escolaridade x 5-K2 (construção canónica de 3PP – estranha)	287
Tabela 139 – Convivência com avós x 5-K2 (construção canónica de 3PP – estranha)	287
Tabela 140 – Catequese x 5-K2 (construção canónica de 3PP – estranha)	288
Quadro 1 – Reprodução, com adaptações, do quadro apresentado em Cook (2013)	49
Quadro 2 – Reprodução, com adaptações, do quadro “Current system of second-person pronouns in European Portuguese”- Sistema atual dos pronomes de segunda pessoa do plural em PE	49
Quadro 3 – Reprodução, com adaptações, do quadro “Plural pronominal forms in EP” – Formas pronominais plurais em português europeu	49
Quadro 4 – Série pronominal canónica de <i>vós</i>	105
Quadro 5 – Série pronominal canónica de <i>vocês</i>	105
Quadro 6 – Série gramatical de <i>vocês</i> , tendo em conta “o quadro que representa de maneira mais completa o sistema de pronomes do português” em Raposo (2013, p. 902)	105
Quadro 7 – Quadro-resumo da relação significativa ou não significativa (não signif.) entre as variáveis binárias e produções e juízos	195
Quadro 8 – Quadro-resumo da relação significativa (signif.) e não significativa (não signif.) entre variáveis e produções e juízos no âmbito das perguntas 1 a 12 (formuladas em 3.1.2.)	224

Lista de abreviaturas e siglas

PA – português angolano
PB – português brasileiro
PE – português europeu
PM – português moçambicano
PEC – português europeu contemporâneo
(P)LM – (português) língua materna
(P)LNM – (Português) língua não materna
F – feminino
M – masculino
S – sim
N – não
EO – ensino obrigatório
ES – ensino superior
Pub. – ensino público
Priv. – ensino privado
2PS – segunda pessoa do singular
2PP – segunda pessoa do plural
3PS – terceira pessoa do singular
3PP – terceira pessoa do plural
SUJ – sujeito
V – verbo
V2PP – verbo na segunda pessoa do plural
V3PP – verbo na terceira pessoa do plural
FT – formas de tratamento
FTV – forma(s) de tratamento verbal
FTP – forma(s) de tratamento pronominal
FTV2PP – forma(s) de tratamento verbal de 2PP (Ex: sois, sede, etc.)
FTV3PP – forma(s) de tratamento verbal de 3PP (Ex: são, sejam, etc.)
FTPNom2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP nominativo (vós)
FTPNom3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 3PP nominativo (vocês)
FTPGenit2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP genitivo (vosso/s, vossa/s)
FTPGenit3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 3PP genitivo (seu/s, sua/s)
FTPDat2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP dativo (vos)
FTPDat3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 3PP dativo (lhes)
FTPReflex2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP reflexo (vos)
FTPReflex3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 3PP reflexo (se)
FTPAcus2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP acusativo (vos)
FTPAcus3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 3PP acusativo (os/as)
FTPOblPrep2PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP oblíquo (por exemplo, para vós, a vós, sem vós, com todos vós, graças a vós, etc.)
FTPOblPrep3PP – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP oblíquo (por exemplo, para vocês, a vocês, sem vocês, com todos vocês, graças a vocês, etc.);
FTPObl-convosco – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP oblíquo – convosco
FTPObl-com vocês – forma(s) de tratamento pronominal de 2PP oblíquo – com vocês
SPSS – programa *Statistical Package for the Social Sciences*
gl – graus de liberdade

Estudar uma língua é tarefa para toda a vida.
Ilari (2013, p. 65)

Introdução

O desígnio final da linguagem é a comunicação. Recordando Leite de Vasconcelos: “(...) uma língua serve sobretudo para o homem se fazer compreender dos outros. (...)” (Vasconcelos, 1928a, p. 339). Entendemos que Leite de Vasconcelos refere “sobretudo”, porque “a comunicação não é nem a única, nem a mais importante das funções da linguagem” (Fonseca, 2000, p. 37). “À urgência de comunicar sobrepõe-se a urgência de configurar cognitivamente o mundo, de conseguir dar forma àquele "excesso referencial" que passa para além da relação linear e transparente que se pensa que existe (mas não existe) entre as palavras e os objectos, entre a linguagem e o mundo.”, acrescenta a autora.

Não obstante, somos animais sociais (cf. Aristóteles, 1977 [350a.C.], pp. 7-8) e passamos mensagens aos outros elementos da espécie. Entre várias formas de comunicação, usamos as línguas, sistemas regrados, concretizados, fonética¹ (na sua maioria) e (em alguns casos, não em todas as línguas, como sabemos) graficamente.² Lembrando Benveniste (1971 [1966], p. 220) e a “conversão de linguagem em discurso”, recordamos que há sempre um *Eu* a dirigir-se a um *Tu*, num dado *local* e num determinado *tempo*. Ora, esse *Eu* e esse *Tu* tanto podem corresponder a entidades singulares do mundo real como a entidades plurais. Por conseguinte, podemos ter uma pessoa que se dirige a outra pessoa, uma pessoa que se dirige a várias pessoas, várias pessoas que se dirigem a uma pessoa e várias pessoas que se dirigem a várias pessoas. Respetivamente, e seguindo a pronominalização indicada, por exemplo, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha & Cintra, 2017 [1984]) um *Eu* que se dirige a um *Tu*, um *Eu* que se dirige a um *Vós*, um *Nós* que se dirige a um *Tu* e um *Nós* que se dirige a um *Vós*.

Neste trabalho (reféns da necessidade de concretização do estudo num tempo pré-determinado; como, no limite, todos os autores em todos os trabalhos), consideraremos a parte plural das relações acima referidas e focar-nos-emos num problema que há já algum tempo recebera a nossa atenção empírica como falantes (e que também tem captado a atenção de outros falantes, independentemente de terem formação

¹ “Em toda a sua história, a Linguística sempre esteve atravessada pela ideia de que a língua falada é a manifestação primordial da linguagem e seu objeto primeiro de estudos.” (Castilho, 2021, p. 3)

² Além de fonética e graficamente, também por gestos, como, por exemplo, a Língua Gestual Portuguesa (LGP) ou a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

linguística, considerando, por exemplo, as diversas discussões sobre o tema em caixas de comentários de *sites* de informação e redes sociais – cf., por exemplo, Marques & Duarte, 2019): Num contexto em que um locutor se dirige a um interlocutor plural, que produções linguísticas se formulam? *Vós...? Vocês...? São...? Sois...? Vou/Vamos dar-vos...? Vou/vamos dar-lhes...? Gostei/Gostámos muito de estar aqui convosco? Gostei/Gostámos muito de estar aqui com vocês?*

Nas oposições referidas, notamos claramente a diferença linguística entre produções da série tradicional do pronome *vós*, 2PP – *sois, vos, convosco* – e produções da série de *vocês*, 3PP gramatical usada como 2PP semântica – *são, lhes, com vocês* (cf., por exemplo, Raposo, 2013, p. 900).

Todos os exemplos acima criados estão disponíveis no sistema linguístico do português europeu contemporâneo (PEC), mas é interessante refletirmos sobre a concretização de uns e de outros. O registo formal ou informal será relevante na escolha do falante? Tal como o nosso conhecimento empírico, a literatura diz-nos que sim (cf., por exemplo, Jucker & Taavitsainen, 2003, p. 2; Martins, 2016, p. 14; Bazenga, 2017, p. 5). Então importa que aos falantes, nomeadamente no estudo da língua, sejam apresentadas essas particularidades, as particularidades atuais pelas quais se rege uma ou outra produção. E haverá casos (para alguns falantes, de gramaticalidade discutível) nos quais surjam, por exemplo, formas de ambas as séries numa mesma construção frásica? A literatura mostra que sim (cf., por exemplo, Bacelar do Nascimento, 2013, p. 2713 ou Aguiar & Paiva, 2017, p. 147). Esses casos que reflexão sobre mudança linguística possibilitarão? E que juízos serão feitos pelos falantes sobre essas produções?

Esta problemática sobre o uso/desuso do pronome pessoal *vós* (e de formas da sua série) tem merecido alguma atenção, não só na Academia como na sociedade em geral, pelo que considerámos que seria interessante que existisse um estudo que apresentasse dados empíricos, e consequente análise, com o intuito de se criar um género de retrato (ainda que limitado pela natureza dos dados) de *vós* em PEC. Percebendo-se melhor em que contexto(s) surgem as produções de *vós* e de formas canónicas da série e tomando-se em consideração alguns juízos feitos pelos falantes, essa descrição poderá permitir que reflitamos sobre este assunto, por um lado, no âmbito do ensino obrigatório de português, e, por outro, no âmbito do ensino de português língua não materna.

Em relação ao ensino obrigatório, contribuindo para a definição de um estudo frutífero do tema “Formas de Tratamento”, dado que esta matéria é essencial para o desenvolvimento da consciência socio-comunicativa dos estudantes. Esse robustecimento é relevante nos ciclos obrigatórios, resultado do dever intrínseco de um ensino universal com uma formação de base niveladora, isto é, independentemente dos contextos sociais ou regionais de origem, espera-se que a escola apresente soluções para a mitigação de diferenças inexoráveis de partida (cf., por exemplo, Barros, 1997, p. 98), que, a não serem atenuadas (ou mesmo dirimidas), resultam na perda de oportunidades, por exemplo (não só, mas também) no futuro profissional dos estudantes.

No que diz respeito ao ensino de português língua não materna,³ é fundamentalmente importante devido às conhecidas dificuldades por que passam os aprendentes estrangeiros de português (cf., entre outros, Carreira, 2002).

Para termos algumas respostas, e por não ser possível, em tempo útil, fazer uma recolha de dados de tal forma abrangente (por exemplo no que toca a diversas áreas de atividade profissional) que pudesse representar a totalidade dos falantes nativos de PEC, entendemos que deveríamos prestar o nosso contributo de investigação considerando uma parte desses falantes e, nessa parte, recolher dados de produções e juízos não apenas sobre o pronome pessoal *vós*, mas também sobre outras formas canónicas do paradigma (isto em hipotético confronto com o pronome *vocês*, genericamente assumido como o pronome que veio substituir *vós* – cf. Capítulo I; e, por exemplo, Rodrigues Lapa, 1984 [1970], p. 154; Lara Bermejo, 2012, p. 57; Segura, 2013, p. 130; entre outros). Decidimos, então, focar a nossa investigação na comunidade estudantil e dela extrair uma amostra (cf. Capítulo II - *Metodologia*). Desde já, esclarecemos que a escolha desta comunidade prendeu-se essencialmente com dois fatores: primeiro, o facto de os mais novos serem efetivamente o futuro da língua (ou melhor, o futuro em geral) e de, remetendo, entre outros, para Osgood e Sebeok (1954, p. 155) *apud*

³ Usamos, ao longo do trabalho, “português língua não materna” por se abarcarem nesta definição todas as realidades nas quais o português não é língua materna, ou seja, nas palavras de Mateus e Villalva (2007), “língua que se fala em torno de uma criança durante os primeiros anos de vida e através da qual ela adquire o uso da língua” (Mateus & Villalva, 2007, p. 98). Sobre a discussão terminológica relativa às especificidades das considerações *língua não materna*, *língua estrangeira*, *língua segunda*, entre outras, ver, por exemplo, Flores (2013) e Pinto (2013).

Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 114), a mudança linguística poder notar-se essencialmente no confronto dessa camada etária com os mais velhos (mudança em tempo aparente; cf., por exemplo, Paiva & Lamoglia Duarte (2003, p. 179)⁴ e Coelho *et al.* (2010, p. 100)); segundo, por ser nosso objetivo, como referimos atrás, apresentar uma reflexão útil no âmbito do ensino de português (como língua materna, no contexto do ensino obrigatório, e como língua não materna, num contexto geograficamente mais abrangente).

São evidentemente várias as perguntas possíveis ao pensarmos num contexto de comunicação como o que decidimos analisar (locutor → interlocutor 2PP; contexto pragmático-discursivo de alocução – cf. Carreira, 1997). Diante dessa imensidão, e após várias leituras sobre variação, mudança e formas de tratamento, levantaram-se muitas perguntas e ideias sobre possíveis caminhos de investigação. Dentre diferentes abordagens (que seriam igualmente válidas), emergiu a seguinte arrumação: por um lado, numa perspetiva dialetológica, procurar leituras geográficas do uso/desuso do pronome; por outro lado, numa perspetiva sociolinguística, procurar leituras de possíveis relações do uso/desuso com diferentes variáveis sociais (mais concretamente, decidimos considerar: frequência de ensino (obrigatório) privado ou público, sexo dos falantes, idade/escolaridade⁵ (4.º ano, 12.º ano ou ensino superior), frequência de convivência com familiares de gerações mais velhas (avós) e frequência ou não frequência de atividades às quais tradicionalmente se associa o uso do pronome pessoal *vós* (catequese)); e, ainda por outro lado, numa perspetiva pragmática (cortesia),

⁴ No âmbito do problema de transição em Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 184), recordamos sobre os estudos em tempo aparente as palavras de Paiva e Lamoglia Duarte (2003, p. 179): “A predominância de uma determinada variante linguística na fala das pessoas mais jovens coloca o pesquisador frente a duas possibilidades: a) trata-se da instalação gradual de uma nova variante na língua (mudança linguística propriamente); b) trata-se de uma diferenciação linguística etária que se repete a cada geração. Isto é, os falantes de uma língua alteram seu comportamento linguístico ao longo do seu percurso de vida, sem que se observem alterações no sistema (mudança geracional) (...).”

⁵ Uma vez que a recolha em níveis de ensino consideravelmente afastados (4.º ano e 12.º ano) implica obrigatoriamente a diferença de idades, designámos a variável *idade/escolaridade*. Estamos, indubitavelmente, conscientes, da possibilidade de serem variáveis autónomas e de, dessa forma, surgirem em estudos nos quais sejam analisados as produções e/ou os juízos de informantes da mesma idade e com diferentes níveis de escolaridade ou com o mesmo nível de escolaridade e idades distintas. Além do referido, esta decisão de definir a variável como *idade/escolaridade* também resulta de termos decidido recolher dados conjuntamente no ensino superior. No Capítulo II – *Metodologia* deixaremos todas as explicações sobre a seleção dos diferentes níveis.

procurar leituras sobre o uso/desuso deste pronome no âmbito de produções em contexto formal ou informal.

Resultado do intuito de criação de um género de retrato, recolheremos, através de questionário, não só produções como também juízos de falantes de PEC.⁶ Nesse cenário, surgem perguntas nos dois domínios.

Por um lado, em relação às produções: Qual será a construção que os falantes mais produzem se lhes for pedido que reescrevam uma frase passando um sujeito de segunda pessoa do singular para o plural? Num contexto formal, produzirão mais formas das tradicionais séries de *vós* ou de *vocês*? E essas, as que mais produzem, serão verbais ou pronominais? E as pronominais surgirão em que posição sintática? A produção de *vós* estará relacionada com a variação geográfica? A convivência com gerações familiares mais velhas (avós) terá impacto, por exemplo, na produção de formas do paradigma *vós*? O sexo será uma característica relevante nas produções? A frequência de atividades às quais a forma pronominal reta do paradigma se encontra tradicionalmente associada (mais especificamente, a atividade catequese) será relevante nas produções? O tipo de ensino (público ou privado) será relevante nas produções?

Por outro lado, em relação aos juízos: Produções como “*Vós sois fantásticos*” ou “*Eu vou convosco*” causarão estranheza no recetor? Serão, por exemplo, consideradas regionalismos? Haverá produções associadas a indivíduos de determinado grupo etário (mais velhos, mais jovens)? E será que construções híbridas como, por exemplo, “*Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler*” são consideradas mais normais do que construções com formas de apenas um paradigma, como, por exemplo “*Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler*” ou “*Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler*”?

A análise dos dados que recolhermos será feita com o intuito de responder a estas perguntas, todavia, avançando com hipóteses concretas mais abrangentes (no âmbito dos três enquadramentos teóricos do estudo – Pragmática, Sociolinguística e Dialetoлогия) a aceitar ou rejeitar, formulamos as seguintes⁷ hipóteses nulas:

⁶ Apresentamos, desde já, esta ressalva: todo o estudo é feito tendo como base apenas o português europeu e falantes nativos desta variedade.

⁷ Não consideramos a hipótese nula sobre a possível relação entre “variação diafásica” e “juízos” porquanto decidimos estudar apenas o confronto *formal/informal* relativamente às produções. Essa decisão – sobre nos determos somente na diferença de formalidade nas produções – resultou das leituras

A – A variação diatópica não é relevante para as produções de vós em PEC.

B – A variação diatópica não é relevante para os juízos sobre vós em PEC.

C – A variação diastrática não é relevante para as produções de vós em PEC.

D – A variação diastrática não é relevante para os juízos sobre vós em PEC.

E – A variação diafásica não é relevante para as produções de vós em PEC.

Assim, além da obrigatória recuperação⁸ de estudos feitos até à data sobre o pronome pessoal vós em PE, iremos, após a análise dos dados que recolhermos, aceitar ou rejeitar as hipóteses que lançámos e apresentar algumas reflexões sobre produções e juízos feitos atualmente por elementos da comunidade estudantil falante nativa de português europeu. Trata-se, no fundo, de traçar um esboço que funcione como pista sobre a realidade atual da produção e dos juízos sobre o pronome considerado “perdido” há décadas (cf. Rodrigues Lapa, 1984 [1970]); retrato a confirmar, sem dúvida, com mais dados, mais estudos. Não obstante, cremos que este trabalho se mostrará relevante não só como produto científico em Linguística, mas também como efetiva contribuição social, pois que não haverá falante que não tenha passado (ou vá passar) por uma situação em que se tenha questionado sobre como se dirigir a um interlocutor plural. Por conseguinte, sublinhamos o carácter utilitário deste estudo, e esperamos que seja considerado interessante não só por linguistas senão por falantes de português europeu em geral.

Relativamente à estrutura do trabalho, elencamos:

que fizemos sobre o pronome e da ideia, presente em vários autores (cf. por exemplo, Bacelar do Nascimento (2013, p. 2713), Duarte & Marques (2023a, p. 287)), da manutenção da sua produção em PEC em contextos solenes, formais, cerimoniais. Um estudo diafásico para lá do confronto de produções num contexto formal vs. informal obrigaria à criação de diferentes situações de comunicação para apresentação aos informantes, o que levaria a outro tipo de envolvimento por parte destes e a um consequente aumento (bastante considerável, cremos) do tempo de preenchimento. Tal como redigimos o questionário, os informantes têm apenas de se imaginar na posição de dois locutores (um num contexto mais formal – cf. pergunta 2. do questionário; outro num contexto mais informal – cf. pergunta 3. do questionário).

⁸ Embora pretendamos fazer, como apontámos, a obrigatória recuperação do que foi dito, identificamo-nos com o que é referido em Braun (1988, p. v) e temos também como foco principal do nosso projeto a apresentação e análise dos dados recolhidos. Como tal, a revisitação das obras não será exaustiva, mas sintética. No livro de Braun (1988), apesar da ressalva feita pela autora, podem ser encontradas muitas informações relevantes sobre obras relacionadas com as Formas de Tratamento.

No Capítulo I – *Contextualização do estudo: Vós; Formas de Tratamento; Pragmática (Cortesia), Sociolinguística e Dialetoлогия; Linguística; Humanidade* – apresentaremos o arquétipo teórico, avançando inicialmente com um enquadramento mais lato do tema, no qual recuperaremos brevemente alguns conceitos basilares. Entendemos que este posicionamento introdutório mais largo é significativo não só para demonstrarmos a importância científica e prática do trabalho, mas também para contextualizar adequadamente as secções seguintes. Depois desse momento arquetípico, afunilaremos a nossa perspetiva tendo em conta as abordagens que decidimos considerar – dialetológica, sociolinguística e pragmática – e faremos a revisitação teórica mais específica que entendermos ser apropriada, nomeadamente com a recuperação do que está dito sobre o uso/desuso do pronome *vós* em PE. Em síntese, cumprir-se-á, neste capítulo, a tradicional apresentação das bases teóricas e do estado da arte.

No Capítulo II – *Metodologia* – exporemos todas as informações relevantes para uma adequada apresentação da investigação. Da escolha do método selecionado (inquérito por questionário) aos procedimentos efetuados (a seleção das instituições, os meios usados para a obtenção dos dados – em papel no ensino obrigatório e digital no ensino superior), da construção do instrumento de recolha à constituição da amostra (informantes falantes nativos do português europeu, de vários distritos do país, inscritos no 4.º ano ou 12.º ano do ensino obrigatório ou inscritos num curso de Humanidades/Letras no Ensino Superior), partilharemos e justificaremos todas as decisões tomadas na definição do trabalho de recolha, de modo que este possa ser devidamente considerado. Além disso, serão apresentados e explicados os códigos (critérios linguísticos e extralinguísticos) usados na organização dos dados recolhidos e indicadas as opções usadas no tratamento estatístico, nomeadamente a utilização do programa SPSS.

No Capítulo III – *Resultados e Discussão* – exporemos e discutiremos os resultados obtidos. Dada a grande quantidade de leituras a retirar, entendemos que a apresentação dos dados e a sua análise deveriam ser concretizadas numa mesma secção do estudo, evitando, assim, que a cada momento fosse necessário saltar de página em página para se confrontar dados e análise. Com esse desígnio de praticidade em mente,

faremos uma discussão no corpo do texto apoiada em tabelas⁹ como expositores de informação privilegiados.

Na secção *Considerações finais*, justificaremos a rejeição ou a não rejeição das hipóteses nulas formuladas, responderemos às perguntas lançadas e apresentaremos algumas reflexões sobre o que entendermos ser possível retirar-se dos dados analisados. Exporemos também uma reflexão sobre as limitações do projeto e sobre o que poderá ser concretizado num futuro próximo.

As últimas páginas do trabalho são reservadas não só à listagem das obras citadas, ou seja, às nossas *Referências bibliográficas*, mas também à partilha, nas secções *Anexos* e *Apêndices*, de alguns documentos que foram necessários ao longo do trabalho (por exemplo, o questionário e respetivas notas de aplicação) e de comentários de estudantes que participaram no estudo.

⁹ Para evitarmos a repetição, esclarecemos, desde já, que todas as tabelas e todos os quadros que não têm a indicação da fonte são da nossa autoria.

1. Capítulo I – Contextualização do estudo: Vós; Formas de Tratamento; Pragmática (Cortesia), Sociolinguística e Dialetoлогия; Linguística; Humanidade

Apresentamos, como título deste capítulo introdutório, uma enumeração num sentido ascendente de amplitude por considerarmos que, ao analisarmos um assunto dentro de uma determinada área de estudo, é efetivamente esse assunto que devemos nomear primeiramente.

Não obstante, julgamos que importa não esquecer o enquadramento no qual se encaixa o tema, sendo nosso objetivo com esta gradação conceptual não apenas demonstrar e justificar a importância do estudo que fazemos como situá-lo devidamente.

Assim, antes de iniciarmos a recuperação de algumas obras mais diretamente relacionadas com o tema do trabalho e a análise dos dados da nossa investigação, vamos, de seguida e de forma intencionalmente sumária, enquadrar a Linguística (e a mudança e a variação linguísticas como características intrínsecas das línguas) na Humanidade,¹⁰ a Pragmática (mais especificamente no que toca à Cortesia¹¹), a Sociolinguística e a Dialetoлогия na Linguística, as Formas de Tratamento na Cortesia, Sociolinguística e na Dialetoлогия¹² e o pronome pessoal *Vós* nas Formas de Tratamento.

¹⁰ Temos consciência de que as reflexões sobre a última posição da gradação elencada no título podem ser entendidas como estando para lá do que se espera numa tese de doutoramento, por esta já estar intrinsecamente incluída numa determinada área e por todas as teses, no limite, se relacionarem com o conceito de Humanidade. Porém, não quisemos perder a oportunidade de deixar algumas palavras sobre essa ligação, que nos parece tão viva e que muitas vezes encontramos desvanecida fora (e, às vezes, dentro) da Academia.

¹¹ Conhecedores da multiplicidade de termos para a tradução de *politeness*, optámos, tal como Carreira (2014, p. 30), e pela mesma razão, por *cortesia*, em detrimento de, por exemplo, *polidez* ou *delicadeza*. “Com efeito, embora “cortesia” seja o termo comumente adotado na investigação tanto em língua portuguesa, como em língua espanhola (...), também “delicadeza” e “polidez” são termos escolhidos por investigadores portugueses e brasileiros” (Carreira, 2014, pp. 28-29)

¹² Recordamos Bertolotti (2015, p. 5) – “El tratamiento ha sido foco de atención de dialectólogos e historiadores de la lengua y, más modernamente, de sociolingüistas y pragmáticos.” – e Bertolotti (2015, p. 10) – “(...) estos signos que codifican varios y complejos significados, conducen a que sean estudiados desde diversas ópticas”. Na mesma linha, também Manole (2020, p. 199) afirma: “O português, sobretudo a variedade de Portugal, e o romeno evidenciam-se entre as línguas românicas pela riqueza dos inventários das FT (...) o que determina uma abundância de estudos que tentam analisar este fenómeno linguístico, de diferentes perspectivas (diacrónicas, socio-linguísticas, discursivas, etc.).”

Na análise que fizermos no Capítulo III (*Resultados e Discussão*) remeteremos para a recuperação teórica apresentada neste primeiro capítulo.

1.1. A Linguística na Humanidade (e a variação e a mudança linguísticas como características intrínsecas das línguas)

(...) linguistic activity is also social activity.
Briz (2007, p. 5)

A Linguística, ciência com início no século XIX (cf. Mattos e Silva, 1981, p. 83), tem na sua base a tomada de consciência de um objeto, de certa maneira invisível, que é essencial¹³ à vida humana: a linguagem humana na sua concretização em línguas. Dado que é essencialmente através das produções linguísticas (seja em que língua for e em que formato for – escrito, gestual ou oral) que o mundo avança,¹⁴ percebe-se a centralidade de se estudar não só a origem e as regras subjacentes a essas produções linguísticas (se pensarmos na chamada linguística de sistema ou interna) como também as próprias produções como únicas amostras analisáveis (se pensarmos na chamada linguística de uso ou externa). Sem retomarmos aqui décadas de discussão nas delimitações do objeto de estudo da Linguística,¹⁵ mas conscientes delas, parece-nos consensual que, independentemente de quão lata seja entendida a sua abrangência, esta ciência se apresenta legitimada¹⁶ em si mesma com inúmeros exemplos. Aliás, parece-nos – conscientes, contudo, do viés de implicados – que o Mundo tem evoluído num sentido em que a cada dia é mais claro perceber a importância desta ciência.¹⁷ Não obstante, tal poderá ser algo não imediatamente perceptível para todos, pois, como

¹³ Relembramos aqui o que é referido em Duarte (2001, p. 107): “Quando consideramos a linguagem humana como objeto de estudo, abrimos uma janela sobre um dos aspectos mais fascinantes do mundo natural, sobre uma característica definidora por excelência da espécie humana.” e também o que refere Benveniste (1971 [1966], p. 23): “It is, indeed, in and through language that the individual and society define one another. (...) Society is not possible except through language; nor is the individual.”

¹⁴ Com certeza que não ignoramos a importância de outras formas de expressão, contudo, cremos que seja aceitável atribuímos às línguas um lugar central nas relações humanas.

¹⁵ Poderíamos citar variadíssimos autores individualmente, todavia, optamos, pela abrangência da obra, por remeter para *Uma história da Linguística* (tomos I e II) – Bagno (2023a), tomo I, e Bagno (2023b), tomo II.

¹⁶ Como vemos, por exemplo, em Faraco (2001b, pp. 37-38): “Essa ciência — a linguística — já está solidamente estabelecida nas universidades do mundo todo e vem acumulando um saldo apreciável de observações e análises que corroem até o cerne tanto a reverência quase religiosa às velhas gramáticas, quanto o discurso mítico do senso comum.”

¹⁷ Enquadrar-se-ia neste âmbito uma extensa reflexão sobre, por exemplo, o papel da Linguística na Inteligência Artificial e no combate às notícias falsas (*fake news*) e à propagação de discursos de ódio.

lembra Ilari (2013, p. 65): “Estudar a própria língua obriga à tarefa inglória de falar sobre o óbvio, e o óbvio, como sabe qualquer cientista social, é sempre a descrição mais difícil de fazer porque, de tanto ser visto, se torna invisível.”¹⁸ A Linguística prossegue, assim, o, poder-se-á dizer ingrato, caminho de estar (no limite) sempre presente e poucas vezes ser notada.

Relacionando com o trabalho que apresentamos (mais especificamente ligado à Pragmática (Cortesia), Sociolinguística e à Dialectologia e às relações de todas estas subáreas com o Ensino),¹⁹ e das leituras que fizemos, não podemos deixar de recordar, neste curto enquadramento sobre a centralidade da Linguística na Humanidade, o texto “Introdução – Sobre o interesse humano do estudo dos dialectos e falares regionais” da obra *Estudos de Dialectologia Portuguesa* de Lindley Cintra (cf. Cintra 1983a [1971], pp. 7-15). É certo que o autor se exprime numa perspetiva mais filosófica do que propriamente linguística, mas o testemunho é de tal forma vívido que o entendemos como argumento citável para a ligação que aqui pretendemos notar. “Através das palavras que emprega, através das conversas que essas palavras sugerem e provocam, o homem que temos à nossa frente vai-se-nos pouco a pouco desvendando” (Cintra 1983a [1971], p. 10) é uma das frases que, em nosso entender, mais se relacionam com a ideia de que o estudo linguístico engloba bastante mais do que a análise de extrações exatas e delimitadas de produções. Também é isso; é, em grande parte, isso, com certeza que sim, mas é mais do que isso. É tal consciência que nos permite compreender a importância de estudos como este, nos quais se procura recolher e organizar dados empíricos com a expectativa de deles se retirarem observações que possam contribuir

¹⁸ Por curiosidade, a propósito da nossa incapacidade, como espécie, de muitas vezes vermos o que está diante de nós, recordamos, não no âmbito da Linguística, mas da Literatura, as palavras de George Steiner, que dizia que Nabokov, com o romance *Lolita*, “a crée ce qui était déjà là; et crée ce qui était déjà là c’ est un rare miracle (...) c’est lui qui a vu ce que nous ne pouvions pas voir sans lui” (Steiner, 2011) (Episódio que, curiosamente, viemos a reencontrar ao lermos Monteiro (2018, p. 18).)

¹⁹ Sobre a importância da Linguística na formação dos professores de Português, remetemos, por exemplo, para Fonseca (2001, p. 25): “Ora um dos contributos mais marcantes da Linguística, no âmbito do ensino da língua, diz respeito justamente à caracterização e delimitação da língua como objeto de ensino-aprendizagem, que tem estado sempre em correlação, directa ou indirecta, com o esforço teórico da Linguística na caracterização da língua como objeto de estudo científico. Motivação e competência. Será bem importante o papel da Linguística na formação de professores de língua se ajudar a formar professores de Português competentes e motivados, criando e desenvolvendo nos estudantes em formação inicial a capacidade e o gosto de estudar a língua – condição determinante da capacidade e do gosto de a ensinar.”

para melhores condições de comunicação e, possivelmente, em consequência, de vida.²⁰

Subjacente a todos os trabalhos linguísticos – insiram-se eles em correntes mais ou menos restritivas quanto ao que se possa considerar o objeto de estudo desta ciência – está um conceito inegável: o conceito de mudança.

Todos os trabalhos – quer realizados sob uma perspectiva sincrónica, quer realizados sob uma perspectiva diacrónica²¹ – são o resultado da consciência clara da mudança: ou estamos a considerá-la (nos diacrónicos) ou estamos a desconsiderá-la (nos sincrónicos²²). Independentemente da atitude a tomar, não há dúvidas sobre a existência de mudança e da respetiva concretização num *continuum*:

Ao longo de seu tempo histórico, as línguas mudam: há mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e léxico-semânticas. Contudo, a história de uma língua, como a história dos homens, como disse Michel Foucault, «não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros (2000 [1972]: p. 293).» (Mattos e Silva, 2008, p. 41)

Por outras palavras, o mundo vai mudando continuamente, as línguas vão mudando continuamente. No estudo que levamos a cabo neste projeto, tomamos uma perspectiva essencialmente sincrónica, uma vez que pretendemos fazer um retrato atual. Refletindo sobre um momento presente, produzimos, contudo, um trabalho passível de ser comparado com o passado. Assim, o retrato será apenas uma perspectiva sincrónica que, inevitavelmente, sucumbirá diacronicamente, como sucumbiram outros retratos. Tal perecibilidade temporal não invalida, todavia, a sua consideração prática atual e a sua consideração como artefacto histórico futuro.

²⁰ Numa perspectiva menos positiva, mas que serve igualmente como prova de uma relação clara entre produção linguística e condições de vida, poderíamos recordar o episódio citado por Chambers e Trudgill (2004 [1998], p. 13) sobre uma passagem bíblica em que se conta que a produção fonética de uma determinada palavra permitia identificar se o emissor era ou não membro de uma dada comunidade e, por conseguinte, um inimigo a abater. (Nótula: o episódio é genericamente conhecido como *shibboleth* e surge no livro dos Juízes 12, 4-6.)

²¹ Sobre a História da Língua ver, por exemplo, a vasta lista de referências apontadas em Martins (2016, p. 3)

²² Com exceção para aqueles nos quais, em sincronia, se estuda a variação, que, possivelmente, levará à mudança (cf. mudança em tempo aparente, como referimos acima e mais detalhadamente veremos adiante). O nosso trabalho é, aliás, um exemplo desses estudos.

1.1.1. A mudança linguística

A língua é uma instituição com uma autonomia que lhe é própria; deve-se, portanto, determinar as condições gerais da mudança de um ponto de vista puramente linguístico, e este é o objeto da linguística geral; (...) Contudo, como a língua é uma instituição social, segue daí que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar para dar conta de uma mudança linguística é a mudança social, da qual as variações da língua não passam de consequências – algumas vezes imediatas e diretas, mais frequentemente mediatas e indiretas.

Meillet (1948 [1921], p. 17)²³

Como referimos acima, a mudança linguística é indiscutível,²⁴ tal como as mudanças na sociedade. Aliás, imiscuem-se (cf., por exemplo, o problema da implementação (Weinreich, Labov & Herzog, 1968, p. 186); Gouveia (2008)²⁵ e Faraco 2017 [1996], p. 115)²⁶; estabelecem, de certa forma, uma relação de mutualismo.²⁷ Diferentes tempos correspondem a diferentes usos das línguas. E se as línguas mudam é necessário que

²³ Citação referida por Carlos Alberto Faraco numa entrevista em Coelho e Oliveira (2019, p. 10)

²⁴ Remetemos para uma observação deixada por Carlos Alberto Faraco, editor do livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*: “(...) a língua simplesmente muda...nem para o bem nem para o mal. Muda para atender às necessidades das mulheres, dos homens e das crianças que a falam.” Faraco (2001a, n.e.) Além da nota do editor, a percepção de que a mudança linguística é natural, e inevitável, está presente em todos os textos (de vários autores) incluídos na obra, pelo que sugerimos a leitura integral.

²⁵ Sobre as mudanças nas escolhas de determinadas FT pelos falantes como movimentos desencadeadores de mudanças sociais, recordamos, por exemplo, o excerto “De que forma a conversacionalização e a coloquialização do discurso estão a afectar, por sua vez, a vida quotidiana e a percepção de si e do outro é algo que está ainda para ser estudado. No caso português, não tenho dúvidas de que esse aspecto está a ajudar a criar novos enquadramentos para a expressão da identidade, de que as formas de tratamento são um bom exemplo. A mudança social e cultural pode, proveitosamente, ser vista à luz da mudança linguística.” (Gouveia, 2008, pp. 96-97)

²⁶ Recordamos: “Em outras palavras, no caso da diacronia do sistema de tratamento do português, temos um conjunto de dados que fornecem um exemplo interessante de como fatores sociais e estruturais (externos e internos) podem se combinar para desencadear uma cadeia de mudanças na língua. E, nesse sentido, constituem um acervo empírico interessante para as abordagens teóricas que, no trato da mudança linguística, procuram, sem desconsiderar a imanência, olhar a língua também como realidade integrada à vida da sociedade em que ela é falada; abordagens teóricas que operam sob o pressuposto de que a heterogeneidade da sociedade e alterações em sua organização repercutem na estrutura da língua e funcionam como elementos estimuladores de mudanças.”, (Faraco, 2017 [1996], p. 115). O autor, remetendo para as palavras de Bakhtin e Voloshinov (1973, p. 19), refere que a língua é “o mais sensível indicador das mudanças sociais” (cf. Faraco, 2017 [1996], p. 117).

²⁷ Remetemos, também, sobre esta íntima relação entre as línguas e a sociedade, por exemplo, para Faraco (2016, p. 9, *apud* Fiorin (2017, p. 170)) – “as línguas estão intimamente atadas às dinâmicas histórico-políticas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas. Em outros termos, as línguas não existem em si e por si; elas não são entidades autônomas – as línguas são elas e seus falantes; elas e as sociedades que as falam.” – ou de Jonge e Nieuwenhuijsen (2012, p. 259) – “(...) after the return of democracy in Spain, the informal forms of address *tú* has gained ground at the cost of the polite *usted*, especially in situations where differences in social status or age are not at stake”.

sobre o seu estudo nos debrucemos continuamente, como uma eterna corrida contra o tempo.

A mudança linguística²⁸ – notada desde os tempos dos primeiros gramáticos (cf. Bagno, 2023a, p. 107) – foi, até ao surgimento de uma disciplina própria, que sobre si pousou um olhar científico (Linguística Histórica²⁹), vista apenas como algo negativo (cf. Bagno, 2023a, p. 149). São, refira-se, variadíssimas as obras (tomamos aqui, como exemplo, a língua portuguesa³⁰) que ao longo dos tempos foram alertando para o assassinio do português (cf., por exemplo, Graça Moura, 1983)³¹. Mas, em boa verdade, “considerando o carácter dinâmico e constante dos processos de mudança linguística, podemos dizer que todos os momentos de uma língua podem ser vistos como

²⁸ Pela importância da revisão, recordamos aqui a obra *Sobre mudança linguística: uma reavaliação histórica*, de Mattos e Silva (1981), na qual a autora aborda a história do estudo das mudanças linguísticas. Apesar de ser um fenómeno diferentemente analisado por distintas escolas e correntes linguísticas, nomeadamente, por exemplo, nas explicações para o seu surgimento, fica clara a consciência da sua inevitabilidade.

²⁹ Ver, por exemplo, Marquilha (2013, p. 17): “Chama-se mudança linguística à alteração de sons, palavras e frases de uma língua ao longo da história. Observando as línguas no plano do tempo (ou diacronia), percebe-se que por alguma razão há sempre diferenças entre enunciados da mesma língua desde que tenham sido produzidos em épocas distintas. A linguística histórica é a descrição dessas diferenças e a busca das suas causas.”. Ou, ainda, Mattos e Silva (2008, pp. 40-41): “são apropriadas metáforas para definir a Linguística Histórica, como a de Roger Lass, “Ouvir o inaudível” (1997: p. 45), e a mais conhecida, de William Labov, “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados” (1982: p. 20)”. Sobre o início da Linguística Histórica, ver, por exemplo, Kristeva (1969, p. 276).

³⁰ Bagno (2001, p. 66) aponta exemplos do mesmo sentimento noutras línguas: “Mas o sentimento pessimista de que as línguas, em seus estados atuais, representam inevitavelmente uma “corrupção” ou “decadência” de um estágio anterior de suposta “pureza” não é exclusivo dos falantes do português.”

³¹ Neste livro, organizado por Vasco Graça Moura – que referiu ter enviado pedidos de textos a 75 pessoas e apenas ter obtido respostas de 17 – encontramos muitas observações interessantes como, por exemplo, “(...) a 13-04-1981, Carlos Drummond de Andrade declarava já que, de tão maltratada e ofendida, a mesma [a língua portuguesa] não poderia resistir mais vinte anos” (Rebordão Navarro, 1983, p. 25), ou “(...) Quem está a assassinar a língua é um criminoso incompetente, porque nunca acaba de consumir o crime.” (Lisboa, 1983, p. 46), ou “Camões dizia imigo; eu digo inimigo. O ponto está em que ambos expliquemos aquilo que pensamos.” (Lisboa, 1983, p. 48), ou, ainda, “A acusação de que o português está a ser mal escrito, mal pronunciado, mal aproveitado nos seus recursos expressivos, encontra-se em todas as épocas da vida da língua portuguesa, mesmo nas que vieram, mais tarde, a ser reconhecidas como grandes períodos criadores.” (Macedo, 1983, p. 53). Ainda neste âmbito, sobre atitudes de certa forma conservadoras diante da inevitável mudança, ocorre-nos remeter para uma curiosidade que encontramos em Teyssier (2007 [1982], p. 57) sobre a tentativa de reintrodução de palavras latinas no português: “Damião de Góis, por exemplo, escreve *ipse* por *esse*, por causa do latim *ipse*. André de Resende grafa *nocte* (noite), *septe* (sete), *oculos* (olhos), *cognescer* (conhecer), *nunqua* (nunca), etc., por causa de *noctem*, *septem*, *oculos*, *cognoscere*, *nunquam*. É fácil de imaginar as extravagâncias a que este sistema poderá conduzir. Não raro há de acontecer que o étimo, com base no qual se vai regularizar a grafia, seja falso. André de Resende, por exemplo, escreve *hacte* em vez de *até*, por imaginar que tal palavra provenha do latim *hac tenus*, quando, na verdade, é de origem árabe.”

momentos de instabilidade e de crise” (Gouveia, 2008, p. 93). Recordamos Bagno (2001, p. 70):

Embora os puristas se recusem a aceitar o fato, a ciência linguística já demonstrou fartamente que as línguas não se desenvolvem, não progridem, não decaem, não evoluem, nem agem conforme qualquer uma dessas metáforas que implicam um ponto final específico e um nível de excelência: as línguas simplesmente mudam.

Observações como esta mostram que, em sentido contrário à defesa de uma língua “pura”,³² há também vários autores que se demarcam dessa ideia e que recordam a vitalidade orgânica das línguas, rejeitando o recurso a um normativismo cego e segregacionista (cf., por exemplo, Garcez & Zilles, 2001; Bagno, 2001).

Embora entendamos, e até defendamos, o lugar do normativismo como exigência do (re)conhecimento da sistematicidade geral e da sistematicidade aceite como padrão numa determinada sociedade³³ (em linha com o que é referido, por exemplo, por Pires de Cabral (1983, p. 23): “a língua muda, o que não significa que nos excluamos do dever de a ensinar”),³⁴ consideramos que é improdutiva a atribuição de uma carga negativa³⁵ a um fenómeno completamente intrínseco e inelutável (cf., entre outros, Bagno, 2001).³⁶ Aliás, não só a esse fenómeno como a outro que está na sua origem: a variação.

³² Sobre o conceito de “pureza”: “Querer uma língua pura é o mesmo que querer uma raça pura, e já sabemos a que tipo de situações trágicas as ideias desse tipo podem levar...” (Bagno, 2001, p. 82)

³³ Recordamos Mateus (2007, p. 26): “A existência de uma norma-padrão é necessária como referência da produção linguística e como garante da aceitabilidade de um certo comportamento no contexto sócio-cultural em que estamos inseridos. Todas as variedades nacionais possuem a sua norma-padrão de que a escola é especial depositária.”

³⁴ Remetemos também para Mattoso Camara (1984, p. 15): “A língua tem de ser ensinada na escola, e, como nota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar «tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa (Tonnelat 1927, 167). Assim a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade.” Mattoso Camara (1984, pp. 15-16) aponta três preceitos para, digamos, a boa convivência entre gramática normativa e descritiva: “a gramática normativa depende da linguística sincrónica”, “quando convém a correção de um procedimento linguístico (...) é preciso saber a causa desse procedimento para poder combatê-lo na gramática normativa”, “a norma não pode ser uniforme e rígida; ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica.”

³⁵ Sobre a atribuição de uma carga negativa e, por exemplo, estigmatização de um dialeto, ver Mattos e Silva (1988a, p. 70) que recorda palavras de Fernão de Oliveira, que em 1536 já se dizia alvo de zombaria pela forma como falava, sendo o seu testemunho, refere Mattos e Silva (1988a, p. 70), “a mais antiga informação directa sobre a dialectação da língua portuguesa”.

³⁶ Adensando-se a discussão em redor do carácter intrínseco da mudança, apresenta-se em Bagno (2001, pp. 71-72) uma reflexão sobre o conceito de homeostase (ou homeostasia).

Antes de deixarmos algumas notas sobre variação, é relevante rematarmos estas observações sobre mudança linguística sublinhando duas ideias. Por um lado, que não existe uma resposta consensual sobre as razões que levam à mudança; nas palavras de Marquilhas (2013, p. 17):

(...) ainda não existe hoje em dia, uma resposta consensual à pergunta complexa: como e por que é que as línguas mudam? As causas e os mecanismos identificados têm sido múltiplos, mas o debate sobre a razão que leva os falantes a serem sistematicamente inovadores e a aceitarem sistematicamente invasões vindas dos outros prolonga-se nos nossos dias. Encontram-se demasiados padrões: há padrões sociais, há padrões psicológicos e padrões gramaticais, sendo que todos eles parecem estar envolvidos quando há inovação nas línguas.³⁷

Por outro lado, (e que acaba por ser uma conclusão lógica da referência atrás feita ao envolvimento de diversos fatores no fenómeno) que não há uma teoria única que consiga explicar tudo;³⁸ nas palavras de Mattos e Silva (2008, p. 51): “Se a mudança das línguas no seu tempo histórico é um fenómeno complexo, uma única teoria não poderá dar conta de todas as mudanças ocorridas.”

Neste contexto, e por no nosso estudo, realizado em tempo aparente, considerarmos diferentes tipos de variação – diatópica, diastrática e diafásica – no âmbito do uso/desuso do pronome *vós*, problemática de produção que se poderá enquadrar numa definição de mudança na língua (recordamos nomeadamente o, muitas vezes referido, arcaísmo³⁹ da forma *vós*), entendemos que não é possível evocarmos e seguirmos apenas uma teoria de mudança linguística específica, pelo que recuperaremos, em cada

³⁷ Recordamos também Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 188): “Language and social factors are closely interrelated in the development of language change. Explanations which are confined to one or the other aspect, no matter how well constructed, will fail to account for the rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior.”

³⁸ Também sobre esta perspetiva de que não existe uma única explicação para determinadas mudanças linguísticas, recordamos as palavras de Pountain (2003, p. 160): “In conclusion, there is evidence that historico-pragmatic, psycho-pragmatic and structural factors have all had a role to play in the evolution of second-person deixis in Romance.”

³⁹ Sobre a consideração como arcaísmo, ver, por exemplo, Thomé-Williams (2004, p. 90): “(...) The correct expression should be *Vocês trouxeram o seu livro?* Or, in a more archaic manner of expression, one could say: *Vós trouxestes o vosso livro?*”

perspetiva de análise, as noções que entendermos mais relevantes para a descrição e análise dos dados.

1.1.2. A variação linguística

Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos os que a falam.⁴⁰
Ivo Castro (2001)

A variação linguística está – entre outros fatores⁴¹ – na base da mudança linguística no sentido em que o prevalecimento de determinada variante sobre outra, após um confronto (consciente ou inconsciente) entre ambas, faz a língua mudar (cf., por exemplo, Ferreira *et al.*, 1996, p. 480). De forma simples, podemos dizer que a variação é a existência de dois ou mais elementos para um mesmo lugar no sistema. Diante dessa “pluralidade sistémica”, que se define em diferentes realidades (diatópica, diastrática, etc.), que surgiu por razões que os linguistas poderão tentar definir e que prova a heterogeneidade da língua,⁴² uma variante pode passar a ser predominante (cf. Ferreira *et al.*, 1996, p. 480), enfraquecendo a existência da outra, levando-a possivelmente à obsolescência. Todavia, pela riqueza imensa destes sistemas, nenhuma mudança se pode dizer eterna, e o que se tornou arcaico poderá ser mais tarde recuperado; o que hoje é atual, amanhã poderá não sê-lo. Tudo resulta da mutação constante deste organismo vivo⁴³ que não se deixa moldar senão pelo uso que dele se faz, e não por cumprimento deste ou daquele decreto.⁴⁴ Seria, porém, ingénuo da nossa parte afirmarmos a total impermeabilidade da língua a pressões, desde logo, porque sabemos que as mudanças sociais são um dos fatores desencadeadores da mudança. O que dizemos é que só as que forem acolhidas pelos falantes terão futuro, ou seja, em última

⁴⁰ Esta citação foi recolhida em Mateus e Cardeira (2007), onde se apresenta a seguinte referência: “Ivo Castro, 2001. *Diversidade Linguística*, in Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Mais Línguas: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa: Ed. Colibri.”

⁴¹ Sobre os fatores envolvidos na mudança linguística, vejamos, por exemplo, Bagno (2023a, p. 242).

⁴² Lembramos as palavras de Marquilhas (2013, p. 17): “Usada em comunidade, a língua fisicamente realizada nunca é homogénea.”

⁴³ A propósito, remetemos para Castro (2006, p. 7): “Uma língua não é um objeto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincrónicas, por conveniência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objectivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direcções, naquilo a que se chama variação.”

⁴⁴ Recordamos, neste âmbito, e já especificamente sobre FT, por exemplo, o caso do francês, nos tempos de pós-revolução, quando se tentou fazer do “tu”, através de um decreto oficial, “bandeira dos ideais igualitários” (Biderman, 1972, p. 349), o que falhou, pois, acrescenta a autora, “não se muda o comportamento dos indivíduos por decreto”.

análise, são sempre os falantes (por diversos fatores e de forma não propositadamente concertada) que levam adiante determinada mudança.⁴⁵

É importante, contudo, que não se deixe de olhar para a variação como um fenómeno de confronto sincrónico, sempre presente, e que só no limite⁴⁶ (sem que possamos na verdade prever quando) resultará numa mudança.⁴⁷ Nesse mesmo período em que se dá a mudança, estão também presentes na língua outras variações, no mesmo âmbito (por exemplo, lexical, fonético) e noutros. Por outras palavras, a variação e a mudança, como fenómenos intrínsecos às línguas, são eternos na proporcionalidade da eternidade da língua viva: a variação e a mudança cessam na altura em que a língua deixar de ser falada (como, por exemplo, por proximidade, podemos citar o caso do latim).

Recordando que a variação linguística pode ser de diferentes tipos (diatópica – ou variação regional ou dialetal, tratada nos estudos dialetológicos; diafásica – ou variação situacional, nomeadamente em diferentes registos de língua, relacionada com fatores pragmáticos e discursivos; diastrática – ou variação social, tratada nos estudos sociolinguísticos) (cf., por exemplo Ferreira *et al.*, 1996, pp. 480-481)⁴⁸, esclarecemos que no nosso estudo, no estudo sobre um elemento do sistema – o pronome pessoal vós – procuraremos perceber que leituras se poderão retirar em cada uma destas áreas.

⁴⁵ Remetemos, por exemplo, para Mattos e Silva (1981, p. 84), que, no âmbito do fenómeno de mudança linguística, fala no “indivíduo enquanto falante articulador inconsciente de elementos fónicos encadeados sintagmaticamente e também de processos psíquicos e fisiológicos envolvidos no ato de fala de cada um, responsável inconsciente pela mudança linguística, que se generaliza posteriormente no convívio social (...)”. Na mesma linha, poderíamos refletir, por exemplo, sobre o que se passa atualmente na sociedade portuguesa relativamente à sensibilização para que se expresse simultaneamente, por exemplo, o feminino a par do masculino (tradicionalmente genérico). Sem entrarmos na discussão teórica, remetemos apenas para um exemplo do que se defende: preferir construções “Todos e todas sabem o que quero dizer”, entendidas como mais inclusivas, em vez de “Todos sabem o que quero dizer”. Se a mudança vingará ou não, saberemos mais tarde. Sabemos, contudo, que o que acontecer será resultado do uso feito pelos falantes.

⁴⁶ Sobre nem toda a variação desaguar em mudança, ver, por exemplo, Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 188): “Not all variability and heterogeneity in language structure involves change; but all change involves variability and heterogeneity.”

⁴⁷ A variação diatópica lexical pode ser um bom exemplo deste carácter potencialmente atético da variação, enquanto, por outro lado, a diacrónica é um bom exemplo da visão mais tética do fenómeno.

⁴⁸ Não referimos, mas não ignoramos a variação idioletal e a sua importância, nomeadamente nos estudos em Análise do discurso (cf. estudos de Pinto sobre marcas autorais em vários géneros de texto, por exemplo, Pinto (2020, 2024)) e em Linguística Forense (cf. por exemplo, Sousa-Silva & Coulthard, 2016) porquanto permite que se obtenham, por exemplo, no primeiro caso, leituras mais aproximadas das reais intenções ilocutórias e perlocutórias, e, no segundo caso, informações para uma acertada atribuição de autoria. Na listagem, também não referimos a variação diacrónica (referida, por exemplo, em Castro (2006, p. 7)), por a entendermos, numa perspetiva mais macroscópica, como mudança.

Muito mais haveria a dizer sobre a importância da Linguística (cf., por exemplo, Mateus & Villalva, 2007, pp. 79-92) e muito mais haveria a dizer sobre variação e mudança. Pretendendo-se, apenas, um emolduramento geral, ficamos pelo acima registado.

Direcionamos agora a nossa atenção para disciplinas concretas nas quais se englobam estudos sobre determinados tipos de variação, como vimos acima, com o intuito de continuarmos a especificação do tema do nosso trabalho.

1.2. A Pragmática (Cortesia), a Sociolinguística e a Dialectologia na Linguística e a relação destes conceitos com o nosso estudo

Para além da geografia do território, a estrutura social, diferindo em função de critérios como a idade, o género, a escolaridade, por exemplo, ou ainda o estilo de fala e a situação pragmática de uso condicionam a frequência das variantes dos fenómenos variáveis. A diferenciação entre as diversas abordagens possíveis é mais uma consequência da perspectiva adotada por cada linguista do que uma diferença do próprio objeto de estudo.

Rodrigues (2016, p. 98)

A Pragmática, “the domain of plans and goals” (Beaugrande & Dressler, 1981, p. 37), a Sociolinguística, que “estuda a língua em uso no seio de comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (Mollica, 2003a, p. 9), e a Dialectologia, estudo da variação geográfica, estudo dos dialetos, “formas características que uma língua assume regionalmente” (Cunha & Cintra, 2017 [1984], p. 4), são três subáreas (mais ou menos delimitadas)⁴⁹ de estudo dentro da Linguística.

Sucintamente, podemos dizer que, na primeira, são estudadas as produções linguísticas tomando a influência dos vários cotextos e contextos em que são realizadas (cotexto e contexto frásico, textual, temporal, autoral e situacional);⁵⁰ na segunda, as produções linguísticas são consideradas tomando em conta as características sociais dos falantes envolvidos no ato comunicativo (entre outros possíveis, por exemplo, sexo e idade); na

⁴⁹ No sentido em que acabam por estar interligadas, podendo não apresentar fronteiras rígidas na realidade das produções linguísticas. Por outras palavras, uma determinada produção pode definir-se linguisticamente no resultado do encontro das três perspetivas, por exemplo, a produção de uma FT que seja considerada cortês numa determinada zona geográfica por membros de uma determinada classe social e/ou faixa etária e que não seja assim entendida por falantes da mesma classe e/ou faixa etária noutra zona ou por falantes de outra classe/ faixa etária na mesma zona.

⁵⁰ Sobre Pragmática e criatividade linguística dos falantes, veja-se, por exemplo, Duarte (2001, p. 117).

terceira, são estudadas as produções linguísticas concretizadas numa determinada delimitação geográfica.

O estudo que aqui levamos a cabo prende-se com as três realidades, na medida em que o vamos olhar sob essas três perspetivas: por um lado, relacionado com a Pragmática (Cortesia), e as produções consideradas adequadas, corteses, num contexto formal ou informal (associando a ideia de variação diafásica ou situacional); por outro, com a Sociolinguística, considerando determinadas variáveis potencialmente definidoras de uma variação diastrática (sexo, idade/escolaridade, tipo de ensino, etc.) e, por outro lado, dialetologicamente, considerando a variação diatópica. A tomada de consciência da análise sob as diferentes perspetivas será posteriormente relacionada com a importância do estudo do tema no ensino (em PLM e PLNM).

1.2.1. A Pragmática (Cortesia)

As manifestações linguísticas de cortesia constituem um domínio vasto dificilmente delimitável.
Carreira (2014, p. 44)

Se recuarmos ao texto “Pragmática” de Gouveia (1996), recuperamos que, no uso que fazemos da linguagem, devemos “obedecer às escolhas e restrições de interpretação facultadas pela situação particular” em que nos encontramos, ou seja, cada falante deve “recorrer ao seu conhecimento das regras e princípios que regulam a sua língua em situação de uso, o qual está para além do conhecimento, digamos gramatical, dessa mesma língua” (cf. Gouveia, 1996, p. 383). O autor acrescenta que “são precisamente estes princípios reguladores da actividade verbal que constituem o objeto de estudo da pragmática, como disciplina linguística” (Gouveia, 1996, p. 383).⁵¹

⁵¹ Também podemos recordar Lopes (2006, p. 277): “(...) a significação que a Pragmática focaliza como objecto preferencial de análise é aquela que se constrói no e pelo discurso, prática social que envolve um contexto situacional, actores dotados de intencionalidade e de capacidades inferenciais, universos de conhecimentos e crenças compartilhados ou em dissimetria, princípios reguladores da própria interação verbal. (...) uma investigação de índole pragmática acentuará sempre as relações entre linguagem e contexto (e produção e recepção dos discursos), evidenciando o grau de sub-determinação e a incompletude referencial e comunicativa do significado computado exclusivamente a partir da competência léxico-gramatical dos falantes.”

Do estudo da Dêixis à Cortesia, passando pelas Implicaturas, pelos Atos de Fala⁵² e pela relação com a Linguística de Texto⁵³ (cf. Birner, 2013; Lopes, 2018), a Pragmática abarca efetivamente muitas especificidades, todas relacionadas com o facto de se olhar não só para o dito, mas para o contexto em causa, sendo, na realidade, praticamente impossível estudar cada uma destas dimensões por si mesma, já que se cruzam em vários pontos (apenas como exemplo, pensemos nas reflexões sobre cortesia associada aos atos de fala diretos ou indiretos).

Por nos interessar especialmente neste trabalho o tópico *Cortesia* – uma vez que pretendemos relacionar a necessidade de os falantes estarem conscientes do uso/desuso do pronome *vós* e de juízos sobre ele para uma (in)utilização pragmática eficaz do pronome como FT num determinado contexto comunicativo (por exemplo, mais ou menos formal) – deixaremos de seguida algumas notas sobre este fenómeno que é parte da competência comunicativa (cf. Gumperz, 1982; Gumperz & Hymes, 1972, citados por Lopes (2018, p. 199)).

Apenas a título conjuntural, interessa referir que no último quartel do século passado, houve uma “explosão” de interesse pelo fenómeno *Cortesia*, com o surgimento de vários estudos empíricos na área (Hickey & Stewart, 2005, p. 1) e com a publicação de inúmeras obras nesta temática.⁵⁴

Sobre este fenómeno, que poderá ser definido como “os meios que diferentes indivíduos em diferentes sociedades usam para projetar a sua identidade e atingir os seus objetivos de interação”⁵⁵ (Hickey & Stewart, 2005, p. 1) ou “o óleo que impede que as dobradiças interacionais quebrem e que evita a ofensa ao antecipar e compensar as possibilidades de esta ocorrer”⁵⁶ (Brown, 2017, p. 383), é importante que se esclareça

⁵² Sobre este tópico, ver especialmente Austin (1965 [1962]), Searle (1969), e, para o português, Fonseca (1994) – todos citados por Lopes (2018).

⁵³ Ver, por exemplo, Kehler (2014) e Sanders *et al.* (1992), citados por Lopes (2018).

⁵⁴ Hickey e Stewart (2005, p. 8) remetem, aliás, para uma obra bibliográfica sobre Cortesia que apresenta cerca de 1000 itens: “Such was the level of activity in the field that, by 1994, a bibliography on linguistic politeness (Dufon *et al.*, 1994) had captured some 1000 items.”

⁵⁵ No original: “(...) the means which different individuals within different societies use to project their identity and achieve their interactional goal” (Hickey & Stewart, 2005, p. 1)

⁵⁶ No original: “Politeness is the oil that keeps the interactional hinges from creaking, and prevents offence by pre-emptively anticipating the possibilities for offence and offsetting them” (Brown, 2017, p. 383)

uma dificuldade de partida: o facto de o termo *politeness*⁵⁷ suscitar alguma confusão entre o seu possível sentido mais comum, que inclui genericamente regras de etiqueta como, por exemplo, segurar uma porta para alguém passar, e o seu sentido mais linguístico, que diz respeito à interação comunicativa entre indivíduos. Esta dificuldade de partida faz com que seja muitas vezes necessário esclarecer-se ou recordar-se a noção sobre a qual a cada passo se discute. Hickey e Stewart (2005) referem que “o conceito *politeness* pertence a duas tradições: uma convencional relacionada com cortesia, etiqueta, boas maneiras e a outra relacionada com a interação pragmática de proteção das faces como está tratada no modelo de Brown e Levinson”⁵⁸ (Hickey & Stewart, 2005, p. 3). Pérez de Ayala (2001, p. 145), sobre a efetiva complexidade na definição do termo, recorda, remetendo para Watts, Ide e Ehlich (1992), que “alguns académicos tiveram a necessidade de distinguir entre a noção tradicional de cortesia e a noção mais teórica (linguística)”⁵⁹. A autora recorda que, além da ideia presente em Brown e Levinson de um mecanismo para minimizar a ameaça às faces (as próprias e as do interlocutor), evitando o conflito, sendo mitigadora, a cortesia também engloba os mecanismos de valorização das faces (FFA),⁶⁰ e defende que “a cortesia positiva e negativa devem ser vistas como faces da mesma moeda”⁶¹ (cf. Pérez de Ayala, 2001, p.

⁵⁷ Conceito consequente, como referem Hickey e Stewart (2005, p. 3), dos estudos de Lakoff (1973), de Grice (1975), Brown e Levinson (1978) e Leech (1983) e também de Brown e Gilman (1960) e de Searle (1969) sobre os atos de fala.

⁵⁸ No original: “In other words, the concept of politeness belongs to two traditions: one primarily concerned with conventional courtesy, etiquette or good manners, the other more interactionally pragmatic or face-saving, as developed in Brown and Levinson’s model.” (Hickey & Stewart, 2005, p. 3)

⁵⁹ No original: “In particular, some scholars have found the need to distinguish between the traditional notion of politeness and a more theoretical, (linguistic) notion (see Watts *et al.*, 1992).” (Pérez de Ayala, 2001, p. 145). Remetemos para a distinção *politeness*1 (sentido comum) vs *politeness*2 (sentido linguístico), originalmente em Eelen (2001), e depois também em Watts (2003, p. 10): “At the outset, therefore, I should state unequivocally that my focus will be on what has been called *linguistic politeness*.”

⁶⁰ A noção de *Face Flattering Act (FFA)* é avançada por Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 153) e visa essencialmente classificar os atos que, ao contrário dos ameaçadores da face, têm como intuito valorizar a face do interlocutor.

⁶¹ No original: “Positive and negative politeness should be seen as the two sides of the same coin.” Sobre cortesia positiva e negativa, ver também, por exemplo, Birner (2013, p. 201): “politeness involves the recognition and linguistic acknowledgment of much subtler threats to the self-image that a person presents publicly. The lay notion of “saving face” corresponds to a more well-developed notion of face within this theory. A person’s face is an aspect of their self-image, particular as they relate to other people. Each person has a positive face, which is their desire for interaction and solidarity with others, and a negative face, which is their desire to be autonomous, to be respected, and, in effect, to be left alone. When you phrase your utterance in such a way as to emphasize the solidarity between you and your interlocutor, you are appealing to their positive face; when you phrase the utterance in such a way as to allow them space and the freedom to decline solidarity or interaction, you are appealing to their negative face.” Sobre a classificação de determinadas sociedades nas quais tendencialmente se adotam estratégias

145). Sobre os FTA e os FFA, Hickey e Stewart (2005, p. 6) evocam o texto de Kerbrat-Orecchioni (1992, p. 36), no qual a autora explica a importância do contexto cultural para a consideração de determinado ato como FTA ou FFA. Por outras palavras, por um lado temos o constructo teórico de cortesia, no qual se dá “a regulação da relação interpessoal” (Carreira, 2014, p. 32), e, por outro lado, temos a consideração genérica de cortesia como termo do dia-a-dia, mutável, entre outras formas, cultural, temporal e geograficamente.

Neste trabalho, com *Cortesia*, referimo-nos sempre ao conceito linguístico. Assim, apesar de ser mutável o que é, de modo genérico (no chamado senso comum), considerado cortês num determinado tempo e numa determinada sociedade, consideramos aqui, em linha com os estudos de Brown e Levinson (1978, 1987), a noção de cortesia como a utilização de mecanismos linguísticos que permitam uma adequada gestão das faces.

Não sendo nosso objetivo recuperar tudo o que foi dito sobre o tema e entrar na grande discussão teórica sobre como poderá definir-se satisfatoriamente a cortesia linguística (e, até, se terminologicamente é este o signo mais avisado para aquilo que se pretende conceptualizar, ou seja, se o termo *cortesia* abarca adequadamente o fenómeno que pretende nomear e se está sustentadamente descrito cientificamente, isto é, numa descrição o mais eficaz e universal possível),⁶² limitamo-nos, por ser o modelo teórico no qual tipicamente se enquadram leituras como a que pretendemos retirar sobre o uso/desuso do pronome pessoal *vós* em PE tendo em conta a formalidade do contexto comunicativo, a remeter para os trabalhos de Brown e Gilman (1960)⁶³ e de Brown e Levinson (1978, 1987).

Assim, recordamos a associação da produção de formas T (para proximidade, simetria) a contextos nos quais a distância entre os interlocutores é menor, e de formas V (para

de cortesia positiva ou negativa ver, por exemplo, Haverkate (2004); sobre PE, por exemplo, Carreira (2005).

⁶² Para essa discussão remetemos, por exemplo, para Brown (2017), no qual se apresentam variadíssimos autores que têm vindo a contribuir para o assunto.

⁶³ Texto que é “um marco na sociolinguística americana contemporânea” (Biderman, 1972, p. 339), no qual “apresentam uma visão da sociedade como polarizada entre duas forças: o poder e a solidariedade. Para eles o poder foi a força dominante das formas de relações sociais no passado. Nos tempos modernos essa força se estaria enfraquecendo, substituída por um novo ideal: a solidariedade.” (Biderman, 1972, p. 339)

distância, assimetria) a contextos de maior distância e deferência (cf. Brown & Gilman 1960). Esses usos, de formas T em contextos mais informais e de formas V em contextos mais formais,⁶⁴ são tipicamente as escolhas dos falantes ao pretenderem não ameaçar as próprias faces e as do outro (cf. Brown & Levinson, 1978, 1987).

Contudo, cremos que interessa que deixemos uma nota sobre o facto de uma produção linguística concreta, no limite, não se assumir em si mesma⁶⁵ como mais ou menos cortês. A utilização de uma fórmula de agradecimento como “muitíssimo obrigado”, pode, linguisticamente, isto é, pragmaticamente, ser, por exemplo numa produção irónica do falante, descortês. Neste âmbito, recordamos, aliás, o que refere Luz (1958-1959, p. 91): “Dar a uma pessoa um tratamento muito superior ao que ela merece é, de certo modo, ridicularizá-la, visto que se põe em evidência a sua condição de inferioridade.” O uso de uma forma de tratamento tipicamente entendida como forma V, se recuarmos à divisão em Brown e Gilman (1960), pode, assim, ser entendida como descortês. Notamos, desta forma, a clara incidência da cortesia no sentido mais comum (mutável consoante as mudanças nas sociedades) naquilo que serão as escolhas dos falantes no âmbito da cortesia no sentido linguístico e, portanto, a necessidade de não se descartarem os contextos das produções. Concluindo as nossas notas sobre cortesia, recordamos brevemente o conceito que a ele se liga diretamente: o conceito de descortesia⁶⁶ (*impoliteness*). Para tal, lembramos as palavras de Duarte, Marques e Seara (2019, p. 126):

⁶⁴ Cook (2014, p 17) recorda que a divisão T/V é atualmente mais associada a informalidade/formalidade: “Brown and Gilman’s theoretical model was first published, symbols T and V are still being used. The alternatives they represent, however, may have come to stand for a formal/informal dichotomy (V/T), instead of the original ‘polite’ (V) and ‘familiar’ (T) interpretation.”

⁶⁵ Sobre isto, ver, por exemplo, o que é referido em Carreira (2005, p. 306) – “A linguistic form or phrase divorced from its context of utterance cannot in itself be considered to be polite or impolite: it is speakers and hearers who, through their utterances and verbal interaction, confer on them such significance.” – em Locher e Watts (2005, p. 29) – “Hence no utterance is inherently polite” – em Brown (2017, p. 389) – “Politeness cannot be automatically ‘read off’ of a linguistic form - it is the use of the form in a specific context, along with the associated prosodic and kinesic features, that together produce a ‘meaning-in-context’ that is the basis of the assessment of the utterance as polite or not (Brown 1995).” – ou, ainda, em Faria (2022, p. 329) – “(...) linguistic forms are not seen as inherently polite or impolite - it is how they are evaluated as such by participants during the course of interactions that counts. (Haugh 2007, Locher 2006, Locher 2012, Locher 2015, Locher & Watts 2005, Locher & Watts 2008, Mills 2003, Mills 2017, Watts 2003)”.

⁶⁶ Sobre descortesia, ver, por exemplo, Culpeper (1996, 2011).

Se a cortesia é uma atividade que pretende manter o equilíbrio das imagens dos participantes na interação (Brown & Levinson (1978), a (des) cortesia linguística, por sua vez, ocorre sempre que o locutor realiza um ato inapropriado, que atinge a face do interlocutor.⁶⁷

As autoras, em linha com Locher e Watts (2008), “que fazem depender a noção de descortesia (e de cortesia, também) de uma atitude avaliativa dos interlocutores”, defendem que “a descortesia pode, portanto, ser mais ou menos agressiva, em função de parâmetros contextuais pré-estabelecidos e da avaliação dos interlocutores” (Duarte, Marques & Seara, 2019, p. 127). Assim, avançam que, tal como a cortesia, a descortesia também pode estar sujeita a convenções, em oposição à ideia, por exemplo em Briz (2004, p. 69)⁶⁸, de que só a cortesia se define convencionalmente, e associam a sua aceitação aos géneros discursivos (cf. Duarte, Marques & Seara, 2019, p. 127).

Apesar de as autoras não fazerem uma observação sobre FT pronominais – estabelecem a ligação aos *face threatening acts* (FTA) (Brown & Levinson 1978, 1987) e à produção de formas de tratamento nominais,⁶⁹ cremos, resultado de observações como “A descortesia linguística é um fenómeno discursivo que deve ser analisado no contexto e no género discursivo” (Duarte, Marques & Seara, 2019, p. 129), que seja legítimo alargar as observações feitas à inadequação do uso de FT pronominais (por exemplo, no âmbito do nosso estudo sobre alocução plural, diferentes graus de cortesia potencialmente associados aos usos de *vós/vocês/os senhores*) em determinados géneros ou contextos. Por outras palavras, reforça-se que a classificação de uma produção linguística, por parte dos intervenientes, como adequada ou inadequada,⁷⁰ como cortês ou descortês,

⁶⁷ Como exemplo, no âmbito do nosso estudo, podemos evocar a produção de uma FT pronominal que seja considerada inadequada tendo em conta o registo formal/informal tipicamente associado ao ato comunicativo.

⁶⁸ [a cortesia está] “regulada antes de la interacción, por tanto, sometida a convención” (Briz, 2004, p. 69 *apud* Duarte, Marques & Seara, 2019, p. 127).

⁶⁹ Sobre as formas de tratamento nominais, remetemos para a observação de Duarte, Marques e Seara (2019, p. 135): “Dentre os mecanismos linguístico-discursivos de construção da descortesia, ganham saliência as formas de tratamento nominais, que podem constituir, por si só, um FTA. Com efeito, o insulto, que realiza o ataque *ad personam*, é linguisticamente expressado por termos valorativos, de que especificamente fazem parte as formas de tratamento nominais.”

⁷⁰ Recordamos Carreira (2005, p. 306): “The idea of appropriateness to the context is central to any study of linguistic politeness.”

está, entre outros fatores, dependente do contexto e até do gênero linguístico em causa.

1.2.1.1. A Pragmática (Cortesia) em PE e o pronome pessoal *vós*

No que toca às FT,⁷¹ tema que abordamos mais diretamente no nosso estudo, Gouveia (2008) refere que “estamos presentemente a sofrer as transformações da passagem de um sistema de face e solidariedade de base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento” (Gouveia, 2008, p. 97). O autor, aliás, acrescenta que “urge fazer uma nova descrição e sistematização das formas de tratamento usadas em português europeu”, instigando a que esse ato seja concretizado “não numa perspectiva meramente linguística, mas também e fundamentalmente numa perspectiva sociológica e crítica que enquadre a mudança no uso das formas de tratamento no quadro das transformações sociais e culturais que se têm vindo a operar em Portugal” (Gouveia, 2008, p. 98).

A esta observação, enquadrada teoricamente na oposição T/V em Brown e Gilman (1960), acrescentamos a consideração de formas N, de Cook (1997, 2013). A autora, introduz esta designação para nela encaixar as formas de tratamento que em PE não correspondem nem a um tratamento informal, de proximidade, nem a um tratamento formal, deferencial; antes, correspondem a uma opção de não comprometimento do falante com uma escolha entre V ou T;⁷² recordando Carreira (2004), as formas consideradas N remetem para um grau zero de deferência.

⁷¹ Deixamos, portanto, de parte as obras nas quais se reflete sobre *cortesia* com o uso de, por exemplo, atos linguísticos indiretos. Sobre tal relação, ver, entre muitos outros, por exemplo, Biderman (1972), Birner (2013) e Lopes (2018).

⁷² Sobre a dicotomia *Poder/Solidariedade* de Brown e Gilman (1960) não ser viável para o português, relembramos, por exemplo, Carreira (2002, p. 174): “[o sistema de FT em PE] c’est un système qui, au contraire de ce qui se passe dans de nombreuses langues, n’est pas réductible aux deux paradigmes devenus classiques depuis l’étude de Brown et Gilman *The pronouns of power and solidarity* (1960) (...)”; Carreira (2005, p. 311): “(...) if we examine closely the address forms in Portuguese, we can see that this model does not apply, a conclusion reached also by Oliveira Medeiros in her doctoral thesis (1985; see also 1993).”; e também Faria (2002, p. 327): “It is also clear [...] that the binary T/V distinction does not apply to the EP address system, which is in fact tripartite (as pointed by Cintra as early as 1972) due to a “neutral” (N) middle platform (Cook 1997, 2013, 2019) consisting of “T-V avoidance strategies”. (Cook 2019). Potential “N” encoders would be *você* (assuming that it has been progressively shedding its impolite connotations), with the pro-drop option providing a safe “backup” of “unquestionable neutrality” (Cook 286) – what Carreira (2003, 2005) calls the “zero degree of deference”.”

Tomando em conta as FT verbais (cf. Cintra (1986 [1972])), que resultam do facto de o PE ser uma língua de sujeito nulo,⁷³ – por exemplo, no singular: *Queres água?* / *Quer água?*; no plural: *Quereis água?* / *Querem água?* – e olhando apenas para a oposição no plural, notamos, desde logo, que a única opção na qual encontramos a possibilidade de não comprometimento é no uso de 3PP – *Querem água?*, que poderá corresponder a um sujeito não expresso *vocês* ou *os senhores/as senhoras* ou *vossas excelências*, etc. Com a produção verbal na 2PP, o sujeito *vós* é recuperável, logo a opção do falante é denunciada. A opção de 3PP abarca uma indefinição⁷⁴ que poderá ir de contextos T a contextos V enquanto a forma verbal de 2PP remete para os traços da forma *vós*.

Aliás, essa ideia de neutralidade nas formas de 3PP aparece, por exemplo, em Aguiar e Paiva (2017), quando as autoras referem que a propagação do uso de formas de tratamento verbais de 3PP pode ser o resultado de fatores relacionados com a interação entre falantes: recordam, por exemplo, Carreira (2002, p. 75) e a defesa de um zero grau de deferência nestas formas, lembrando que o locutor pode, assim, evitar ter de avaliar qual a melhor forma de se dirigir ao outro (Aguiar & Paiva, 2017, p. 150). As autoras, remetendo para os trabalhos de Medeiros (1985), Hammermüller (2004) e Oliveira (2009), recordam que o uso dessas formas verbais não marcadas funcionam como uma estratégia para que o locutor não tenha de ponderar sobre qual será a forma mais adequada a usar em determinada situação de interação (Aguiar & Paiva, 2017, p. 150).⁷⁵ Assim, concluem as autoras, as FTV de 3PP desempenham um importante papel no sistema de cortesia.⁷⁶

⁷³ Sobre a noção de sujeito nulo em PE, remetemos, por exemplo, para Duarte e Marques (2023a, p. 276): “The verbal address category, established by Lindley Cintra based on morphosyntactic criteria, derives from the fact that Portuguese is a null-subject language (null pronoun) (the verb incorporates person/number morphemes identifying the subject).” ou Hajek, Kretzenbacher e Lagerberg (2013, p. 3): “As it is a pro-drop language, address forms do not need a pronoun.”

⁷⁴ Sobre a indefinição da formalidade dos contextos, recordamos Duarte e Marques (2023a, p. 277): “Verbal address has become a core category of the address system both in terms of frequency of occurrences (Nascimento et al. 2018) and as a form of preferential address in an interactional relationship with different degrees of formality, and particularly when the social status of the addressee is unknown”

⁷⁵ No original: “Thus, the use of the bare inflectional form can be viewed as an avoidance strategy: the speaker does not need to evaluate the most adequate form of address to use in a certain interactional situation” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 150)

⁷⁶ No original: “ø3pl plays an important role in the system of politeness, because this variant is a social skill to save the face of the speaker and the listener.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 150)

Focando-nos nas FT pronominais, importa referir que a atribuição das formas às diferentes categorias – T, N, V – (por exemplo a problemática sobre o funcionamento pragmático de *você*)⁷⁷ não é, em alguns pontos, unânime. Vejamos, sucintamente, considerações de diferentes autores:

Quadro 1 – Reprodução, com adaptações, do quadro apresentado em Cook (2013)⁷⁸

singular	plural	tom
tu	vocês	T
você	vocês	N
o senhor/ a senhora	os senhores / as senhoras	V

Fonte: Cook (2013, p. 286)

Quadro 2 – Reprodução, com adaptações, do quadro “Current system of second-person pronouns in European Portuguese”⁷⁹ – Sistema atual dos pronomes de segunda pessoa do plural em PE

	T	V
Singular	Tu + 2sg Você + 3sg	O senhor + 3sg Você + 3sg
Plural	Vocês + 3pl/2pl Vós + 2pl (norte)	Vocês + 3pl/2pl Os senhores + 3pl

Fonte: Lara Bermejo (2023a, p. 4)

Quadro 3 – Reprodução, com adaptações, do quadro “Plural pronominal forms in EP” – Formas pronominais plurais em português europeu

interlocutores plurais	caraterísticas sociolinguísticas (+proximidade / - proximidade)
vocês + verbo 3PP	-formal (mas mais aceitável do que o singular)
pronome nulo + verbo 3PP	+formal (muito frequente; usado por defeito)
vós + verbo 2PP	-formal (dialetal); +formal (usos diafásicos)

Fonte: Duarte e Marques (2023a, p. 284)

⁷⁷ Mais sobre *você* na secção 1.3.1 deste trabalho.

⁷⁸ Este quadro é apresentado com a seguinte introdução: “In Portugal “você” appears to be successfully shedding its former negative overtones, which will enable it to equally occupy a well-defined N position. In either case, as a backup, a zero subject can always provide unquestionable neutrality”, ou seja, há alguma moderação na inclusão de *você* como N.

⁷⁹ Em Lara Bermejo (2022b, p. 3) é exposto um quadro “Current system of address in European Portuguese”, no qual se apresenta a tripartição T-N-V, tanto para o singular como para o plural. Aí, as formas T são “Tu + 2sg”, “Vós + 2pl (north)” e “Vocês + 2pl/3pl”; as formas N são “Você + 3sg”, “Null subject + 3sg”, “Noun phrase + 3sg” e “Vocês + 2pl/3pl” e as formas V são “O senhor/a senhora + 3sg”, “Noun phrase + 3sg” e “Os senhores/as senhoras + 3pl”. Em Lara Bermejo e Guilherme (2021, p. 40), na apresentação de um quadro apenas sobre a norma-padrão do PE, surgem: “Tu + 2sg” e “Vocês + 2pl/3pl”, para formas de solidariedade, e “O senhor/ A senhora + 3sg” e “Os senhores/ As senhoras + 3pl” como formas de deferência/hierarquia. Em Lara Bermejo (2018b, p. 30), num quadro sobre os pronomes de tratamento do PE contemporâneo, são apresentados: no singular, *você* e *o senhor* como formais e *tu* informal e, no plural, *vocês* como formal e informal.

Notamos as diferenças por um lado quanto à não inclusão de *vós* nas considerações de Cook (2013), embora surja em Lara Bermejo (2023a)⁸⁰ como T no Norte e em Duarte e Marques (2023a) como T dialetal e V diafasicamente⁸¹ e, por outro lado, quanto às atribuições distintas de formalidade ao pronome *vocês*: em Lara Bermejo (2023a) surge como sendo possível em contextos T e V,⁸² em Cook (2013) como sendo possível em T ou N, e em Duarte e Marques (2023a) como sendo apenas possível em T. Para complicar um pouco mais, recordamos, por exemplo, Bacelar do Nascimento (2013, p. 2714), que refere que a FT *vocês* não é aceite “pelas gerações mais velhas e pelas pessoas mais cultas quando dirigida a pessoas mais velhas ou hierarquicamente superiores”, relacionando, assim, a aceitação do pronome não ao contexto formal ou informal, mas à idade ou relação hierárquica superior do interlocutor. Também em Manole (2020) surge uma nota sobre estas particularidades de aceitação do *vocês* (embora, aí, consequência da formalidade exigida pelo contexto – o parlamento português) com uma referência a *vocês* como inadequado,⁸³ resultado da análise de um excerto de um debate, decorrido em 2006, no qual alguns deputados demonstraram desconforto por terem sido alocutários desta FT (cf. Manole, 2020, p. 282).

Em Manole (2021a, pp. 130-131), aborda-se exatamente a possibilidade de produção da forma *vós* com traços semânticos de cortesia ou formalidade:

vós (nas suas formas oblíquas tónicas) é preferido por falantes em contextos cerimoniais (discursos públicos, discursos políticos), sendo considerado mais cortês do que *vocês*. Neste caso, não se regista nem um desaparecimento (completo), nem o apagamento de traços semânticos. Antes pelo contrário,

⁸⁰ E também noutros artigos do autor, como, por exemplo, Lara Bermejo (2021, p. 82).

⁸¹ Sobre o uso diafásico, ver, por exemplo, Duarte e Marques (2023a, p. 279): “As for the formality feature, *vós* is [–formal] in dialectal uses, where it is the plural of *tu*, typical of the north of Portugal and [+formal] in diaphasic uses determined by discourse genre constraints.”

⁸² Embora em Lara Bermejo (2017a, p. 150) surja “Para el caso que nos ocupa, la formalidad, todos los informantes, independientemente de su sexo y ubicación, expresaron el sintagma *os senhores* como única solución. No hubo ocurrencias de *vocês* para situaciones de cortesía.” Em Lara Bermejo (2023b), *vocês* é também apresentado como produtivo em PE em contextos N.

⁸³ Um dos deputados refere que a expressão “*vocês*” é “muito pouco adequada” e o próprio Presidente da Assembleia, diante da situação, solicita que se evite o seu uso. Regista-se assim que “*vocês*”, pelo menos à data, não se entendia como “adequado” a situações comunicativas com algum grau de formalidade. Como refere Manole (2020, p. 282): “Podemos afirmar que as considerações de Duarte (2011) sobre os usos deste pronome nas variedades do português europeu mais próximas na norma se aplicam plenamente no caso do discurso parlamentar português, pois *você* e *vocês*, apesar de ocorrerem pontualmente, são considerados inadequados e não regimentais.”

observamos que em determinadas circunstâncias (discursos políticos, conferências de imprensa, debates públicos), reaparecem traços semânticos de cortesia no caso de vós com função de complemento.

“Vós permanece em estilos oratórios cerimoniais, sendo empregue no discurso público e/ou político” (Manole, 2021a, p. 126), tendo “como objetivo criar uma imagem positiva tanto do locutor, como dos interlocutores, que são tratados com um maior [sic]⁸⁴ de deferência” (Manole, 2021a, p. 127), acrescenta a autora, que termina referindo:

Quando em 2019, um orador diz ou escreve “tenho, mas tenho mesmo, um orgulho imenso em todos vós”, conseguimos identificar o traço semântico de cortesia. Um traço que se perdeu há muitos séculos para o tratamento dado a uma pessoa, mas que está a ser recuperado no tratamento dado a dois ou mais interlocutores. (Manole, 2021a, p. 130)

A apreciação do pronome vós como forma V surge também em Cunha e Cintra (2017 [1984]), que referem que “o pronome vós praticamente desapareceu da linguagem corrente do Brasil e de Portugal. Mas em discursos enfáticos alguns oradores ainda se servem da segunda pessoa do plural para se dirigirem cerimoniosamente a um auditório qualificado.” (Cunha & Cintra, 2017 [1984], p. 299) e em Bacelar do Nascimento (2013, p. 2713) que, no capítulo *Formas de Tratamento* da Gramática da Gulbenkian, além de apontar que “o tratamento por vós está em franco decréscimo no português-padrão, sendo, geralmente, este pronome substituído por vocês ou por formas nominais, embora se mantenha em dialetos setentrionais e do Centro de Portugal (...)”, refere que se observa “o uso de vós no discurso literário, e, mesmo não dialetalmente, em discurso oral formal ou solene.” Também em Duarte e Marques (2023a), como vimos acima no quadro, é apresentada esta possibilidade de um vós “usado em situações de comunicação formais, como forma de tratamento deferente”; sendo frequente no discurso político, tanto parlamentar como presidencial (cf. Duarte & Marques, 2023a, p. 287).

⁸⁴ cremos que deverá estar em falta a palavra *grau*, ou seja, “com um maior *grau* de deferência”.

Apesar do referido, e de certa maneira a sustentar a ideia de substituição de *vós* por *vocês*, num contexto de informalidade, recordamos a afirmação, em Duarte e Marques (2023a, p. 283) com remissão para Marques (2014), de que “para muitos falantes nativos, *vocês* é a única forma de se dirigir a um grupo e que, nesse caso, o *vós* é mesmo visto como arcaico e como forma que foi substituída por *vocês*”.⁸⁵ Duarte e Marques (2023a, p. 283) defendem que “*vós*, como *vocês*, encerra traços de poder e solidariedade, ocorrendo em situações formais e informais”.⁸⁶ Assim, para alguns falantes, *vós* funciona como plural de *tu*, enquanto para outros o plural de *tu* é, sem dúvida e unicamente, *vocês*.

Importa ainda recordar Faria (2009), que, referindo que *vós* se mantém “como pronome de tratamento de segunda pessoa do plural apenas nas variedades linguísticas do Norte do país (Trás-os-Montes, Minho), e como tratamento de segunda pessoa do plural ou de formalidade no contexto litúrgico, sendo o seu uso progressivamente arredado do português contemporâneo”, defende que “a forma *vocês*, seguida de forma verbal na terceira pessoa do plural, ou o uso de forma verbal *pro-drop*, não parece substituir a forma *vós* como tratamento da segunda pessoa do plural em situações de formalidade ou distância social.” (Faria, 2009, p. 31). A autora sintetiza, aliás, que “é precisamente ao nível da deferência, ou da cortesia, que o paradigma do tratamento plural se apresenta problemático” (Faria, 2009, p. 31):

O tratamento da segunda pessoa plural de intimidade parece ser cumprido pelo recurso a *vocês* ou à forma verbal de terceira pessoa do plural *pro-drop*, mas situações de formalidade, ou até de distância social propriamente dita, parecem exigir um tratamento mais especializado do que aquele que *vocês* permite. Esta última forma é muitas vezes utilizada como plural de *tu*; assim, nas interações verbais em que se exige uma forma de tratamento plural de deferência, verifica-se amiúde alguma hesitação por parte dos participantes relativamente à forma de tratamento adequada ao reconhecerem, por um lado, a excessiva

⁸⁵ No original: “For many native speakers, *vocês* is the only pronominal form to address a group in EP (Marques 2014a). In this case, the speakers’ linguistic judgement accounts for a change in the pronominal forms of address in which *vocês* has replaced the form *vós*, which has become archaic.” (Duarte & Marques, 2023a, p. 283)

⁸⁶ No original: “*Vós*, like *vocês*, brings together the parameters of power and solidarity, occurring in formal and informal situations.” (Duarte & Marques, 2023a, p. 283)

familiaridade que o recurso a *vocês* instauraria e, por outro, a excessiva estranheza que o uso de *vós* causaria, já que se trata de uma forma em progressivo desuso.

Ora, diante de tudo isto, parece-nos clara a complexidade pragmática de *vós* (e de *vocês*), pelo que se torna, a nosso ver, essencial que se apresentem mais reflexões sobre este tema. É isso que tentaremos fazer com a análise dos dados recolhidos no nosso estudo.

1.2.2. A Sociolinguística

No cenário contemporâneo, a Sociolinguística mantém-se uma das subáreas da grande área de Letras e Linguística mais produtivas, multifuncionais, ativistas, inter-relacionais e transdisciplinares. Passa o tempo desde que emergiu como um campo a interessar tantos pesquisadores e permanece, por qualquer que seja a trilha ou o perfil, referência na área e em diversas outras áreas e espaços de interação, ação e intervenção.

Machado Vieira e Wiedemer (2023, p. 7)

Assentando na ideia de que fatores externos à língua (variáveis independentes) contribuem para uma adequada análise da mudança linguística, a Sociolinguística olha para a sociedade em busca de explicações para a expansão de uma variante linguística em detrimento de outra(s). Como refere Wright (2002, p. 336), remetendo para a distinção entre “innovation” e “change” feita por Milroy (1992), após o surgimento de uma inovação (fonética, semântica, etc.) pode dar-se uma expansão desse uso, ou seja, vários falantes passam a produzir essa nova forma. Nesse caso, haverá um período no qual ambas as formas (a inovação e a forma que já existia no sistema) convivem num ambiente de intercompreensão entre falantes que produzem uma e outra. Dar-se-á a mudança (que a sociolinguística procura explicar por análise de fatores externos à língua) se, depois desse período de convivência, uma das formas se tornar obsoleta e outra se tornar preferência generalizada dos falantes para aquele lugar do sistema.⁸⁷ Como referem Novo, Vieira e Tojal (2011, p. 41), “as mudanças que fazem evoluir a língua começam por ser consideradas desvios e, à medida que se vão impondo, acabam

⁸⁷ A mesma consideração também em Heine e Song (2011, p. 626): “(...) But what ends up as a communal act is likely to have started as an individual act, where a certain rhetorical strategy was propagated by someone, adopted by others, in some cases spreading across the entire speech community, thereby leading to a new form of expressing personal deixis.”

por ser aceites e por entrar na norma”. Por outras palavras, a massificação de determinada produção – produzida inicialmente por falantes com determinadas características sociais (sexo, idade, escolaridade e outras) – tenderá a fazer dela uma forma aceite e, posteriormente, não se sabendo exatamente quanto tempo depois, não problemática, deixando de ser sequer lembrada (a não ser por linguistas que estudem variação e mudança) como um antigo foco de “discórdia” linguística. Até que atinjam esse ponto, há, contudo, um percurso que se procura compreender.

Dentre os vários tipos de variação nas línguas, a Sociolinguística estuda a variação diastrática, “tentando estabelecer correlações entre variáveis sociais e fenómenos linguísticos.” (Ferreira *et al.*, 1996, p. 480). Como referem Ferreira *et al.* (1996, p. 480-481):

Foi a sociolinguística que permitiu observar que «a heterogeneidade faz parte integrante da economia linguística da comunidade e é necessária para satisfazer as exigências linguísticas da vida quotidiana» (Labov, 1982) e que a estratificação do uso da língua na sociedade não é caótica, obedecendo antes a determinadas regularidades, por vezes extremamente subtis.

Conscientes de que “as variáveis, tanto linguísticas como não-linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes” (Mollica, 2003b, p. 27), não procuraremos, com a análise de dados que faremos, tendo em conta as diferentes variáveis independentes que decidimos considerar, defender esta ou aquela variável independente como responsável pela hipotética mudança, mas antes apresentar observações sobre o que estatisticamente se mostrar relevante.

Como todos os trabalhos que consideram a análise de regras variáveis e da pesquisa sobre os fatores extralinguísticos que possam ajudar a explicar uma determinada variação (e, possivelmente, a posterior mudança), partimos das considerações teóricas emergentes nos trabalhos de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972). Todavia, sublinhamos que este trabalho, como outros em PE, se enquadra “no âmbito dos estudos que não são entendidos como verdadeiramente sociolinguísticos no sentido laboviano do termo (...)” (Rodrigues, 2016, p. 98) por não seguir de forma exata a proposta metodológica laboviana: não segue, por exemplo, por não apresentarmos uma

recolha de dados através de entrevista individual; segue, em parte, na codificação, embora as variáveis sejam tomadas de forma diferente; segue na consideração de condicionantes internos – como veremos, por exemplo, relativamente às explicações sobre a prevalência de formas de 2PP em posição de dativo – e de condicionantes extralinguísticos – por exemplo a importância de variáveis como idade e escolaridade apontadas em vários estudos; não segue na forma de seleção de um número prévio e exato de informantes com determinadas características (cf. Coelho *et al.*, 2010, p. 113-140).

Neste ponto do trabalho, cremos que seja importante recordarmos algumas notas que encontrámos na literatura sobre o desempenho de determinadas variáveis independentes, para ilustrarmos dois factos: por um lado, como ficou referido acima, que as variáveis não explicam isoladamente um fenómeno de mudança; por outro, que, apesar disso, há leituras que, devidamente apoiadas pelos dados, podem, com efeito, ser relevantes para o esclarecimento da mudança.

Em Paiva (2003, p. 36), recordando o estudo de Labov (1966), é referido que “não raro, as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens”. Esclarece-se, contudo, que “um aspeto a considerar é o valor social da variante inovadora”: “quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada (...) as mulheres tendem a assumir a liderança na mudança” e “quando se trata de implementar uma forma socialmente desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens tomam a liderança do processo”. Apesar do que refere, a autora recorda mais à frente que outras variáveis podem também estar a influir nos resultados, lembrando um estudo (Wolfram, 1969) no qual se notou que “as diferenças entre a fala de homens e mulheres são mais salientes nos grupos sociais intermediários”, ou seja, a classe social, além do sexo, estava a desempenhar um papel nas diferenças encontradas naquela população.

Relativamente à idade, recordamos que “(...) os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas” (...)” (Naro, 2003, p. 43), embora essa preservação também possa acontecer “com as pessoas mais escolarizadas, ou das camadas da população que gozam de maior prestígio social, ou ainda de grupos sociais que sofrem pressão normalizadora (...)” (Naro, 2003, p. 43). Independentemente da posição

teórica⁸⁸ que assumamos sobre “até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode realmente mudar no decorrer dos anos”, aceita-se que trocas de palavras e pronúncia, por exemplo, sejam mudanças a considerar ao longo da vida. Apesar disso, uma determinada mudança linguística pode ser geracional e nunca chegar a ser, por assim dizer, realizada num determinado falante (cf. Wright, 2002, p. 336).⁸⁹

No que toca à variável “escolaridade”, presente em vários estudos sociolinguísticos, sublinhamos a sempre referida associação a uma maior produção de formas linguísticas de norma-padrão, não só dado o papel normativo da escola, como também a frequência de, por exemplo, locais e atividades culturais como resultado das realidades descobertas em aula (cf. Votre, 2003, p. 51).

Relativamente à constatação da variação em contexto, mais formal/mais informal, recordamos o que é referido em Macedo (2003, p. 59): “O primeiro trabalho a comparar a fala dos indivíduos em contextos diferentes foi a pesquisa de Labov, realizada em 1966”. Em português, aponta a autora, “o primeiro estudo da influência do grau de formalidade do contexto no uso da língua foi o trabalho sobre a variação na concordância verbal (Naro e Lemle 1977)” (Macedo, 2003, pp. 60-61), tendo revelado que há maior produção de formas de norma-padrão em situações mais formais e menor em informais.

Para finalizar estas notas sobre Sociolinguística, e por interesse específico no âmbito das reflexões para o Ensino, recordamos que os estudos sociolinguísticos podem oferecer

⁸⁸ Sobre as posições teóricas, recordamos as palavras de Naro (2003, p. 44) – “Existem duas posições teóricas, ambas sem evidência empírica convincente. A primeira posição – que podemos rotular de “clássica”, já que é normalmente aceita por uma grande maioria de linguistas, desde os gerativistas até os sociolinguistas – postula que o processo de aquisição de linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir deste momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável. Segundo esta posição, a gramática do indivíduo não pode sofrer mudanças significativas porque o acesso aos dispositivos cognitivos que possibilitam a sua manipulação (a chamada faculdade da linguagem) fica bloqueado, uma hipótese que se apoia na psicologia desenvolvimentista.”; Naro (2003, p. 48) – “A outra possibilidade que estamos considerando admite que o sistema linguístico do indivíduo muda, mas não o da comunidade. (...) Ainda não temos muitas respostas; entretanto, os resultados obtidos até o momento apontam para uma terceira possibilidade: o indivíduo muda com o correr do tempo, mas não atinge precisamente a mesma posição em que estão os falantes mais velhos hoje. Pelo contrário, a tendência é exceder esta marca, indo na direção da deriva e assim implementando a mudança linguística.”

⁸⁹ Recuperamos aqui as palavras de Wright (2002, p. 336): “Following this train of thought, we can say that a linguistic change, as opposed to the initial innovation, is located in society. Such a change is effected through sociolinguistic variation, and the variation can be found between different people who may themselves never have actually changed anything in their own linguistic competence. This is possible because changes can occur through generational variation.”

uma “valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro (...)” (cf. Mollica, 2003a, p. 13) e que a Sociolinguística pode dar uma importante contribuição na formação de professores (cf. Moura, 2023, p. 205), na medida em que estando mais conscientes da variação que pode chegar às salas de aula, os professores podem, na obrigatoriedade que têm, e devem cumprir, do ensino da norma-padrão, em vez de “suprimir a diversidade existente em nossa sociedade” (Moura, 2023, p. 205) enquadrá-la como realidade da língua, embora (à data) não aceite como padrão.

1.2.2.1. A Sociolinguística em PE e o pronome pessoal vós

Martins (2016) refere que “a área da Sociolinguística tem sido pouco cultivada na esfera do português europeu⁹⁰ (em contraponto flagrante com o português brasileiro – uma interessante questão para a historiografia linguística)”, mas que há já “alguns passos que têm sido dados para alterar esta tendência”, remetendo para o capítulo “Variação sociolinguística”,⁹¹ de autoria de Celeste Rodrigues, apresentado no mesmo livro (cf. Martins, 2016, p. 2). Por estarem mais relacionados com o nosso tema, apresentamos, de seguida, observações sobre “Vocês tenham cuidado: sois educadas para isso”, de Aguiar e Paiva (2017), alguns estudos de Lara Bermejo, como, por exemplo, “La cortesía en la Península Ibérica Dialectología del Sprachbund suroccidental” (Lara Bermejo, 2018b), “The system of pronouns of address in Madeira” (Lara Bermejo, 2022b) e “The system of pronouns of address in the Azores” (Lara Bermejo, 2023b) e, ainda, sobre o artigo “Aproximação sociolinguística às formas de tratamento em português europeu”, de Sampedro Mella e Uruburu Rodríguez (2023).⁹²

Relativamente ao texto de Aguiar e Paiva (2017), esclarecemos que, no estudo que fazem sobre a produção de *vós/vocês* na zona de Braga (todos os informantes da

⁹⁰ Do mesmo, dá nota Mattos e Silva (1988b, p. 14): “A sua [do português europeu] variação diastrática, ao contrário da diatópica, tem sido pouco analisada, fato que parece decorrer, não apenas de uma tradição de estudos dialetais horizontais, mas também porque os problemas sociolinguísticos não devam ser tão marcados quanto os regionais.”

⁹¹ Mais especificamente sobre variação fonética e fonológica.

⁹² Existem outros trabalhos em Sociolinguística como, por exemplo, “Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal” de Oliveira (1996) e o projeto Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense (com a referência FCT PTDC/CLE-LIN/112939/2009 e com coordenação de Isabel Ermida – 2009 a 2011 – e Pilar Barbosa – 2011 a 2014) com referência Barbosa *et al.* (2014). Sobre os estudos sociolinguísticos em Portugal (nomeadamente sobre os grupos de trabalho existentes), ver, por exemplo, Pinto (2023).

amostra nasceram nesta região e foram selecionados aleatoriamente em diferentes freguesias), tomam em consideração as variáveis sociolinguísticas *sexo*, *idade* e *escolaridade* (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 138). No que toca à *escolaridade*, apontam, nomeadamente no que diz respeito a FTV, que são os informantes menos escolarizados que mais produzem as formas verbais de 2PP, referindo que isto poderá dever-se ao entendimento de *vós* como forma não prestigiada, o que leva a que os informantes mais escolarizados a evitem (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 146). Relativamente à variável *idade*, apontam que são as camadas mais velhas que ainda produzem *vós* nominativo e FT verbais de 2PP, optando, os mais jovens, claramente tanto por *vocês* como por produções de sujeito nulo com verbo na 3PP, o que, segundo Aguiar e Paiva (2017), pode ser interpretado como mudança geracional, na teoria laboviana. Relativamente ao *sexo*, Aguiar e Paiva (2017) indicam que as mulheres revelam menor uso de formas de 2PP e maior de 3PP do que os homens, constatação que, segundo as autoras, pode ser associada à ideia, discutida em Sociolinguística, de que as mulheres tendem a liderar a mudança linguística relativamente a formas que não são socialmente avaliadas (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 149). Apesar disso, notam que nas formas de complemento, a mudança é liderada pelos homens (maior uso de formas de 3PP).

No que toca às produções de Lara Bermejo, recuperamos essencialmente que os estudos sobre FT em PE têm habitualmente em conta as variáveis *idade*, *escolaridade*, *sexo* e *zona geográfica de residência (rural/urbana)*. Se tomarmos em atenção os estudos sobre a segunda pessoa do plural e a variável *sexo*, recordamos, por exemplo, que o autor, com base em análise de dados de um trabalho de campo que realizou, refere que as mulheres produzem menos formas de sujeito 2PP (*vós*), mas produzem mais do que os homens a forma preposicionada *convosco* (embora estes também a produzam mais do que a construção *com vocês*), o que, segundo o autor, mostra mais uma vez a aproximação das mulheres às formas mais prestigiadas (ou seja, as pertencentes à norma-padrão) (cf. Lara Bermejo, 2017b, pp. 15-17). Em posições sintáticas de acusativo e dativo, tanto homens como mulheres privilegiam o uso de formas de 2PP (Lara Bermejo, 2017b, p. 18). Relativamente aos possessivos, são novamente as mulheres a liderarem os usos da norma, com 100% das informantes a indicarem o possessivo de 2PP (*vosso(s)*, *vossa(s)*), em oposição a 20% de informantes

homens que usam um elemento de 3PP possessivo (*de vocês*) (cf. Lara Bermejo, 2017b, p. 19).

Relativamente a Sampedro Mella e Uruburu Rodríguez (2023), estudo sobre as FT em PE no âmbito de alocação singular, destacamos, no que toca às observações sobre as variáveis sociolinguísticas consideradas (*sexo, nível sociocultural e procedência distrital* dos emissores e *sexo, nível sociocultural e idade* dos recetores), o facto de indicarem que, em relação às variáveis que dizem respeito aos emissores, “os resultados das análises estatísticas não são significativos com nenhum destes fatores” (Sampedro Mella & Uruburu Rodríguez, 2023, p. 84). Relativamente às variáveis sociais do recetor, as autoras dão nota da significância da variável idade, sendo os jovens os que mais recebem o tratamento de 2PS e os mais velhos as formas de 3PS (cf. Sampedro Mella & Uruburu Rodríguez, 2023, p. 87).

Da literatura que consultámos sobre FT com especial foco sobre o pronome pessoal *vós*, encontrámos ainda mais algumas observações, considerando variáveis diafásicas, que passamos a recordar.

Por um lado, em relação à idade, recordamos, por exemplo, Wilhelm (1979), que, em resposta à pergunta “*Diz ‘vós’ ou ‘vocês’ quando fala aos seus amigos e conhecidos?*”, incluída num inquérito que realizou a falantes de PE, registou que tanto a maioria dos mais jovens (62 dos 79 informantes com menos de 30 anos) como a maioria dos mais velhos (8 dos 9 informantes com mais de 30 anos) indicaram usar *vocês* em detrimento de *vós* (cf. Wilhelm, 1979, p. 169). A associação da produção de *vós* a falantes mais velhos de uma determinada zona também está presente em juízos de falantes relatados em Duarte e Marques (2023a, p. 285): “Em Trás-os-Montes, a minha região, também ainda se usa o *vós*. É usado sobretudo pelas pessoas mais velhas e cada vez menos, é verdade. Eu, por exemplo, nunca usei o *vós*”. Contudo, em Duarte e Marques (2023a, p. 287), aponta-se, resultado de análise de *corpora*, para a existência de produções de *vós* tanto em falantes mais velhos como mais novos, mais ou menos escolarizados (até universitários o usam entre colegas), em certas regiões do norte do país.

Em relação à remissão do pronome para contextos religiosos, em Duarte e Marques (2023a, p. 285) é dado o exemplo de um juízo exatamente neste sentido: “Forma arcaica ainda hoje usada em linguagem cinematográfica e teatral para indicar ao espectador a

origem eclesial da personagem”. A associação ao contexto religioso está presente em variadíssimos autores; a título de exemplo, recordamos Carreira (2002, p. 176): “L’usage de vós est cependant limité à certaines régions à certains types de discours.”; Duarte (2011, p. 88): “Na verdade, no discurso da Igreja, é perfeitamente normal que o sacerdote se dirija publicamente aos fiéis tratando-os na 2ª pessoa do plural, mas essa forma está confinada, hoje, a usos muito particulares e marcados.”; Bazenga (2017, p. 3): “(...) Em contrapartida, o uso da variante com pronome de 2.ª pessoa do plural, “vós”, relativamente confinado, nos princípios do séc. XXI quer geograficamente, quer do ponto de vista do tipo de discurso, é uma forma perfeitamente aceitável, e.g., na situação discursiva em que um sacerdote se dirige aos fiéis.”; Lara Bermejo (2018b, p. 31): “(...) vós una forma totalmente desprestigiada, que aún pervive en el habla vernácula del centro-norte del país o en textos ceremoniosos y litúrgicos.” e Lara Bermejo (2023b, p. 2): “As for the former, vós is a relic form to address a group of people that is used in certain restrictive contexts, such as the church and the army.” e Manole (2020, p. 203): “A forma do plural vós é produtiva em algumas zonas rurais de Portugal e no discurso religioso, mas não faz parte da variante padrão da língua”.

Concluímos estes apontamentos sobre Sociolinguística esclarecendo que, no nosso estudo, além de variáveis tradicionalmente visadas na literatura, como tivemos oportunidade de recordar, decidimos considerar também o tipo de ensino (público/privado), a convivência com gerações familiares mais velhas (nomeadamente a frequência de convivência com os avós) e a frequência de ambientes linguisticamente mais conservadores (mais especificamente a frequência de catequese, atividade de cariz religioso). Procuraremos atentar na produção do pronome pessoal vós (e formas do seu paradigma⁹³), em diferentes posições sintáticas e em relação a determinadas características dos falantes (cf. problema da restrição em Weinreich, Labov & Herzog, 1968, pp. 183-184).

⁹³ Ou “série”, como referem Bacelar do Nascimento, Mendes e Duarte (2018, p. 252): “Quando o falante se dirige a mais de uma pessoa, pode utilizar pronomes de duas séries, ancoradas nas formas nominativas vós e vocês. A primeira está em desuso no português-padrão, embora se mantenha em dialetos setentrionais e do Centro de Portugal, e no discurso literário e oral, formal ou solene.”

1.2.3. A Dialetoлогия

Fue necesario llegar al nacimiento de la lingüística como ciencia histórica para que a los dialectos se les diera la dignidad a que tenían derecho.
Alvar (1996, p. 3)

Com as suas raízes na variação linguística e na comparação entre línguas, os estudos dialetológicos procuram mapear (no sentido literal cf. a geografia linguística, por exemplo, em Ferreira *et al.*, 1996, p. 484), em zonas mais ou menos definidas, determinadas produções linguísticas, maioritariamente fonéticas e morfológicas, embora também apresentem observações sintáticas e lexicais.

A cada uma das variedades dialetais é, genericamente, dado o nome de dialeto, podendo estes ser agrupados conforme partilhem um número de fenómenos que assim os permitam reunir. Terminologicamente, assumimos, ao longo do nosso trabalho, “dialeto” no seu sentido mais primário, associado à variação geográfica (cf., por exemplo, Cunha & Cintra 2017 [1984], p. 4; Bagno, 2023b, p. 453) e não como Mattos e Silva, já em 1988, refere que pode ser também entendido o termo:

Por dialecto hoje se entende na linguística as variedades de uma língua histórica que caracterizam formas de falar específicas de lugares, estratos sociais, faixas etárias, com seus registros próprios quanto à formalidade da situação de comunicação, daí as designações metalinguísticas de dialectos diatópicos, dialectos diastráticos, dialectos diacrónicos.
(Mattos e Silva, 1988a, p. 64)⁹⁴

Por outras palavras, partindo-se de dialeto como conjunto de características linguísticas presentes num determinado grupo de falantes – que na história dos estudos linguísticos começou por se definir num determinado grupo de uma zona geográfica – expandiu-se a consideração de dialeto também às variedades sociais ou históricas.

Para a delimitação de “áreas dialetais”, que se definem “pela concentração de fenómenos linguísticos idênticos” (Ferreira *et al.*, 1996, p. 484), os dialetólogos recorrem à definição de isoglossas, “linhas que marcam o limite geográfico de um fenómeno linguístico” (Ferreira *et al.*, 1996, p. 484). Tanto estas linhas, imaginárias,

⁹⁴ Por exemplo, Chambers e Trudgill (2004 [1998]) também abordam o termo *dialeto* associando-o não só à variação diatópica.

como os próprios dialetos que demarcam seguem um *continuum*,⁹⁵ ou seja, não existe – como, aliás, sabemos empiricamente – uma divisão abrupta entre zonas que ponha em causa a inteligibilidade: a variação acontece de forma fluida e sem que seja possível uma delimitação exata.

Além do dito, não queremos perder a oportunidade, ao evocarmos a Dialetologia, de referir a sua importância em subáreas como a Linguística Forense (cf. Sousa-Silva & Coulthard, 2016) porquanto permite que se obtenham pistas para identificações que, de outra forma, poderiam não ser alcançadas.

Por nos interessar, neste trabalho, a dialetologia em português europeu, apresentamos de seguida uma breve revisão de trabalhos dialetológicos⁹⁶ clássicos em PE – nomeadamente as propostas de divisão dialetal e as notas que ao longo do tempo foram deixadas sobre a produção de *vós* em diferentes regiões do país.

1.2.3.1. A Dialetologia em PE e o pronome pessoal *vós*

As principais referências de estudos dialetológicos em PE são José Leite de Vasconcelos, Manuel de Paiva Boléo e Luís Filipe Lindley Cintra.⁹⁷

Partindo da secção “Notices et études sur les dialectes”, da tese de doutoramento de José Leite de Vasconcelos, “o grande *animator* da dialectologia portuguesa” (Boleo, 1947, p. 6), “patriarca da dialectologia portuguesa” (Hammermüller, 1992, p. 45), recordamos aqui que existem, antes do século XIX, alguns apontamentos a ter historicamente em conta como, por exemplo, os que são deixados logo nas primeiras gramáticas: *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (Oliveira, 1536), *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros, (Barros, 1540) e *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de Nunes de Leão (Leão, 1576). Estas e outras obras são elencadas na reflexão de Vasconcelos acima referida, sendo mesmo apresentadas

⁹⁵ Sobre o *geographical dialect continuum* ver, por exemplo, Chambers e Trudgill (2004 [1998], pp. 5-7)

⁹⁶ Para uma vasta lista de referências sobre variação dialetal do português, ver Martins (2016, p. 3)

⁹⁷ Mattos e Silva (1988b, p. 13) predica sobre estes autores “três mestres da dialectologia portuguesa”. Na página 66, sobre Cintra, aponta: “sem dúvida o mais competente filólogo da língua portuguesa na segunda metade do século XX” (Mattos e Silva 1988a, p. 66). Mais recentemente, entre outros, remetemos para autores como Ernestina Carrilho (sobre o ALEPG, Carrilho e Lobo (1994)), Fernando Brissos (sobre a diversidade dialetal do centro-sul, Brissos e Saramago (2014); sobre as zonas raianas, especificamente o caso meridional, Brissos (2017); sobre o noroeste português, Brissos (2018)), João Saramago (sobre o ALEPG, Saramago (2006)), Manuela Barros Ferreira (Ferreira *et al.* (1996)) e Luísa Segura (da Cruz) (sobre produções no Barlavento algarvio, Segura da Cruz (1987)).

citações diretas que o autor considerou mais relevantes (cf. Vasconcelos, 1901, pp. 56-70). Da leitura desta parte da obra de Vasconcelos (1901), destacamos essencialmente as notas sobre a consciência da existência de maneiras de falar distintas de local para local (havendo, por vezes, juízos de valor relativamente a determinadas variedades) e o facto de as observações recaírem maioritariamente sobre questões fonéticas, morfológicas e terminológicas (cf. Vasconcelos, 1901, pp. 56-70). Para lá disso, entendemos que também importa notar, como apontamento histórico, a referência ao capítulo “Dos Dialectos da Lingoa Portuguesa” da obra *Regras da Lingoa Portuguesa* (Argote, 1725), no qual é, segundo Vasconcelos, apontada pela primeira vez uma imagem geral (embora imperfeita, diz) dos dialetos do português, feita da seguinte forma: dialetos locais; dialetos de tempo e dialetos de profissão (Vasconcelos, 1901, p. 61). Relativamente aos primeiros, são enumerados por Argote os falares de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira e Estremadura e Algarve (Vasconcelos, 1901, p. 61). Vasconcelos sublinha que Argote deixa de lado os do Alentejo por entender que estes diferem pouco dos falares da Estremadura e acrescenta que o autor faz ainda alusão aos codialetos do norte de Trás-os-Montes (se a sua interpretação das palavras de Argote está correta, salvaguarda), aos dialetos do ultramar, à linguagem popular em geral, ao calão de Lisboa e aos dialetos dos Ciganos (Vasconcelos, 1901, p. 61). Os classificados por Argote como Dialetos de Tempo são as diferentes fases da língua portuguesa e os Dialetos de Profissão são as diferenças de falar (cf. Vasconcelos, 1901, pp. 61-62) que, referimos nós, hodiernamente agrupamos na variação diafásica ou até na classificação como gíria. Assim, especificamente para o nosso estudo, não havendo o intuito de recuperar exhaustivamente o que foi dito para trás do século XIX, interessa especialmente recordar da obra de Vasconcelos 1901 o desenvolvimento do que avançou inicialmente em 1893. Recuperamos, então, de seguida, o contributo de José Leite de Vasconcelos que nos interessa recordar e seguimos a linha temporal até ao século XXI.

José Leite de Vasconcelos (n.1858 – m.1941)

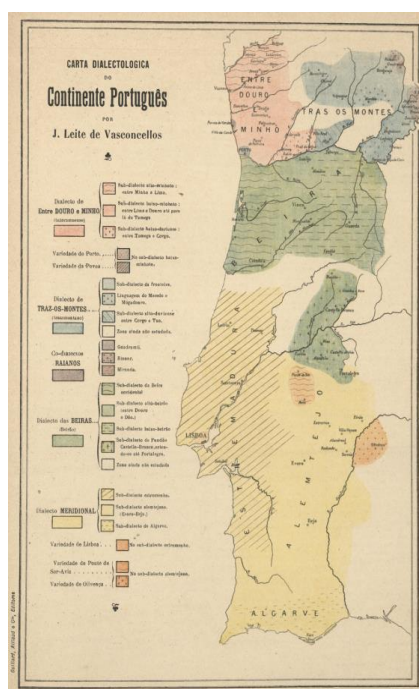
Sobre a obra de Leite de Vasconcelos e a sua importância na história da dialetologia portuguesa são feitas referências em vários textos (cf., por exemplo, Boléo (1947),

Ribeiro (1985), Cintra (1986 [1972]), Wilhelm (1979), Guimarães (2010), entre muitos outros).

Recordamos, como dissemos, no que importa diretamente ao nosso estudo, os trabalhos de 1897 (*Carta dialectológica do continente português*, publicada originalmente em 1893, a “mais antiga tentativa de classificação sistemática dos dialectos portugueses continentais” (Cintra, 1983b [1971], p. 122)); de 1901 (*Esquisse d’une dialectologie portugaise*, tese de doutoramento), de 1928 (*Opúsculos vol. I e II*), de 1929 (*Opúsculos vol. IV*) e de 1985 (*Opúsculos vol. VI*, póstumo, organizado por Maria Adelaide Valle Cintra).

Em 1897, Vasconcelos expressa, no capítulo “Portugal Glottológico”, da obra *Chorographia de Portugal ilustrada* de Deusdado, uma divisão em três grupos: Continental, Insulano e Ultramarino. Estão compreendidos no primeiro grupo os dialetos interamnenso, trasmontano, meridional e beirão; no segundo grupo o dialeto açoriano e o madeirense e, no último grupo, o dialeto brasileiro e os dialetos crioulos (Vasconcelos, 1897, p. 16). Relativamente ao grupo continental, é apresentado o mapa aqui reproduzido como Figura 1.

Figura 1 – Carta Dialectológica do Continente Português



Fonte: Vasconcelos (1897)

Em 1901, na sua tese de doutoramento, além da reflexão que referimos na parte introdutória deste capítulo, José de Leite Vasconcelos especifica os subdialectos constitutivos de cada grupo. Em 1987 já fazia referência à existência de subdialetos (“tambem devo dizer que com a expressão dialecto não quero significar um conjuncto uniforme, pois que dentro de cada um d’esses conjunctos, ha, como escrevi acima, variações, que aqui não especifico, por isso ser agora descabido.” Vasconcelos, 1987, p. 16), mas só em 1901 os nomeia e elenca. Relativamente aos dos grupos continental e insulano (os dois que mais nos interessam neste estudo) aponta: Dialecto Interamnense (alto-minhoto, baixo-minhoto e baixo-duriense); Dialecto Trasmontano (raiano, alto-duriense e ocidental e central); Dialecto Beirão (alto-beirão, baixo-beirão e ocidental); Dialecto Meridional (estremenho, alentejano e algarvio) (cf. Vasconcelos, 1901, pp. 28-29). No que toca ao subdialecto baixo-minhoto chega a referir a existência das pequenas variedades de Porto e Borda d’Água (Póvoa, Vila do Conde) (cf. Vasconcelos, 1901, p. 28).

No que diz respeito à obra “Opúsculos I – Filologia”, publicada em 1928, sublinhamos aqui a secção II – Variedades Dialectais, na qual Vasconcelos apresenta observações importantes sobre a noção de dialecto, referindo que “só há dialectos quando as modificações abrangem grande número de factos gramaticais, e se estendem a uma localidade, ou a uma região”, e sobre a noção de mudança linguística natural, em oposição à ideia, presente noutros autores, de corrupção da língua: “Os dialectos formam-se por transformações orgânicas de uma língua e não por corrupção, como geralmente se imagina” (Vasconcelos, 1928a, p. 115).

Em 1928b, na obra “Opúsculos II – Dialectologia”, dedicada ao estudo do dialecto interamnense, Vasconcelos além de apontar várias referências bibliográficas sobre obras relacionadas com o dialecto Entre-Douro-e-Minho, expõe notas (fonológicas, morfológicas, fraseológicas, vocabulares e exemplos de textos populares) sobre várias localidades da região, não havendo, contudo, observações específicas sobre formas de tratamento, sobre variação da 2PP e/ou reflexões sobre aspetos de cortesia.

Em 1929, numa das secções dos “Opúsculos IV Filologia”, Vasconcelos faz uma reflexão sobre os limites dialectais, referindo que “nem sempre é fácil ou possível estabelecer relações de causa e efeito entre os limites dos dialectos e as coincidências geográficas,

étnicas, e políticas” (Vasconcelos, 1929, p. 804). Nesta obra são, entre outros pontos, também apresentadas observações sobre as línguas raianas de Trás-os-Montes, um “Breve estudo dos falares de Riodonor e Guadramil” e retomado o “Mapa dialectológico do Continente português” (cf. Vasconcelos, 1929).

Em 1985 é publicado, a título póstumo, com organização de Maria Adelaide Valle Silva, o sexto volume dos Opúsculos, com informação sobre o dialeto transmontano e sobre o dialeto beirão (uma parte ainda redigida pelo autor e outra parte redigida pela editora com base em materiais recolhidos por Vasconcelos). Nesta secção, página 126 da obra, há uma referência curiosa sobre a zona de Montezinho (Bragança): “conserva-se vivo o tratamento com o pronome *bós*”. Importa notar que é indicado, no início das notas sobre Montezinho, que estas foram “tomadas em 1884 e em 1936”, pelo que não nos é possível saber a data exata da observação que aqui salientamos. Sobre o *vós*, outra nota na página 131: “conserva-se o tratamento por *vós*”, sobre Vargem, notas tomadas em 1884. Em relação à zona de Lombada, resultado de notas tomadas em 1936, escreve-se na página 133: “Dão o tratamento de *vós* e de *e/e* (3.ª pessoa no sentido de 2.ª, como em mirandês). Falando um dos homens comigo disse-me: Se *e/e* já o sabe (= se você [...]).” Na página 137, mais uma observação sobre o tratamento por *vós*, desta vez relativa à localidade de Sacoias, nota tomada em 1936: “Emprega-se o pronome *bós* no tratamento: «*bós and’idis*»”. Mais à frente, na página 147, em nota sem data expressa e sobre a zona Fontes: “Para pessoas de respeito emprega-se o tratamento por *vós*, como no Zeive”. Na página 154 novo registo, com data de 1936, sobre a zona Deilão (Bragança): “Emprega-se o pronome *vós* no tratamento”. Na página 162 igual registo, mas sobre Portelo, em nota tomada em 1884. Bastante mais à frente na exposição das notas, na página 191, sobre Carvalhais (Montalegre): “No tratamento empregam-se os pronomes *bós* e *bòcê*: «*bós q’redes isto ou não*», «*ó meu pai, bòcê quer ir?*».” Na secção relativa ao dialeto beirão, nas páginas 406-407, sobre Aldeia do Bispo, refere-se: “O tratamento é de *vós* entre compadres, comadres, *praceiros*, *praceiras*, etc., isto é, os que são ‘mordomos do mesmo cesto’, os que são da mesma comunhão, etc., parentesco espiritual. Por exemplo: *trazei-me daí o vestido; ó comadre, aonde ides?*; *vós já almoçásteis?* Com as pessoas de idade, pais, irmãos, amigos, etc., não é *vós*. Dá-se o tratamento de *senhor*, *senhora* ou *vossa mercê*.” Nada mais encontramos sobre formas

de tratamento na obra de Vasconcelos (sendo que o vós referido é em alocução singular), pelo que entendemos que o contributo maior é de facto no estudo dialetológico do português (muito mais abrangente do que apenas sobre as formas de tratamento) com a apresentação do primeiro Mapa Dialetológico, trabalho que seria, como é histórico, continuado por autores como Paiva Boléo e Lindley Cintra.

Manuel de Paiva Boléo (n.1904 – m.1992)

Dos trabalhos de Boléo, destacamos essencialmente o Inquérito Linguístico (conhecido posteriormente como Inquérito Linguístico Boléo – (ILB) (cf. Boléo, 1978)), projeto que realizou a partir de 1942 e que consistiu numa vasta recolha de dados linguísticos por questionário. O documento por si organizado (igual para todo o território) foi enviado por correspondência não só a párocos e professores do ensino primário de vários locais de Portugal, com o intuito de que registassem as respostas de informantes por eles escolhidos (cf. Boléo, 1974 [1942], pp. 21-26), mas também divulgado genericamente para todos quantos quisessem e estivessem em boas condições para contribuir.⁹⁸ Procurando garantir a qualidade dos dados recolhidos, o autor redige “Observações sobre o questionário” (Boléo, 1974 [1942], pp. 19-27) e, mais especificamente, “Esclarecimentos para o Inquérito Linguístico por correspondência” (Boléo, 1974 [1942], pp. 29-43). Nos dados recolhidos, maioritariamente lexicais e fonéticos,⁹⁹ não encontrámos nada no âmbito do nosso estudo sobre vós 2PP; sublinhamos, contudo, remetendo para Hammermüller (2020), a existência de dados relativos ao tratamento no singular.

No que toca ao trabalho de 1950 *Dialectologia e História da Língua - isoglossas portuguesas*, cremos que existem vários pontos a recordar. Desde logo, a reflexão sobre

⁹⁸ Recorde-se: “Conquanto se dirija principalmente aos Professores do Ensino Primário e aos Párocos, o organizador do inquérito ousa esperar que ele interesse a muitas outras pessoas fora daquelas classes, designadamente a estudantes universitários, professores do ensino secundário oficial e particular, professores dos Seminários, etnógrafos, geógrafos, associações regionalistas, e ainda aos portugueses que vivem nas nossas Províncias ultramarinas” (Boléo, 1974 [1942], p. 17) e também “Não sendo possível enviar pessoalmente o questionário a todos os Párocos e Professores do País, pede-se aos que o não receberem e tenham interesse em responder, a fineza de se dirigirem ao organizador do inquérito. O mesmo direi das pessoas que, não pertencendo ao Clero nem ao Magistério primário, estejam em boas condições de fazer o inquérito.” (Boléo 1974 [1942], p. 29)

⁹⁹ “Pelas condições em que foi recolhida a maior parte dos materiais, o referido inquérito [Inquérito Linguístico por correspondência de 1942] tem carácter preferencialmente lexical e, sob esse aspecto, oferece, por via de regra, confiança. Sob o aspeto fonético, o seu interesse é muito mais restrito, mas nem por isso deixa de fornecer valiosas informações (...).” (Boléo, 1974 [1950], p. 195)

o termo *isoglossas* e sobre a discussão sobre “se há um português do norte e um português do sul, e se é aplicável, portanto, ao domínio linguístico, a tese dos «dois Portugais», que foi enunciada por Oliveira Martins e desenvolvida em vários trabalhos por Alberto Sampaio” (cf. Boléo, 1974 [1950], pp. 187-188). Boléo mostra-se contrário a essa ideia e lembra que é “necessário explicar as diferenças que existem entre o norte e o sul de Portugal” (Boléo, 1974 [1950], p. 190), nomeadamente “se é possível traçar, para um conjunto de fenómenos, linhas isoglossas” (Boléo, 1974 [1950], p. 191).¹⁰⁰ O autor prossegue referindo que “não foi possível”, até à data em que faz a reflexão, “traçar os limites de um único fenómeno” (Boléo, 1974 [1950], p. 194).

É certo que Leite de Vasconcelos publicou em 1897 um *Mapa dialectológico do Continente português* onde marcou, a cores, os limites daquilo a que chamou «dialectos» e a que prefiro dar a designação de «falares». Mas ele próprio reconheceu na *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, 1901, p. 153, que essa classificação *geográfica*, embora cómoda, não era perfeita, e entreviu o alcance científico de mapas e estudos como os que se iniciam agora (...). (Boléo, 1974 [1950], p. 194)

Importa aqui, no contexto desta citação, recuperar a distinção que o autor faz, na terceira nota de rodapé do artigo “O estudo dos dialectos e falares portugueses”, quanto à terminologia “dialeto” e “falar”:

Eu distingo entre «dialecto» e «falar», podendo adoptar para *dialecto* a definição de Marouzeau (Lexique de la terminologie linguistique, Paris, 1933; [2.^a edição «augmenté et mise à jour», 1943; 3.^a edição, 1961]): «forma particular tomada por uma língua num domínio dado», que se caracteriza «por um conjunto de particularidades tais que o seu agrupamento dá a impressão de um falar distinto dos falares vizinhos, não obstante o parentesco que os une». – Desta forma, eu considero dialecto o mirandês, ao passo que o minhoto, o beirão, o algarvio serão simples falares. Não ignoro que é muito difícil estabelecer objetivamente a distinção entre dialecto e falar. Creio, porém, que são maiores os

¹⁰⁰ “Chamam-se *linhas de isoglossas*, *linhas isoglossas* ou simplesmente *isoglossas* os limites que separam um dado fenómeno linguístico de outro (p. ex. a zona de ch da de tch).” (Boléo, 1974 [1950], p. 191)

inconvenientes de se chamar dialecto a qualquer dos falares mencionados.
(Boléo, 1974 [1942], pp. 3-4)

O autor, na obra *Unidade e variedade da língua portuguesa* (Boléo, 1974 [1954], pp. 253-287) apresenta a seguinte reflexão sobre as formas de tratamento:

Um estrangeiro que tenha passado algum tempo em Portugal, em nenhum domínio sente melhor essa variedade lexical que no do tratamento, variedade que o desconcerta e irrita, pelas dificuldades que lhe acarreta. Sem dúvida que seria mais cómodo que a língua portuguesa possuísse uma única fórmula “passe-partout”, como o espanhol (*usted*), o francês (*vous*), o inglês (*you*), o alemão (*Sie*). Não obstante todos os esforços e sugestões feitas nesse sentido por vários autores, nada leva a supor que função idêntica venha a ser atribuída ao *você*, tratamento que só se usa, em certos casos, entre iguais ou de superior para inferior.” (Boléo, 1974 [1954], pp. 265-266)

É exatamente neste ponto da obra que surge uma referência que entendemos ser importante recordar aqui:

Interpretando o sentir de muitos portugueses, Cabral do Nascimento, no Diário Popular (Lisboa) de 21 de Junho de 1954 (artigo transcrito no *Boletim Mensal da Sociedade da Língua Portuguesa*, ano V, Julho de 1954, pp.330-331), escreveu o seguinte, que nos parece bastante significativo, em comentário ao hábito de alguns comerciantes usarem do tratamento de *você* nos anúncios: «Parece-nos bastante contraproducente semelhante modo de os industriais se dirigirem à sua clientela. Que os ingleses digam *You* e os franceses *vous*, está muito bem, porque não dispõem de outras formas, na pobreza dos respectivos idiomas. Ainda se admite também que os brasileiros, em casos destes, usem *Você* (...). Mas entre nós não. Em Portugal não se tolera que um desconhecido nos trate por *Você*. A opulência da nossa língua criou subtilezas e melindres a que é necessário prestar a devida atenção. Faz-se mister respeitar a idiossincrasia do freguês, cativá-lo em vez de o ofender, atraí-lo em lugar de o repelir. Na base do negócio está o tratamento que se der a cada qual. Longe de nós a ideia de exigir *Excelência* a todo o momento e por dá cá aquela palha. Mas na escala cromática das maneiras de chamamento, excluindo *Majestade*, *Alteza*, *Eminência* e *Paternidade*, que

têm os seus campos assaz definidos, e pondo de lado o *Tu*, que reservamos àqueles com quem andámos na escola, é evidente que não existe apenas *Você* e *Vossa Excelência*. O primeiro impressiona mal, dito através do microfone e surpreendido em anúncios nos escaparates das lojas; o segundo é excessivamente comprido e respeitoso, oferecendo a desvantagem de gastar o prestígio pelo abuso a que o submetem. Recorra-se, pois, a uma solução intermédia, que representa ao mesmo tempo um dos grandes triunfos da língua portuguesa, não empregar tratamento nenhum! Use-se o verbo na terceira pessoa, o que dá tom neutro às expressões e carácter anódino às frases. (Boléo, 1974 [1954], p. 266)

Nas páginas que se seguem, também em *Unidade e variedade da língua portuguesa*, é ainda apresentada uma reflexão sobre várias linguagens do português: *linguagem corrente, falada ou coloquial* – e dentro desta a *linguagem familiar; linguagem popular*, que, segundo o autor, não deve ser confundida com a *linguagem regional* – “aquilo a que Leite de Vasconcelos chamou «dialectos» e a que eu prefiro dar a designação de «falares» (Boléo, 1974 [1954], p. 275); *linguagem escrita* – a *desataviada* e a *cuidada*, que não se devem confundir com a linguagem literária; *linguagens especiais; linguagens técnicas* e *linguagens secretas* – que diferem das gírias e do calão (cf.- Boléo, 1974 [1954], pp. 253-287). Não pretendendo de forma nenhuma esmiuçar cada uma das classificações (algumas têm até exposições um pouco dúbias), recordamo-las aqui na medida em que se avança nelas a consciência da variação não só regional como de outras ordens, o que nos parece importante.

Em 1959, Boléo apresenta, no *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, um mapa baseado nos dados recolhidos no ILB, mapa que irá ser repetido “a cores, em forma definitiva e comentada, em 1962, nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (Lisboa, 1959)*” (Cintra, 1983b [1971], p. 123) e no qual consta uma proposta de classificação que será entendida por Cintra (1983b [1971], p. 123) como a “quarta classificação dos dialetos”, depois das três de Leite de Vasconcelos (a avançada em 1897 e as edições em 1901 e 1929), e antes da que se encontra “no capítulo *Estado actual del Português en la Península Ibérica*, da *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e

Maria Albertina Mendes da Luz (2.^a edição, publicada em 1961)” (Cintra, 1983b [1971], pp. 123-124)].

Luís Lindley Cintra (n.1925 – m.1991)

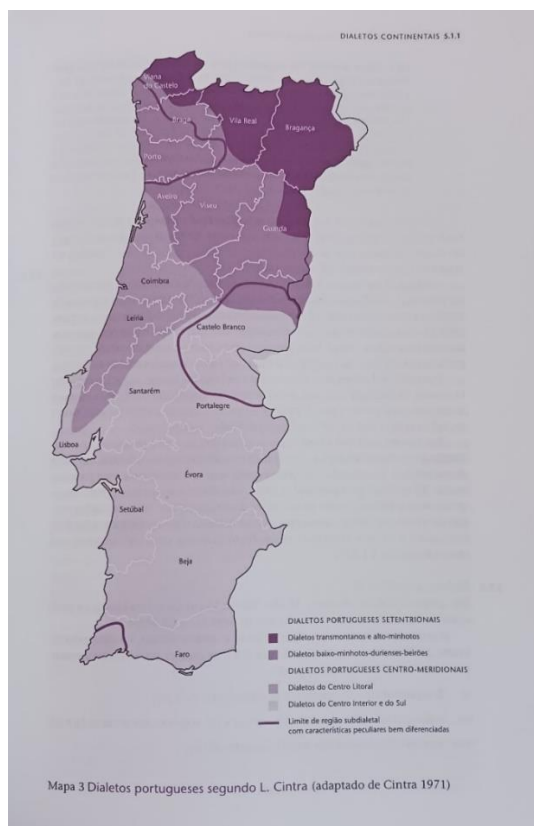
Na nota de 1954 *Enquêtes au Portugal pour l’Atlas Linguistique de la Péninsule Ibérique*, Lindley Cintra avança com algumas informações sobre o inquérito em que vai colaborar (substituindo o investigador Nobre de Gusmão, que já tinha feito recolhas em 15 localidades, em 1936, antes da eclosão da guerra civil espanhola), no âmbito da realização do *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (ALPI), expressando que o questionário é dividido em duas partes: uma dedicada à fonética e a certos aspetos da morfologia e da sintaxe e outra dedicada ao vocabulário (Cintra, 1954, p. 20). Esta observação faz com que possamos, desde logo, pressupor a nula ou diminuta existência de dados sobre formas de tratamento e sobre o uso de vós. Em 1956 (com publicação em 1958), Lindley Cintra, na comunicação *Os inquéritos realizados em Portugal para o Atlas Linguístico da Península Ibérica e seu interesse para a dialectologia brasileira*, apresenta de facto algumas observações importantes no que toca à fonética, mas não aponta nada sobre formas de tratamento ou sobre o pronome e o uso de vós (cf. Cintra, 1958 [1956]). Nos textos de 1962 [1961] – *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais* (Cintra, 1962a [1961]) e *Áreas lexicais no território português* (Cintra, 1962b [1961]) – sucede semelhante, não havendo nada sobre formas de tratamento, mas observações sobre delimitações geográficas baseadas em dados fonéticos e lexicais recolhidos pelo autor no âmbito da pesquisa para a posterior elaboração do ALPI. Em 1970, arranca o projeto ALEPG; embora tenha sido apresentado em 1957 e se tivesse definido o ano de 1959 como data de início para o trabalho de campo (cf. Saramago, 2006, pp. 281-282). “Trata-se de um questionário essencialmente lexical de base onomasiológica”, refere Saramago (2006, p. 282), com um arquivo sonoro de “cerca de 4500 horas”, acrescenta (Saramago, 2006, p. 284).

Em Cintra (1983b [1971]), o autor apresenta a *Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses*,¹⁰¹ obra em que recupera – como já tivemos oportunidade de notar – anteriores classificações dos dialetos, mas não inclui nela nenhuma

¹⁰¹ Mattos e Silva (1988b, p. 14): “é a mais precisa e difundida.”

proposta de classificação cujo mapa acabamos de reproduzir. Por entendermos mais legível e adequado, reproduzimos aqui a adaptação feita em Segura (2013, p. 95):

Figura 3 – Reprodução do mapa “Dialectos portugueses segundo L. Cintra (adaptado de Cintra 1971)”



Fonte: Segura (2013, p. 95)

Resumidamente, o que se encontra na imagem é a divisão do país “em duas áreas macro-dialectais: Norte — “dialectos portugueses setentrionais” — e Centro-Sul — “dialectos portugueses centro-meridionais”” (Brissos & Saramago, 2014, p. 55). “O português padrão localiza-se a Sul e, desse modo, a maior parte dos traços utilizados para o estabelecimento dos grupos referidos está indexada ao Norte e não ao Sul (...)”, acrescentam Brissos e Saramago (2014, p. 55).¹⁰⁴

um ponto de vista linguístico, nem de um ponto de vista institucional se justifica que continue a ser considerado como um dialeto do português.”

¹⁰⁴ Recuperando Segura (2013), recordamos que os traços da variedade-padrão são a “existência da oposição entre /v/ e /b/; a realização dental das sibilantes /s/ e /z/; a inexistência do fonema /tʃ/, com o consequente desaparecimento da oposição fonológica entre /tʃ/ e /f/; a monotongação do ditongo [ow]; a pronúncia com hiato entre vogais e a manutenção do ditongo [ei]”. Destas, o último traço referido é o único que não está presente na definição do grupo centro-meridional dialetal português, o qual apresenta “monotongação do ditongo [ej]” (Segura, 2013, p. 101).

Além da divisão dos grupos em, no Norte, "dialectos transmontanos e alto-minhotos" e "dialectos baixo-minhotos-durienses-beirões" e, no Centro-Sul, em "dialectos do centro-litoral" e "dialectos do centro-interior e do sul", Brissos e Saramago (2014) esclarecem:

Cintra acrescenta um outro tipo de subdivisão dialectal, que não se prende com os grupos dialectais primários (Norte ~ Centro-Sul) e secundários (bipartição dos primários) — as divisões superiores —, mas com variedades dialectais que, embora incluídas naqueles, constituem, nas palavras de Cintra, "regiões subdialectais com características peculiares bem diferenciadas". (Brissos & Saramago, 2014, p. 56)¹⁰⁵

Não as consideramos no nosso trabalho por serem já um afinamento mais específico; uma vez que vamos recolher repostas por distrito é apenas a divisão mais "macroscópica" que nos parece ser adequado recordar.

Nesta revisitação da literatura sobre os dialetos do português europeu falta apenas uma referência ao que está registado em Segura (2013, p. 105) sobre os dialetos insulares: "Relativamente aos traços usados por L. Cintra na sua classificação dos dialetos continentais (cf. 5.1.1)¹⁰⁶, os dialetos insulares coincidem com os dialetos centro-meridionais (em que também se inscreve o português padrão) no que diz respeito aos traços consonânticos (...)" e também "Relativamente ao comportamento face ao hiato entre duas vogais centrais pertencentes a vocábulos diferentes, atrás referido como marcante na distinção entre os dialetos continentais, os dialetos insulares também neste aspeto coincidem com o português padrão: o hiato é tolerado (...)". Não esquecendo que a divisão que estamos a reportar dialetologicamente é "de base fonética/fonológica" (Segura, 2013, p. 88),¹⁰⁷ esclarecemos que, na análise que faremos

¹⁰⁵ Brissos e Saramago (2014, p. 56): "Essas áreas são três: a "variedade do Baixo Minho e Douro Litoral", a "variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo" e a "variedade do Barlavento do Algarve". (...) Esses traços e todos os outros que Cintra utiliza são de ordem fonética; no caso destas três variedades, os traços respeitam ao vocalismo, fundamentalmente ao tónico."

¹⁰⁶ Neste exato ponto, Segura (2013, p. 105) deixa a seguinte nota de rodapé: "Na primeira versão da proposta, L. Cintra (1971) não faz referência aos dialetos insulares, tendo posteriormente referido que que eles prolongavam os dialetos centro-meridionais (Cunha & Cintra, 1984, p. 19); mais tarde, em texto redigido em 1990, Cintra veio a pronunciar-se pela autonomia dos dialetos insulares face aos do continentais (cf. Cintra (2008))."

¹⁰⁷ Recordamos "Embora a variação exista a vários níveis, como se acabou de exemplificar, as classificações de dialetos foram, porém, desde sempre, estabelecidas tomando como base a componente fonética/fonológica." (Segura, 2013, p. 88)

dos dados sobre a produção/ não produção e juízos sobre o pronome pessoal vós, vamos considerar os arquipélagos da Madeira e dos Açores juntamente com os 17 distritos do continente, embora, posteriormente, deixemos algumas notas particulares (cf. secções 3.1.3.1 e 3.1.3.2).

Além do que recuperámos acima, interessa-nos deixar alguns apontamentos sobre o que encontrámos na literatura sobre o pronome pessoal vós no que diz respeito à distribuição geográfica da sua produção e/ou a juízos sobre essa organização dialetal.

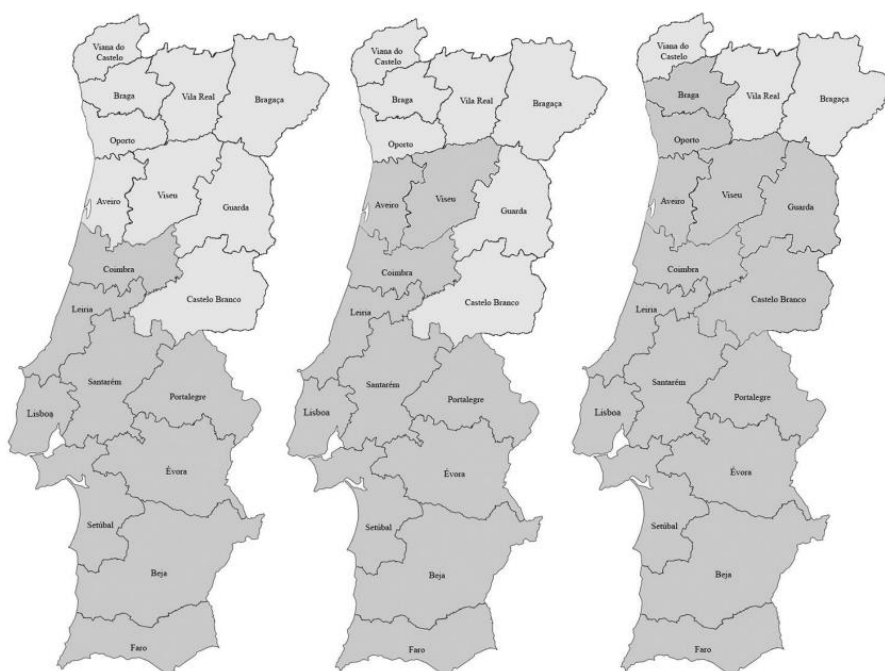
Em Wilhelm (1979), no inquérito que já referimos em 1.1.3 (*“Diz ‘vós’ ou ‘vocês’ quando fala aos seus amigos e conhecidos?”*), o autor regista que, dos 79 respondentes, 9 responderam vós e 62 responderam vocês e que “os nove interrogados que preferiam «vós» a «vocês», sem excepção, provêm das províncias ao norte de Lisboa, quer dizer, vinham mesmo do norte e precisamente dois do Douro Litoral, três da Beira Alta, um da Beira Litoral e três de Trás-os-Montes.” (Wilhelm, 1979, p. 169).

Em Bacelar do Nascimento (2013, p. 2713) e em Martins (2016, p. 14), igual remissão da forma para as zonas mais a norte no país, defendendo a última que esta mudança se encaixa “na oposição Norte-Sul que é central na paisagem dialetal portuguesa (cf. Segura 2013).” No que toca às FT verbais, Martins (2016, p. 14) refere que “(...) a par da perda do pronome nominativo vós, desapareceram do português padrão as formas verbais de segunda pessoa do plural, ainda que os dialetos setentrionais, em geral, as conservem (cf. Segura, 2013, pp. 130-131).”, esclarecendo que no PE padrão “foram substituídas pelas formas de terceira pessoa do plural” (Martins, 2016, p. 16).

As características diatópicas da produção de vós podem, também, ser encontradas em Hummel (2019, p. 41), que, remetendo para Hammermüller (1993), refere que vós pode ainda ser encontrado em áreas rurais portuguesas, observação que também surge em Manole (2020, p. 203). Além disso, a autora acrescenta (tal como Martins (2016), acima) que as respetivas FT verbais (as formas verbais de 2PP) são associadas “a certas zonas do país” (Manole, 2020, p. 204). Também em Duarte e Marques (2023a) surgem apontamentos sobre a produção dialetal de vós, nomeadamente na recuperação de juízos de falantes que o associam a produções no “Minho, Trás-os-Montes e Beira” (Duarte & Marques, 2023a, p. 285)

Lara Bermejo, refletindo sobre este assunto em vários trabalhos, deixa igualmente registos em linha com o que recordámos acima, e apresenta mapas que procuram ilustrar as mudanças da distribuição de *vocês* (ou, se quisermos, na leitura feita, do desaparecimento de *vós*) pelo país ao longo do tempo:

Figura 4 – Reprodução do Mapa “Extensión de vocês por vós (1930-1990-2020)”



Fonte: Lara Bermejo (2022a, p. 112)

No mapa mais à esquerda a divisão coincide com a “tradicional isoglossa que separa as variedades nortenhas das meridionais: a metade norte prefere *vós* + 2pl em contextos de solidariedade enquanto a outra metade seleciona *vocês* + 2pl/3pl, dependendo do elemento sintático em causa”.¹⁰⁸ No mapa central, até aos anos 90, “há um aumento do paradigma existente no sul em direção ao norte”¹⁰⁹ e no mapa mais à direita, já em 2020,

¹⁰⁸ Lara Bermejo e Guilherme (2021, p. 57): “The split coincides with the traditional isogloss that separates the northern varieties from the southern ones (Map 1): the northern half prefers *vós* plus 2pl in solidarity contexts, while the southern half selects *vocês* plus 2pl or 3pl, depending on the syntactic element.”

¹⁰⁹ “The second stage, which lasts until the 1990s, involves an increase of the southern paradigm towards northern districts that did not previously have such a system. Specifically, at the end of the last century, it can be affirmed that the levelling in *vocês* was settled in Faro, Beja, Setúbal, Portalegre, Lisbon, Santarém, Évora, Leiria, Coimbra, Castelo Branco, Aveiro and Viseu.” (Lara Bermejo & Guilherme, 2021, p. 58)

dá-se nota da expansão no norte, com exceção de algumas zonas (cf. Lara Bermejo & Guilherme, 2021, p. 59).

Levamos a cabo esta sucinta recuperação, com um olhar mais ou menos delimitado sobre o que se encontra na literatura sobre vós, para enquadramento dos dados a recolher neste nosso trabalho. Avançamos agora para alguns registos sobre as Formas de Tratamento, temática na qual se encaixa o estudo do pronome pessoal vós (e formas da sua série).

1.3. Formas de Tratamento

O tratamento é a maneira pela qual o sujeito falante se dirige ao seu interlocutor.¹¹⁰
Teyssier (2007 [1982], p. 60)

Encontrámos em variadíssimos autores definições do fenómeno universal de tratamento, incidindo todas sobre o carácter relacional do conceito.

A título ilustrativo, recuperamos que “as formas de tratamento, como as formas de delicadeza em geral, são peças fundamentais na regulação da relação interpessoal” (Duarte, 2010, p. 135) e que “as formas de tratamento constituem um dos mais óbvios elos de ligação entre a própria estrutura da língua e a estrutura da sociedade, no sentido em que reflectem a organização da sociedade em termos de instituições (a família, os sistemas jurídico e educativo, etc.) e de estratificação (idade, classe, género, profissão, educação, etc.)” (Gouveia, 2008, p. 93).¹¹¹

¹¹⁰ De certa maneira em contracorrente com a citação de Teyssier, entendemos, seguindo Carreira (1997, 2009), que o tratamento não se limita à relação locutor-alocutário, mas engloba todas as formas usadas por um locutor para se referir a si mesmo (elocução), a quem se dirige (alocução) ou para evocar alguém (delocução) numa dada produção linguística. Decidimos, todavia, destacar a citação de Teyssier pelo facto de, neste nosso trabalho, nos focarmos, efetivamente, no tratamento nessa aceção direta ao interlocutor (mais especificamente, no nosso caso, plural), ou seja, na terminologia pragmático-discursiva de Carreira, em alocução. Recordamos também Manole (2020, p. 197), que refere que, “usado na linguística portuguesa (cf. tratamento) e espanhola (cf. tratamiento), este termo designa o alocutário e o locutor, bem como os terceiros (presentes ou ausentes) de uma interação verbal” e remete para o texto de Carreira (2009, p. 30), no qual está presente o conceito de “tratamento” mais abrangente.

¹¹¹ Também poderíamos recordar, por exemplo, Thomé-Williams (2004, pp. 85-86): “The use of forms of address in a language indicates the kinds of relationship that one wants to maintain, social distance or solidarity. In other words, when addressing a second person, what is the social position chosen by the speaker and where, socially, does he situate the listener?”; ou Marques e Duarte (2019, p. 236): “um sistema complexo que regula, a partir de vários parâmetros, as relações interpessoais criadas em situação de comunicação. São por isso uma categoria pragmática com impacto direto nas relações estabelecidas por cada comunidade social e linguística”; ou, ainda, Hajek, Kretzenbacher e Lagerberg (2013, p. 1) “The choice of address form is a way of positioning both speaker and addressee in their mutual social field of

Concordando com Boléo (1974 [1954]), “(...) não há dúvida de que o tratamento é um dos assuntos mais interessantes da língua portuguesa, pelas relações que permite estabelecer com a história da cultura” (cf. Boléo, 1974 [1954], pp. 265-266).¹¹² É-o – acrescentamos nós – não apenas na língua portuguesa, mas em muitas outras línguas não só pela história da cultura,¹¹³ mas pelas informações pragmáticas veiculadas sincronicamente.

Relativamente à história da cultura, concretizando-se nas mudanças sociais e culturais, recordamos Faraco (2007 [1996], p. 115):

Embora ainda se mantenha em muitas abordagens diacrônicas um princípio metodológico forte (elaborado pelo pensamento estruturalista) de separação estrita entre a história interna (gramatical) da língua e a história externa (as sempre cambiantes condições socioculturais de sua existência no eixo do tempo), a história das formas de tratamento pode mostrar a fertilidade heurística de abordagens teóricas que relativizam aquele princípio. Relativizar aquele princípio significa abandonar a crença na imanência pura, isto é, a crença de que os fatos lingüísticos só têm condicionantes lingüísticos; e abrir espaço para a exploração das intersecções entre o externo e o interno, aceitando a idéia de que a heterogeneidade social e mudanças nas relações sociais podem determinar alterações na língua.

interaction (cf. Carbaugh 1996: 143; Svennevig 1999: 19), thus marking a specific social distance between the interlocutors”.

¹¹² Na mesma linha, Clyne, Norrby e Warren (2009, p. i): “The way in which people address one another is crucial to expressing social relationships and is closely linked with cultural values”.

¹¹³ Por curiosidade, sobre esta ideia de história da cultura, recordamos a leitura que fizemos em Biderman (1972, pp. 370-371), que remete para um “excelente artigo”, nas suas palavras, da autoria de Dhanesh K. Jain (1969), no qual são deixadas algumas notas sobre as formas de tratamento na sociedade indiana. Biderman destaca essencialmente a diferença de tratamento na relação homem-mulher: “A mulher é sempre inferior. Na relação conjugal ela deve respeito ao marido e o trata com um pronome de nível imediatamente superior ao que recebe. (...) Como inferior que é, não pode manifestar sentimentos como raiva e irritação contra o marido. Ele pode discutir e gritar com ela, usando formas de tratamento de outra categoria, como p. ex. mudar o pronome de tratamento de *tum* para *tu*. Ela, porém, só manifestará os seus sentimentos de indignação através do choro” (Biderman, 1972, pp. 370-371). Biderman (1972, p. 371) acrescenta que “na Europa, nos séculos que se seguiram à Idade Média, preservaram-se costumes do passado e os sinais lingüísticos que veiculavam essas formas de comportamento”, acrescentando que “a linguagem escurrita e os comportamentos elegantes encheram muitos e muitos manuais, livros de cabeceira dos aristocratas” e que “os livros dos bons costumes” eram os livros mais vendidos dessa época.

As FT são, assim, um argumento assinalável para a desconsideração de ideias imanentistas e fechadas no estudo das línguas.

No que toca às informações pragmáticas veiculadas sincronicamente, lembramos Duarte (2011, p. 85):

A complexidade do uso das formas de tratamento em português origina múltiplas dificuldades e de diverso teor. A maior parte delas é de tipo pragmático e decorre de o locutor não saber adequar a forma própria ao destinatário que com ele se relaciona social e linguisticamente. Mas, para que o locutor saiba empregar a forma adequada por meio da qual se deve dirigir ao alocutário, tem de possuir, no seu acervo lexical, um conjunto rico e variado de alternativas pelas quais possa optar, depois de avaliar devidamente a situação enunciativa, o estatuto e a relação entre os interlocutores entre os quais decorre a troca comunicativa.

Faraco [2017 [1996], p. 114) avança que o estudo das FT interessa aos linguistas por três razões: uma, “pelas repercussões gramaticais decorrentes de sua diferenciação”; duas, “numa perspectiva mais pragmática, isto é, as condições de uso daquelas formas e suas correlações com a variação lingüística em geral (estudada sob diferentes ângulos e métodos e, por consequência, designada por diferentes termos: variação de registros, dialetos, estilos)” e três, pelo “estudo diacrônico das formas de tratamento: sua mudança no tempo e as eventuais repercussões dessas mudanças em outras partes da gramática” (Faraco, 2017 [1996], p. 114). Já em Hammermüller (1976, p. 57) se referia que o estudo linguístico das FT se justificava também pelo facto de, através dele, se dar “mais luz à interrelação de certos subsistemas linguísticos com agrupamentos dentro da sociedade.”

Embora muitos sistemas linguísticos já não apresentem, em determinadas FT – por exemplo, as pronominais – uma diversidade tão grande como apresentavam há alguns anos ou décadas),¹¹⁴ o fenómeno abarca sempre uma grande diversidade, não só pela abertura do inventário das formas nominais como pelo facto de serem um dos tópicos

¹¹⁴ Neste contexto, ver, por exemplo, Cook (2014) sobre a mudança, em inglês, *thou/you*.

nos quais mais se nota a mudança linguística,¹¹⁵ levando a que haja uma constante necessidade de “atualização” das competências dos falantes, quer sejam nativos ou não. Sobre a relação entre as FT e a mudança, recordamos, por exemplo, Duarte (2011): “Obviamente que as formas de tratamento, como sabemos, são uma zona sensível de mudança linguística por estarem muito dependentes de variáveis sociais em plena evolução” (Duarte, 2011, p. 87). Sobre a relação entre as FT e as mudanças sociais, recordamos também Faraco (2017 [1996], p. 114): “(...) as mudanças nas formas de tratamento estão correlacionadas com mudanças nas relações sociais e valores culturais.” e Biderman (1972, p. 377) “As formas de tratamento mudam porque as sociedades mudam”. Não podemos, todavia, esquecer que não existe uma relação especular entre ambas, tal como apontam Marques e Duarte (2019, p. 236):

Dadas as mudanças sociais em curso, e embora a relação não seja especular, as formas de tratamento dão conta de grande instabilidade, amplificada por questões diafásicas e idiossincráticas.¹¹⁶ Há a acrescentar, ainda, uma relativa variação diatópica no que a elas diz respeito.

Como exemplo das preocupações e reflexões dos falantes de português, Cintra (1986 [1972], p. 22) remete-nos para as «leis das cortesias» (1597), “que estabeleciam os limites do emprego de cada tratamento e fixavam as penas em que incorríamos que exigissem para si próprios uma fórmula que lhes não fosse adequada segundo esse texto legal”.

Os estudos sobre FT podem ser feitos tomando diferentes modelos teóricos, diferentes perspetivas de partida: “a multiplicidade de abordagens mostra que as FT são um fenómeno linguístico complexo, que pode ser analisado de vários pontos de vista”

¹¹⁵ Cf., por exemplo, com Bertolotti (2015, p. 10): [as FT] “tienen una alta inestabilidad en la relación signifiante-significado. Esto se debe a que son particularmente sensibles a las condiciones históricas de su uso, por su condición de marcadores sociolingüísticos y dialectales, y a que la cantidad de significados que deben codificar los significantes suelen “desbordarlos”. Também Guilherme e Bermejo (2015, p. 178) referem que as FT “são, enquanto estruturas linguísticas, permeáveis à própria mudança linguística. Tal é notório no processo de gramaticalização que sofreu você ou até em determinados fenómenos de concordância, e outros casos de variação.”

¹¹⁶ As autoras remetem, em nota, para Coseriu: “A não especularidade das FT relativamente à estratificação social é assinalada por E. Coseriu (1990, p. 45): “...sociedades muito diferenciadas podem ter sistemas de formas de tratamento muito simples (cf. o caso do latim que empregava tu para qualquer interlocutor) e sociedades pouco (ou menos) diferenciadas podem ter sistemas de tratamento muito complexos.” (Marques & Duarte 2019, p. 236). O exemplo latino também é apontado em, entre outros, Marcotulio (2012, p. 5).

(Manole, 2021b, p. 86). Remetendo para Manole (2021b, p. 83), para uma revisão dos “modelos que se debruçam sobre as línguas românicas”, esclarecemos que no nosso estudo decidimos considerar: “segundo critérios enunciativos”, como diz Manole (2021b, p. 85), a divisão “elocução, alocução, delocução” de Carreira (1997) – considerando apenas formas alocutivas; segundo critérios gramaticais morfológicos (cf. Manole, 2021b, pp. 84-85), a divisão FT verbais, FT pronominais e FT nominais de Cintra (1986 [1972]) – considerando apenas FT pronominais¹¹⁷ e FT verbais; e, por último, segundo critérios gramaticais sintáticos, recorreremos à classificação tradicional casuística de nominativo, acusativo, dativo, genitivo e oblíquo – considerando o estudo das formas canônicas da série vós e a problemática sobre concordância (designadamente sobre as construções híbridas).

Tomamos, ainda, de certa forma, nota da ideia avançada por Hammermüller (2020) sobre a existência de “«ilhas multiestratificadas»”¹¹⁸ de normas que regulam as formas de tratamento” (Manole, 2021b, p. 85) delimitadas por socioglossas, que se podem sobrepor e estabelecer trocas entre elas, já que os falantes podem fazer parte de diferentes sistemas de tratamento, e que estão sujeitas a contínuo conflito com os padrões de tratamento educacionais ensinados pelos professores e outras autoridades.¹¹⁹

Este trabalho enquadra-se nos estudos sobre Formas de Tratamento em português europeu,¹²⁰ uma vez que logisticamente não seria possível realizarmos um estudo de campo com levantamento de dados em todas as variedades.¹²¹ Nesse cenário, de seguida, afunilamos teoricamente o estudo nesse sentido.

¹¹⁷ Recordamos Heine e Song (2011, p. 588): “Languages are generally assumed to have personal pronouns.” E, em nota de rodapé, esclarecem: “Two languages are reported to lack personal pronouns, namely the Keresan language Acoma of New Mexico and the Chapacura-Wanhan language Wari’ of Brazil (Heath, 2004, p. 999)”

¹¹⁸ Seguimos a tradução de Manole (2021b, p. 85)

¹¹⁹ “These could be understood as being delimited by *socioglosses* defining address domains which are overlapping and exchanging with others, as individual speakers may, at least partly, participate in different address systems. (...) These conventional address islands – delimited and perhaps connected by the respective *socioglosses* – are subject to continuous conflicts with each other and with educational address standards suggested by teachers or other authorities.” (Hammermüller, 2020, p. 288)

¹²⁰ Sobre Formas de Tratamento noutras línguas, nomeadamente textos sobre temas que se relacionam mais diretamente com o estudo que aqui fazemos, ver, por exemplo, para o espanhol, Bertolotti (2015).

¹²¹ Em relação a formas de tratamento noutras variedades ver, por exemplo, para PB, entre muitíssimos outros, Silva (2008), Scherre, Andrade e Martins (2015) e Bacelar do Nascimento, Mendes e Duarte (2018); para PA, Balsalobre (2015), Silva (2020) e Pires (2022); para PM, também Balsalobre (2015).

1.3.1. Formas de Tratamento em PE

As formas de tratamento são, em português, um item de reconhecida dificuldade, não só no que concerne à sua tradução para outras línguas,¹²² mas também no que diz respeito ao ensino da língua, quer enquanto língua estrangeira quer enquanto língua materna.

Duarte (2010, p. 133)

As Formas de Tratamento são, referem-nos vários autores, um tema complexo, um dos temas mais difíceis¹²³ da língua portuguesa (cf. Basto, 1931; Meier, 1951 (*apud* Hammermüller, 1976, p. 57), Cintra, 1986 [1972]; Wilhelm, 1979; Carreira, 2001; Hammermüller, 1976, 2004; Gouveia, 2008; Duarte, 2010, 2011; Lara Bermejo, 2015, 2023a, 2023b; Bazenga, 2017, entre outros). Além disto, são também um tema de interesse geral, não só na Academia (cf. Oliveira, 2005, p. 307).¹²⁴

No que toca ao ensino de língua materna, recordamos o que refere Duarte (2011, p. 85)¹²⁵:

Os problemas de adequação no uso das formas de tratamento colocam-se para os estrangeiros que aprendem português mas também, e cada vez mais, para os falantes de português como língua materna (Duarte 2010), sobretudo para aquele vasto grupo que não fala, em casa, a variedade padrão que é a variedade utilizada na escola, onde um uso inadequado das formas de tratamento, justamente, pode ser muito penalizador para o aluno.

¹²² Relativamente às dificuldades em traduções, recordamos aqui, a título de exemplo, uma dúvida com que nos deparamos no *site* do dicionário Priberam: “Trabalho para um site de apostas, consequentemente faço traduções de textos informais, do inglês para o português. Que pronome devo usar no tratamento, TU ou VÓS? Ex.: Se desejas receber um bónus... ou Se desejas receber um bónus...?” <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/4037> (acesso 08-06-2022)

¹²³ Basto (1931, p. 193) chega a usar “incómoda” para adjetivar “a multiplicidade de tratamentos”.

¹²⁴ “Appropriate address in Portuguese, far from being a topic of interest merely to academics, is of ongoing discussion and concern to laypersons, who are consistent in using two expressions to account for their perceptions regarding address: tu cá, tu lá (‘use of tu is everywhere’ or ‘everyone uses tu’) and ninguém tem respeito pelo outro ‘no one has any respect for anyone anymore’. Just as these statements synthesize the ideas of the general populace, they are also in line with Brown and Gilman’s conclusion that speakers in the twentieth century began more frequently to use forms highlighting Solidarity, moving away from forms reflecting Power (Brown and Gilman 1972, p. 280).” (Oliveira 2005, p. 307)

¹²⁵ Neste texto – Duarte (2011) – reflete-se sobre as traduções de formas de tratamento feitas numa obra de reconhecido valor literário para se extraírem algumas conclusões sobre o cruzamento dos olhares da linguística e da literatura.

Ora, é a percepção da existência de dificuldades no uso adequado que justifica trabalhos como o nosso (o que já defendemos).¹²⁶ Já em Hammermüller (1976, p. 55) se dava nota das dificuldades do seu emprego tanto para nativos como para estrangeiros:

Notam-se hesitações na escolha do «tratamento correcto» não só no uso de estrangeiros já relativamente bem iniciados na língua portuguesa, mas também com os utentes portugueses p. ex. de diferentes proveniências sociais.

No que diz respeito ao ensino de língua estrangeira, e recordando que as FT são “para o estrangeiro fonte de amedrontadoras dificuldades” (Teyssier, 2007 [1982], p. 60); remetemos, por exemplo, para o que é apontado em Duarte (2010, p. 134) sobre as informações deixadas numa gramática espanhola sobre a língua portuguesa relativamente à necessidade de se perceber bem o uso de *tu/você/o senhor* além da referência ao facto de vários estudos sobre as formas de tratamento terem sido feitos por “docentes e especialistas do ensino do Português língua estrangeira, e/ou por investigadores estrangeiros”.

As FT em PE são efetivamente um tema complexo. Cintra (1986 [1972]) faz uma revisão histórica¹²⁷ sobre as FT em português e, como já tivemos oportunidade de referir, apresenta a sua reflexão com base numa divisão entre FT verbais, FT pronominais e FT nominais, referindo a existência no sistema atual (em 1972) de uma “extraordinária

¹²⁶ Além das situações apontadas – ensino de língua materna, ensino de língua estrangeira e traduções – também não devemos esquecer a particularidade dos casos de contacto em zonas fronteiriças/próximas de fronteira. Oliveira (1996) (“Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal”) apresenta, aliás, um estudo nesse contexto, tomando como informantes estudantes da Universidade de Évora e da Universidade de Cáceres: “Em qualquer língua o sistema de formas de tratamento serve de alguma forma como espelho linguístico da estrutura social de uma cidade, região ou país. Como a comunicação transfronteiriça implica necessariamente a utilização de formas de tratamento numa ou noutra língua (se não simultaneamente nas duas), um estudo deste fenómeno não deixa de ser uma componente importante para a análise de aspectos linguísticos da fronteira. Sendo assim, e dada a multiplicidade de perspectivas possíveis para examinar fenómenos linguísticos ou o meio social, existem várias maneiras de abordar o tema das formas de tratamento. Este estudo visa comparar de uma perspetiva sociolinguística alguns aspectos das formas de tratamento utilizadas por estudantes universitários em Cáceres e Évora.” (Oliveira, 1996, p. 123)

¹²⁷ “Undoubtedly, Cintra’s (1972) monograph is the work that best exemplifies the history of address terms, although there are still gaps in the description of their evolution.” Lara Bermejo (2023a, p. 3)

variedade e frequência do emprego dos tratamentos de tipo nominal” (Cintra, 1986 [1972], p. 14),¹²⁸ nomeadamente o uso de nomes próprios e nomes de profissão.¹²⁹

Tomando essa divisão, esclarecemos que deixamos totalmente de parte neste estudo as produções linguísticas que tradicionalmente se enquadram nas formas nominais (determinante + senhor/a,¹³⁰ determinante + Nome próprio; determinante + parentesco; determinante + profissão; etc.).¹³¹ Deter-nos-emos apenas nas formas pronominais¹³² e verbais, especificamente no confronto 2PP/3PP, dos paradigmas do plural alocutivo *vós/vocês*. Simplificando, tomaremos especialmente em atenção produções como *Vós + V2PP*; *Vocês + V3PP* e *FTV* (*V3PP* – em lugar do tradicionalmente normativo, porque segunda pessoa gramatical e semântica, *V2PP*).¹³³ Além destas, iremos também considerar outras produções dos respetivos paradigmas: *convosco* vs. *com vocês*; *vos* vs. *se*; *vosso(s)/vossa(s)* vs. *seu(s)/sua(s)*; *vos* vs. *os/as*; *vos* vs. *lhes*.¹³⁴

¹²⁸ Remetemos também para Faraco (2017 [1996], p. 116): “É de Marilina dos Santos Luz (1957, p. 229) a expressão “revolução da terceira pessoa” para denominar o conjunto de mudanças pelas quais passou o sistema de tratamento do português a partir do século XIV. Trata-se, sem dúvida, de um nome muito apropriado, se considerarmos a variada cadeia de mudanças morfológicas e até sintáticas que tal processo desencadeou na língua”

¹²⁹ Ver Pountain (2003, p. 150) para uma reflexão sobre a particularidade de termos referenciais (como nomes próprios e nomes de profissão) serem usados como forma de tratamento alocutivo de segunda pessoa e de isso abrir uma imensidão de graus de cortesia, o que não acontece em línguas nos quais essas formas de terceira pessoa não são usadas em alocução. Também Pountain (2003, p. 150) sobre a possibilidade de se considerar, ao contrário do que defende Cintra (1986 [1972]), que foi precisamente pelo grande número de formas possíveis que houve na sociedade uma preocupação obsessiva com a escolha adequada numa determinada circunstância.

¹³⁰ Da discussão sobre *o senhor* como forma nominal ou pronominal ver, por exemplo, Duarte e Marques (2023b)

¹³¹ Da produção teoricamente ilimitada das FT nominais, recordamos o comentário em Manole (2020, p. 199): “Pensemos, por exemplo, na criatividade linguística que faz aparecer nomes e apelidos novos, nomes carinhosos, alcunhas, novas profissões e cargos etc. Em teoria, todos estes termos podem ser usados como formas de tratamento”.

¹³² E, dentro destas, apenas nas de segunda pessoa semântica do plural, deixando de parte as reflexões sobre “tu”. Sobre as particularidades de tratamento de um interlocutor singular em alocução (2PS) recorrendo a formas de 3PS recordamos o que é dito em Benveniste (1971 [1966], p. 200): “He (or she) can serve as a form of address with someone who is present when one wishes to remove him from the personal sphere of “you.” On the one hand, it can show a kind of respect: it is the polite form (employed in Italian and German or in the forms of “His Majesty”) which raises the interlocutor above the status of person and the relationship of man to man. On the other hand, it is used to show scorn, to slight someone who does not even deserve that one address oneself “personally” to him. From its function as a nonpersonal form, the “third person” takes this ability to become a form of respect, which makes another being more than a person, as well as a form of insult, which can annihilate him as a person.”

¹³³ Deixaremos também notas sobre “*Vós + V3PP” e “*Vocês + V2PP” embora o foco principal sejam, no que toca a “pronomes pessoais + verbo”, as construções entendidas como normativas, ou seja, “Vós + V2PP” e “Vocês + V3PP”.

¹³⁴ Exclui-se igualmente a problemática sobre as Formas de Tratamento na posição de vocativo e/ou apelativo por entendermos que são casos mais específicos e menos representativos da produção efetiva

Como referido acima, neste trabalho focamo-nos apenas no paradigma de plural, deixando de parte realizações em direção a um interlocutor singular. Contudo, pela inegável relação histórico-morfológica *você-vocês*, recordamos aqui sucintamente algumas reflexões sobre a direção a um sujeito singular, em PE, no que toca a *você*.¹³⁵

Apesar de em Basto (1931, p. 193) se ler “Dantes, *você* – assim como *vossemecê* – evitava-se com pessoas de cerimónia. – *Você é estrebaria!* – exclamava-se. Agora é moda, é do bom tom, é *chic*, o tratamento de *você*.” (embora no mesmo texto, mas na página 187, se leia “*Vossemecê* para os aldeãos é mais respeitoso que *você*.”), o uso de *você* não é assim tão linear em PE. Disso dão conta vários autores (entre outros, por exemplo, Biderman, 1972; Carreira, 2007; Faraco, 2017 [1996]; Faria, 2002, 2009; Hammermüller, 1976,¹³⁶ 1980, 1993, 2011, 2020; Oliveira, 2005; Sampedro Mella & Uruburu Rodríguez, 2021; Thomé-Williams, 2004; Wilhelm, 1979).

Em 1980, na sua tese de doutoramento, Hammermüller apresenta uma isoglossa que divide o país, *grosso modo*, em duas zonas: uma zona na qual *você* é entendido como ofensivo e outra na qual não é (cf. Carreira, 2002, p. 178; Carreira, 2007, p. 18). De uma maneira global, divide-se em parte oriental, na qual é sentido como ofensivo, e parte ocidental, na qual não apresenta essa consideração¹³⁷ (cf. Carreira, 2007, p. 18). Mais tarde, em 1993, o autor apresenta uma lista de valores que *você* pode assumir (*você* respeitoso, *você* de igualdade, *você* de condescendência, *você* de distanciamento, *você*

dos pronomes *vós/vocês* e que correspondem maioritariamente a produções nominais. Falamos de casos como, por exemplo: “E agora, Senhor Doutor/Pedro, vou contar a minha história” e “Aí, *vós/vocês*, chegai/cheguem aqui.” (exemplos da nossa autoria). Sobre vocativos ver, por exemplo, Hammermüller (2004) e Oliveira (2009). Com certeza que também seria interessante analisar esses casos, contudo, por restrições de tempo e de escopo, não é possível fazê-lo neste projeto.

¹³⁵ Sobre a evolução de *vossa mercê* até *você*, ver, por exemplo, Cook (1994-1995) e Marcotulio (2012), que aborda a gramaticalização da forma *Vossa Mercê* (perda de traços de possessivo e ganho de traços pronominais). Sobre o contínuo processo de evolução de *vossa mercê* até *cê*, ver, por exemplo, Castilho (2010, p. 477). Sobre gramaticalização de pronomes pessoais de uma forma geral, ver Heine e Song (2011) – (os autores deixam uma reflexão sobre a rápida desvalorização de *Vossa Mercê* como forma cortês em PE (Heine & Song, 2011, p. 606)

¹³⁶ Hammermüller sobre as dificuldades de seleção adequada das FT em português chega, numa analogia com uma teia de aranha, a referir o risco de os locutores serem “devorados” se dirigirem “um ousado *tu* – ou às vezes pior – um *você* que se podia interpretar como marca de desprezo” (Hammermüller, 1976, p. 56)

¹³⁷ Ressalva-se, contudo, que a isoglossa apresenta sinuosidades na zona de Coimbra e que existem zonas mistas de Porto e Leiria, com a variação diastrática a ser precedente (cf. Carreira, 2007, p. 18)

metalinguístico, *você* desambiguador e *você* afetivo (Hammermüller, 1993 *apud* Carreira, 2007)).

Duarte (2011) é um dos autores que refletem sobre as dificuldades do uso de *você* em PE:

Com efeito, o pronome «você», generalizado ou quase no Brasil, onde a sua utilização não levanta qualquer dificuldade, coloca muitos problemas na variedade europeia do português, porque, no singular, só é aceitável em certas regiões e em certas variedades diastráticas, sendo o seu uso na variedade padrão muito específico de certas relações absolutamente simétricas e amistosas e inaceitável na maior parte dos casos, sobretudo sempre que exista dissimetria social ou de idade entre os interlocutores. Nas variedades mais próximas da norma, o «você» é quase inadmissível, geralmente sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês. (Duarte, 2011, p. 87)

Em Marques (2014, p. 73), na mesma linha, destaca-se que “a forma de tratamento *você* apresenta um complexo funcionamento. Está em mudança e é sem dúvida uma «área de crise».” A autora remete para as reflexões de Gouveia (2008), que aponta “a quase generalização do uso de *você*” Gouveia (2008, p. 94), embora não deixe de referir as palavras de Carreira (2004): “... a extensão do uso de *você*, que parece irreversível, é por enquanto problemática em Portugal.”

Guilherme e Bermejo (2015, p. 178), com o intuito de “descrever e analisar o uso do pronome *você* em português europeu, e tentar compreender se este pronome se ajusta, de facto, ao tratamento cortês ou não, uma vez que, empiricamente, se verifique na sociedade portuguesa alguma dificuldade na aceitação deste item de tratamento”, lançam a pergunta “Quão cortês é *você*?” (que é, aliás, título do artigo). Analisando “dados do início do século XX até 1974, e que foram extraídos de dois *corpora* de entrevistas dialetais e um *corpus* epistolográfico”, chegam à conclusão, contudo, que “o uso deste pronome não demonstra ser muito produtivo em português europeu, o que parece revelar alguma inadequação deste pronome em situações comunicativas mais formais e de maior deferência”. Por outras palavras, fica ilustrado que *você* não parece ser associado pelos falantes à ideia de cortesia (no enquadramento teórico de Brown e Gilman, 1960 e Brown e Levinson, 1978, 1987)

Bacelar do Nascimento, Mendes e Duarte (2018, p. 246) afirmam que, em PE, o uso “de *você*, é geralmente evitado e substituído por formas nominais ou por sujeito nulo”. “Sendo o português europeu uma língua de sujeito nulo consistente (cf. Roberts & Holmberg, 2010), o falante pode não usar explicitamente os pronomes e usar apenas a forma verbal apropriada a cada um deles (2.a pessoa do singular para *tu* e 3.a pessoa do singular para *você*)” (Bacelar do Nascimento, Mendes & Duarte, 2018, p. 248), esclarecem as autoras sobre o uso de FT verbais em detrimento da expressão do pronome. Referem ainda que *tu* e *você* se encontram em distribuição complementar: “*tu* é usado por falantes em relações simétricas (por exemplo, entre jovens) ou em relações assimétricas quando existe proximidade (entre familiares, por exemplo), enquanto *você* é tipicamente usado em relações assimétricas sem proximidade” (Bacelar do Nascimento, Mendes & Duarte, 2018, p. 261). As autoras acrescentam ainda que “a forma *você*, pelas sutilezas que caracterizam o seu uso, é com frequência evitada, preferindo-se outras estratégias como o sujeito nulo ou uma forma nominal” (Bacelar do Nascimento, Mendes & Duarte, 2018, p. 261) e destacam que “o sistema das formas de tratamento está atualmente a sofrer alterações, havendo uma generalização do tratamento por *tu* entre jovens e um aumento do seu uso noutras relações simétricas. Os falantes, principalmente os mais jovens, usam também com mais frequência a forma *você* nas relações assimétricas, pelo que, nessa situação, *tu* e *você* formam um sistema verdadeiramente complementar” (Bacelar do Nascimento, Mendes & Duarte, 2018, p. 261).

Também refletindo sobre *tu/você*, recordamos o trabalho de Lopes e Mota (2019), no qual as autoras, com os resultados de uma abordagem experimental com falantes de PE, concluem que, nas relações simétricas, *tu* “apresenta julgamentos mais positivos” do que *você*; a forma *você* tem genericamente aceitação negativa, exceto, em parte, em casos de falantes mais jovens em relações assimétricas; *você* tem aceitação mais baixa do que produções com sujeito nulo, notando-se aqui uma diferença entre formas de tratamento verbais e pronominais (cf. Lopes & Mota, 2019, p. 164).

Em Lara Bermejo (2023b) é igualmente referido o caráter complexo de *você*, já que pode funcionar como pronome de neutralidade em situações não íntimas e não formais, pode também funcionar como formal e, ainda, ser entendido como ofensivo (cf. Lara Bermejo,

2023b, p. 2). O autor acrescenta que esta instabilidade de *você* despoleta o recurso a outras alternativas em detrimento do uso do pronome, nomeadamente o recurso a FT nominais ou mesmo a sujeito nulo, com expressão de FT verbais. (cf. Lara Bermejo, 2023b, p. 2).¹³⁸

Em Duarte e Marques (2023a, p. 278), refere-se mesmo que é “uma forma muito complexa e a mais desafiadora e controversa, considerando a diversidade de relações interpessoais que este pronome pode representar.”¹³⁹ Não obstante, destaca-se que “na variedade padrão o seu uso é específico de certas relações simétricas ou de amizade, portanto, é usado no dia-a-dia”¹⁴⁰ (Duarte & Marques, 2023a, p. 278), o que também já era apontado em Rio-Torto (2022, p. 16):

Não é, pois, de toda verdade que no PEC não se use abundantemente *você*, ainda que por certo em menor escala que no PBC, pois no PE não é forma quase única ou pelo menos largamente dominante, como acontece em grande parte do Brasil.

Apesar do seu uso diário na norma, nos contextos referidos, é sentido como “rude e descortês especialmente quando em direção a alguém com uma posição social superior, mais velho ou que ainda não conhecemos”¹⁴¹ (Duarte & Marques, 2023a, p. 282).

Em suma, relativamente a *você*, cremos que interessa sublinhar o caráter pragmático complexo¹⁴² da FT e, por consequência, a preferência pela não expressão explícita do pronome, ou seja, é preferível (mais avisado pragmaticamente) que o falante recorra a

¹³⁸ No original: “Firstly, the pronoun *você* possesses opposite considerations among speakers, since it can work as a neutral pronoun in non-intimate and non-formal situations; it can also emerge as formal, but can be assessed as offensive too. Secondly, this apparent inadequacy or instability of *você* triggers the resource to other alternatives that replace the expression of such a pronoun, with Carreira (2003) specifically referring to the usage of a noun phrase plus 3sg in the verb or the employment of no subject whatsoever together with the coherent agreement in 3sg of any syntactic element.” (Lara Bermejo, 2023b, p. 2)

¹³⁹ No original: “It is a very complex form and the most challenging and controversial, considering the diversity of interpersonal relationships in Portuguese society that *você* can represent in discourse (in dialectal and diaphasic contexts, Hammermüller (2020))” (Duarte & Marques, 2023a, p. 278)

¹⁴⁰ No original: ““In the standard variety, its use is specific to certain symmetrical and friendship relations, thus, it is used in everyday conversation (...)” (Duarte & Marques, 2023a, p. 278)

¹⁴¹ No original: “It is generally felt to be rude or impolite, especially when addressing someone of higher social standing, who is older, or someone we are not close to or we do not know yet (Carreira 2004, 2007).” (Duarte & Marques, 2023a, p. 282)

¹⁴² “It appears to be risky to use this form of address [*você*] in some circumstances.” Thomé-Williams (2004, p. 98)

uma FT verbal de 3PS numa alocução (cf. grau zero de deferência, em Carreira (2004, 2005) e sujeito omitido como neutralidade (N), em Cook (1997)). Embora, como vimos, pareça estar a avançar a ocorrência de produções nesta variedade do português. Dada a complexidade do uso desta FT (cf. Faria, 2002),¹⁴³ está, desde logo, justificada a necessidade de contínua reflexão linguística sobre ela.

Esclarecido o foco nas formas de tratamento pronominais e verbais do plural em alocução e feitas breves anotações sobre a problemática que envolve a alocução com o uso do pronome *você* (pela relação histórico-morfológica com o pronome de plural *vocês*, que iremos considerar no confronto com *vós* em PEC), passamos, de seguida, à recuperação teórica específica sobre o elemento do sistema que tradicionalmente ocupa(va) o lugar de alocução a um interlocutor plural: o pronome *vós*.

1.3.1.1. O pronome pessoal *vós*

Da origem latina *tu* (direção a um interlocutor singular) e *vos* (direção a um interlocutor plural), *vós* passou a ser usado no português arcaico¹⁴⁴ também como pronome singular de cortesia (*vós* 2PS) (cf., entre outros, Cintra, 1986 [1972], p. 106; Manole, 2021a, p. 120). Contudo, devido a uma “a extensão progressiva do uso de *vós* para o tratamento dado a outras categorias sociais”, foi perdendo os traços semânticos de cortesia e distinção (cf. Manole, 2021a, p. 121) e acabou por deixar de ser usado no tratamento singular, remetendo-se a deferência e a cortesia essencialmente para construções nominais: inicialmente *vossa mercê*, e consequentes formas (que, entretanto, também foram perdendo os traços de cortesia), e mais tarde, considerando, por exemplo, a atualidade genericamente aceite, o recurso a formas como *o senhor/a senhora*, e formas de tratamento nominais protocolares e/ou construídas com títulos académicos ou categoria profissional.

Seguindo as observações de vários autores, desde Basto (1931, p. 193):

Talvez não fosse mau aproveitar esta monção da moda, e fixar-se em Portugal o tratamento único de *você*, (...) desaparecendo assim a incómoda multiplicidade

¹⁴³ “(...) the politeness value of this pronoun remains controversial because of the lack of fixed socio-cultural criteria governing its usage, (Carreira 2003, Duarte 2011, Gouveia 2008, Lara & Guilherme 2018, Lopes & Mota 2019, Hummel 2019)” Faria (2002, pp. 325-326)

¹⁴⁴ Sobre os usos de *vós* no período arcaico em direção a um interlocutor singular, ver, por exemplo, “Fórmulas de tratamento no português arcaico”, Luz (1958-1959).

de tratamentos que temos. E isto já que se perdeu o hábito do tratamento de vós, tam elegante. Hoje quási só o povo o emprega.

a Segura (2013, p. 130):

Para um único interlocutor, os dialetos, de uma maneira geral, comportam-se como o português-padrão, ou seja, aboliram o uso de vós como pronome singular na língua falada, mantendo-o apenas na linguagem religiosa para se dirigir a Deus e outras entidades religiosas. No entanto, não é de excluir a possibilidade de que ainda se mantenha em uso, em dialetos muito conservadores, na fala de gerações mais velhas, como forma de tratamento de respeito.

e passando, ainda, por muitos outros (cf., por exemplo, Teyssier, 2007 [1982], p. 70;¹⁴⁵ Hammermüller, 1992, p. 46;¹⁴⁶ Faria, 2009, p. 31;¹⁴⁷ Manole, 2021a, p. 122 ¹⁴⁸ ou 129;¹⁴⁹ Pires, 2023),¹⁵⁰ assumimos a ideia de que vós em direção a interlocutor singular é prática inexistente em PE, com exceção, em certa medida, do discurso religioso¹⁵¹ ou

¹⁴⁵ “[em Portugal] o vós desapareceu”

¹⁴⁶ “Rio de Onor “parece constituir um dos últimos refúgios em Portugal onde o *tratamento de vós para 1 pessoa* tenha sido conservado como elemento funcional do sistema de tratamento. *Vós* como tratamento para mais de 1 pessoa ou para várias pessoas que individualmente são tratadas por tu restringe-se aliás ao Portugal rural (e em especial do Norte) e/ou a domínios de ordem hierárquica como são a igreja, a escola e tropa. O tratamento individual por vós – onde possa aparecer em Portugal – terá ou um valor estilístico especial (cf. Henriques (1971) p. 162: “Em linguagem poética, ou cerimoniosa, ou respeitosa, também se usa vós para o singular”) ou uma menção como fenómeno socio-cultural e/ou dialectologicamente marginal (p. ex. para os Açores))”

¹⁴⁷ “A possibilidade de vós como tratamento de deferência de segunda pessoa do singular já foi, porém, definitivamente erradicada do português.”

¹⁴⁸ “A decadência progressiva do tratamento por meio de vós para um interlocutor continuou nos séculos seguintes, ao ponto de já no final do século XVIII e início do século XIX se encontrar “absolutamente afastado” da língua padrão, “a que rapidamente se seguiria a decadência mais lenta [...] de vós dirigido a vários interlocutores” (Cintra, 1986, p. 32). Atualmente, “nem sequer se conservam vestígios dialetais do emprego de vós para um único interlocutor” (Cintra, 1986, p. 67).”

¹⁴⁹ “No caso do tratamento dado a um único interlocutor, o pronome vós é utilizado no português atual apenas no discurso religioso, para o tratamento dado a Deus e a outras entidades religiosas.”

¹⁵⁰ Em Pires (2023) são abordadas as FT no nordeste trasmontano e o vós em direção a um interlocutor singular.

¹⁵¹ Mesmo no discurso religioso há já indícios de mudança, uma vez que há registos de uso de 2PS para direção a entidades entendidas como superiores, nomeadamente em orações (cf. «Agora, Senhor, segundo a tua palavra,/ deixarás ir em paz o teu servo,/ porque meus olhos viram a Salvação/ que ofereceste a todos os povos,/ Luz para se revelar às nações/ e glória de Israel, teu povo» - Bíblia Sagrada, Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica/Franciscanos Capuchinhos, 5.ª edição, 2008; disponível em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/tu-e-vos-em-textos-biblicos/28748>).

Aliás, poder-se-á dizer de nova mudança, já que, na mesma resposta no *site* Ciberdúvidas, o linguista Carlos Rocha refere que “na primeira tradução portuguesa dos Evangelhos, datada do século XVII” se emprega “tu”. Cintra (1986 [1972]) refere que, pelo menos no que diz respeito à literatura, “(...) é à

de usos irónicos¹⁵² (cf. Marques & Duarte, 2019, pp. 244-245), e focamo-nos unicamente na consideração deste elemento linguístico no âmbito do tratamento de 2PP.

1.3.1.1.1. Vós 2PP – um interlocutor plural

Como expressámos na *Introdução*, atentamos num tema cujo interesse se prova também pela atestação de dúvidas e observações de falantes de português (não só falantes nativos de PE como falantes de outras variedades e falantes de outras línguas que têm como objetivo aprender português, nomeadamente a sua variedade europeia).

Além de observações em caixas de comentários de redes sociais (cf., por exemplo, Marques & Duarte, 2019), há também perguntas deixadas em *sites* de esclarecimento de dúvidas linguísticas, nomeadamente no *site* Ciberdúvidas. A título ilustrativo, apresentamos, de seguida, duas entradas com que nos deparámos:

Consulente1: “Já faz algum tempo que tenho curiosidade a respeito da evolução das formas de tratamento na língua portuguesa. Em que época e por quê, por exemplo, surgiu o tratamento por vós para apenas uma pessoa. Como aparecem as formas encabeçadas pelo possessivo vosso(a)? Como algo remanescente disso, na liturgia da Igreja Católica, Deus e os bem-aventurados ainda são interpelados por vós, no Brasil e em Portugal (penso que também nos outros países lusófonos); não conheço a existência desse fenómeno noutros idiomas, especialmente nos de origem latina, em que os fiéis se dirigem a Deus e aos santos fazendo uso do pronome de segunda pessoa do singular tu. Peço-lhes, pois, uma explanação — se possível mais detalhada — sobre este assunto. Muito grato deste então.”

Consultor1: “Sem fazer uma grande explanação, diga-se que o uso de vós no âmbito do discurso religioso reproduz o uso desta forma de tratamento, que Celso Cunha e Lindley Cintra classificam como «vós de cerimónia» na Nova Gramática do Português Contemporâneo (Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1984, págs. 287/288), onde também se lê (*ibidem*): «1.º Vós, com referência a uma só pessoa, normal como tratamento de cerimónia em português antigo e clássico,

geração de António Ferreira – a mesma de Luís de Camões (...) que temos de atribuir a introdução (ou reintrodução se tivermos em conta o caso dos trovadores) do tratamento de Deus por vós na linguagem poética portuguesa.” (Cintra, 1986 [1972], p. 85). Também em Manole (2021a, p. 129) se refere que as mais recentes traduções utilizam *tu*. Sobre as diferentes opções tomadas em diferentes línguas românicas no que diz respeito ao uso de *tu/vós* para direção a entidades sagradas, ver Biderman (1972, pp. 373-374): “O Pai Nosso, oração comunitária muito antiga na cristandade, foi estabelecida na segunda pessoa do singular (T) desde as origens. Assim nas versões canónicas do Novo Testamento é essa a forma de tratamento, tanto em grego como em latim. Nas línguas neo-latinas tivemos traduções discordantes. Enquanto o francês e o português preferiram a forma respeitosa (V), o espanhol e o italiano preferiram a de intimidade (T).” Cintra (1986 [1972], p. 67) também fala nesta diferença de escolhas em diferentes países.

¹⁵² “Nos dados em análise, *Vós* é motivo de representações muito interessantes por parte dos comentadores: alguns usam-no para referir um locutor individual, de forma claramente anacrónica, em tom irónico; outros exageram na frequência com que o usam, pretendendo com isso fazer uma caricatura do uso legítimo, que na realidade não compreendem” (Marques & Duarte, 2019, pp. 244-245)

emprega-se ainda, uma vez por outra, em linguagem literária de tom arcaizante para expressar distância, apreço social: [...] - Não percebeis vós que a prudência é para mim um dever? [...] 2.º Vós foi, durante muito tempo, a forma normal por que os católicos portugueses e brasileiros se dirigiam a Deus, tratamento que, ainda hoje, prevalece entre eles: Pai nosso que estais no céu... No culto reformado, adopta-se a forma tu: Pai nosso que estás no céu [...]» Observe-se que o uso de formas de tratamento cognatas do vós português não é desconhecido de outras línguas românicas, como é o caso da francesa, a respeito da qual também se tem notícia do uso de vous numa tradução do Pater noster («Pai nosso»), que hoje já não tem prevalência.”¹⁵³ (Resposta dada em 04-07-2013)

Consulente2: “Sobre o uso da segunda pessoa do plural, gostaria de saber se ainda é possível, em Portugal, ouvir alguém que não seja do extremo norte utilizar o pronome vós em alguma situação. Sei que o uso dos possessivos (vosso/vossa/vossos/vossas) e dos pronomes oblíquos (vos/convosco) é extremamente comum e recorrente, mas o que dizer do pronome pessoal do caso reto que lhes corresponde? Usa-se o vós na fala coloquial? Com que frequência? E na escrita, é permitido pela norma misturar os pronomes auxiliares do vós com o pronome vocês? Ainda é comum os livros apresentarem os diálogos com o pronome vós? Ele soa estranho ou antiquado para os portugueses? Qual é a percentagem aproximada de portugueses que ainda usam o vós coloquialmente? São muitas dúvidas, mas achei melhor perguntar tudo duma vez em lugar de fazer várias perguntas parecidas.”

Consultor2: “A forma de tratamento que usa a segunda pessoa do plural (vós) é de uso muito raro em Portugal, não se empregando na fala coloquial quotidiana. Contudo, é possível ainda hoje encontrar esse registo em formas dialectais, sobretudo no norte de Portugal. No que respeita à escrita informal, não é possível a mistura de vós e vocês, uma vez que o primeiro é arcaico e o segundo tomou o seu lugar há muito no registo dos falantes. No entanto, na escrita literária, os dois pronomes podem ocorrer, se o contexto assim o permitir. Pode dizer-se que o seu emprego é limitado, de forma geral, a registos muito formais e litúrgicos. Como diz Lindley Cintra na sua obra *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*, «o vós e a 2ª pessoa do plural permaneceram como relíquias de um estágio anterior, nas orações dos cristãos e, de um modo geral, no modo de se dirigir a Deus ou à Virgem: 'Pai Nosso, que estais no céu [...]; Bendita sois vós entre as mulheres'.»”¹⁵⁴ (Resposta dada em 15-12-2017)

Das respostas acima transcritas, cremos que seja viável a síntese de que ao pronome vós parecem associar-se as seguintes ideias: uso dialetal (norte), uso arcaico, uso em registos muito formais e litúrgicos.

Ora, apesar de alguns autores apontarem o desaparecimento de vós,¹⁵⁵ outros apontam noutro sentido. Deste último grupo, recordamos, por exemplo, Marques (2017), que

¹⁵³..<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-uso-do-pronome-pessoal-vos-na-historia/32077> (acesso em 27-01-2022)

¹⁵⁴..<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-uso-de-vos-em-portugal/34608> (acesso em 27-01-2022)

¹⁵⁵ Recordamos, por exemplo, Said Ali (1931, p. 93): “O pronome vós caiu em desuso, quer para denotar pluralidade de pessoas, quer como tratamento de polidez; conserva-se todavia nas preces, no estilo oratório, na poesia, na linguagem de ficção quando a pluralidade não se refere a seres humanos e no estilo oficial”; Teyssier (2007 [1982], p. 60): “Desde o século XIX a segunda pessoa do plural sai completamente do uso falado normal. (...)”; Rodrigues Lapa (1984 [1970], p. 154): “Um pronome perdido:

refere que “a morte da FT *vós* parece ser uma notícia um pouco exagerada!”. A autora explica que “(...) as ocorrências de *vós* em interações verbais diversas dão conta de uma complexidade que não tem sido devidamente descrita” e aponta para quatro usos: “uso dialetal”, “usos socioletais (geracional)”, “discurso religioso” e “discurso político” (Marques, 2017, pp. 15-18). A isto acrescenta a necessidade de se estudarem os lugares sintáticos e as combinatórias de diferentes pessoas (2.ª e 3.ª), dando como exemplo um excerto do discurso de Mário Soares na cerimónia de comemoração dos quinze anos do 25 de Abril, em 1989: “(...) não *perguntem* o que o *vosso* país pode fazer por *vós*” (Marques, 2017, pp. 20-21). A autora refere ainda que “*Vós* não é uma FT socialmente valorizada” (Marques, 2017, p. 6), acrescentando que as perceções dos falantes apontam para “duas categorizações: arcaísmo; forma dialetal” (Marques, 2017, p. 8), às quais se junta “um posicionamento que agrega com frequência um juízo depreciativo” (Marques, 2017, p. 10).

Em linha com a ideia de a morte de *vós* ser uma notícia exagerada, remetemos também para Bechara (2019), que refere que “ainda continuam vivos em Portugal *vós*, *vosso*” (Bechara, 2019, p. 237)¹⁵⁶ e para Marques e Duarte (2019), que, no âmbito de um estudo sobre FT pronominais, referem:

São assim defetivas, quando não erróneas, perceções de que *Vós* já não se usa, *Vocês* é a forma de tratamento que o veio substituir, *Você* é a forma prototípica do tratamento de terceira pessoa ou que *Tu* marca uma relação de proximidade. (Marques & Duarte, 2019, p. 236).

Neste cenário, além do que já recordámos nas secções 1.2, 1.3 e 1.4 pelos respetivos enquadramentos teóricos das observações (cortesia, sociolinguística e dialetologia), recuperamos aqui mais algumas notas não só sobre *vós* como também sobre as

vós. Praticamente, na linguagem de todos os dias, já não existe em português o pronome *vós*, salvo no falar de algumas regiões portuguesas do Norte e da Beira. Aqui ainda se emprega na 2.ª pessoa do plural. Exemplo: «*Vós* não tendes juízo, rapazes». Nas outras regiões do País, sobretudo para o Sul, este modo de dizer soa como arcaísmo e é geralmente substituído: «*Vocês* não têm juízo, rapazes». Logo, podemos afirmar que a 2.ª pessoa do plural está praticamente perdida em português e é substituída geralmente pela 3.ª do plural.” e Cook (2001, p. 56): “O tratamento por *vós* está praticamente defunto na língua falada, mas, por exemplo, no norte de Portugal ainda é possível ouvi-lo na boca do padre que do púlpito se dirige à congregação.”

¹⁵⁶ Noutro sentido, Faraco (2017 [1996], p. 125) refere: “É interessante também mencionar neste ponto que, no português europeu, o possessivo *vosso* é ainda bastante corrente, muito embora *vós* e *vos* tenham-se arcaizado.”

restantes formas da série que consideramos neste trabalho. Fazemo-lo, por entendermos mais lógico, por autoria do contributo e numa ordem temporal crescente, procurando privilegiar sempre, num mesmo autor, as notas que soubermos mais recentes.

Tendo noutros pontos deste trabalho referido até observações mais antigas (nomeadamente Basto (1931)), começamos aqui por recordar Wilhelm (1979) por entendermos que são curiosos os registos que faz, por exemplo, sobre as produções híbridas de formas da 2PP e 3PP, referindo algumas ocorrências (cf., por exemplo, Wilhelm, 1979, pp. 50, 121, 150, 151) ao longo do *corpus* (constituído por textos literários, teatrais, bandas desenhadas e jornais) (cf. Wilhelm, 1979, p. 47). Embora não sejam de produções orais da época, consideramos que são indicativas do uso frequente deste tipo de construção. Wilhelm (1979, p. 188), em resumo, no epílogo da sua obra, refere que “o uso de pronomes de distância da 2.^a pessoa do plural, como «vós», «vos», «vosso» e «convosco», em Portugal ocupa um lugar relativamente restrito (...). No português de Portugal, destas formas, ainda se utiliza mais «vosso» que substitui o pronome possessivo da 3.^a pessoa do plural, «seu», o que causa o emprego misturado: «Vocês lêem os vossos livros».” Em síntese, cremos que podemos dizer que o retrato feito em Wilhelm (1979) sobre *vós* é de uma forma em desuso, potencialmente substituída por *vocês*,¹⁵⁷ embora com produção na zona norte do país. Sobre as formas do paradigma, registo para a ocorrência de produções híbridas, sendo especialmente notada a produção da forma possessiva 2PP em construções com formas pronominais nominativas e verbais de 3PP.

Dando um salto temporal considerável, recordamos também Martins (2016, p. 14) com a observação de que “o desuso do pronome nominativo *vós*, substituído por *vocês*, assim como a emergência do pronome *a gente*, sem substituir *nós*, parecem ser as mudanças do português moderno, embora não possa destacar-se a hipótese de que tenham emergido mais cedo, sem terem visibilidade na língua padrão (cf. Lopes, 2011, 2003).” A autora acrescenta, contudo, que este pronome – *vós* – “continua a ser admitido como forma da língua padrão em registos muito formais, embora seja

¹⁵⁷ Recordamos Said Ali (1931, p. 93): “(...) servimo-nos hoje de *vocês* como plural semântico de *tu*”.

geralmente excluído pelos falantes dos dialetos portugueses centro-meridionais (que mantêm, contudo, a forma do acusativo/dativo *vos*)”.

Recordamos também o trabalho de Aguiar e Paiva (2017) sobre a segunda pessoa do plural na fala bracarense, no qual as autoras defendem que, naquela zona do país, está a ocorrer uma reestruturação do sistema pronominal, tanto na função de sujeito como na de complemento, e que essa mesma mudança está mais avançada na função de sujeito (Aguiar & Paiva, 2017, p. 148). As autoras defendem ainda que a forma *vós* é uma forma conservadora e que está a perder espaço para a forma *vocês*, associando a produção da primeira a mulheres mais velhas e com menos escolaridade e a produção da segunda às gerações mais jovens (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149). Relativamente às FT verbais, as autoras apontam que são predominantes as formas de 2PP quando em causa verbos irregulares com grande frequência na língua¹⁵⁸ como também não deixam de notar que muitas formas de tratamento nominais frequentes em PE requerem concordância com formas verbais de 3PP (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149).

Relativamente às formas de complemento do paradigma de *vós*, Aguiar e Paiva destacam que estas não sofreram um decréscimo tão acentuado como a forma de sujeito – em posição de sujeito, o *vós* praticamente desapareceu, referem (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 149). Embora haja um aumento da produção de *vocês* na posição de complemento, as produções do clítico *vos* e de *convosco* são as mais frequentes (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149). Além disso, ainda no que toca às formas de complemento, referem que, ao contrário do que sucedia na forma de sujeito, são os homens que lideram a mudança (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149). As autoras defendem que estas diferenças de produções nas distintas posições na frase podem ser explicadas pelo facto de a função sujeito exigir a concordância com um sistema flexional de marcação de pessoa, o que não sucede no caso do complemento (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149).

Aguiar & Paiva (2017), remetendo para Segura (2013), referem que “o decréscimo do uso de *vós* para nos referirmos a mais do que um interlocutor está largamente atestado

¹⁵⁸ “The significant difference between the relative weights associated to regular verbs (0.24) and irregular verbs (0.64) is unequivocal: irregular verb forms favor the use of $\emptyset$ 2pl. Even if Portuguese has a large set of verbs that do not follow regular inflection, a fine-grained analysis shows that, like overt *vós*, $\emptyset$ 2pl is limited to verb forms such as *ter* ‘to have’, *ser* ‘to be’ and *ir* ‘to go’, which are highly suppletive. We suggest that 2nd person inflection is crystalized in such forms due to their high frequency in oral and written discourse.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 144)

em PE (cf. Segura 2013), embora o desuso não tenha uma distribuição uniforme por todo o país (Heap, 2003 *apud* Aguiar & Paiva, 2017, p. 137)”.

Relativamente a trabalhos da terceira década do século XXI, recordamos, por exemplo, Manole (2021a, p. 119), texto no qual se defende que *vós* “integra o sistema pronominal do português de maneira bastante peculiar”. Defende-se que o uso do pronome apresenta “limites de natureza diatópica (Norte de Portugal), diastrática (predomínio das populações rurais) e diafásica (certos registos da língua)” e que “há também limites morfosintáticos, uma vez que o uso de *vós* como sujeito é bem mais reduzido que as utilizações como complemento (*a vós, para vós, por vós* etc.).” (Manole, 2021a, pp. 125-126).

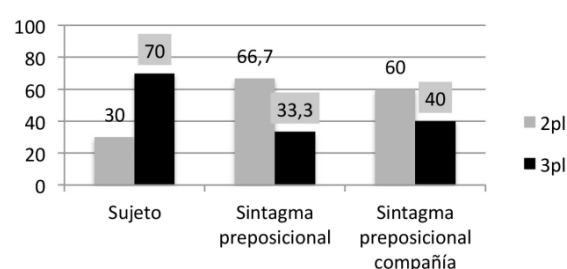
Relativamente ao uso dialetal esclarece-se que esse uso de *vós* nominativo, que “não mantém traços semânticos de cortesia ou de formalidade”, tenderá a desaparecer, tendo em conta que está associado a falantes mais velhos (cf. Manole, 2021a, p. 130). Relativamente ao uso na norma padrão, refere-se que “*vós* (nas suas formas oblíquas tónicas) é preferido por falantes em contextos cerimoniais (discursos públicos, discursos políticos), sendo considerado mais cortês do que *vocês*” (Manole, 2021a, p. 130). Neste caso, refere a autora, “não se regista nem um desaparecimento (completo), nem o apagamento de traços semânticos. Antes pelo contrário, observamos que em determinadas circunstâncias (discursos políticos, conferências de imprensa, debates públicos), reaparecem traços semânticos de cortesia no caso de *vós* com função de complemento” (Manole, 2021a, pp. 130-131).

A autora conclui o artigo afirmando:

Ainda não desapareceu (como alguém poderia imaginar ao ler os manuais de português para estrangeiros publicados em Portugal). Permanece como marca de respeito, formalidade e cortesia em determinados contextos. Após a gradual perda de traços semânticos iniciais (na sua origem uma FT para imperadores chegou a ser considerado rude no século XVII), depois de ter caído em desuso ao longo dos séculos, podemos considerar que nos poucos contextos em que permanece o seu legado cortês continua. (Manole, 2021a, p. 130)

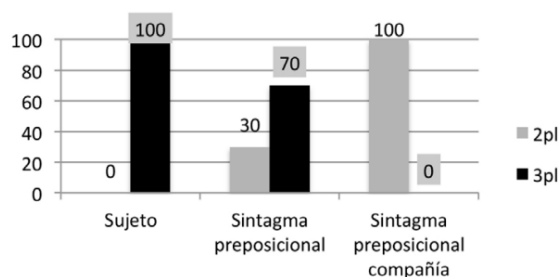
Não podemos também deixar de referir os trabalhos de Lara Bermejo sobre as FT em PE (o primeiro é de 2012 e o mais recente de 2023). Recordamos (além do que noutros pontos do nosso trabalho já referimos), por exemplo, o que foi apresentado em Lara Bermejo (2017b) no que toca à distribuição geográfica de *vós*, *vocês* e formas canónicas dos paradigmas. O autor, com base em dados que recolheu em diferentes zonas,¹⁵⁹ elaborou os gráficos que seguidamente recuperamos:

Figura 5 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 0”



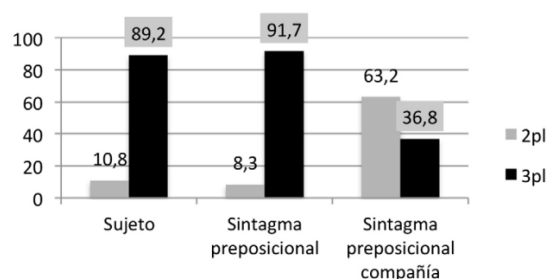
Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 19)

Figura 6 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 1”



Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 19)

Figura 7 – Reprodução do gráfico “Pronombre tónico, zona 2”



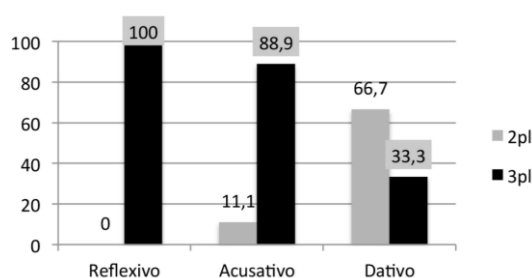
¹⁵⁹ Apresentou-as, remetendo para estudos anteriores sobre a análise de dados do ALPI, da seguinte forma: zona 0 - Castelo Branco, Viseu; zona 1 - Faro, Santarém; zona 2 - Beja, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre, Setúbal (cf. Lara Bermejo, 2015, p. 157)

Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 20)

Nos três gráficos acima, vemos que em todas as zonas consideradas há maior produção de pronome tônico sujeito de 3PP, embora haja diferenças bastante assinaláveis, por exemplo, entre a zona 0 e 1 no que diz respeito às produções de pronome tônico de 2PP (na zona 0 há 30% de produção de pronome tônico de 2PP enquanto na zona 1 o valor é mesmo nulo). Notamos também a diferença entre a zona 0, por um lado, e as zonas 1 e 2, por outro, no que toca às produções em sintagma preposicional e, ainda, uma grande diferença entre as zonas 0 e 2, por um lado, e a zona 1, por outro, no que toca à produção dos sintagmas preposicionais de companhia.

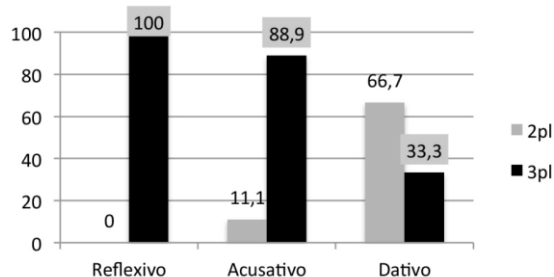
Abaixo reproduzimos os gráficos apresentados por Lara Bermejo (2017b, p. 20) relativamente às posições sintáticas de reflexo, acusativo e dativo (gráficos que comentaremos de seguida):

Figura 8 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 0”



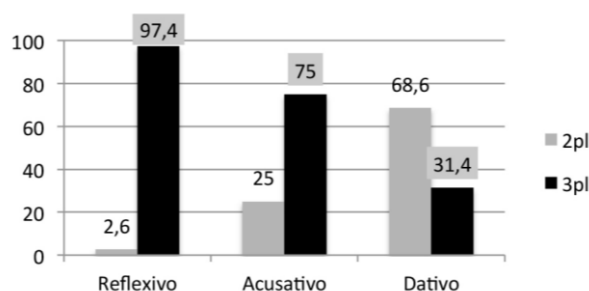
Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 20)

Figura 9 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 1”



Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 21)

Figura 10 – Reprodução do gráfico “Pronombre átono, zona 2”

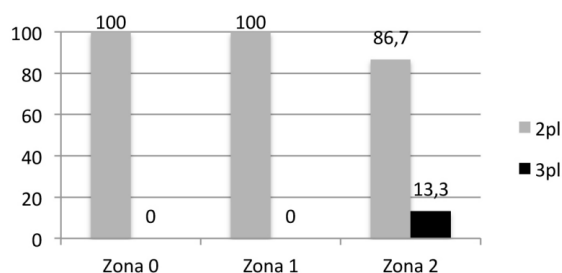


Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 21)

Notamos, por um lado, que é praticamente unânime, em posição de reflexo, o uso de formas de 3PP nas três zonas e, por outro, que é maioritário, em posição de dativo, o uso de formas de 2PP. Em relação à posição de acusativo, nas três zonas há maioria de preferência pela 3PP, embora a 2PP ainda apresente uma aceitação considerável.

Por fim, relativamente às produções dos possessivos, Lara Bermejo (2017b) apresenta o gráfico que de imediato reproduzimos:

Figura 11 – Reprodução do gráfico “Posesivos, según zonas del ALPI”



Fonte: Lara Bermejo (2017b, p. 22)

Como vemos, é clara a preferência maioritária de *vosso(s)*, *vossa(s)* nas três zonas, embora na zona 2 haja já algumas ocorrências de formas de 3PP.

Lara Bermejo (2022b, p. 4) refere que quando *vocês* substitui *vós* como pronome tónico a sua flexão de terceira pessoa do plural estende-se ao paradigma numa formal gradual que segue a seguinte hierarquia: sujeito > reflexo / verbo > acusativo > dativo > possessivo,¹⁶⁰ como vemos no quadro abaixo, recolhido em Lara Bermejo (2020, p. 99):

¹⁶⁰ No original: “However, *vocês* is syntactically 3pl and, depending on the region within Portugal, induces 2pl in part of its inflectional elements. The study carried out by Lara Bermejo (2020a) determines that, when *vocês* ousts *vós* as a stressed pronoun, its 3pl inflection starts spreading throughout the paradigm in a gradual way, adhering to the following hierarchy: subject > reflexive / verb > accusative > dative >

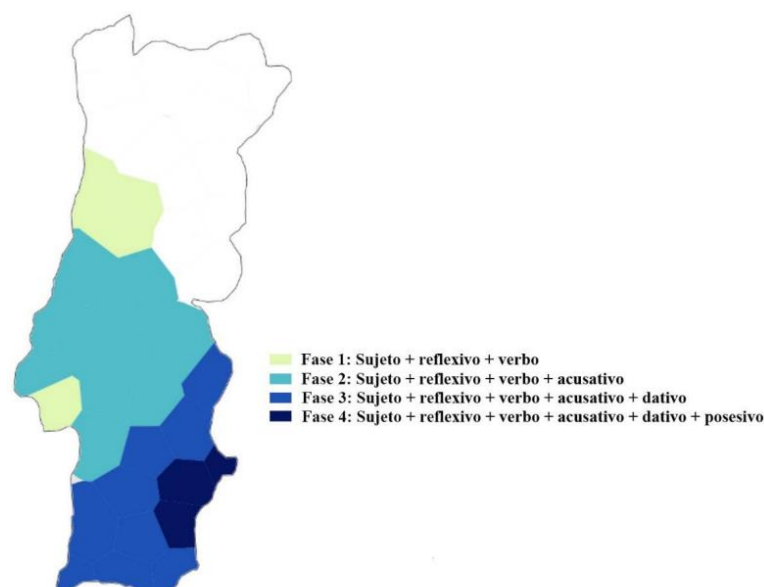
Figura 12 – Reprodução de um quadro sobre a hierarquia de extensão da 3PP

	Subject	Reflexive	Verb	Accusative	Dative	Possessive
Stage 1	3PL	2PL/3PL	2PL/3PL	2PL	2PL	2PL
Stage 2	3PL	3PL	2PL/3PL	2PL	2PL	2PL
Stage 3	3PL	3PL	3PL	2PL	2PL	2PL
Stage 4	3PL	3PL	3PL	3PL	2PL	2PL
Stage 5	3PL	3PL	3PL	3PL	3PL	2PL
Stage 6	3PL	3PL	3PL	3PL	3PL	3PL

Fonte: Lara Bermejo (2020, p. 99)

Numa perspetiva geral da distribuição pelo país, Lara Bermejo (2022a, p. 141), com uma condensação das fases acima referidas, apresenta a referida extensão do paradigma com recurso ao mapa que abaixo reproduzimos:

Figura 13 – Reprodução do mapa “Extensión de vocês y la 3pl en el portugués europeo contemporáneo”



Fonte: Lara Bermejo (2022a, p. 147)

Em Lara Bermejo (2022b, p. 4) defende-se que a maior mudança que está a ocorrer no plural é a mudança de *vós* + 2PP como forma T para *vocês* em forma T¹⁶¹, referindo que esta mudança está em diferentes fases pelo país, estando completa na zona mais a

possessive.” Esta hierarquia apresenta uma ligeira alteração à que foi apresentada em Lara Bermejo (2015), com uma separação, na fase um, do sujeito, por um lado, e reflexo e verbo, por outro.

¹⁶¹ No original: “The greatest change in progress that occurs in plural concerns the pronoun *vocês*. Despite the fact that *vós* plus 2pl was useful for centuries to address a group of people in an informal or intimate context, there has been an expansion of *vocês* to the detriment of *vós* for this same type of situation.”

sudeste, no Alentejo e no Algarve e ainda em fases iniciais em distritos do norte continental, nos quais *vós* ainda é válido como forma T de plural.¹⁶²

Lara Bermejo (2020, pp. 104-105) remete para as ideias de *target* e *controller* em Corbett (2006) para explicar o porquê de em determinadas posições se assumir mais facilmente a mudança de formas 2PP para 3PP: “neste caso, o verbo e o reflexo dependem diretamente do sujeito, por isso a independência deles do controlador é limitada, logo estão mais inclinados para a 3PP. Os objetos e possessivos, por outro lado, não dependem de um elemento indutor, eles são a primeira referência de uma entidade, o que lhes dá autonomia para não concordarem com *vocês*”.¹⁶³ Lara Bermejo (2020, p. 105) remete também para Wechsler e Zlatic (2003), apontando que “o verbo e o reflexo adotam primeiramente a 3PP porque recebem traços de pessoa, género e número do sujeito, enquanto os objetos, não dependendo do sujeito, não estão obrigados a construir-se segundo os mesmos parâmetros de verbo e de reflexo”.¹⁶⁴

Lara Bermejo (2020, p. 105) conclui referindo que a extensão apresentada coincide com os estudos de Blake (2004) sobre marcação de caso e contextos sintáticos, já que muitos fenómenos linguísticos cumprem a hierarquia apresentada.¹⁶⁵

No seu estudo mais recente, Lara Bermejo (2023b, p. 2) refere que, de forma genérica em PE, *vós* é uma relíquia usada para o tratamento em contextos restritos como a igreja

¹⁶² No original: “The emergence of the 3pl with reference to *vocês* is at a different stage of this continuum and has now completed the hierarchy in the south-easternmost area, in the Alentejo and Algarve zone that borders Spain. Nowadays, *vocês* has not ruled out the usage of *vós* in the northernmost districts of continental Portugal, where the latter form is a valid pronoun for T plural (Aguiar & Paiva, 2017; Lara Bermejo, 2022a)”.

¹⁶³ No original: “For Corbett (2006), the adoption of either agreement depends, among other things, on the independence that the *target* has with respect to its *controller*. In our case, the verb and the reflexive depend directly on the subject, so their independence from their *controller* is very limited and, therefore, they are more inclined to the 3PL. Objects and possessives, on the other hand, do not depend on an inducing element, but they are, as a whole, the first reference given of an entity, and this grants them enough autonomy not to agree with *ustedes* or *vocês* automatically.”

¹⁶⁴ No original: “According to Wechsler & Zlatic (2003), the verb and the reflexive adopt the 3PL earlier because they follow *index* agreement and they have to receive the features of person, gender and number of the subject; objects do not depend on the subject or any other inductor, so they are not obliged to be built under the same parameters as the verb and the reflexive, while the possessive responds to the features of case, gender and number, since it is usually inserted in noun phrases and, as a consequence, it is characterised by *concord* agreement.” (Lara Bermejo, 2020, p. 105) Ideia semelhante – sobre a inexistência de uma necessidade de concordância – também em Aguiar e Paiva (2017, p. 149)

¹⁶⁵ No original: “Finally, we notice that the extension coincides with the studies carried out by Blake (2004) regarding case-marking and syntactic contexts, as many linguistic phenomena obey the hierarchy exemplified throughout the chapter: from relativisation to passivisation or the unmarked word order.” (Lara Bermejo, 2020, p. 105)

ou o exército, embora remeta para as gramáticas a defesa de que pode surgir num contexto T nas zonas mais a norte de Portugal. No restante país, refere que é *vocês* o pronome usado para alocação plural em contextos T e N e destaca a particularidade de os verbos e reflexos corresponderem ao paradigma de 3PP enquanto em posição de objeto e possessivo possam surgir elementos de 2PP.

Outro estudo da segunda década deste século que aqui recordamos é o de Selph (2021), que, entre outras reflexões, estuda a expansão da produção de *vocês* e desuso de *vós* (e formas do paradigma) em PE e a consequente simplificação do sistema verbal procurando perceber se esse fenómeno de sincretismo tem efeito na estabilidade do PE como língua de sujeito nulo (cf. problema do encaixamento em Weinreich, Labov & Herzog, 1968, p. 185). O autor conclui que não, que “a fusão *vós/vocês* no PE não afeta a estabilidade do PE enquanto LSN” (Selph, 2021, p. 7), sustentando esta ideia com o argumento de que o número de ocorrências de FT verbais é idêntico independentemente de se estar, segundo o autor, numa zona na qual já foi implementada a mudança de seis pessoas para cinco pessoas. Tal como Lara Bermejo (2020), o autor refere que “o modelo de implementação desta inovação é sujeito > reflexivo/verbo > acusativo > dativo > possessivo”, mencionando ainda que “até aos anos 90, a inovação *vocês* foi implantada em todo o Centro-Sul, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira e, a Norte, nos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Viseu.” (Selph, 2021, pp. 7-8). Seguindo o modelo de inovação que defende, refere que Porto e Aveiro começaram a segunda fase e que Braga, Viseu e Coimbra este estão na fase inicial da inovação (Selph, 2021, p. 100).

Concluímos esta recuperação geral sobre *vós* remetendo para Duarte e Marques (2023a). As autoras, em resumo, referem que para alguns falantes de PE (tendo em conta juízos que analisaram), *vós* é arcaico, estranho, mas também considerado dialetal, especialmente usado por mais velhos ou como marca de discurso religioso e que se apresenta como uma forma não prestigiada (cf. Duarte & Marques, 2023a, p. 289). Para lá dessas considerações, há, por outro lado, dados que sugerem um uso do *vós*, na norma padrão, como forma deferente em determinadas situações (nomeadamente discursos presidenciais e parlamentares). Duarte e Marques (2023a, p. 289) concluem, assim, que *vós* é uma forma com vitalidade no PEC e que para se perceber e analisar os

seus usos devem ser tomados em conta as influências dialetais, os registos de língua, o estatuto dos interlocutores, os géneros discursivos e o grau de formalidade (cf. Duarte & Marques, 2023a, p. 289).

Na sequência das observações que recuperámos sobre as diferenças entre a produção de *vós* nominativo e formas da sua série em diferentes posições sintáticas e também da referência a uma hierarquia segundo a qual autores como Lara Bermejo (2020) e Selph (2021) entendem que se processa a mudança relativa a *vós/vocês* em PEC, esclarecemos aqui um pouco melhor em que consistem exatamente as construções que se definem na possibilidade de coocorrência numa mesma frase/texto de formas tanto de segunda pessoa gramatical como de terceira pessoa gramatical com efeito alocutivo de segunda pessoa semântica – produções chamadas híbridas (cf. Segura, 2013, p. 131). Neste âmbito, Duarte e Marques (2023a) remetem mesmo para a existência de “instabilidade sintática” nos casos em que *vós* é usado.¹⁶⁶

De uma forma simples, na alocução plural, a existir uma produção com mais do que um elemento numa mesma frase/texto, podemos ter três tipos de construções: as construções canónicas, as construções híbridas normativas e as construções híbridas não normativas. As últimas, porém, aceitáveis por alguns falantes (grupo caracterizado por variáveis não indubitavelmente definidas, mas que incluirão a variação diatópica e diastrática – uma vez que a literatura atribui estas construções a, por exemplo, falantes de determinadas zonas e níveis de escolaridade – cf., por exemplo, Aguiar e Paiva 2017). Claro está que essa aceitação interessa especialmente no âmbito da reflexão sobre mudança, uma vez que o que “hoje” é não normativo “amanhã” poderá deixar de o ser.

Nas construções canónicas – portanto não híbridas – incluem-se todas as construções que contêm unicamente elementos das séries canónicas dos respetivos pronomes, ou seja, numa mesma frase/texto, o uso do pronome *vós* + formas de 2PP nas restantes posições sintáticas ou *vocês* + formas canónicas de 3PP nas restantes posições sintáticas. Neste âmbito, ocorre-nos lembrar aqui a obra *Por amor à Língua* de Manuel Monteiro, na qual o autor defende que os falantes tomem duas atitudes: por um lado, o uso da segunda pessoa do plural e formas do paradigma (*vós, vosso(s), vossa(s), vos, convosco*);

¹⁶⁶ “There is syntactic instability, marked by the co-occurrence of the second- and third-person forms of address in the same utterance, when *vós* is used.” (Duarte & Marques, 2023a, p. 288)

por outro, a congruência normativa na escolha do paradigma a usar na produção linguística, isto é, segundo o autor, devemos dizer “Se *quiserem*, faça-*lhes* o almoço” ou “Se *quiserdes*, faça-*vos* o almoço”, mas não “Se *quiserem*, faça-*vos* o almoço” (Monteiro, 2018, p. 131).

Nas construções híbridas normativas, incluem-se construções de *vocês* + elementos de 2PP numa posições sintáticas e elementos de 3PP noutras posições sintáticas (por exemplo: *Vocês percebem* o que *vos* estou a perguntar?; *Vocês penteiam-se* muito bem.) ou *vocês* + elementos de 2PP ou 3PP numa mesma posição sintática (por exemplo: *Vocês podem* levar as *vossas/suas* coisas para aquele lado) (cf., por exemplo, Lara Bermejo, 2022b, p. 3).¹⁶⁷

A inclusão de formas canónicas da série *vós* como gramaticais em concordância com *vocês* é um ponto aceite e de partida para estudos sobre FT como, por exemplo, em Uruburu Rodríguez (2023, p. 64), que segue o que está descrito em Bacelar do Nascimento (2013, pp. 2701-2717). Em Bacelar do Nascimento (2013, p. 2714) fala-se efetivamente nesta dupla concordância: “para a função de complemento direto, estas [as formas que surgem com *vocês*] podem variar entre *os* e *vos* (...) e para a função de complemento indireto entre *lhes* e *vos* (...)”. A autora em nota de rodapé, e diante da possibilidade referida de os complementos da série *vocês* apresentarem dupla possibilidade (concordância gramatical ou semântica), remete para a ideia, apresentada em Peres (1996), de que a concordância gramatical constitui uma ‘convenção fraca’, “uma vez que há falantes que fazem a concordância semântica dentro da série, não estando a situação estabilizada”. Referem ainda que “outra questão interessante é saber se estamos em presença de uma só série pronominal com variantes internas (...) ou de duas séries distintas (ou seja, [*vocês, os, lhes*] a par de [*vocês, vos*]), usadas por falantes diferentes, e pertencendo esta última, aparentemente, a gerações mais velhas”.

Não pondo em causa a gramaticalidade das construções híbridas normativas – como, por exemplo, é feito em Monteiro (2018) – partimos, neste estudo, de um olhar sobre

¹⁶⁷ “Moreover, it is necessary to make clear that *vocês* induces a double agreement pattern, since by depending on the syntactic elements that anchor it, it can prompt 2pl and 3pl inflections. Based on the standard, the 3pl appears in verbs and reflexives whereas the 2pl is established in objects and possessives.” (Lara Bermejo, 2022b, p. 3)

os elementos dentro das suas séries gramaticais e não das semânticas; ou seja, apesar de vocês “ter a particularidade de ancorar uma série com formas alternativas para as funções de complemento direto e indireto” (Bacelar do Nascimento, 2013, p. 2713), tomamos em consideração o uso canônico. Assim, recordamos abaixo as formas consideradas normativas canônicas em cada uma das séries:

Quadro 4 – Série pronominal canônica de vós

Função gramatical	Forma	Exemplo
nominativo	vós	Vós sabeis o que quero dizer.
acusativo	vos	Encontrei-vos no ano passado.
dativo	vos	Vou dar-vos as folhas.
genitivo	vosso(s), vossa(s)	Estes são os vossos lugares.
reflexo	vos	Sentai-vos, por favor.
oblíquo	vós; convosco	Estou diante de vós. Estou <i>convosco</i> .

Fonte: autoria própria, baseado em Raposo (2013, p. 902)

Quadro 5 – Série pronominal canônica de vocês

Função gramatical	Forma	Exemplo
nominativo	vocês	Vocês sabem o que quero dizer.
acusativo	os/as	Encontrei-os/as no ano passado.
dativo	lhes	Vou dar-lhes as folhas.
genitivo	seu(s), sua(s)	Estes são os seus lugares.
reflexo	se	Sentem-se, por favor.
oblíquo	vocês; com vocês	Estou diante de vocês. Estou <i>com vocês</i> .

Fonte: autoria própria, baseado em Raposo (2013, p. 902)

No quadro seguinte, damos nota da listagem na qual que se incluem as formas normativas, ou seja, como vimos acima, a aceitação de construções híbridas na norma padrão, nas quais alguns elementos fazem parte da série canônica de vós e outros da série canônica de vocês.

Quadro 6 – Série gramatical de vocês, tendo em conta “o quadro que representa de maneira mais completa o sistema de pronomes do português” em Raposo (2013, p. 902)

Função gramatical	Forma	Exemplo
nominativo	vocês	Vocês sabem o que quero dizer.
acusativo	os/as vos	Encontrei-os/as no ano passado. Encontrei-vos no ano passado.
dativo	lhes vos	Vou dar-lhes as folhas. Vou dar-vos as folhas.

genitivo	seu(s), sua(s) vosso (s), vossa (s)	Estes são os <i>seus</i> lugares. Estes são os <i>vossos</i> lugares.
reflexo	se	Sentem-se, por favor.
oblíquo	vocês; convosco	Estou diante de <i>vocês</i> . Estou <i>convosco</i> .

Fonte: autoria própria, baseado em Raposo (2013, p. 902)

Relativamente à não normatividade de algumas construções canônicas, recordamos que a algumas são até atribuídas leituras diatópicas, por exemplo, em Bacelar do Nascimento (2013, p. 2714) refere-se que o uso dos possessivos *seu/seus/sua/suas* em conjugação com *vocês* “é muito raro e dialetal”, ou seja, considera-se que são as formas da série *vós* (canonicamente de segunda pessoa gramatical) que ocorrem em português padrão.

Em Marcotulio (2012) recorda-se a origem histórica das construções híbridas e reflete-se sobre o surgimento de formas canônicas do paradigma de *vós* em produções com *vossa mercê*, o que, mais tarde (tendo *vossa mercê* gramaticalizado em *você*) acaba por resultar no uso de formas canônicas do paradigma de *vós* em produções com *vocês*:

Uma vez que o sintagma pronominal *Vossa Mercê* passa a fazer parte do paradigma de tratamentos ocupando o mesmo lugar antes ocupado pelo pronome de cortesia *Vós*, é natural que as duas formas coexistissem em um primeiro momento. O reflexo dessa coexistência pode ser visto pelas formas que compõem o paradigma pronominal de *Vossa Mercê*. Por um lado, as formas pertencentes ao paradigma original de *Vós* são encontradas, como o acusativo *vos*, o dativo *vos*, o oblíquo *preposição + vós / convosco* e o genitivo *vosso*. Por outro lado, as formas de terceira pessoa – acusativo *o / a*, dativo *lhe*, oblíquo *preposição + Vossa Mercê / consigo* e genitivo *seu* – também foram registradas. (Marcotulio, 2012, p. 214)

No âmbito do referido em Marcotulio (2012) e também do que recuperámos acima de Lara Bermejo (2020, p. 105) sobre as explicações para o contínuo segundo o qual se expande a mudança, recordamos que existem outras considerações sobre causas que poderão contribuir para a produção das chamadas construções híbridas,¹⁶⁸

¹⁶⁸ Hummel (2019, p. 40) refere que a concordância de *vocês* sujeito com *vos* em complemento é uma “incoerência”.

nomeadamente o que foi sugerido por O' Neill (2023), em comunicação,¹⁶⁹ sobre a sobrevivência de *vos* e *vosso* em PE se dever à simplificação morfológica.¹⁷⁰ O autor comparou as “Etymological VOCÊS object pronouns” e as “Etymological VOS object pronouns” e sugeriu que se dá “uma tendência para a transparência morfológica e erradicação da alomorfia”. Remetendo para Trudgill (1998), no âmbito das etapas na formação de novos dialetos, acrescentou que “diante de variação a forma que normalmente vence é a menos marcada, a mais frequente e mais fácil de aprender”. Ora, no caso da variação existente entre formas oblíquas de *vós* e *vocês*, o autor defende que as primeiras, em PE, (acusativo e possessivo referidos acima) prevalecem, provavelmente devido à referida simplificação morfológica.

As observações sobre as produções híbridas – tanto sobre a sua aceitação, como sobre a sua produção e as causas pelas quais surgem – são complexas, já que estas parecem efetivamente definir-se dependendo da posição sintática em causa. Recordamos, por exemplo, que em Silva Dias (1970 [1916], p. 73) surge uma observação a revelar, no sul do país, o uso de 3PP em detrimento de formas da 2PP no acusativo, dativo e nominativo (“No sul do país não costumamos empregar na conversação o plural do pron. da 2.ª pess.; substituímos: a forma *vos* do compl. directo por *os, as*; a forma *vos* do compl. indirecto por *lhes*; a forma *vós* por *vocês*.”) e em Basto (1931) se dá nota de ocorrências de 2PP genitivo: “É freqüente substituir *seu* (= *de vocês*), por *vosso*, para não haver ambigüidade. Esta substituição faz-se até, por vezes, quando o sentido, com o emprêgo de *seu* ficaria bem claro: «Meus senhores, às *vossas* ordens!»; «a carta que VV. Ex. *as* publicaram na *vossa* revista» em vez de «*suas* ordens», «*sua* revista»)” (Basto, 1931, p. 184).

¹⁶⁹ Comunicação com recurso à exposição de diapositivos no IV Congresso Internacional de Formas e Fórmulas de Tratamento, em Cádiz, em junho de 2023. As citações que apresentamos correspondem a traduções nossas do que estava exposto nos diapositivos.

¹⁷⁰ Recordamos neste âmbito a observação “Os processos de regularização analógica constituíram-se numa fonte inesgotável de variação dialetal e sociolinguística” (Martins, 2016, p. 15), no sentido em que, de certa maneira, se apresentam como um exemplo de simplificação estrutural sistémica. Relembramos também o que é dito em Thomé-Williams (2004, p. 90) sobre as produções híbridas em PE – “However, on the analogy with the forms of address that began with the pronoun *Vosso* and *Vossa*, it is possible to encounter in Portugal the use of the possessive *vosso* in false concord with the form *vocês* as in the following example: *Vocês trouxeram o vosso livro?* – Did you (plural) bring your book?” – e, ainda, Mateus (2007, p. 24): “A simplificação de um dos sistemas da língua pode constituir-se em fator de modificação e levar, por exemplo, à redução de várias formas verbais a uma única (...)”.

Sobre as produções consideradas não normativas, recordamos que incluem construções como “*Vós + 3PP”, “*Vocês + 2PP”, produzidas por alguns falantes, mas genericamente consideradas agramaticais. Sobre isto, Basto (1931, p. 193) refere: “Há muita gente que emprega *vocês* como se fôsse *vós*, com o verbo na 2ª pessoa, plural: «*Vocês vindes ou não vindes?*» É má concordância, que todavia se ouve a pessoas não de todo incultas. É devida a empregarem *vocês* tendo em mente *vós*.” Ou seja, na concordância sujeito + verbo, Basto (1931) condena os usos híbridos, mas na concordância, por exemplo, com possessivos, o autor relata-os sem juízos negativos, tal qual a dualidade presente na norma padrão atual. Remetemos, neste cenário, para a referência, em Lara Bermejo (2023b, p. 18), a produções como *vocês + 2PP* como argumento na defesa de que a mudança segue, mais especificamente, o contínuo *pronome tónico > reflexo > verbo > acusativo > dativo > possessivo*.

Julgamos, assim, que é, com efeito, necessário sabermos mais sobre estas produções, e é exatamente isso que tentaremos fazer com a análise dos dados que recolhermos neste âmbito: procuraremos confrontar estas ideias com a análise dos dados que recolhermos sobre produções híbridas (por exemplo, *Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler*) ou canónicas (*Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler* e *Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler*).

Tomaremos em conta construções do paradigma *vós* em diferentes posições sintáticas. Em cada uma delas serão consideradas a forma *vós* como nominativo, a forma *vos* como acusativo, dativo e reflexo, e as formas *convosco* e *vós* como oblíquas da série *vós*. Para contraste, serão consideradas as formas *vocês* como nominativo, a forma *lhe* como dativo, *os/as/se* como acusativo e as formas *com vocês* e *vocês* como formas oblíquas da série *vocês*. Prestaremos também atenção a produções de *vós* e *vocês* em construções tipicamente oblíquas átonas por de tais ocorrências se ter dado nota por exemplo em Lara Bermejo (2022b, p. 21) e Lara Bermejo (2023b, p. 20).

Antes de avançarmos para a exposição das observações encontradas sobre *vós* nas ilhas, importa que se registre, *a priori*, a diferença relativamente àquilo que existe na literatura (não só sobre *vós*, mas sobre FT em geral) nas duas dimensões: “ao contrário da vasta quantidade de dados que temos à disposição em relação ao continente, a realidade nos dois arquipélagos é menos estudada e, embora se espere que sigam os padrões do sul,

que são a norma, há pouca informação sobre a real situação nas ilhas.” (Lara Bermejo 2022b, p. 4).¹⁷¹ Começamos pelos Açores, concluímos com informações sobre a Madeira.

1.3.1.1.1. Vós nos Açores

Relativamente ao uso do pronome pessoal *vós* na Região Autónoma dos Açores, além da não referência, em Segura (2013, pp. 130-131), do arquipélago como uma das zonas nas quais ainda existe a produção de *vós 2PP*, remetemos para o trabalho de investigação mais recente (e, segundo o autor, o único¹⁷²), que é de Lara Bermejo (2023b). No referido artigo, é apresentada uma proposta sobre o atual sistema de pronomes de tratamento no arquipélago, sistema com “particularidades que não são atestadas noutros sítios em Portugal”¹⁷³ (cf. Lara Bermejo, 2023b, p. 1).

Sobre *vós* – indo ao ponto que nos interessa especificamente – são deixadas as seguintes ideias: o uso de nominativo *vós* (escasso) não desencadeia necessariamente a produção de verbos na 2PP – apenas 11 de 33 produções foram realizadas com concordância *vós+V2PP* (Lara Bermejo, 2023b, p. 17), o uso deste pronome é contraditório e revela basicamente três tipos de *vós*: dois em declínio (*vós* como plural T, ou seja, como plural de 2PS, e *vós* como variante estereotipada, querendo o autor, com “estereotipado”, remeter para um uso em contexto religioso ou formal não de uma forma original mas como cumprimento de clichés¹⁷⁴) e um inovador (“a reutilização de *vós* como pronome de distância em situações N, nas quais *vocês* pode parecer não suficientemente cortês

¹⁷¹ No original: “In contrast to the extensive data we have at our disposal regarding continental Portugal, the reality of the two archipelagos is less researched and, although they are expected to follow the southern patterns (which are standard), there is little information about the actual situation on the islands.” (Lara Bermejo 2022b, p. 4)

¹⁷² “Relativamente aos Açores, não há uma única investigação que trate de cortesia e de formas de tratamento neste arquipélago” (Lara Bermejo, 2023b, p. 3). Em Lara Bermejo (2013, p. 13) já se refere, contudo: “Por último, hay que apuntar que el fenómeno de *vocês* a costa de *vós* también se documenta en el archipiélago de las Azores, región que no se había encuestado en el ALPI.”

¹⁷³ Nomeadamente: rejeição da solidariedade no plural; aceitação maior de *você* do que na Madeira; recurso menos frequente a sujeito nulo ou FT nominal mais 3SG; uso de pronomes tónicos em posições tipicamente átonas e uso de dativo em contexto típico de acusativo; uso generalizado de *vocês* sem definição geográfica (como sucede no continente) (cf. Lara Bermejo, 2023b, p. 21).

¹⁷⁴ “As for the stereotyped *vós*, that associated with church or solemn speeches, it has also disappeared or is in quite obvious decline. (...) *vós* is replacing the pronoun that induces the 3pl of the verb (which can only be *vocês*), with the aim of fulfilling the clichés that refer to church liturgy.” (Lara Bermejo, 2023b, p. 18)

e *os senhores* demasiado cortês”¹⁷⁵ (Lara Bermejo, 2023b, p. 15). O autor refere que este uso inovador é ainda incipiente e que surge mais em áreas rurais (Lara Bermejo, 2023b, p. 21). Resume, assim, que o tratamento plural é tripartido: *vocês* como forma T; *vós* (reciclado) como forma N e *os senhores/as senhoras* como V (Lara Bermejo, 2023b, p. 21).

Relativamente às posições sintáticas, regista-se que, como acusativo, possessivo e dativo, são as formas da série canónica de 2PP que apresentam maior ocorrência, mostrando assim que o decréscimo é efetivamente notório em nominativo e verbo (cf. Lara Bermejo, 2023b, p. 6). Em Lara Bermejo (2023b, p. 18), recorda-se o contínuo segundo o qual se defende que a mudança linguística se concretiza: pronome tónico> reflexo> verbo> acusativo> dativo> possessivo.¹⁷⁶

Ainda sobre posições sintáticas, destaca-se a produção de formas tónicas em posição sintática tradicionalmente preenchida por formas átonas, apontando que estas ocorrências surgem especialmente em falantes jovens com baixo grau de escolaridade e em ambiente rural (Lara Bermejo, 2023b, p. 20). O autor acrescenta que esta particularidade, muito documentada no PB, também não é desconhecida nos dialetos do PE (cf. Lara Bermejo, 2023b, p. 20). Sobre este fenómeno, lemos em Martins (2016, p. 18), num quadro sobre os principais traços sintáticos caracterizadores do Português Antigo¹⁷⁷ (até ao final do século XIV), que “podem ocorrer formas fortes dos pronomes pessoais em lugar dos pronomes clíticos (sobretudo dativos: vendo a *vós*)” apontando a mudança no Português Médio (até meados do século XVI). Tomando nota do que refere Lara Bermejo (2023b) parece que um fenómeno que ocorreu no passado poderá estar de novo a ser produtivo.

Deixamos ainda nota sobre outra particularidade destacada que é o surgimento de clíticos dativos em lugar de acusativo, remetendo-se para Bazenga, Andrade e Rodrigues (2016) e Lara Bermejo (2022b).

¹⁷⁵ No original “(...) the recycling of *vós* as a distant pronoun in N situations, where *vocês* may seem not polite enough and *os senhores* too courteous.” (Lara Bermejo, 2023b, p. 15)

¹⁷⁶ No original “(...) this process follows the hierarchy described above (stressed pronoun > reflexive > verb > accusative > dative > possessive).” (Lara Bermejo, 2023b, p. 18)

¹⁷⁷ A autora refere que usa “a periodização histórica de Castro (1999, 2006)” (Martins, 2016, p. 3)

Ao finalizar as observações sobre esta região autónoma, recordamos somente a título de curiosidade que, em 1992, Hammermüller deu nota da existência (pelo menos em 1971, data da referência que cita) de produções de *vós* segunda pessoa do singular: “O tratamento individual por *vós* – onde possa aparecer em Portugal – terá ou um valor estilístico especial (cf. Henriques (1971) p. 162: “Em linguagem poética, ou cerimoniosa, ou respeitosa, também se usa *vós* para o singular.”) ou uma menção como fenómeno socio-cultural e/ou dialectologicamente marginal (p. ex. para os Açores)” (Hammermüller, 1992, p. 46). Observação, que, todavia, não encontrámos noutros autores.

Estando clara a necessidade de se estudar mais aprofundadamente as FT nesta zona autónoma, daremos o nosso contributo confrontando o que acima ficou resumido com os dados recolhidos sobre *vós* e respetivas formas do paradigma no nosso trabalho.

1.3.1.1.1.2. *Vós* na Madeira

No que toca ao que está referido na literatura sobre o pronome pessoal *vós* na Região Autónoma da Madeira, recuperamos essencialmente o artigo “The system of pronouns of address in Madeira” de Lara Bermejo (2022b).¹⁷⁸

Contudo, antes disso, com um intuito introdutório, deixamos uma breve nota sobre uma obra mais recente, o capítulo “6 Portugal: Madeira”, (Bazenga, 2024). Neste texto é feita uma síntese histórica e sociolinguística atual desta zona autónoma e refere-se, entre outras coisas, que “o português é maioritariamente a primeira língua no arquipélago em áreas não urbanas, com pouca população e/ou mais isoladas, enquanto na costa sul e em áreas urbanas está presente uma maior diversidade linguística” (resultado de vários fatores, entre os quais, por exemplo, a residência de estrangeiros e os contactos consequentes do forte turismo que existe na ilha; por exemplo, os jovens, mais escolarizados e trabalhadores na área do turismo comunicam além do português noutras línguas) (cf. Bazenga, 2024, p. 93). Sendo uma ilha originalmente não habitada (cf. Vieira, 1994, p. 40 *apud* Bazenga, 2021, p. 95) não há lugar para questões sobre substratos e superestratos, tendo sido a língua portuguesa estabelecida com a chegada

¹⁷⁸ Sugerimos também a leitura de Bazenga (2017) sobre as FT em geral e na Madeira, embora não o recuperemos no corpo do texto por não ter observações específicas sobre o pronome pessoal *vós* 2PP na região.

das primeiras populações no início do século XV (cf. Bazenga, 2024, p. 95). A diversidade de origens das populações que foram povoando a ilha e a noção de que a sociedade da ilha foi, desde o início, feita de diferenças sociais são também sublinhadas no retrato feito (cf. Bazenga, 2024, p. 96). Da síntese realizada, destacamos, no interesse específico do nosso trabalho, a referência ao *Corpus Sociolinguístico do Funchal* e à ideia de que, de uma forma geral, se concluiu que o nível educacional se mostrou relevante nos estudos feitos sob metodologia e teoria da sociolinguística variacionista (cf. Bazenga, 2024, p. 101).¹⁷⁹

Recordamos, ainda, também numa perspetiva mais genérica, o referido em Bazenga (2021, p. 3):

A situação linguística do arquipélago da Madeira é caracterizada pela sua singularidade no quadro dialetal do Português Europeu (PE) e pela sua diversidade interna, não existindo “uma unidade linguística a que possamos chamar corretamente Dialecto da Madeira”, mas sim “um complexo conjunto de dialetos de um modo ou de outro distintos e por vezes muito divergentes entre si” (CINTRA, 2008, p. 99).

Agora especificamente sobre o tema que mais nos interessa: Lara Bermejo (2022b), resultado de um estudo empírico realizado com 83 informantes do arquipélago, destaca, logo no resumo do trabalho, “a eliminação de vós plural e a extensão de vocês”.¹⁸⁰ Em síntese, as ideias sobre o pronome pessoal no arquipélago são: embora haja alguns casos de nominativo vós, o pronome não é muito usado (cf. Lara Bermejo, 2022b, p. 8), nem mesmo em contextos nos quais é tradicionalmente preservado (Lara Bermejo, 2022b, p. 11);¹⁸¹ o uso de vós em contextos reverenciais como, por exemplo, no contexto religioso está em claro desuso em favorecimento de vocês e, ainda, a

¹⁷⁹ “Other studies focus on variable phenomena, such as pronominal syntax and verbal agreement (e.g., Bazenga 2019a; 2019b; Vieira/Bazenga 2013; Rodrigues/Bazenga 2019), using the theoretical and methodological principles of variationist sociolinguistics and the Sociolinguistics Corpus of Funchal (Corpus Sociolinguístico do Funchal – CSF). In general, findings point to the educational level as a relevant factor. (...)” (Bazenga, 2024, p. 101)

¹⁸⁰ Em Lara Bermejo (2013, p. 7) já constava a seguinte observação: “El CORDIAL-SIN nos muestra que, al menos en Madeira (no existen datos de Azores), el empleo de *ustedes* está generalizado.”

¹⁸¹ Remetemos para a passagem “The results show that the pragmatic reality of Madeira is undergoing important changes regarding the conception of family, the spread of pragmatic solidarity, the virtual disappearance of *vós* even for the expected stereotyped contexts.” (Lara Bermejo, 2022b, p. 11)

importância do conhecimento do nome próprio do interlocutor no uso como sujeito nos casos em que nenhum pronome é considerado adequado (Lara Bermejo, 2022b, p. 26).¹⁸²

Na sequência da referência feita atrás sobre a produção de formas tónicas em complemento de preposição diferente de *com* (ou seja, a produção de *vós* ou *vocês*) em lugar das formas átonas (por exemplo, “dar a *vós*” em vez de um normativo “dar-vos” ou “dar a *vocês*” em vez de um normativo “dar-lhes”), remetemos, no âmbito da produção de *lhe* em lugar acusativo, para Rodrigues, Bazenga e Soares (2022): “o uso não-padrão do pronome *lhe* já está encaixado nas estruturas linguística e social” (Rodrigues, Bazenga & Soares, 2022, p. 64). Não se estando a retratar exatamente a mesma mudança, regista-se mais uma alteração na produção e aceitação da tradicional atribuição de caso.

Feita a recuperação sobre o que genericamente está dito na literatura sobre o pronome pessoal *vós* (e formas da sua série) avançamos para a relação final que pretendemos estudar: a ligação entre as FT e o Ensino.

1.3.2. As FT e o Ensino

E o ensino de língua materna deve estar no
centro de toda a acção tendente a anular a desigualdade.
Barros (1997, p. 98)

Como indicámos na *Introdução*, pretendemos, com a recolha de dados junto de uma amostra da comunidade estudantil falante nativa de PEC, apresentar um retrato das produções e juízos sobre o pronome pessoal *vós* (e formas do paradigma) que possa eventualmente ser considerado nos estudos sobre uma abordagem profícua das Formas de Tratamento no ensino obrigatório (e, por extensão, no ensino de português língua não materna). Abordagem que, em linha com vários autores (como veremos abaixo), defendemos ser essencial.¹⁸³

¹⁸² No original “However, pragmatic solidarity has increased in the plural, for *vocês* covers the majority of contexts to the detriment of *os senhores*. Likewise, the usage of *vós* for reverential contexts such as church is in clear disuse by favouring the resort to *vocês*, and the knowledge of the proper name of the interlocutor turns out to be essential in order to express a subject in situations where no pronoun is considered adequate.”

¹⁸³ Sobre as relações que se podem estabelecer entre Linguística e o Ensino, em âmbitos que não apenas das FT, ver, por exemplo, Fonseca (1992, 2001).

No âmbito do “problema do uso inadequado das formas de tratamento” (Duarte, 2010, p. 137), recordamos que a autora refere que “a intuição e a opinião pública dizem-nos que os jovens não sabem utilizá-las convenientemente” (Duarte, 2010, p. 137). Duarte (2010) apresenta, no artigo que escreve, alguns dados que, não obstante serem mais animadores do que esperava, levam à proposta de que “as formas de tratamento sejam objecto de aprendizagem na escola” (Duarte, 2010, p. 145). No mesmo artigo, remete para as palavras de Isabel Hub Faria, no jornal Público de 18 de janeiro de 2006 (recordamos aqui as palavras de Isabel Hub Faria embora sejam sobre direção a um interlocutor singular):

Estou mesmo capaz, enquanto espero, de escrever já à Senhora Ministra da Educação a sugerir que institua, desde a primeira aula do ensino básico, o ensino e a prática de cada falante saber como apresentar-se oralmente, como saudar, como pedir a palavra e intervir, como utilizar as formas correctas de tratamento em português europeu! Quem sabe, talvez dispuséssemos, de aqui a alguns anos, de cidadãos mais intervenientes e mais correctos nas suas intervenções. É que ainda estou lembrada de uma faixa que uma associação de estudantes do ensino superior tinha pendurado à porta da escola, por altura de uma visita do Presidente da República, e que começava assim: “*Exmo Senhor Presidente, você não sabe que...?*” (itálico nosso)

Diante da consciência da mudança linguística e da importância pragmático-discursiva das FT, somos, tal como Duarte (2010, p. 137), “convictamente a favor da aprendizagem, no Ensino Básico, das formas de tratamento da variedade designada por português padrão, por o seu desconhecimento dar azo a mal entendidos e penalizações escolares e sociais de vários tipos, pois um emprego desadequado deste recurso da regulação da interacção pode parecer uma ameaça à face do interlocutor”. Por outras palavras, é fulcral que os jovens (re)conheçam determinadas fórmulas e formas de tratamento¹⁸⁴ como adequadas em determinados contextos, pois “o uso adequado das formas de

¹⁸⁴ Com fórmulas e formas de tratamento, queremos referir-nos a, no primeiro caso, exemplos como “*título académico + nome próprio*” e, no segundo caso, à concretização efetiva, como, por exemplo, *Dr. Rui*. Sobre fórmulas e formas de tratamento, ver, entre outros, Hammermüller (2020).

tratamento é importante na preservação da face de si e dos outros” (Marques & Duarte, 2019, p. 237).

Sobre a necessidade de se falar na variação tendo em conta, por exemplo, o contexto diafásico, diante de diferentes contextos discursivos (por exemplo, em contexto formal ou informal), recuperamos Costa (2008, p. 164 *apud* Duarte, 2010, p. 137):

(...) Tradicionalmente, ensinam-se as diferenças entre pronomes formais e informais (“você” vs “tu”), mas não se explicita que o uso mais formal implica o uso da forma nula do pronome na posição de sujeito. A explicitação das formas pronominais associadas a diferentes funções sintáticas e, em particular, a descrição dos contextos em que um sujeito pode ser nulo possibilitam, assim, a formulação de uma regra simples que permitirá a adequação das diferentes formas pronominais a diferentes contextos discursivos.

Recordamos ainda Marques (2020, pp. 65-66), que, numa entrevista, em resposta à pergunta “Em relação ao ensino, em especial ao ensino básico, como abordar o uso desses mecanismos linguísticos, empregados na expressão da cortesia ou da descortesia, no processo de ensino e aprendizado, especialmente na escrita?”, referiu:

O ensino de língua, em especial da materna, não pode prescindir de considerá-la sempre dentro de um contexto discursivo. Não faz muito sentido fazer uma lista de formas de tratamento para ensiná-las, porque não funcionam de modo descontextualizado. A melhor maneira de trabalhar as formas de tratamento no ensino básico e secundário é pôr os alunos em contato com diferentes gêneros discursivos, depois analisar a construção do discurso, tendo em vista todas essas dimensões da enunciação. A par disso, naturalmente, é preciso tratar a relação interpessoal dos locutores, a forma como o discurso é construído em cada interação e a importância das formas de tratamento nessa construção.

Assim, entendemos que importa que se faça o devido encontro entre o que teoricamente podemos retomar de Brown e Levinson (1978, 1987) e Kerbrat-Orecchioni (1997), ou seja, a Cortesia entendida como fenómeno linguístico que procura a adequada gestão das faces, e a consciência da “relação interpessoal construída na interação”, pois, tal “como refere Kerbrat-Orecchioni (1995, p. 72), as formas de

tratamento são relacionemas, isto é, são não só indicadores são também construtores da relação interpessoal” (Marques, 2014, pp. 64-65). Defendemos, como refere Marques (2014, p. 65), “a perspectiva discursiva, sem colocar de lado o quadro sociolinguístico” – e, acrescentamos nós, dialetológico – “e os contributos que traz para a análise desta questão, propõe-se captar no dinamismo da interação o uso e a negociação das formas de tratamento.”

Neste quadro, a análise não pode fazer economia das relações de cortesia, pois a cortesia verbal, ao regular o uso da linguagem em sociedade, no ato de comunicação, contribui para o equilíbrio da relação interpessoal e condiciona assim a ocorrência das formas de tratamento. De facto, as formas de tratamento são «sensíveis ao contexto», isto é, não é possível, *a priori*, decidir se uma determinada forma de tratamento é ou não cortês. (...) Mas é também evidente que as imposições do género e da situação institucional não são absolutas.

(Marques, 2014, p. 65)

Efetivamente, concordamos que estão em jogo, em cada interação, diferentes variáveis e diferentes planos teóricos – cortesia verbal e o enquadramento pragmático-discursivo, pelo que defendemos a importância de os estudantes estarem conscientes da complexidade do sistema e, sobre a sua definição, serem-lhes dadas pistas que lhes permitam mais frequentemente corresponder ao esperado. Por outras palavras, possibilitar aos estudantes a consciência das variáveis em questão – por exemplo, diatópicas, diastráticas, diafásicas – e as possíveis construções linguísticas tipicamente esperadas (ou tendencialmente aceites) em determinados contextos pragmático-discursivos.

No âmbito da consciência da noção de cortesia linguística e do carácter relacional das FT, julgamos ainda que não devemos esquecer a importância da consciência dos “jogos estilísticos de mudança de tratamento” (cf. Bechara, 2019, p. 249)¹⁸⁵ na leitura de obras

¹⁸⁵ Remetemos para Bechara (2019, p. 249): “A mudança de tratamento é um dos artifícios estilísticos do escritor para variar a contemplação pela qual encara o seu interlocutor. Variar de um tratamento cerimonioso para um familiar, ou vice-versa, para traduzir a mudança cerimoniosa ou afetiva, é manobra antiga de que se têm servido os escritores de todos os tempos. No poema Última folha, Casimiro de Abreu refere-se a Deus como o Criador e como nosso pai. No primeiro, trata-o por *vós*, no segundo por *tu*, como reflexo diferenciado do respeito do crente e do filho.”

literárias. Este é, aliás, um dos casos nos quais a linguística pode ser tranquilamente chamada a decodificar a literatura.

É, de uma maneira mais global, importante que se possibilite que os estudantes percebam que não há línguas melhores ou piores,¹⁸⁶ que estas são organismos vivos, com variação e em mudança; é importante que lhes seja explicado que “uma norma linguística é sempre definida sobre um «dialecto de prestígio» que é característico de um grupo social e de um centro cultural considerado modelar, por razões sócio-políticas e culturais, mas não por razões estritamente linguísticas” (Mattos e Silva, 1988a, p. 63) e que “um «dialecto de prestígio» sobre o qual se erige a norma oficial em termos estritamente linguísticos, tem a mesma qualificação de qualquer outro dialecto de uma língua histórica. O seu carácter prestigiado advém, portanto, de factores extralinguísticos” (Mattos e Silva, 1988a, p. 64).¹⁸⁷ Que compreendam, então, que “o dialecto chamado de prestígio ou *standard* não é mais, portanto, do que um dos «modos de falar» (...) de uma determinada língua histórica, próprio a um segmento social de um determinado lugar que é pela sociedade em que se insere escolhido como modelo ou norma a ser seguido (...)” (Mattos e Silva, 1988a, p. 64). Assim, pode abrir-se espaço para que não só não julguem como acolham a diversidade¹⁸⁸ e que compreendam que nem

¹⁸⁶ Recordamos o que está dito em Fiorin (2017, p. 179) sobre a obra *História sociopolítica da língua portuguesa*, de Faraco (2016), na qual o autor desconstrói a ideia de que há línguas superiores ou inferiores. Remete-se, na obra, para o entendimento de que todas as línguas são igualmente dignas como código e o que vai fazer com que sejam mais ou menos consideradas socialmente serão fatores externos (fatores sociais, (geo)políticos, culturais e económicos) (cf. Fiorin, 2017, p. 179)). Também em Mateus (2007, p. 26): “(...) se do ponto de vista linguístico não há hierarquia entre as variedades de uma língua, toda a afirmação que se produza nesse sentido radica em critérios de carácter social. O que se afirma em relação às variedades nacionais de uma língua pode dizer-se igualmente em relação aos seus dialectos”.

¹⁸⁷ Na mesma linha, recordamos: “[...] as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e económico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e económicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em região pobre pode vir a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como “bom” dialeto. (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 33-34” *apud* Moura (2023, pp. 200-201).

¹⁸⁸ Recordamos Barros (1997, p. 91): “(...) em contexto escolar, talvez possa ser gratificante para alunos que têm como variedade de pertença variantes diatópicas ou diastráticas desprestigiadas, descobrir que elas detêm uma ou outra forma de “prestígio”: histórico, cultural, tradicional, patrimonial. Esta tomada de consciência poderá ter um papel despenalizante e, ao mesmo tempo, motivá-los para o estudo de textos que testemunham estados de língua afastados no tempo.

sempre é tudo tão taxativo como a dicotomia “certo / errado”,¹⁸⁹ e que há construções que são “erradas” num determinado contexto e “certas” noutra.

É, todavia, importantíssimo não desvalorizarmos o papel da normatividade (no sentido de norma-padrão) na sala de aula, já que “a escola obrigatória e universal é, sem dúvida, um primeiro factor de estabilização da língua” (Mateus, 2007, p. 27). É essencial que, a par da consciência de variação, não seja esquecido que há uma norma¹⁹⁰ prestigiada que sobressai por razões que não são em todas as realidades as mesmas (cf., por exemplo, Barros, 1997, p. 91), mas que é “um «Standard» delimitado como norma aceitável (...)” (Hammermüller, 1976, p. 55)),¹⁹¹ que os alunos deverão conhecer e usar devidamente.

O que efetivamente interessa é, no fundo, que os estudantes percebam que um domínio capaz da língua é aquele no qual os falantes saibam gerir adequadamente dialetos, registos e gírias possíveis no sistema.¹⁹² Sendo a comunicação a função final, as adaptações que possamos fazer para a garantirmos são legítimas (por exemplo, tendo em conta a situação, escolher entre o uso de formas presentes apenas em dialetos e o uso de elementos linguísticos conformes à norma). Com isto, não estamos a incentivar, de maneira nenhuma, um ensino permissivo e anárquico, pelo contrário, estamos, antes, a mostrar claramente a grande dimensão do sistema linguístico e a aceitar a versatilidade, a criatividade,¹⁹³ ressaltando, sempre, a necessidade de, para garantirmos mais justiça social,¹⁹⁴ a escola primar pelo ensino da norma linguística reconhecida como

¹⁸⁹ Sobre a dicotomia *certo/errado*, remetemos para Moura (2023, p. 201): “A abordagem pedagógica que poderia partir do próprio uso que os alunos fazem da língua, para trabalhar a distinção entre fala e escrita e destacar as variações dialetais e as formas gráficas convencionadas, por vezes, acaba reduzida à classificação entre certo e errado”.

¹⁹⁰ Sobre norma e variação remetemos para Mateus e Cardeira (2007), obra que se incluiu na coleção *O essencial sobre língua portuguesa*.

¹⁹¹ “Hammermüller (1976, p. 55): “Põe-se então o problema dum «Standard» delimitado como norma aceitável para facilitar o ensino de português como língua estrangeira dum lado mas do outro não menos como «pedra de toque» para o ensino do português como língua materna ou «escolar».”

¹⁹² Recordando Fiorin (2001, p. 114): “Quando alguém começa a falar, sabemos se é do interior de São Paulo, gaúcho, carioca ou português. Sabemos que certas expressões pertencem à fala dos mais jovens, que determinadas formas se usam em situação informal, mas não em ocasiões formais. Saber uma língua é conhecer suas variedades. Um bom falante é “poliglota” em sua própria língua. Saber português não é aprender regras que só existem numa língua artificial usada pela escola. As variantes não são feias ou bonitas, erradas ou certas, deselegantes ou elegantes, são simplesmente diferentes”.

¹⁹³ A propósito da capacidade criativa, remetemos para a observação: “As práticas educativas, ao abordá-la como algo morto, atemporal, pautado apenas por regras e normas, acabam por suprimir os usos da língua na forma como ela é, com suas múltiplas variedades, gêneros textuais distintos e diferenças entre modalidade oral e escrita. Acabam também por anular sua capacidade criadora” (Moura, 2023, p. 202).

¹⁹⁴ Há maior justiça social quando o ensino obrigatório possibilita que o falante aumente as suas capacidades na língua. Remetemos, por exemplo, para o que é apontado em Guedes (2001, p. 132) em

padrão, pois, como refere Barros (1997, p. 98): “E o ensino de língua materna deve estar no centro de toda a acção tendente a anular a desigualdade”.

Concluimos a nossa reflexão sobre FT e o Ensino remetendo para as palavras de Carlos Alberto Faraco numa entrevista dada a Coelho e Oliveira (2019):

O estudo sistematizado da variação social, geográfica e estilística das formas e fórmulas de tratamento é uma das melhores portas para introduzir os alunos no tema da variação e da mudança. É um fenómeno muito concreto na vivência de qualquer falante e, por isso, permite uma abordagem que eu costumo chamar de realista e honesta da variação – uma abordagem que explore a língua como ela é efetivamente na contemporaneidade e em suas múltiplas dimensões sociais e estilísticas. (Faraco *apud* Coelho & Oliveira, 2019, p. 13)

1.3.2.1. Vós no ensino (obrigatório) de PLM

Num contexto global marcado pela mudança e a instabilidade, mais complexas se tornam as tarefas quer de estudar e investigar, quer de ensinar o sistema das formas de tratamento em português.
Duarte (2010, p. 136)

Relativamente ao *vós* no ensino obrigatório – e porque desconhecemos literatura académica que reflita especificamente sobre este ponto – consideramos que seria interessante apresentarmos observações de docentes que estão atualmente a lecionar. Neste contexto, expomos, de seguida, duas¹⁹⁵ observações:

docente 1, 40-50 anos, Vila do Conde

O pronome pessoal *vós*, tem caído em desuso no discurso corrente dos alunos do 1º ciclo, aliás torna-se muito complicado conjugarem a 2ª pessoa do plural, aquando da construção frásica.

Os alunos repetem, memorizam até, contudo, não conseguem aplicar por sua autoria. O *vocês*, ocupou o espaço do *vós* e faz parte do discurso corrente. Apesar de vivermos numa zona litoral

relação ao PB: “Aumentar o poder de percepção e de expressão da realidade é útil para o exercício da sensibilidade, da cidadania, da humanidade. Logo, não é bom que o povo brasileiro desista de aprender essa língua estrangeira que até agora a escola não ensinou o povo brasileiro a entender e usar. O que é fundamental é que a escola mude a finalidade desse aprendizado: em vez de tentar convencer o povo brasileiro a desistir da língua que fala e, consequentemente, renegar os valores que são expressos por ela, substituindo-os — língua e valores — pela língua estrangeira em que o deputado Aldo Rebelo escreveu o seu projeto de lei e pelos valores que a elite construiu e expressa nessa língua, a escola precisa começar a mostrar para o povo brasileiro que dominar essa língua estrangeira em que temos de escrever é muito bom para ampliar a sua capacidade de percepção da realidade e de expressão de sua inconformidade com ela”.

¹⁹⁵ Comentários de dois docentes do 4.º ano não participantes na recolha que fizemos.

nortenha, onde os avós destas crianças continuam a usar o “índes”, “comeídes”, “Fazeíndes”...vocabulário muito enraizado na zona piscatória, os mais novos foram deixando de usar, conotando como erros de linguagem e acabaram por retirar completamente do discurso oral dos filhos. Ainda há locais, como os cultos religiosos em que o vós, continua a ser usado. Porém, a maior parte das crianças, que os frequentam, nem se apercebem do discurso e acabam por nem sequer o reconhecer.

Com a vinda dos emigrantes brasileiros¹⁹⁶ e com o acolhimento, por parte das escolas, destas e de outras crianças oriundas de outros países o vocês, torna-se perfeitamente natural, no discurso oral e escrito de todos. Sendo que o verbo é conjugado na terceira pessoa do plural. Em contra partida, o você usado, no tempo dos avós, ou numa sociedade mais eclética (terceira pessoa do singular) também caiu em desuso na linguagem corrente desta faixa etária. Alguns, ainda tratam o professor por você (algo muito raro) ou até mesmo os avós (também algo, já muito em desuso).

Não é muito fácil os alunos interiorizarem, principalmente na conjugação dos verbos irregulares. Este ano letivo, apesar de nos manuais de português aparecerem as conjugações dos verbos com as três pessoas do singular e as três do plural, nos recursos da escola virtual já aparece a seguinte tabela: *eu andava; tu andavas; ele/ela/você andava; nós andávamos; eles/elas/vocês andavam*.¹⁹⁷

docente 2, 40-50 anos, Maia

Antigamente o pronome "vós" era amplamente utilizado, no entanto, ao longo do tempo, o uso de "vós" tem diminuído consideravelmente, sendo substituído por "vocês" em muitos contextos informais.

Em sala de aula o pronome "vós" é aprendido ao conjugar os verbos e é apenas utilizado quando abordadas questões linguísticas, e para promover uma compreensão mais ampla da evolução da língua e da diversidade linguística e cultural. Essa reflexão ajuda os alunos a tornarem-se comunicadores mais conscientes e sensíveis às nuances da língua portuguesa.

De uma forma geral, a utilização da segunda pessoa do plural é considerada antiquada, formal demais, ou talvez até mesmo uma característica marcante de certas regiões ou grupos sociais.

¹⁹⁶ Confronte-se com o comentário com o código 05B128, incluído na secção *Apêndices*.

¹⁹⁷ Optámos, para salvaguardarmos os direitos de autor, por elencar as formas constantes na referida tabela em vez de colarmos aqui a imagem enviada pelo docente.

Ora, como vemos, destaca-se essencialmente a percepção sobre o desuso de *vós* e a utilização cada vez mais natural de *vocês*, especialmente – aponta-se – em contexto informal.

Relativamente ao comentário deixado pelo *docente 1*, ressaltamos a referência à dificuldade dos alunos especialmente na conjugação dos verbos irregulares de 2PP (dificuldades que, de certa maneira, também estão presentes nas produções das gerações mais velhas) e o facto de, em certos recursos digitais que servem de suporte ao estudo, já não constarem o pronome *vós* e respetivas formas verbais, o que prova que os responsáveis pela redação desses materiais entendem que a sua inclusão já não se justifica, depreendendo-se que entendem que em PEC já não se usam.

No que toca à observação do *docente 2*, sublinhamos, por se enquadrarem nas perspetivas que assumimos no nosso projeto, os juízos registados: “antiquada” (cf. mudança em curso), “formal demais” (cf. variação diafásica); “característica marcante de certas regiões ou grupos sociais” (cf. variação diatópica e variação diastrática).

1.3.2.1.1. *Vós* em manuais de PLM

Antes de mais, importa recordar a divisão do ensino obrigatório em Portugal em quatro ciclos: 1.º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos), 2.º ciclo (5.º e 6.º anos), 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos) e Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º anos).¹⁹⁸

Consultando os documentos *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*¹⁹⁹ e *Programa e Metas Curriculares do Ensino Secundário*,²⁰⁰ podemos verificar que as Formas de Tratamento são (ou melhor, há indicação para que sejam) um tema abordado no 2.º ano (*Programa*: “Princípio de cortesia; formas de tratamento”; *Meta*: “Respeitar o princípio de cortesia e usar formas de tratamento adequadas”) e no 10.º

¹⁹⁸ Embora neste trabalho recolhamos, no que ao EO diz respeito, apenas as respostas de alunos do 4.º e 12.º anos, pesquisámos informações sobre formas de tratamento nos documentos *Programa e Metas Curriculares* relativos aos doze anos de estudo por se entender que os conhecimentos de um aluno de 12.º são o resultado dos doze anos de ensino e não apenas do ano em que está inscrito. Todas as informações metodológicas sobre a recolha de dados podem ser consultadas no Capítulo II.

¹⁹⁹ É possível consultar as informações em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf acesso 13-05-2022

²⁰⁰ É possível consultar as informações em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf acesso 13-05-2022

ano (*Meta*: “Respeitar o princípio de cortesia: formas de tratamento e registos de língua”). É, portanto, esperado que sejam apresentados conteúdos relacionados com Cortesia (no sentido de adequação dos registos de língua) e Formas de Tratamento a alunos de 2.º e 10.º anos.

Sendo bastante difícil sabermos, de facto, o que é lecionado e que tipo de conteúdos são expostos em todas as aulas e em diferentes regiões do país (se são, por exemplo, no que toca às FT, abordadas e discutidas apenas formas nominais, se há reflexões sobre o uso de *tu/você/o senhor* ou, no caso que mais nos interessa, o uso de *vós/vocês* em determinados contextos ou registos), considerámos apropriado consultar dois manuais²⁰¹ de 2.º ano e dois manuais de 10.º, a título exemplificativo, para, de certa maneira, olharmos para o que é apresentado aos estudantes. Reforçamos o carácter ilustrativo dos registos seguintes: são apenas exemplos de dados com os quais os resultados do nosso estudo poderão ser relacionados.

1.3.2.1.1.1. 2.º ano

No que toca aos manuais do 2.º ano, consultámos os manuais *Eureka*, da Areal Editores, e *Top2*, da Porto Editora.

No *Eureka*, não encontramos nada sobre FT, nada sobre pronomes pessoais. Além do manual, consultámos também o caderno de atividades e também aí nada estava registado nesta temática. Por curiosidade, já que estávamos a utilizar a versão digital dos manuais, (e pelo facto de exporem relativamente pouco texto, em oposição, por exemplo, aos manuais de 10.º ano) decidimos pesquisar (através da ferramenta de pesquisa digital) as palavras *vós* e *vocês*. Encontrámos apenas a última, na página 76, num excerto (com supressões) de uma obra de Cristina Quental e Mariana Magalhães, “Vocês vão adorar!”.

No *Top2*, deparamos com um cenário semelhante, ou seja, nada sobre FT, nada sobre pronomes pessoais. Tal como procedemos atrás, pesquisámos *vós* e *vocês*. Mais uma vez, apenas *vocês* apresentou ocorrências. Listamo-las aqui: na página 6, numa fala num texto de Luísa Ducla Soares, “Como é que vocês passaram as férias?”; na página 68,

²⁰¹ Sendo um registo apenas ilustrativo, mas garantindo uma variedade mínima (daí também a escolha de diferentes editoras), decidimos considerar dois manuais.

noutra fala, num texto (com supressões) da autoria de Luísa Ducla Soares, “Vocês acreditam mesmo nisso?”; na página 74, numa quadra de um poema de Luísa Ducla Soares, “O acento circunflexo/ está em ângulo, em mês. / Parece mesmo um chapéu / que fica bem a vocês.”; na página 80, num texto de José Eduardo Agualusa, “– Ora então vamos lá a saber o que é que vocês querem ser quando forem grandes...””; na página 146, num balão de fala numa banda desenhada, sem indicação de autoria, “Vocês aí no barco, o que pensam que estão a fazer?”.

Em resumo relativamente aos manuais do 2.º ano, nada explícito sobre pronomes pessoais, nada sobre FT; algumas produções de *vocês*, nenhuma de *vós*.

1.3.2.1.1.2. 10.º ano

No que diz respeito aos manuais de 10.º ano, consultámos o *Marca a página*, da Porto Editora, e o *Págin@s 10*, da Areal Editores.

No primeiro, na página 138, num quadro intitulado *Registos de língua e formas de tratamento*, lê-se:

“Registo de língua formal – utilizado em contextos formais de comunicação, na expressão oral (por exemplo, numa conferência) ou escrita (por exemplo uma carta).

Marcas – vocabulário adequado, rigoroso, estruturas sintáticas corretas, formas de tratamento formais como o senhor, Vossa Excelência.

Registo de língua informal – utilizado em contextos informais de comunicação, na expressão oral (por exemplo, uma conversa entre amigos) ou escrita (por exemplo, um recado).

Marcas – liberdade vocabular e frásica, formas de tratamento informais como tu, vocês.”

Assim, expõe-se que *vocês* se utiliza num contexto informal, embora não se apresente, nos exemplos do contexto formal, uma forma de direção a um interlocutor plural. O mesmo se verifica na página 338, na qual se volta – aí mais detalhadamente, porque inserido na secção *Páginas de consulta* do manual – a abordar os temas *registos de língua e formas de tratamento*. Lê-se, na nota introdutória ao quadro com exemplos:

“Dependendo do contexto em que se encontram, os interlocutores devem utilizar estratégias discursivas que permitam que o processo de comunicação decorra sem conflitos. Tal depende da utilização de diferentes registos linguísticos, isto é, de diversas estratégias que, de acordo com o seu nível social e cultural, um falante pode ou deve utilizar de acordo com a situação

comunicativa em que se encontra. Também as formas de tratamento têm em conta a posição social do locutor e do interlocutor, distinguindo-se entre informais e formais, de acordo com o contexto de comunicação.”

A referência ao pronome *vós* surge em várias páginas do manual no estudo de cantigas de amigo ou excertos de obras de Gil Vicente e Luís de Camões e no contexto de listagem dos pronomes pessoais da língua, na página 311, na qual não se inclui *vocês*.

No *Págin@s 10*, na página 278, encontramos um quadro relativo aos pronomes e respetivas subclasses, no qual, na categoria de pronomes pessoais, encontramos listados “eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, me, mim, comigo, te, ti, contigo, o / a, se, lhe, si, consigo, nos, connosco, vos, convosco, os / as, lhe”. Tal como no outro manual, nada de *vocês* como pronome pessoal.

No âmbito das FT, não há nenhuma referência aos pronomes pessoais. No que toca à direção a um interlocutor, a abordagem apresentada no livro deixa de lado os pronomes pessoais e avança com a relação com os atos de fala. Recuperamos o seguinte enquadramento, presente na página 118:

“Quando comunicamos, pretendemos ser entendidos pelo(s) nosso(s) interlocutor(es). A especificidade de cada situação de comunicação, dos interlocutores presentes, do grau de formalidade, da relação hierárquica entre os participantes, das formas de tratamento, do modo oral ou escrito da interação determina as nossas escolhas linguísticas. O contexto situacional requer diferentes tipos de ativação linguística que abrangem domínios que vão desde o léxico, à sintaxe, à prosódia (entoação, gestos, ...). Os objetivos do interlocutor indicam também as escolhas linguísticas.”

Além disto, na página 299, na secção intitulada *Registo formal e registo informal*, surge o seguinte desenvolvimento:

“A especificidade de cada situação de comunicação, dos interlocutores presentes, do grau de formalidade, da relação hierárquica entre os participantes, das formas de tratamento, do modo oral ou escrito da interação determina as escolhas linguísticas. Deste modo, o contexto situacional requer diferentes escolhas linguísticas determinadas pelo tipo de relação social existente entre os interlocutores, condicionando um registo mais ou menos informal. Os objetivos do interlocutor indicam também as escolhas linguísticas.”

Ou seja, é feita uma cópia praticamente integral da nota deixada na outra página. Abaixo, surge uma secção intitulada *Formas de Tratamento*, na qual constam “mecanismos linguísticos de cortesia”, estando, no que diz respeito às FT propriamente ditas, apenas o exemplo de “*O senhor* tem razão na forma como colocou a pergunta.”

Não encontrámos, portanto, nenhuma reflexão sobre *vós* como FT, nem de *vocês* como pronome pessoal do português. Tal como no outro manual, o *vós* surge, além de na listagem dos pronomes pessoais, expresso nos excertos de cantigas de amigo, ou de obras de autores como Gil Vicente e Luís de Camões.

Em resumo, relativamente aos manuais de 10.º ano, registamos a ausência de *vocês* na listagem dos pronomes pessoais e a presença de *vós*, além de nessa listagem, apenas no contexto de produções escritas de português não contemporâneo, o que poderá contribuir para a remissão temporal desta forma, por outras palavras, para a ideia de arcaísmo associada a este pronome.

Mais uma vez, como referimos acima, não temos dúvidas de que o que encontrámos (ou não encontrámos) não pode ser extrapolado em leituras definitivas sobre o que é ou não lecionado e possivelmente apreendido pelos alunos. Trata-se apenas de deixarmos algumas notas²⁰² sobre documentos que, efetivamente, são apresentados aos alunos para posterior consideração na secção em que refletiremos sobre os resultados da recolha que levamos a cabo neste projeto.

²⁰² Aproveitamos para referir que o que encontrámos nos manuais de 10.º ano vai, em certa medida, ao encontro do que é defendido em Saraiva (2002, pp. 125-126): “Com efeito, o uso das formas de tratamento não se resume ao uso dos pronomes pessoais de uma Língua. É a esta questão que se devem as lacunas encontradas nos manuais didáticos, pois como se teve oportunidade de verificar em 2., os manuais que fazem pequenas abordagens das formas de tratamento incluem as mesmas na secção dos pronomes pessoais, ou diluem-nas em texto, não se verificando qualquer referência no índice dessas mesmas obras. Por conseguinte seria desejável procurar e encontrar no índice de manuais didáticos o item «formas de tratamento». Sugere-se, pois, que as formas de tratamento sejam incluídas num capítulo autónomo.” Referimos “em certa medida”, porque nos parece que se inverteu a realidade (o que não entendemos que fosse a ideia de Saraiva (2002)): se dantes as FT estavam na secção dos pronomes pessoais – tomando em nota o que é referido em Saraiva (2002) – agora, pelo menos no caso destes dois manuais consultados, foca-se menos na consideração dos pronomes como formas de tratamento, estando as secções sobre FT associadas a atos de fala e mecanismos linguísticos de cortesia como, por exemplo, mecanismos de atenuação. Parece-nos que o meio termo (a associação de FT tanto a pronomes pessoais como a atos de fala e mecanismos linguísticos de cortesia) – porque mais completa – seria a solução mais avisada.

1.3.2.2. Vós no ensino de PLN

Quanto ao seu ensino para estudantes estrangeiros, as formas de tratamento são referidas, desde longa data, como um item a merecer particular atenção (...).
Duarte (2010, p. 134)

Relacionando o tema Formas de Tratamento com o ensino de língua estrangeira, relembremos Parkinson e Hajek (2004), no qual os autores refletem sobre as FT em italiano e o ensino dessa língua como L2. De forma semelhante, também neste trabalho pretendemos refletir sobre a defesa ou não da inclusão de *vós* no ensino de PE como língua estrangeira. As conclusões a que Parkinson e Hajek (2004) chegam com o seu estudo – focado nas FT usadas em ambiente familiar – são, basicamente, as seguintes: o sistema de FT em italiano é mais complexo do que surge nos manuais de L2; as escolhas dos falantes nativos não são uniformes – por exemplo, em relação a irmãos e primos usam apenas *Tu-Tu*, mas noutras relações familiares há grande variação; a idade, o contexto e o estatuto social são fatores a ter em conta na escolha das FT, logo esta grande variação deve ser ensinada em contexto de L2; numa perspetiva pedagógica – por não ser realista ensinar apenas uma norma – os professores de L2 devem alertar os aprendentes para a existência de variação – é dado o caso de *Voi* como exemplo da necessidade de, pelo menos, os falantes terem uma consciência passiva da sua existência e dos parâmetros que regem o seu uso;²⁰³ a importância de os manuais de L2 referirem a não reciprocidade no tratamento – por exemplo no que toca à idade, uma pessoa mais velha pode usar *Tu* para se dirigir a alguém mais novo mas espera receber em retorno *Lei* e não *Tu*; a necessidade de os manuais de L2 serem mais informativos sobre a realidade das FT e de os aprendentes dedicarem mais tempo ao estudo das particularidades do sistema de FT italiano (cf. Parkinson & Hajek, 2004, p. 16).

Sobre o pronome *vós* no âmbito do ensino de português como língua não materna, recordamos as palavras de Marques (2017, p. 11) – “a questão da FT *vós* é ora ignorada ora desvalorizada” – e também as palavras de Duarte e Marques (2023a, p. 287) – “(...) as gramáticas e os manuais usados para o ensino de português como língua estrangeira já não incluem a 2PP (nem o pronome nem a forma verbal). Contudo, abordagens teóricas recentes, baseadas em análise de *corpus*, têm mostrado resultados diferentes:

²⁰³ No original “(...) learners of Italian should have at least a passive awareness of its existence and its parameters of use”.

o uso de *vós* é heterógeno, dando prova de uma efetiva vitalidade linguística.”²⁰⁴ As autoras dão os exemplos das produções de *vós* como forma T no norte, em ambientes bastante escolarizados e por gerações mais jovens, e também das produções de *vós* em contextos de situações de comunicação formais como forma deferente, apontando, como exemplos, o discurso político e o discurso presidencial (cf. Duarte & Marques, 2023a, p. 287).

1.3.2.2.1. *Vós* em manuais de PLNM

Procurando confrontar o que está dito com uma realidade atual (tal como fizemos na dimensão de ensino de português língua materna), consultámos dois manuais de Português Língua Não Materna (do nível elementar, por ser neste nível, logo nas primeiras aulas, que se abordam as questões de apresentação e tratamento, a direção ao(s) interlocutor(es)): *Português Ativo* (um manual com os níveis A1 e A2), da editora Lidel, e *Português em rede* (um manual com o nível A1 e um manual com o nível A2), da editora Porto Editora.

Relativamente ao *Português Ativo*, verificámos a inexistência de referência ao pronome pessoal *vós*: na página 16, num quadro em destaque, lê-se “Pronomes pessoais/ formas de tratamento: singular *eu, tu, você, o senhor/a senhora, ele/ela*; plural *nós, vocês, os senhores/as senhoras, eles/elas*” e, na página 17, num quadro com o presente do indicativo do verbo *Ser*: *eu sou; tu és; você, o senhor/a senhora é; ele/ela é; nós somos; vocês, os senhores/as senhoras são; eles/elas são*.

Relativamente ao *Português em rede*, verificámos, no manual correspondente ao nível A1: na página 13, numa representação de um diálogo com recurso a imagem e balões de fala a produção “Boa tarde, o meu nome é João Martins e sou o vosso professor! E vocês, como se chamam?” e, na página seguinte, um quadro com a seguinte conjugação do verbo *Estar*: *eu estou; tu estás; ele/ela/você está; nós estamos; eles/elas/vocês estão*. Ou seja, igual inexistência de referência ao pronome *vós*, embora uma das formas canónicas do paradigma (*vosso*) seja usada num dos balões de fala, mais propriamente

²⁰⁴ No original: “(...) grammars and textbooks used for teaching Portuguese as a Foreign Language no longer include the 2p (neither the pronoun nor the verbal form). Nevertheless, new theoretical approaches, anchored in corpus analysis, have yielded a different result. The uses of *vós* are heterogeneous, bearing witness to effective linguistic vitality” (Duarte & Marques, 2023a, p. 287).

como forma de possessivo em relação a um posterior *vocês*, ou seja, assumida, assim, como respetivo possessivo.²⁰⁵

No livro *Português em rede* relativo ao nível A2, ao contrário do que verificámos até aqui, é feita referência ao pronome pessoal *vós*. Na página 11, na nota de rodapé de um quadro com a exposição do Presente do indicativo de verbos regulares (terminação em -ar; terminação em -er; terminação em -ir) com as pessoas “eu, tu, ele/ela/você; nós, eles/elas/vocês” elencadas, esclarece-se “Nota: o pronome pessoal de 2.ª pessoa do plural, *vós*, e as respetivas formas verbais apenas são usados em algumas regiões do Norte do país e no discurso religioso.”

Além disto, registamos aqui, não só o que aparece na caixa intitulada *Formas de Tratamento* – “As formas de tratamento dependem do grau de formalidade, familiaridade e proximidade entre as pessoas que falam. Estas formas têm algumas características linguísticas que permitem identificar o grau de formalidade ou informalidade, nomeadamente a escolha de pronomes de 2.ª ou 3.ª pessoa, o uso de nomes, títulos académicos ou o uso de uma forma verbal com o pronome implícito.” – como a inclusão de *você* explícito (o exemplo dado é “*Você quer vir connosco?*”) como pronome formal, embora com uma nota bastante importante: “O uso do pronome *você* para marcar a formalidade nem sempre é bem recebido por todos os falantes. Aconselha-se o uso da forma verbal com o pronome implícito.”

1.4. Síntese do Capítulo I

A Linguística pode ser, no limite, entendida como uma ciência basilar numa sociedade, já que é através dela que sabemos mais sobre as línguas e que é através destas que preferencialmente comunicamos como espécie.

As línguas (vivas) podem ser estudadas sincrónica ou diacronicamente, não havendo dúvidas quanto à variação e à mudança como suas características intrínsecas. As línguas concretizam-se unicamente no uso que os falantes lhes dão: são de todos e de ninguém.

²⁰⁵ Recordamos, a título de confronto, que em Manole (2017, p. 126) se dá um exemplo de uma produção de um falante romeno exatamente neste âmbito de mistura de paradigmas: “Querem que *vos* traga mais alguma coisa?”, referindo-se que a construção normativa seria “Querem que *lhes* traga mais alguma coisa?”.

Enquadrámos o nosso estudo sobre o pronome pessoal *vós* nas reflexões sobre variação e mudança e procurámos verificar (se e quais) as relações que se podiam estabelecer com três subáreas: Pragmática (Cortesia), Sociolinguística e Dialetologia. Em relação à primeira, num estudo sobre variação situacional (contexto formal e informal); à segunda, num estudo sobre variação diastrática (sexo, idade/escolaridade, etc.) e, à terceira, num estudo sobre variação diatópica (nível distrital).

Em Pragmática (Cortesia), remetemos para Brown e Gilman (1960) e Brown e Levinson (1978, 1987), com a Teoria da Cortesia baseada na gestão das faces. Assim, considerámos que os falantes, resultado de procurarem uma adequada gestão das faces, produzirão formas de tratamento que consideram mais deferentes, de maior distância, num contexto mais formal e formas de tratamento menos deferentes, de maior proximidade, em contextos mais informais. Diante de dois contextos (um formal, outro informal), analisaremos as produções feitas pelos falantes do nosso estudo para retirarmos conclusões sobre esta possível variação nas escolhas de FT. Especificamente no elemento em estudo – se a produção de *vós* (e outras formas canónicas do paradigma) pode ser associada a contextos mais ou menos formais.

Em Sociolinguística, remetemos para Weinreich, Labov e Herzog (1968) com a teoria variacionista apontando as variáveis sociais como base da mudança. Nos estudos sociolinguísticos em PE, registámos observações que essencialmente apresentam a ideia de que o pronome pessoal *vós* é apontado como sendo tendencialmente mais produzido por falantes mais velhos, por falantes menos escolarizados e por falantes do sexo masculino, embora estudos mais recentes, baseados em *corpora*, tenham revelado dados noutros sentidos. Procuraremos, com a análise dos dados que recolhermos, contribuir para o esclarecimento destas associações.

Em Dialetologia, depois de uma revisitação aos estudos clássicos em PE em busca de observações diatópicas sobre *vós*, considerámos, como referência, a divisão em dialetos setentrionais e centro-meridionais apresentada em Cintra (1971) e os mapas propostos por Lara Bermejo (2017b) sobre o desaparecimento de *vós*. Recuperámos ainda observações recentes de vários autores sobre a associação da produção do pronome *vós* a zonas mais a norte do país.

Procurando alguma abrangência, recordámos notas não só sobre o pronome pessoal *vós*, ou seja a forma tónica da série, senão sobre as formas oblíquas. Além do intuito de darmos conta da diferença de frequência das produções em diferentes posições sintáticas, refletimos sobre as construções híbridas no âmbito da explicação histórica, apresentada, por exemplo, em Marcotulio (2012), a hierarquia de evolução apontada, por exemplo, em Lara Bermejo (2023a, p. 25) (sujeito > reflexo > verbo > acusativo > dativo > possessivo), a ideia de inexistência da necessidade de concordância de pessoa em diferentes posições sintáticas em, por exemplo, Aguiar e Paiva (2017, p. 149) e Lara Bermejo (2020, pp. 104-105), e também a ideia da simplificação morfológica defendida, por exemplo, em O' Neill (2023).

Na parte final do capítulo, estabelecemos a ligação teórica entre Formas de Tratamento e Ensino. Com um desígnio mais prático, por termos como um dos objetivos deste projeto procurar perceber se, de facto, há uma base sólida para, em relação ao português língua materna, se trabalhar mais incisivamente o uso/desuso do pronome pessoal *vós* no âmbito das FT, e para, em relação a português língua não materna, se ensinar/não se ensinar a forma de tratamento pronominal *vós* a estudantes de português língua estrangeira, consultámos manuais de português língua materna e manuais de português língua não materna como possíveis exemplos da realidade hodierna. Relativamente aos manuais de PLM, destacámos, nos de 2.º ano, a inexistência de informações sobre FT e a presença do pronome *vocês* como alocação de 2PP nos textos incluídos nas obras, e nos do 10.º ano, por um lado a inexistência de registo de *vocês* como pronome e, por outro lado, a presença do pronome *vós* apenas na citação de textos literários de português não contemporâneo, o que entendemos que poderá passar aos estudantes uma ideia de arcaísmo relativamente ao pronome. No que toca aos manuais de PLNM consultados, resultou a seguinte síntese: ou não há referência ao pronome pessoal *vós* ou atribui-se-lhe um carácter dialetal (norte do país) e/ou situacional (contexto religioso); outras formas canónicas do paradigma – por exemplo, os possessivos *vosso(s)/a(s)* – são apresentadas sem associação ao pronome reto.

2. Capítulo II - Metodologia

No presente capítulo apresentamos todas as informações que consideramos relevantes para a explicação (e possível reprodução e replicação) da recolha de dados efetuada, possibilitando-se, assim, uma avaliação crítica sustentada do trabalho de campo realizado.

2.1. Método selecionado para a recolha dos dados e tipo de análise

Para sabermos o que de facto acontece atualmente com o uso do pronome *vós* não há outra forma que não seja estar atento aos falantes. Podemos atentar nas suas produções linguísticas, podemos analisar os juízos que fazem sobre produções ou podemos recolher dados sobre ambas as coisas.²⁰⁶ Tendo em conta o objetivo do nosso estudo, de apresentarmos um retrato global com base não só em produções, mas também em juízos, a metodologia a desenvolver tinha de se enquadrar neste último grupo. Como tal, dos vários métodos de recolha possíveis (por exemplo, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entre outros, cf., por exemplo, Coutinho (2011) ou Bryman (2012)), selecionámos o inquérito.

Estando escolhido e justificado o método, houve que perceber qual seria, dentro das opções existentes na recolha de dados por inquérito (entrevista e questionário, cf., entre outros, por exemplo, Hill & Hill (2008)), a forma mais adequada para o objetivo de recolher dados junto de um número de falantes nativos de português europeu que se pretendia considerável.

Pela impossibilidade óbvia de recolhermos as respostas de todos os falantes nativos de português europeu e pelo nosso interesse de investigação em contribuir com e para reflexões no âmbito do ensino de português e em perceber o ponto de situação do uso deste pronome pelos falantes mais jovens, focámos a atenção do nosso estudo na comunidade estudantil. Neste ponto, e mais uma vez pela impossibilidade de recolhermos as respostas de toda a comunidade estudantil falante nativa de português

²⁰⁶ Estamos conscientes das palavras, por exemplo, de Labov (1975, pp. 14-18) e de Brown (2017, p. 397), com as quais concordamos em parte, sobre a necessidade de nos focarmos efetivamente nas produções e deixarmos os estudos sobre os juízos. Todavia, entendemos que, considerando a recolha geograficamente ampla que pretendíamos fazer, não poderíamos perder a oportunidade de recolher alguns juízos. Além disto, são relevantes no âmbito do problema de avaliação (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 1968, p. 186)

Europeu, seleccionámos informantes dos 4.º e 12.º anos de escolaridade. Seleccionámos estes e não outros porque são níveis finais de ciclo (básico e secundário) e porque queríamos recolher dados em diferentes fases. Com a mesma premissa, também poderíamos, além destes, ter seleccionado os do 6.º ano (como final do segundo ciclo) e os do 9.º ano (final do terceiro ciclo), todavia, não sendo possível – pelas restrições de tempo para conclusão do projeto – abarcar essa dimensão tão vasta, ou seja, seleccionar quatro fins de ciclo, optámos por dar maior amplitude ao estudo e seleccionar ciclos mais afastados entre si, auscultando, desta forma o fim do primeiro ciclo obrigatório mais próximo do início da aquisição da língua materna (cf., entre outros, Mateus & Villalva, 2007, p. 16; Chomsky 1982 *apud* Mattos e Silva, 1988a, p. 62) e o fim do ciclo obrigatório mais distante.

Todavia, notando, diante da seleção destes dois anos (4.º ano e 12.º ano) que ficaríamos sem representação de uma “parte” da comunidade estudantil – a do ensino superior – e com a qual também seria interessante confrontar os dados recolhidos no ensino obrigatório – decidimos recolher dados também neste nível. Por ser impraticável (tal como vimos para o EO) o envio para todos os estudantes inscritos no ensino superior em Portugal e porque pretendíamos uma recolha geograficamente diversa (tal como a dimensão vasta no EO), decidimos recolher respostas de estudantes inscritos em diferentes universidades portuguesas e, desses, afinando um pouco mais, por ser logisticamente mais viável, seleccionámos estudantes inscritos em universidades públicas e numa determinada área de estudos. Em relação à primeira restrição, entendemos que, ao contrário do que decidíamos relativamente ao ensino obrigatório, no ensino superior não se justificava um estudo da divisão público/privado, uma vez que já não estávamos a falar de estudos de formação obrigatória e que há estudantes provenientes de ambientes económicos favorecidos²⁰⁷ que se inscrevem em universidades públicas. Em relação à segunda restrição, optámos por recolher dados junto de estudantes inscritos em cursos das Faculdades/Departamentos/Escolas de Letras/Humanidades por esta ser, à partida, uma área na qual os estudantes poderão

²⁰⁷ E também estudantes de meios menos favorecidos que não ingressam nas universidades públicas, mas, por exemplo, nos politécnicos públicos (cf., por exemplo, o estudo “Quem são os estudantes que frequentam o ensino superior português?” da Fundação Belmiro de Azevedo; disponível em <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/61f/2c3/565/61f2c3565d072495517602.pdf> (acesso em 04-12-2023))

estar mais atentos às questões linguísticas. Estamos conscientes das limitações das leituras que se poderão retirar, tendo em conta que recolhemos respostas de estudantes de apenas uma área de estudos. Por essa razão, e após termos recebido um comentário nesse sentido – feito numa apresentação intercalar deste trabalho – decidimos recolher, a título de confronto, respostas de estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). A escolha desta faculdade deveu-se, por um lado, ao seguimento da sugestão do público (que sugeriu que confrontássemos os dados com respostas de estudantes de uma área tipicamente entendida como mais afastada das Letras: a Engenharia) e, por outro, à maior facilidade logística para a obtenção dos dados em resultado de sermos estudantes da mesma universidade. Inicialmente o questionário foi disponibilizado através de uma *newsletter* da FEUP, mas, posteriormente, por não termos recebido uma única resposta válida, solicitámos (por intermédio de terceiros em comum) a ajuda de dois professores da instituição, que, gentilmente, enviaram por e-mail, a alguns estudantes, o *link* do questionário – o mesmo questionário que enviámos aos estudantes do ensino superior das várias universidades, mas criado noutra *google doc* para salvaguardarmos a não interferência de dados. Infelizmente, e apesar da simpatia e boa vontade dos intermediários contactados, a quem deixamos o nosso agradecimento, não conseguimos nenhuma resposta válida (no total dos envios – através da *newsletter* e por *e-mail* direto – recebemos apenas uma resposta, de um técnico). Esclarecemos, ainda, sobre a recolha que fizemos neste nível de ensino, que não a restringimos a nenhum ciclo de estudos, por ser nosso objetivo conseguir uma amostra ampla de estudantes independentemente da idade e do nível de formação específico dentro do ensino superior (embora aceitemos que pudesse ser interessante fazê-lo).

Entendemos que, com esta seleção de três níveis (básico, secundário e superior), conseguiríamos simultaneamente uma perspetiva de certa forma diacrónica (dentro do PEC) e uma perspetiva sincrónica relevante (dentro da comunidade estudantil), enquadramento que consideramos fundamental para a criação de um género de retrato atual do pronome em português europeu, desígnio que, desde logo no título, expressámos procurar.

Considerando, então, o objetivo de recolher dados em todo o país, entendemos que o mais adequado, porque exequível e mais produtivo, seria concretizar a recolha através de um questionário.²⁰⁸

Referimos “exequível e mais produtivo”, uma vez que logisticamente seria impossível, no tempo que tínhamos para a concretização deste trabalho, conseguirmos realizar, por exemplo, entrevistas individuais a um número tão grande de falantes. Com certeza que poder-se-á levantar a dúvida sobre a possibilidade de termos realizado “entrevistas de grupo”, com o argumento de que permitira poupar bastante tempo. A poupança de tempo em oposição à realização de entrevistas particulares era certa, mas perder-se-ia a espontaneidade individual dos falantes inquiridos. Além de que, mesmo em entrevistas de grupo, a logística seria incomportável, uma vez que só conseguiríamos recolher uma resposta de cada vez, enquanto no formato que escolhemos a totalidade das respostas é recolhida em mais ou menos vinte minutos. Além disso, tanto as produções como os juízos seriam afetados não só pelo facto de as respostas não serem anónimas (uma vez que os respondentes estariam a ser identificados pelo menos diante do entrevistador no momento das produções e emissão dos juízos) bem como pela possibilidade de responderem aquilo que achavam que deveriam responder diante de um entrevistador e não o que espontaneamente pensavam e produziam (cf., por exemplo, Flick (2005) e Coelho *et al.*, 2010, p. 116), sobre o paradoxo do observador²⁰⁹).

Emergiu, contudo, aquando da escolha do questionário, um ponto importantíssimo a discutir: a recolha por questionário implica que recolhamos dados escritos e não orais. Ora, se em relação aos juízos não se mostra problemático serem apresentados por escrito, visto que são observações sobre produções e não produções efetivas, em relação às produções dos falantes, nas quais pretendemos verificar a ocorrência de determinadas construções, sim, há esse “problema” a resolver, a necessidade de captar

²⁰⁸ Empregamos ao longo do trabalho o termo “questionário” – por exemplo nas folhas entregues aos estudantes do EO e nos *e-mails* enviados aos estudantes do ES – usando uma terminologia genericamente mais reconhecida pelo público-alvo, embora, tecnicamente se trate mais de um conjunto de questões do que propriamente de um questionário, por não corresponder à definição mais científica do termo. (cf., por exemplo, Hill & Hill (2008)).

²⁰⁹ Labov soluciona este problema com a entrevista sociolinguística – entrevista individual com especificidades técnicas como, por exemplo, o pedido ao falante para que narre histórias/episódios emotivos da sua vida tendo em vista a sua progressiva desatenção sobre a própria produção linguística (cf. Coelho *et al.*, 2010, p. 116), técnica que requer, contudo, bastante tempo.

“língua falada usada em situações naturais de interação social face a face”, o “vernáculo – estilo em que o mínimo de monitoração ou atenção é dispensado à fala” (Coelho *et al.*, 2010, p. 116). Assim, para conseguirmos conciliar as duas realidades, isto é, a observação de produções orais e a possibilidade de fazermos uma recolha abrangente – que nos era dada pela utilização do questionário – foi necessário que elaborássemos uma forma de recolhermos produções orais através de um questionário escrito. Para tal intuito, desenhamos (mais à frente, em 2.5.4, explicá-las-emos em pormenor) questões que permitissem respostas que correspondessem mais a um registo oral do que efetivamente escrito.²¹⁰ Numa das perguntas, pedimos que escrevessem um discurso de aceitação de um prémio diante de uma plateia e noutra pedimos que preenchessem um balão de fala, ou seja, solicitámos que registassem, por escrito, os discursos orais que produziram naqueles dois casos. Temos, assim, registos escritos que correspondem a transcrições das produções orais que os falantes produziram naqueles contextos.²¹¹ Entendemos estar, desta forma, salvaguardada a natureza oral das produções que consideramos no trabalho (mais especificamente nas perguntas 2. e 3., já que na pergunta 1. não existe um contexto de produção das frases, mas meramente a indicação de passagem para o plural dos sujeitos de quatro frases simples).

Resta-nos, neste ponto, referir que assumiremos, resultado do método de recolha selecionado, que é consequência da perspetiva global que procuramos, uma abordagem quantitativa (cf., por exemplo, Berger (2000)).

²¹⁰ Sobre esta consideração de textos escritos poderem estar mais próximos da fala e o contrário, remetemos, por exemplo, para Preti (2004, p. 183): “Para autores, como Marcuschi (1997, pp. 134-9), há exemplos de textos da língua falada que se aproximam da escrita (uma palestra, uma aula académica, um discurso parlamentar etc.), assim como de língua escrita que se aproximam da fala (um bilhete, uma carta familiar, etc.)”.

²¹¹ Estamos conscientes da problematização entre texto escrito e texto falado (cf., por exemplo, Coelho *et al.*, 2010, pp. 83-86). Contudo, como referimos, pela natureza das situações de comunicação das perguntas 2. e 3. do nosso questionário (discurso de agradecimento pela atribuição de um prémio; preenchimento de um balão de fala) e pela natureza da aplicação do questionário (entregue sem aviso prévio, com pedido de preenchimento o mais célere possível para tomar pouco tempo da aula na qual estava a ser aplicado), entendemos que está razoavelmente salvaguardado o carácter espontâneo e improvisado do texto falado.

2.2. Meios e procedimentos de recolha

Relativamente ao meio usado para a recolha, a diferença é total: a recolha dos dados no ensino obrigatório foi feita com recurso a um questionário em papel e no ensino superior com recurso ao meio digital, com o questionário a ser enviado por *e-mail*.

A recolha com recurso a questionários em papel foi feita, em parte, por nós (presencialmente, na fase inicial da recolha, e por facilidade logística, nos distritos mais próximos da nossa residência) e, em parte (a maior parte), por terceiros informados, isto é, por docentes que aceitaram colaborar. No primeiro caso, agendámos com a direcção da instituição em causa um dia e uma hora para procedermos à recolha e dirigimo-nos fisicamente aos locais; tendo-se concretizado assim a parte mais interativa da recolha, pelo facto de termos tido um contacto direto com os informantes. Nos restantes casos, enviámos os questionários por correio, usando uma embalagem pré-paga contendo outro envelope, igualmente pré-pago e preenchido, para devolução. Todos os docentes que aplicaram o questionário receberam (por *e-mail* ou em papel – em alguns casos, nos dois formatos) um documento designado “Notas para a aplicação” (ver Anexos). Quando enviado por *e-mail*, era pedido aos docentes que lessem o documento, verificassem se tinham dúvidas e respondessem de volta referindo se as tinham ou não.²¹² Logo que a confirmação era recebida, os questionários eram enviados por correio para a instituição

²¹² Praticamente todos os que responderam ao envio do documento “Notas para aplicação” (cf. página 263) por *e-mail* classificaram-nas como “claras” ou “bastante claras”, referindo que não tinham dúvidas e confirmando a colaboração. Em cerca de cinco casos, esclarecemos dúvidas que surgiram na leitura do documento, embora, na realidade, a informação estivesse de certa forma incluída no conteúdo do documento. Excetuam-se, em alguns desses, os casos em que se levantaram dúvidas sobre se deveriam recolher as respostas de crianças sinalizadas como disléxicas ou com outras necessidades educativas especiais. Nestes casos, pedimos que fizessem como melhor entendessem entre estas duas hipóteses: um, não entregavam o questionário à referida criança, por entenderem que ela não seria capaz de cumprir a tarefa ou que ia tomar muito tempo da aula; dois, entregavam-no tal como entregavam às restantes crianças da turma e registavam, ao recolher o questionário, na primeira folha, um sinal (por exemplo um D, NEE) para que eu tivesse conhecimento do caso específico e pudesse não considerar o questionário em causa vendo que de facto a criança não tinha conseguido responder às questões ou que o que escrevera não era de todo entendível. Esclarecemos que, talvez erradamente da nossa parte, resultado de efetivamente não termos pensado nisto previamente e de a recolha estar já em curso quando se levantou a questão, não demos informações sobre como os docentes deveriam atuar diante de estudantes com estas características, pelo que não podemos indicar exatamente a quantidade de respostas (recebidas e validadas) de estudantes com necessidades especiais. Todavia, cremos que se foi possível validar determinado questionário isso significa que a criança, com ou sem perturbação indicada na primeira folha, foi capaz de produzir um resultado aceitável, pelo que entendemos que a sua resposta é igualmente considerável. Ademais, acreditamos que, na existência de casos deste tipo, os docentes levantariam essa dúvida, como, aliás, são exemplo as interpelações mencionadas.

de ensino. Nos casos nos quais não tivemos contacto direto com os docentes (alguns diretores solicitaram o envio em seu nome, garantindo o encaminhamento para o/a docente respetivo/a – 4.º ano e 12.º ano), o envelope com os questionários continha sempre o documento referido, estando disponibilizado o nosso contacto telefónico para quaisquer dúvidas que surgissem na leitura do referido documento ou, até, no momento da aplicação.

No que diz respeito ao ensino superior, as universidades foram contactadas por *e-mail*, através do qual se enviou a informação – texto introdutório²¹³ e *link* para o ficheiro *googledocs* – que solicitámos que fosse encaminhada aos estudantes inscritos nos cursos das Faculdades/Departamentos de Letras/Humanidades da respetiva universidade.

Consideramos relevante referir que entendemos que a diferença no meio utilizado para a recolha (com a carga semântica de disparidade que o termo “diferença” abarca) apesar de poder ser, à partida, vista como negativa na coerência que se exige numa recolha de dados, é, pelo contrário, uma característica essencial para a garantia de igual validade e qualidade dos dados recolhidos nos dois conjuntos de informantes (ensino obrigatório e ensino superior), uma vez que cada uma das opções (papel *versus* digital) foi, a nosso ver, a mais adequada para o respetivo nível de ensino. Defendemos esta ideia de adequação, porque consideramos que, de outra maneira, seria impossível conseguirmos assegurar junto das escolas (até mesmo por dificuldades técnicas destas, desde logo a inexistência de salas com computadores para todos os estudantes no primeiro ciclo) que o preenchimento fosse feito em simultâneo e sem troca de informações entre estudantes. Poder-se-ia argumentar que os estudantes poderiam responder ao questionário em casa, mas, dessa forma, levantar-se-iam dúvidas sobre a autoria dos dados recolhidos (nada garantia que seria o próprio estudante a responder e que não iria solicitar a ajuda de terceiros), além de que, muito provavelmente, o *e-mail* ficaria esquecido na caixa de mensagens. Consideramos, assim, que em sala de aula, com a

²¹³ Na secção Anexos apresentamos o texto que enviámos por *e-mail* às universidades contactadas.

supervisão do docente, estariam reunidas as melhores condições para uma recolha válida e profícua.²¹⁴

No que toca ao ensino superior, dadas a autonomia e a responsabilidade dos informantes, adultos, e as dificuldades logísticas que teríamos para um contacto presencial, considerámos que o meio mais adequado para a recolha era, efetivamente, através do envio de um *link* para um questionário digital.

2.3. Períodos da recolha dos dados

Relativamente ao período de recolha de dados no ensino obrigatório, registamos as datas de setembro de 2021²¹⁵ e novembro de 2023. Poder-se-á dizer que temos um período de recolha bastante alargado e, por isso, disforme. Aceitamos a primeira ideia. Decorreu, efetivamente, durante muito tempo, mas, dada a enorme logística associada, não foi possível fazê-la em menos tempo (preferíamos que tivesse sido!). Não concordamos com a segunda ideia – a de não haver uniformidade, já que garantimos em cada ano letivo a recolha no respetivo nível; não se definindo o fenómeno de mudança linguística num período de anos (cf., por exemplo, Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Cintra, (1986 [1972])), entendemos não ser indevido considerarmos os dados recolhidos um conjunto uniforme.

²¹⁴ Consideramos que esta decisão, como teremos oportunidade de verificar na apresentação dos resultados (1198 respostas) se revelou acertada, embora o número de respostas atingido tenha sido consequência de dois factos: por um lado, de uma insistência enorme com os intervenientes no processo (diretores, docentes, técnicos) e, por outro, de uma grande boa-vontade e empatia por parte desses interlocutores.

²¹⁵ A primeira fase da recolha foi feita antes de termos o apoio da FCT. Por não termos o referido apoio – essencial para uma dedicação ao estudo a tempo total, o que permitiria uma recolha geograficamente abrangente – tínhamos delimitado a recolha apenas à zona mais a norte do país (distritos: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real). Desses distritos, obtivemos as primeiras autorizações em Viana, razão pela qual por aí iniciámos a recolha. Com a exceção de Bragança (por termos conseguido a colaboração à distância), de duas turmas em Viana (resultado de uma falha de comunicação, o questionário foi aplicado pelos docentes que aceitaram colaborar em vez de ter sido aplicado por nós no dia em que visitámos a instituição) e de uma turma no Porto (também resultado de falha de comunicação relativamente ao horário definido para a aplicação) a recolha foi feita presencialmente. Esclarecemos, desde já, que as falhas de comunicação referidas em nada prejudicaram a recolha, apenas a uniformidade na recolha nestes distritos no tipo de interação investigador-inquiridos (cf. Fox 1987, referido em Pinheiro e Silva, 2004, p. 528). Aproveitamos para deixar um agradecimento ao Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) pela impressão de alguns dos questionários usados na fase inicial recolha. Sobre a classificação de “zona mais a norte”, baseamo-nos na categorização NUTS II (cf. <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/345175/7451602/nuts-map-PT.pdf> último acesso em 05-12-2023)

No que toca à recolha de dados no ensino superior, registamos as datas de fevereiro e maio de 2023. Inicialmente não tínhamos previsto deixar o questionário disponível para preenchimento durante tanto tempo, mas, estando a recolha no ensino obrigatório atrasada, acabámos por manter este meio em aberto com a esperança de recebermos mais respostas. Infelizmente, tal prolongamento não se verificou produtivo, como, de resto, parece ser um desenvolvimento comum, já que com este método obtém-se um baixo índice de resposta, menor que todos os outros métodos de aplicação de questionário (cf., por exemplo, Evans & Mathur (2005); Litvin & Kar (2001) e Gorman (2000) citados por Vasconcellos-Guedes, L.; Guedes, L. F. A. (2007)).

2.4. A amostra

O número total de informantes neste estudo é de 1301. Do ensino obrigatório contamos com 1198 informantes (recebemos 1489 respostas, mas apenas 1198 cumpriam os critérios definidos para a classificação das respostas como válidas) e do ensino superior com 103 informantes (recebemos 131 respostas, mas apenas 103 cumpriam os critérios definidos para a classificação das respostas como válidas).

2.4.1. Participantes do ensino obrigatório

Relativamente aos informantes do ensino obrigatório, especificamos, de seguida, a amostra tendo em conta as variáveis consideradas no estudo:

Tabela 1 – Participantes do ensino obrigatório considerando as variáveis binárias

	Ensino		Sexo		Idade/ Escolaridade		Avós		Catequese	
	Pub.	Priv.	M	F	4.º	12.º	Muito	Pouco	Sim	Não
Total	672	526	553	645	598	600	528	670	334	864
Em %	56,1 %	43,9 %	46,2 %	53,8 %	49,9 %	50,1 %	44,1 %	55,9 %	27,9 %	72,1 %
Total: 1198 informantes										

Além destas variáveis binárias, há ainda em consideração uma variável múltipla: a variável geográfica. Em síntese, e recordando que partimos do intuito de recolher dados em todos os distritos do país, conseguimos os seguintes resultados:

Tabela 2 – Participantes do ensino obrigatório considerando o distrito

Distrito	N.º de informantes	Em %
1 – Aveiro	88	7,3%
2 – Beja	56	4,7%
3 – Braga	70	5,8%
4 – Bragança	45	3,8%
5 – Castelo Branco	28	2,3%
6 – Coimbra	61	5,2%
7 – Évora	68	5,7%
8 – Faro	65	5,4%
9 – Guarda	57	4,8%
10 – Leiria	67	5,6%
11 – Lisboa	76	6,3%
12 – Portalegre	45	3,8%
13 – Porto	63	5,3%
14 – Santarém	74	6,2%
15 – Setúbal	69	5,8%
16 – Viana do Castelo	75	6,3%
17 – Vila Real	47	3,9%
18 – Viseu	53	4,4%
19 – Açores	26	2,2%
20 – Madeira	65	5,4%
Total	1198	100%

No que toca à forma como seleccionámos a amostra importa, desde logo, esclarecer que a seleção inicial das escolas para solicitarmos a colaboração foi feita tendo em conta o *ranking* de classificação de 2020.²¹⁶ Optámos por, em cada concelho capital de distrito, tanto no que dizia respeito ao ensino público como ao ensino privado, seleccionar a escola secundária que se encontrasse a meio da tabela. Tomámos esta opção para não recolhermos dados apenas em escolas com excelentes resultados ou em escolas com péssimos resultados; ficámos, assim, na medida do possível, pela mediana. Não sendo possível usar os dados da escola preferida pelo critério apontado, seleccionámos, da imediatamente acima ou abaixo da posição mediana, a que geograficamente estivesse mais próxima do centro do concelho. Depois de termos a escola secundária seleccionada – acreditámos nós – era só solicitar à direção do agrupamento no qual a secundária se inseria a autorização para a recolha no 4.º ano. Porém, viemos a descobrir que nem todas as secundárias contactadas faziam parte de agrupamentos, o que nos obrigou a

²¹⁶ Recordamos que elaborámos a lista das escolas às quais iríamos solicitar a colaboração em 2021, daí que tenhamos usado como guia o *ranking* de 2020. (<https://www.publico.pt/ranking-escolas-2020/lugar-sua-escola>)

contactos com duas direções (uma da secundária e outra da primária). No ensino privado, além de dificuldades semelhantes nos casos em que a instituição medianamente classificada no secundário não tinha oferta de 1.º ciclo (o que, tal como no ensino público em diferentes agrupamentos, obrigou ao contacto com duas instituições), deparámos em alguns casos com a inexistência²¹⁷ de determinada oferta – 4.º ano ou 12.º ano – em alguns distritos.

Em resumo, demos preferência à seleção de escolas classificadas medianamente e localizadas nos concelhos capitais de distrito nos dois tipos de ensino. Não sendo logisticamente possível, trabalhamos com a realidade mais próxima desta premissa que nos foi possível assegurar. Nesta observação, incluem-se, por exemplo, os casos de turmas de ensino privado fora do concelho capital de distrito que são simultaneamente as únicas de ensino privado do distrito.

Por questões éticas de salvaguarda do anonimato, não são, em nenhum momento do trabalho, referidos os nomes das instituições que aceitaram participar.

Relativamente ao tipo de turmas selecionadas para a participação no estudo, esclarecemos que apenas solicitámos – para garantirmos uniformidade – que fossem turmas de ensino regular (oficialmente Cursos Científico-Humanísticos²¹⁸), sem que se especificasse a área (Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, etc.), e que tivessem o maior número possível de falantes nativos de PE. Também no que tocou à aplicação do questionário não exigimos condições específicas para o procedimento. Referimos que, preferencialmente, o questionário deveria ser aplicado pelo/a docente da disciplina de Português, para que se aproveitasse a oportunidade para se falar sobre FT na sala de aula, todavia não exigimos o cumprimento dessa característica, nem na recolha feita por terceiros, nem na recolha feita por nós (recolhemos em aulas de Matemática, História, Português, etc.) Conhecendo, agora, bem a realidade de uma recolha desta dimensão e as particularidades de uma empreitada destas em meio escolar, seria muitíssimo difícil senão impossível conseguirmos o número de respostas que recolhemos se tivéssemos apresentado várias exigências (por exemplo, as turmas

²¹⁷ Inexistência do referido ensino confirmada pelos departamentos de educação das respetivas câmaras municipais.

²¹⁸ Nomenclatura oficial em <https://www.dge.mec.pt/cursos-cientifico-humanisticos>

serem de apenas uma área de estudos, apresentarem uma média na disciplina de Português superior a um determinado valor, etc.). A despeito do que referimos, com certeza que teríamos sido austeros no cumprimento de várias regras – preferindo sempre a qualidade à quantidade – se entendêssemos que eram exigências essenciais para a qualidade da amostra. Considerando-as preferenciais, mas não essenciais, e entendendo que seriam mais um custo do que um benefício, decidimos não adensar um procedimento já de si bastante invasivo para as escolas (para as direções e para os docentes).

Cremos que importa também que refiramos que é impossível (ainda que o quiséssemos fazer) identificar os informantes que participaram neste estudo, estando desta forma, indubitavelmente, garantido o total anonimato dos dados recolhidos.

2.4.2. Participantes do ensino superior

No que diz respeito ao ensino superior, no total, foram contactadas as Faculdades de Letras/Departamentos de Humanidades das doze universidades públicas portuguesas: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade da Madeira, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Lisboa. Destas, nas últimas quatro acima mencionadas, devido a questões relacionadas com a proteção de dados ou com políticas contrárias ao envio de *e-mails* gerais com questionários, não foi possível realizar a recolha de dados. Nas restantes, sim, recebemos a autorização e a confirmação de que os estudantes do respetivo departamento/faculdade tinham recebido por *e-mail* o questionário. Todavia, por questões de confidencialidade, não nos foram disponibilizados os números totais dos estudantes contactados.

Das universidades que aceitaram participar, temos, por ordem alfabética, a representação com questionários válidos (conforme os critérios que definimos) que apresentamos seguidamente:

Tabela 3 – Participantes do ensino superior

Universidade	Sexo		Total
	F	M	
U. Açores	6	0	6
U. Algarve	13	6	19
U. Beira Interior	4	1	5
U. Évora	10	3	13
U. Madeira	15	5	20
U. Minho	4	2	6
U. Porto	22	10	32
U. Trás-os-Montes e Alto Douro	2	0	2
Total	76	27	103
Em %	73,8 %	26,2%	100 %

No caso da recolha de dados no ensino superior, definimos apenas duas variáveis: sexo – sociolinguística – e instituição de ensino superior de acolhimento – geográfica (não relativamente à origem dos falantes, mas à localização da instituição). Diante do baixo número de respostas em algumas das universidades, considerámos inválidas observações particulares sobre os resultados numa perspetiva de instituição de acolhimento, isto é, não poderemos falar em tendências de produções ou juízos em determinada instituição porquanto não há suporte estatístico. Limitar-nos-emos, desta forma, na apresentação e análise dos resultados, a duas leituras: por um lado, a observações tendo em conta o sexo do informante e por outro a observações sobre os resultados como um todo, como dados recolhidos de um grupo de informantes nativos de português europeu inscritos no ensino superior em várias universidades públicas portuguesas.

Feita a introdução sobre o método, os meios e procedimentos de recolha, os períodos temporais nos quais a recolha tomou lugar e a amostra, vamos agora abordar o instrumento de inquirição propriamente dito.

2.5. O instrumento de inquirição

Esclarecemos, desde já, que usámos praticamente o mesmo questionário para o ensino obrigatório (4.º e 12.º anos)²¹⁹ e para o ensino superior, já que procurámos manter o

²¹⁹ No caso dos diferentes níveis no ensino obrigatório, o uso do mesmo questionário (exatamente igual) prendeu-se com a necessidade de garantirmos total uniformidade na recolha, embora tivéssemos consciência de que o questionário – especialmente a pergunta 3. (com desenhos) fosse mais apelativa para os estudantes do 4.º ano do que para os do 12.º ano. Temos, aliás, dois comentários de dois

máximo de semelhança no conteúdo apresentado, contribuindo, de tal maneira, para uma maior uniformidade nas leituras e confronto dos resultados. Temos, assim, em rigor, dois questionários (um para o ensino obrigatório e outro para o ensino superior), embora sejam, efetivamente, muitíssimo semelhantes entre si – são iguais no que toca às perguntas para obtenção de dados linguísticos, são diferentes na parte em que se recolhem dados extralinguísticos. Mais à frente (em 2.5.4 para o ensino obrigatório e em 2.5.5 para o ensino superior) exporemos o conteúdo – e as respetivas diferenças – e as informações que cremos relevantes sobre cada uma das secções e perguntas que os constituem, bem como apresentaremos os objetivos de cada pergunta e as leituras que entendemos serem válidas. Além disso, por imperativo ético, refletiremos sobre particularidades que podem ser consideradas deficiências ou falhas na elaboração e sobre as respetivas consequências para o nosso estudo.

2.5.1. A construção do questionário

Primeiramente, elaborámos o questionário que destinámos ao ensino obrigatório e depois adaptámo-lo para construirmos o que iríamos enviar aos estudantes do ensino superior. Assim, o questionário de base, para o ensino obrigatório, foi desenhado tendo em consideração duas premissas: por um lado, que permitisse efetivamente que recolhêssemos os dados necessários ao estudo e, por outro, tendo em conta o público-alvo, que fosse atrativo, de fácil preenchimento e pouco maçador.²²⁰ O questionário para o ES resulta, como referimos acima, de pequenas alterações ao questionário previamente criado (alterações somente no que toca às informações extralinguísticas), razão pela qual em 2.5.5 nos focaremos apenas em assinalar essas diferenças, evitando a redundância na exposição do conteúdo.

Conscientes de que, através do questionário, poderíamos reunir mais dados do que aqueles que conseguiríamos recolher e analisar no tempo destinado ao projeto (no máximo, um período de mais ou menos um ano e meio), não duvidámos de que era preferível aproveitar a oportunidade – dado o grande trabalho logístico envolvido – e recolher um número maior de dados; registos que pudessem, depois, ser analisados não

estudantes nesse sentido: “childish (...)” e “(...) É inadequado para a minha idade” (cf. comentários dos estudantes na secção Anexos – ver códigos 20V1214 e 05B1212).

²²⁰ Na secção Anexos deixamos todos os comentários dos estudantes.

só no âmbito do estudo do pronome pessoal vós e das FT como sob outras perspetivas (por exemplo, também poderão ser retiradas leituras sobre outras problemáticas de estudo com recurso à análise das produções escritas nas perguntas 2. e 3. do questionário).²²¹ Assumimos, todavia, e de certa forma em não contradição com que acabámos de referir, alguma ingenuidade técnica sobre a infinidade de combinatórias retiráveis da construção que criámos, isto é, preocupámo-nos essencialmente em criar um questionário que nos permitisse recolher muitos dados cruzando variáveis que considerámos estudar, mas escapou-nos, de alguma maneira, a consciência exata da imensidão de perspetivas a ponderar. Noutras palavras: sabíamos que estávamos a recolher dados que possibilitariam muitas leituras e preferimos isso a aplicar um questionário mais limitado, mas escapou-nos a consciência exata de tal vastidão. Assumimos, não sem um assinalável sentimento de angústia, a partir do momento em que tomámos real consciência de que não poderíamos analisar tudo sob todas as perspetivas, a aceitação de que muitas coisas ficariam para trabalhos futuros (nossos e de outros que entendam usar estes dados para fins académicos).

2.5.2. A testagem do questionário

O questionário de base foi testado com o auxílio de quatro crianças (à data da participação no teste, uma a frequentar o 3.º ano, duas a frequentarem o 4.º ano e uma a frequentar o 7.º ano). A escolha destas crianças prendeu-se com a conjugação de dois fatores: frequência de um nível considerado ajustado para o teste e disponibilidade para participação no estudo. Sobre o primeiro fator, entendemos que seria essencial testar em crianças do nível mais baixo a inquirir (o 4.º ano) para percebermos se havia dúvidas e quanto tempo em média demoravam a responder (para que depois pudéssemos dar esta última informação aos diretores das escolas aos quais solicitaríamos a colaboração). Uma vez que tínhamos também a disponibilidade de uma criança de um nível inferior

²²¹ É importante destacar que ressalvámos a legalidade destes usos futuros no documento “Protocolo de gestão, armazenamento e/ou eliminação dos dados após a conclusão do estudo”, um dos itens considerados na avaliação feita pela Comissão de Ética da FLUP. No referido documento expusemos “Tendo em consideração a anonimidade dos dados recolhidos no âmbito deste estudo, e estando, assim, salvaguardadas todas as questões éticas e de proteção de dados pessoais, entendemos que, cientificamente, seria lamentável não armazenar este conjunto de produções e juízos de estudantes. Neste contexto, consideramos que os questionários – mais uma vez, anónimos e sem possibilidade de rastreamento dos respondentes – devem ser arquivados e guardados ao nosso cuidado, com a possibilidade de serem analisados em produções científicas futuras.”

(3.º ano), ocorreu-nos que seria vantajoso aproveitar a oportunidade e testar para perceber se, de facto, até num nível inferior o questionário se revelava claro. Relativamente à criança que frequentava à data o 7.º ano, fizemo-lo simplesmente porque estava disponível e nos dava mais uma perspetiva sobre o questionário. Todas as crianças responderam adequadamente às perguntas (preencheram as zonas definidas para preenchimento com informações aceitáveis e previstas para cada ponto) e num tempo que nos levou a estabelecer a média de 20 minutos para cada resposta (dependendo, sem dúvida, do tempo que cada um dos informantes aplica nas questões de resposta aberta). Nenhuma das crianças apresentou dúvidas que nos levassem a alterar as instruções deixadas, mesmo tendo sido interpeladas sobre se estava tudo claro e se não tinham tido dúvidas ao longo do preenchimento. Recebendo tal retorno positivo, entendemos que o questionário estava pronto a ser efetivamente lançado na investigação pretendida (tanto aos estudantes do ensino obrigatório como, por consequência da aceitabilidade apresentada por estes, aos estudantes do ensino superior). Cabe-nos, todavia, por imperativo ético autocrítico, deixar, desde já, expresso que notámos, *a posteriori*, isto é, já depois de termos o questionário em divulgação, altura a partir da qual é impossível realizar alterações, que poderíamos ter tomado outras opções na redação das perguntas. Nesse enquadramento, deixamos algumas notas críticas à medida que vamos expondo e explicando, abaixo (em 2.5.4.), as perguntas do questionário e, de uma forma mais global, nas Considerações Finais.

2.5.3. As autorizações para a aplicação do questionário

De certa maneira, ainda sobre a parte logística da criação do questionário para o ensino obrigatório, assumimos o nosso desconhecimento prévio sobre a necessidade de este ser validado pela Direção Geral da Administração Escolar (DGAE). Acreditávamos, efetivamente, que era suficiente que tivéssemos a autorização dos diretores das instituições. Com efeito, só depois de termos sido alertados para essa necessidade por um diretor de um agrupamento ao qual solicitámos a colaboração é que avançámos com o pedido na plataforma MIME, submetendo todos os documentos necessários²²² à

²²² Entre os documentos necessários, destacamos a submissão do questionário e toda a informação relativa ao processo (nomeadamente pareceres das orientadoras) e a apresentação do Consentimento Informado para os pais e dos pareceres positivos da Comissão de Ética da FLUP e do Gabinete de Proteção

aprovação do pedido de inquirição em meio escolar.²²³ Relativamente ao ensino superior, por outro lado, foram desde o início cumpridos todos os formalismos necessários ao envio dos questionários pelo meio digital.

2.5.4. O questionário para o ensino obrigatório (4.º e 12.º anos) – conteúdo, objetivos, validação das respostas

O questionário é composto por duas folhas, uma A5 (frente) (ver Anexos – Figura 19) e uma A4 (frente e verso) (ver Anexos – Figura 20 e Figura 21, respetivamente), e está dividido em quatro partes, cada uma delas com um número específico de pedidos de preenchimento: uma parte, com recolha de informações extralinguísticas (sexo, frequência de atividades, convivência com familiares de gerações mais velhas, zona geográfica) e três partes com recolha de informações linguísticas, com cinco perguntas (dispersas em três páginas, duas folhas).

As folhas foram entregues estando agrafadas e era pedido que o preenchimento fosse realizado por ordem numérica e que assim que a primeira folha (folha A5)²²⁴ estivesse preenchida que fosse arrancada e entregue à pessoa que estava a aplicar o questionário. Neste ponto, importa sublinhar que cada questionário tinha o seu próprio código (marcação feita por nós, previamente, na folha A5 e na folha A4) para que, posteriormente, pudéssemos voltar a agrupar as respostas de cada um dos informantes. Apresentamos aqui dois exemplos, e respetiva explicação, a título ilustrativo: 01B124 (01 – código do distrito, neste caso, Aveiro, já que seguimos a ordem alfabética; B – ensino público; 12 – escolaridade; 4 – número do informante) e 03V42 (03 – código do distrito de Braga, V – ensino privado; 4 – escolaridade; 2 – número do informante). Desta forma garantimos que os informantes não alteravam as respostas na folha A5 e que nos era possível ter uma leitura sequencial das respostas de cada estudante.

de Dados da UPorto (embora, inicialmente, também tenha sido solicitado um parecer, que requeremos, da Comissão Nacional da Proteção de Dados).

²²³ Entre a tomada de consciência dessa necessidade e a autorização para avançarmos passaram-se cerca de dois meses. Além deste procedimento, no continente, tivemos de submeter um pedido semelhante, com nova documentação, porque distinta da que tínhamos, numa região autónoma.

²²⁴ A diferente dimensão das folhas justifica-se apenas pela questão de poupança e logística. Uma vez que as perguntas na primeira folha ocupavam apenas metade de uma A4, para evitar o desperdício de papel e para que ocupassem menos espaço no envelope, optámos pela dimensão A5.

Aos informantes foi também pedido que usassem caneta (para facilitar a nossa leitura) e que não usassem corretor ou caneta corretora (para que pudéssemos recuperar alguma informação daquilo que eventualmente tivessem rasurado caso fosse relevante para a nossa compreensão) e que não trocassem informações com os colegas (para garantirmos a individualidade das respostas).

Na parte de recolha de informações linguísticas, temos duas perguntas com recolha de produções (primeira folha, folha A5, frente – a pergunta 1 – e segunda folha, folha A4, frente – as perguntas 2. e 3.) e duas com recolha de juízos (folha A4, verso, as perguntas 4. e 5.).

Decidimos deixar a primeira pergunta à parte – numa folha própria – para evitarmos que os estudantes pudessem alterar a resposta inicialmente dada, isto é, que rasurassem a resposta espontânea que tinham registado e escrevessem uma resposta diferente depois de lerem as frases da pergunta 4.

De outra forma, as perguntas 2., 3., 4. e 5. estão expressas numa mesma folha porque entendemos que o risco de voltarem atrás para alterarem os textos produzidos em 2. e em 3. depois de lerem as perguntas 4. e 5. seria baixo. Considerámo-lo assim uma vez que essa tarefa de edição de tudo o que tivessem escrito seria mais maçadora do que simplesmente dar como concluído o preenchimento com a sensação de terem escrito o que meramente lhes ocorrera escrever. Além disso – e como tivemos oportunidade de perceber pelos comentários – muitos não chegaram a perceber exatamente qual era o assunto em causa. Embora, outros – sublinhamos positivamente esta observação – tenham, efetivamente, percebido e deixado, até, reflexões bastante interessantes.

O questionário encerra-se com um agradecimento final pela participação e com a possibilidade de serem registadas observações por parte dos informantes. Optámos por acrescentar esta possibilidade por duas razões: por um lado, porque considerámos que seria interessante incluir um espaço para que os informantes pudessem deixar a sua opinião sobre o questionário e, por outro, porque, no seguimento do que apontámos acima, poderíamos perceber se tinham compreendido qual era o tema e se já tinham pensado sobre isso.

Atentamos agora mais detalhadamente no conteúdo do questionário, explicando-o devidamente.

Em primeiro lugar, olhamos para o cabeçalho “Este questionário é anónimo, por isso não estás a ser avaliado/a. Ninguém vai saber o que respondeste. Peço-te que, por favor, sejas verdadeiro/a nas tuas respostas. Obrigada!”. Incluímo-lo com o intuito de tranquilizar os respondentes relativamente ao preenchimento do documento. Considerámos que a expressão clara do anonimato, um pedido de espontaneidade e um agradecimento prévio pela participação poderiam contribuir para que fossem mais genuínos e empenhados nas suas respostas.

Em segundo lugar, o pedido para que assinalassem “Feminino” ou “Masculino”, que resulta do facto de ser uma variável em estudo (para posterior confronto com o que está dito na literatura).²²⁵

Em terceiro lugar, o pedido de indicação das atividades frequentadas. Aqui, para que os estudantes não ficassem expostos a uma pergunta direta “Catequese: sim ou não?”, e salvaguardando, de certa maneira, a liberdade religiosa de cada um, entendemos deixar uma lista de atividades gerais. Assim, considerámos os que assinalaram a opção “Catequese” como frequentadores de uma atividade à qual, por ligação à Igreja Católica, tipicamente se associa um uso mais frequente de vós (cf., por exemplo, Lara Bermejo, 2020, p. 71) e os que não a assinalaram como não frequentadores.

Em quarto lugar, a indicação sobre o tempo passado com os avós. Aqui assumimos que tivemos algumas dúvidas sobre como iríamos conseguir perceber se os estudantes estavam frequentemente com familiares de gerações mais velhas. A melhor solução que nos ocorreu – para não apresentarmos uma pergunta demasiado invasiva (por exemplo, “Vives com os teus avós?” ou “Falas frequentemente com os teus avós?”) nem permitir muitas dúvidas com quantificadores ambíguos (por exemplo, “muitas vezes”, “poucas vezes”, “algumas vezes”) foi deixar várias opções mais exatas. Percebemos, contudo, já durante a fase de recolha, que surgiam dúvidas sobre se a pergunta seria sobre o tempo passado com os avós maternos ou paternos (distinção não relevante para o estudo e

²²⁵ Notamos, contudo, que em dois casos nos quais fizemos a aplicação presencial surgiram dúvidas sobre a necessidade/pertinência de assinalarem uma opção, tendo sido explicado que era apenas para que pudessemos, mais tarde, fazer o confronto com o que estava referido na literatura.

que – erradamente– não previmos aquando da redação). Decidimos, das opções que deixámos, considerar “Várias vezes por semana” e “Todos os dias” como respostas positivas para a frequência com falantes das gerações mais velhas (muita convivência) e as restantes como respostas negativas (pouca convivência).

Em quinto lugar, sobre a recolha de informações geográficas, decidimos formular a pergunta “Há quantos anos vives neste distrito?” porque entendemos que seria uma forma adequada de sabermos se as suas respostas poderiam ser representativas daquela zona geográfica. Tendo em conta o início de aquisição da língua materna considerámos válidos (isto é, representativos de uma determinada zona) os questionários com a indicação de 8 ou mais anos, relativamente aos estudantes de 4.º ano, e a indicação de 16 ou mais anos relativamente aos do 12.º ano. Assim, todos os questionários que apresentassem valores inferiores aos que acabámos de apontar para os respetivos níveis não foram considerados válidos.

Após a exposição e a explicação da recolha das informações extralinguísticas, reforçamos, um pouco em resumo do que fomos apontando, que, por serem variáveis a estudar – sexo, frequência de ambiente religioso, convivência frequente com gerações familiares mais velhas, zona geográfica – são definidoras da validade ou não da resposta, ou seja, o não preenchimento de sexo, convivência com gerações mais velhas e do tempo de permanência no distrito invalidou a consideração do questionário. Para a não consideração de um questionário registámos ainda outro fator (que decorre, desde logo, de uma premissa do trabalho), que é ser falante nativo do português europeu. Entendemos ser preferível deixar esta identificação distintiva a cargo do aplicador²²⁶ do questionário, em vez de a incluirmos no instrumento de inquirição, evitando, assim, uma segregação que poderia desencadear algum sentimento menos positivo nos jovens cuja língua materna não fosse o PE.

²²⁶ Os docentes receberam todas as informações e apoio necessários à correta aplicação do questionário. Sobre a língua materna, foi-lhes pedido que, nos casos de informantes cuja língua materna não fosse o PE, assinalassem, na primeira folha, a respetiva variedade, no caso de falantes de português, ou língua, no caso de nativos de outras línguas. Os questionários preenchidos por informantes de outras variedades ou de outras línguas não foram considerados neste estudo, mas constam igualmente do nosso arquivo.

No que toca à parte da recolha de dados linguísticos, retomamos o que referimos acima: três secções, duas nas quais são pedidas produções (perguntas 1., 2. e 3.) e uma na qual são pedidos juízos (perguntas 4. e 5.).

Comecemos, então, pelo início, pela pergunta número um.

Figura 14 – Imagem do questionário em papel (pergunta 1.)

1. Escreve cada uma das frases seguintes passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias:

1.1 Tu és fantástico.

1.2 Tu sabes tudo sobre isso.

1.3 Tu cantas todos os dias.

1.4 Tu vais ao cinema todos os dias.

É essencial referirmos que elaborámos a pergunta 1. com o intuito de percebermos que produções seriam apresentadas diante de um simples pedido de passagem de um sujeito para o plural (com diferentes verbos para que houvesse diversidade – mais frequentes em PE, regulares e irregulares e de diferentes conjugações). Não nos ocorreu melhor forma de conseguir, simultaneamente, que registassem o que entendessem ser uma produção em direção a um interlocutor plural sem enviesarmos a resposta indicando, por exemplo, “Reescreva a frase usando a segunda pessoa do plural”. Além de que não previmos que houvesse grandes dúvidas entre escrever, por exemplo, na 1.1, “Vós sois/são fantásticos” ou “Vocês sois/são fantásticos”. Na secção *Resultados e discussão* abordaremos especificamente o que encontrámos, mas, nesta fase, importa que sublinhemos o intuito da pergunta, reforçando que não estamos a considerar nenhum contexto específico de produção, mas somente se os falantes, quando instados a passar de uma segunda pessoa do singular para o plural, ou seja, indo ao sistema da língua procurar aquilo que entendem que corresponde à produção no plural, produzem vós e as formas verbais canónicas de 2PP ou se produzem outras construções.

Relativamente à pergunta número 2., pretendíamos perceber que FT eram produzidas pelos falantes num contexto tido tipicamente como mais formal.

Figura 15 – Imagem do questionário em papel (pergunta 2.)



2. O Pedro acaba de receber um prêmio na Gala dos Globos de Ouro. Escreve nas linhas abaixo o que achas que o Pedro vai dizer perante o público que está na plateia, tendo em conta as notas que ele tinha escrito, em casa, no seguinte papelinho:

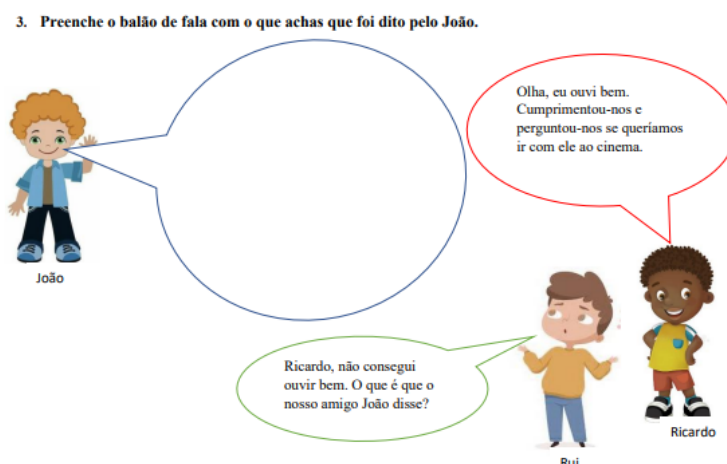
Notas para o meu discurso:

- 1- Cumprimentar as pessoas que estão na plateia
- 2- Agradecer diretamente às pessoas que estão na plateia pela presença nesta noite especial
- 3- Agradecer à minha família
- 4- Prometer às pessoas que vou continuar a trabalhar

Com esse intuito, e para direcionarmos de certa forma o discurso para a produção efetiva de FT em diferentes posições sintáticas, deixámos algumas notas sobre o que o Pedro (personagem criada no contexto) iria dizer ao receber o prémio. Contudo, alguns informantes (por dificuldades de interpretação ou por incapacidade explicativa da nossa parte) limitaram-se a reescrever as notas deixadas, o que fez com que considerássemos, nesses casos, a resposta inválida. Para a invalidação da resposta contamos, ainda, não só todas as produções nas quais os informantes não usaram formas de nenhum dos paradigmas usados para a direção a um interlocutor plural (vós/vocês), as não produções (em branco) e as produções ilegíveis como também as produções em discurso indireto, que, falha nossa, não previmos aquando da construção da pergunta. Efetivamente, considerámos – também porque todas as crianças durante a fase de testagem produziram um texto em discurso direto, assumindo claramente o lugar de locutor vencedor de um prémio – que não haveria dúvidas nesta pergunta quanto à produção efetiva do texto em discurso direto.

No que diz respeito à pergunta número 3., procurámos perceber que FT surgiam num contexto mais informal, neste caso, entre amigos.

Figura 16 – Imagem do questionário em papel (pergunta 3.)



Esclarecemos que optámos pela inclusão de um contexto com balões de fala para garantirmos o discurso direto e que a opção de incluir desenhos como personagens resultou de pretendemos atribuir um contexto informal e que fosse apelativo para os mais novos. Tal como na pergunta 2., deixámos algumas dicas para, de alguma forma, direcionarmos as respostas. Neste caso, um dos bonecos desenhados diz que não ouviu o que o João tinha dito e o outro apresenta as informações que devem ser recuperadas pelo informante na sua resposta: “Eu ouvi bem. O João cumprimentou-nos e perguntou-nos se queríamos ir com ele ao cinema.” Assim, pretendíamos perceber como é que o informante perguntava aos colegas (interlocutor plural) se estes queriam ir com ele ao cinema. Nesta pergunta, considerámos inválidas todas aquelas nas quais não surgiram formas dos paradigmas *vós* e *vocês*, as respostas em branco, as produções em discurso indireto e as ilegíveis.

Relativamente à pergunta número 4., importa reconhecermos que, já depois de o questionário estar a ser aplicado, notámos, por nos termos deparado com resultados desse tipo, que iríamos ter problemas com respostas nas quais os informantes assinalavam respostas contraditórias, ou seja, simultaneamente, por exemplo, “Vós sois fantásticos. – frase estranha” e “Vós sois fantásticos. – frase normal”.

Figura 17 – Imagem do questionário em papel (pergunta 4.)

4. Assinala com um X de acordo com o que TU achas. (Não há respostas certas ou erradas; quero apenas saber a tua opinião. Neste exercício podes desenhar mais do que um X em cada linha e em cada coluna.)

		Frases			
		Vós sois fantásticos.	Vocês são fantásticos.	Eu vou convosco.	Eu vou com vocês.
As tuas opiniões sobre as frases	Acho que é uma frase estranha.				
	Acho que é uma frase normal.				
	Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país.				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas que nunca foram à escola ou que foram durante pouco tempo (pessoas que só concluíram o 4.º ano).				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas com 40 anos ou com mais de 40 anos.				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas com menos de 40 anos.				

Quando desenhámos o quadro constante nesta pergunta não considerámos que os informantes fossem produzir respostas contraditórias. Aliás, para esse entendimento contribuiu o facto de nenhuma criança na fase de teste ter levantado dúvidas sobre esta pergunta nem ter realizado um preenchimento inválido. Com esta pergunta pretendíamos apenas saber que juízos eram associados pelos falantes a determinadas frases. Nomeadamente, saber se alguma era considerada estranha, se alguma era considerada normal, se alguma era atribuída a uma determinada zona do país, a falantes mais velhos (mais de 40 anos) ou mais novos (40 ou menos de 40 anos) ou a falantes com baixa escolaridade (com o 4.º ano de escolaridade). Assim, decidimos considerar como válidas apenas as respostas que na totalidade da pergunta (no preenchimento do quadro) não apresentaram contradições lógicas. Estamos conscientes de que nos pode ser apontada a “perda” de alguns dados na leitura a fazer, todavia, entendemos que a não validação de respostas com escolhas contraditórias contribui para a qualidade dos dados recolhidos. Por outras palavras, entendemos não serem consideráveis juízos de falantes que selecionam opções contraditórias. Neste contexto, enunciamos, de seguida, a opção considerada contraditória e, por consequência, inviabilizadora da

contagem como resposta válida: assinala, para uma mesma frase, simultaneamente, os juízos “estranha” e “normal”,

No que toca à última pergunta, a pergunta número 5., formulámo-la com o objetivo de refletirmos sobre até que ponto a produção híbrida é efetivamente aceite (e preferencial) pelos falantes de PE.

Figura 18 – Imagem do questionário em papel (pergunta 5.)

5. Assinala com um X de acordo com o que TU achas. (Não há respostas certas ou erradas; quero somente saber a tua opinião. Desenha apenas dois X.)

		Frases		
		A Professora diz aos alunos:		
		- Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler.	- Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler.	- Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler.
As tuas opiniões sobre as frases	É a frase que me parece mais normal.			
	É a frase que me parece mais estranha.			

Nesta pergunta, considerámos válidas as respostas nas quais os falantes cumpriram escrupulosamente a indicação dada, isto é, nas quais assinalaram apenas dois X: um para assinalar a frase que lhes parecia mais estranha e outro para assinalar a frase que lhes parecia mais normal. Todas as outras respostas (nada assinalado, tudo assinalado, só um espaço assinalado, etc.) foram consideradas inválidas. Poderá argumentar-se sobre a possibilidade de considerarmos válidas algumas respostas destas que entendemos desconsiderar (como, por exemplo, casos em que se assinale apenas uma opção), contudo, após alguma reflexão, e a bem da necessidade de optarmos por um critério e de não cedermos em cada momento a subcritérios que envolveriam justificações e considerações mais intrincadas, e que abririam exceções a cada passo, decidimos, conscientes da “perda” de alguns dados, adotar o critério de exclusão menos flexível, isto é, optámos pelo cumprimento estrito da indicação que deixámos no questionário.

2.5.5. O questionário para o ensino superior – conteúdo, objetivos, validação das respostas

O questionário enviado aos estudantes do ensino superior²²⁷ é, como já apontámos, praticamente o mesmo que acabámos de expor, uma vez que nos limitámos a alterações mínimas exigidas na parte da recolha dos dados extralinguísticos tendo em conta o diferente público-alvo. Mais concretamente: retirámos as perguntas relacionadas com a frequência das atividades (uma vez que a frequência ou não de catequese já não se aplica aos adultos,²²⁸ não se procurando retirar daí uma leitura, como sucede no caso do ensino obrigatório), a localização por distrito (tendo em conta que a leitura geográfica procurada no caso do ensino superior se relaciona com a ligação a uma determinada universidade e não com a origem geográfica dos participantes)²²⁹ e o tempo passado com familiares de gerações mais velhas (tendo em conta que também não considerámos daí retirar uma leitura, ao contrário do que fizemos no ensino obrigatório, no qual entendemos verificar se essa convivência durante a fase infantojuvenil se mostrava relevante). Por outro lado, acrescentámos a pergunta relativa à indicação da língua materna, para que posteriormente pudéssemos olhar apenas para as respostas de falantes de PE.

Mantêm-se aqui todas as informações avançadas acima para o ensino obrigatório relativas à parte da recolha de dados linguísticos, tanto aos objetivos das perguntas como à sua validação. Relativamente à validação, neste caso, apenas de uma forma mais prática e rápida, no que diz respeito aos dados extralinguísticos, porquanto havia apenas duas exigências prévias a serem cumpridas: uma, ter assinalado sexo feminino ou masculino; outra, ter assinalado português europeu como língua materna. Relativamente aos dados linguísticos, a validação é exatamente igual à acima explicada.

²²⁷ Criado em *google docs* na nossa conta institucional da *google for education uporto* e devidamente autorizado pela Comissão de Ética da FLUP e pelo Gabinete de Proteção de Dados da UPorto.

²²⁸ Ocorreu-nos, mais tarde, que poderíamos ter incluído uma pergunta sobre a frequência da missa dominical, por exemplo.

²²⁹ Trata-se de uma opção metodológica que permite uma leitura (um retrato do que é produzido e os juízos em cada universidade) e invalida outra (a leitura diatópica tendo em conta a origem de cada um dos informantes), pelo que poderá ser sempre questionável.

2.6. Organização e tratamento dos dados recolhidos

Relativamente a questões técnicas, esclarecemos que todos os dados recolhidos foram organizados em folhas *Excel*: uma folha para os dados recolhidos nos questionários em papel e outra para a organização dos dados recolhidos digitalmente no ensino superior.²³⁰

No que diz respeito à primeira folha, a classificação das informações extralinguísticas sobre localização, ensino e ano de escolaridade, foi feita através de um código inicial (o mesmo que registámos à mão em cada uma das folhas do questionário em papel): por exemplo, 01V123 – distrito 01, ensino privado (*privado*), 12.º ano, informante número três da turma. De seguida, registámos o sexo indicado (valor 1 – feminino; valor 2 – masculino), a frequência ou não de catequese (valor 0 – não; valor 1 – sim) e a frequência da convivência com os avós (valor 1 – pouca; valor 2 – muita). Recordamos que englobámos na classificação “pouca” todas as respostas em que os informantes indicassem estar uma vez por semana ou menos com os avós. As restantes foram englobadas na categoria “muita”. No caso de estarem assinaladas duas opções, considerámos a que correspondia a uma convivência mais frequente para definição da categoria, por entendermos que, pelo menos, com um familiar dessa geração existia uma proximidade relevante.

Aos registos dos dados extralinguísticos, segue-se a indicação das respostas linguísticas. Para tal, recorremos, em relação à primeira pergunta, à seguinte classificação: 1 – Vós + V2PP normativa; 2 – Vós + V3PP normativa; 3 – Vós + X (outras formas que não as normativas, por exemplo, com alterações de tempo e/ou modo); 4 – Vocês + V3PP normativa; 5 – Vocês + V2PP normativa; 6 – Vocês + V3PP normativa; 7 – Eles/Elas; 8 – Nós; 9 – outras produções: ilegível, negativa, etc..

Em relação à segunda e terceira perguntas, de produções de discursos, recorremos à seguinte classificação: FTV2PP (Forma de tratamento verbal de 2PP); FTV3PP (Forma de tratamento verbal de 3PP); FTPNom2PP (Forma de tratamento pronominal nominativo

²³⁰ Apresentamos na secção *Anexos* imagens de captura do ecrã com as referidas folhas. Esclarecemos que além da introdução dos dados, foi também feita por nós a revisão de cada uma das 1198 entradas registadas para garantirmos a qualidade dos dados inseridos. A existência de alguma falha é, como em todo o restante trabalho, da nossa exclusiva responsabilidade.

de 2PP); FTPNom3PP (Forma de tratamento pronominal nominativo de 3PP); FTPDat2PP (Forma de tratamento pronominal dativo de 2PP); FTPDat3PP (Forma de tratamento pronominal dativo de 3PP); FTPAcus2PP (Forma de tratamento pronominal acusativo de 2PP); FTPAcus3PP (Forma de tratamento pronominal acusativo de 3PP); FTPReflex2PP (Forma de tratamento pronominal reflexo de 2PP); FTPReflex3PP (Forma de tratamento pronominal reflexo de 3PP); FTPGenit2PP (Forma de tratamento pronominal genitivo de 2PP); FTPGenit3PP (Forma de tratamento pronominal genitivo de 3PP); FTPOblPrep2PP (Forma de tratamento pronominal oblíquo de 2PP; por exemplo, *para vós, a vós, sem vós, com todos vós, graças a vós*, etc.); FTPOblPrep3PP (Forma de tratamento pronominal oblíquo de 3PP; por exemplo, *para vocês, a vocês, sem vocês, com todos vocês, graças a vocês*, etc.); FTPObl-convosco (Forma de tratamento pronominal oblíquo – convosco) e FTPObl-com vocês (Forma de tratamento pronominal oblíquo – com vocês).

Como vemos, a classificação dos dados foi feita tomando em consideração a divisão morfológica apresentada em Cintra (1986 [1972]) (FT verbais, FT pronominais e FT nominais – estas últimas, sem lugar neste trabalho) e as posições sintáticas em que surgiam (socorremo-nos da classificação tradicional como nominativo, dativo, acusativo, genitivo e oblíquo (cf. Bacelar do Nascimento, 2013, pp. 2703-2704)).

Optámos por esta classificação por entendermos – resultado do que já tínhamos lido na literatura (cf., por exemplo, Lara Bermejo (2015), Aguiar & Paiva (2017)) e de reflexão própria – que seria a mais eficaz para a discussão dos resultados e posterior confronto com a literatura.

Esclarecemos que não foi feita uma contagem efetiva de cada uma das FT que surgiam, mas a anotação da existência ou não de formas relativas a uma determinada categoria, isto é, o que sabemos é que um determinado informante produziu, numa determinada resposta (à pergunta 2 ou à pergunta 3), por exemplo, uma FTPGenit2PP, mas não considerámos se o fez uma única vez ou mais do que uma vez no mesmo texto. Tal como, por exemplo, sabemos que um informante usou, num determinado discurso, uma FTV3PP, mas não apontámos se o fez várias vezes ou não. Assim, anotámos a existência de produções de um tipo e não o número de produções de FT de determinado tipo. Decidimos adotar este critério de registo da ocorrência e não de registo do número

exato de ocorrências por duas razões: um, pelo facto de entendermos que era efetivamente mais relevante percebermos se havia emersão de determinadas formas do que chegarmos propriamente ao número de vezes em que surgiam (por exemplo, um informante pode escrever muito e produzir mais FT, mas todas do mesmo paradigma e outro pode escrever pouco e no pouco que escreve apresentar diversidade, entre outras combinatórias possíveis); dois, porque essa contagem iria exigir uma logística muitíssimo mais complexa não só na organização dos dados como posteriormente na análise dos resultados. São, certamente, critérios discutíveis, mas, diante da necessidade de tomarmos opções, há sempre perspectivas preteridas.

Em relação às perguntas 4. e 5. registámos no *Excel*, com recurso aos códigos “0 – não assinalou” e “1 – assinalou”, todas as respostas dadas. Em cada coluna foram elencadas as opções possíveis, por exemplo, “*Vós sois fantásticos.*” + “*Acho que é uma frase estranha.*”; “*Vós sois fantásticos.*” + “*Acho que é uma frase normal*”, “*Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler.*” + “*É a frase que me parece mais estranha.*”, etc., e em cada linha foi assinalada a produção ou não produção do juízo. Foram consideradas válidas todas as respostas que cumpriam os requisitos que já expusemos em 2.6.

No que diz respeito aos dados recolhidos no ensino superior, como a folha *Excel* automaticamente criada no *google docs* não se apresentava no formato adequado para uma leitura prática dos dados, criámos, noutro ficheiro do mesmo programa, tabelas com o cruzamento das informações recolhidas e das variáveis em consideração (sexo e instituição de acolhimento) e utilizámos os mesmos códigos que usáramos nos questionários do ensino obrigatório. Partiremos, assim, dessas tabelas para a análise dos resultados neste nível.

Procedemos ainda a uma análise quantitativa dos dados com a utilização do *software* SPSS versão 27, tendo em conta os objetivos deste trabalho. Os resultados da utilização do referido programa no que toca à relação entre variáveis do nosso estudo são apresentados e discutidos na secção seguinte.

2.7. Síntese do Capítulo II

A metodologia insere-se numa análise quantitativa, baseando-se na aplicação de um questionário em papel em turmas de 4.º ano e 12.º ano do ensino privado e público em vários distritos do país (recolha feita entre setembro de 2021 e novembro de 2023) e no envio de um questionário em formato digital a estudantes do ensino superior da área de Letras/Humanidades de várias universidades públicas portuguesas (recolha feita entre fevereiro e maio de 2023).

A amostra total é de 1301 informantes: 1198 do ensino obrigatório e 103 do ensino superior.

O questionário, testado e devidamente autorizado, é composto por duas secções principais: uma com recolha de dados extralinguísticos e outra com recolha de dados linguísticos. A segunda seção divide-se em três subsecções: duas com registo de produções e uma com registo de juízos.

Os dados recolhidos foram organizados em ficheiros *Excel* e tratados posteriormente com recurso não só a funcionalidades do programa *Excel* como também do programa *SPSS*. Para facilitarmos a leitura tanto dos resultados como da análise, optámos por não dividir o conteúdo em capítulos distintos (*Resultados* e *Discussão dos resultados*) mas, antes, organizar a informação de uma forma compacta, numa lógica de resultado e consequente análise, possibilitando, assim, uma leitura menos fatigante e mais profícua. No seguimento do referido, o próximo capítulo designa-se *Resultados e Discussão*.

3. Capítulo III - Resultados e Discussão

Não sendo possível analisar tudo sob todas as perspectivas e combinatórias (não só por termos uma margem temporal curta, mas também porque, no limite, chegaríamos à análise de cada uma das produções individualmente, perdendo a perspectiva geral), focamo-nos primeiramente, no que toca aos dados recolhidos no ensino obrigatório (secção 3.1.), numa análise mais geral (secção 3.1.1.), com a consideração das respostas como um todo, sem especificação das variáveis, e depois (secção 3.1.2.) numa análise mais específica (perspetiva sob cada variável). Avançamos, posteriormente, para a análise dos dados recolhidos no ensino superior (secção 3.2.), numa perspectiva geral, mas com a especificação do sexo dos informantes, já que, como explicámos na metodologia, esta foi a única variável considerada neste nível. Por último, apresentamos algumas observações gerais sobre o que encontrámos na recolha realizada (secção 3.3.).

Recordamos que analisámos os dados tendo em conta a nomenclatura (cf. Cintra, 1986 [1972]: FT Verbais e FT Pronominais – e, nestas últimas, também conforme as diferentes posições sintáticas nas frases) e os procedimentos explanados no Capítulo II – *Metodologia* (nomeadamente o contexto específico gerado em cada pergunta do questionário) e que a discussão dos resultados é feita à medida que estes vão sendo expostos. A cada passo, sempre que considerámos relevante, recorremos ao auxílio do programa SPSS versão 27 para uma leitura estatística, da qual apresentamos as devidas notas. Assim, tratando-se de dados qualitativos e respetivas frequências, utilizámos o Qui-quadrado de Pearson (χ^2), teste não paramétrico, para verificar se a associação entre variáveis era ou não estatisticamente significativa (independência) e se os resultados encontrados apresentavam qualidade de ajuste à distribuição teórica (aderência à uniformidade). Adotámos o valor de 0,05 para o nível de significância (significativa se $p < 0,05$).

3.1. Questionário no ensino obrigatório

3.1.1. Perspetiva geral no ensino obrigatório

Como referimos acima, partindo de uma perspetiva mais geral sobre os dados, focamos a nossa atenção, primeiramente, nas produções (perguntas 1., 2. e 3. do questionário) e, depois, nos juízos apontados pelos informantes (perguntas 4. e 5.).

3.1.1.1. Produções (perguntas 1., 2. e 3. do questionário)

Começando pela pergunta 1. do questionário (com as devidas alíneas: 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4), recolhemos os seguintes dados:

Tabela 4 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 4792 (1198 x 4 alíneas (1.1,1.2,1.3,1.4))		
Produções	N.º de respostas (1.1+1.2+1.3+1.4)	Em %
vós + V2PP	1103 (297+292+304+210)	23,0%
vós + V3PP	57 (14+15+12+16)	1,2%
vós + X	241 (42+44+40+115)	5,0%
vocês + V3PP	2084 (529+518+508+529)	43,5%
vocês + V2PP	18 (3+6+7+2)	0,4%
vocês + X	13 (3+4+3+3)	0,3%
eles/elas	339 (80+85+88+86)	7,1%
nós	711 (173+174+185+179)	14,8%
outras	226 (57+60+51+58)	4,7%

Das respostas que consideramos – *vós + V2PP; vocês + V3PP; nós + V3PP; vocês + V2PP; nós + X (vós + qualquer produção que não fosse o verbo de 2PP ou de 3PP normativo – no caso, por exemplo, mudanças de tempo, etc.); vocês + X (vocês + qualquer produção que não fosse o verbo de 2PP ou de 3PP normativo – no caso, por exemplo, mudanças de tempo, etc.); eles/elas; nós; outras (ilegível, negativa, tu, etc.)* – destacamos a produção de *vocês + V3PP*, que, na realidade das 4792 produções consideradas na pergunta 1. (1198 x 4 alíneas), assume o primeiro lugar no entendimento dos falantes como resposta esperada à instrução dada, ou seja, consideramos que, não havendo um contexto de produção definido, ou seja, por defeito, esta é a produção entendida por mais falantes como correta. Por outras palavras, cremos que podemos dizer que a maioria dos falantes inquiridos, no contexto de uma segunda pessoa semântica, entende que um sujeito *vocês* é o plural de um sujeito *tu* no sistema da língua. Por não termos definido um contexto situacional para a produção solicitada, consideramos que esta é a única leitura válida das respostas, sendo apenas possível, no nosso ponto de vista, refletir sobre o facto de tradicionalmente, pela normatividade expressa nas gramáticas e manuais de português,²³¹ se esperar que produzissem *vós*, recordando a

²³¹ Esta ideia de se entender a produção nesta pergunta como resposta a um teste ressoa em comentários como o redigido pelo informante 11V123 – “Embora a minha resposta à folha A5 pareça contradizer a resposta à 4, pensava no início que isto era uma *prova de português*. Percebo agora que será um estudo

sequência típica de flexão de pessoa de um verbo: *eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas*. Assim, cremos que poderá ler-se daqui que *vocês* é já entendido como o plural sistêmico de *tu* por uma parte considerável dos falantes, o que surge em linha, por exemplo, com o que é apresentado em Cook (2013, p. 286) (quadro que recordámos no Capítulo I). Não obstante, acreditamos que os 23,0% dos resultados relativos à produção de *vós + V2PP* mostram que há ainda muitos falantes (um pouco mais de metade dos que usam *vocês*) que reconhecem o pronome *vós* como plural sistêmico de *tu*, um número não residual, ao contrário do que se poderia esperar, considerando as notas de vários autores ao longo do tempo sobre o desaparecimento de *vós* em PE (cf. por exemplo, o referido no nosso Capítulo I). Ainda que estejamos aqui diante de uma produção escrita num contexto situacional de formalidade não definida, cremos que o surgimento destes números mostra que, pelo menos, o pronome não está totalmente arredado das considerações dos falantes no âmbito da pluralidade de um *tu*.

Em síntese, dos dados recolhidos, consideramos que poderá ser adequada a seguinte observação: *vós* não está completamente posto de parte como plural sistêmico de *tu*, mas *vocês* é a forma que, no âmbito do entendimento dos falantes como segunda pessoa semântica, maioritariamente é aceite como ocupando esse lugar, isto é, estamos efetivamente diante de uma variação relativa ao elemento do sistema que comporta a pluralidade de segunda pessoa semântica e o caminho da mudança revela-se, como muitos autores já apontaram, no sentido da afirmação, de forma geral e no que diz respeito à produção pronominal, de *vocês*.

Esclarecemos ainda que decidimos distinguir e apresentar aqui as ocorrências de respostas como *nós* e *eles/elas* por entendermos que é relevante que se note que alguns informantes (cerca de 20%) se focaram especialmente na ideia de passagem para o plural, fosse ele qual fosse, isto é, diante da instrução de passagem de um sujeito para o plural alteraram também – ainda que não fosse pedido – a pessoa do verbo. Há mesmo um comentário – código 03V1211 – que testemunha exatamente isto: “Na primeira folha para colocar as frases no plural, achei que poderia ter sido qualquer plural (*nós*,

sobre a evolução da língua”. Neste mesmo âmbito, partilhamos que, em conversa telefónica, uma docente de 4.º ano que aplicou o questionário nos disse que, apesar de os seus alunos não usarem muito o *vós* plural de um *tu*, havia uma insistência da sua parte, como docente de português, na informação normativa presente nos manuais: *eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/ela*.

vós, eles). Agora no fim penso que deveria ter colocado vós”. Todavia, entendemos que também podemos levantar a hipótese de que o informante, com dúvidas sobre usar vós ou vocês, decidiu não só passar para o plural como alterar, propositadamente, a pessoa. Deixamos também nota de algo que nos pareceu interessante: não obstante haver uma distribuição bastante semelhante do mesmo tipo de produção nas várias alíneas – vemo-lo se atentarmos nas contagens das produções entre parêntesis, que correspondem ao número de produções em cada uma das alíneas da pergunta 1. – , há um número que se destaca: 115. Na produção de vós + X relativamente à alínea 1.4, na qual surge o verbo “ir”, irregular, há 115 produções, em oposição a cerca de 40 no caso dos outros verbos (*ser*, irregular, mas com frequência ímpar nas línguas; *saber*, irregular, mas com regularidade na segunda pessoa do plural do presente do indicativo – tempo e modo aqui considerados – e *cantar*, regular). Creamos que poderemos levantar a hipótese de que é o facto de ser irregular que leva a tantas produções que não seguem normatividade vós + V2PP.²³² Aliás, vemos também, exatamente na produção de vós + V2PP, um decréscimo considerável na quantidade de produções na alínea 1.4, ou seja, há menos informantes a serem capazes de produzir a forma verbal de 2PP quando em causa está o verbo *ir*, diferentemente do que acontece em relação aos verbos noutras alíneas. Creamos que isto vai, de certa forma, de encontro ao que é apontado, por exemplo, em Aguiar e Paiva (2017), que referem que a produção de FTV de 2PP se concretiza maioritariamente na produção de formas verbais que não seguem o padrão regular de flexão e que se apresentam com alta frequência de produção na língua.²³³ Referimos “de certa forma”, pelo facto de as nossas observações corresponderem ao que é apontado em Aguiar e Paiva (2017) no caso do verbo *ser*, mas não corresponderem relativamente ao *ir* e, ainda, de as afirmações das autoras serem feitas sobre as produções orais e não escritas. Defendemos que esta questão sobre a irregularidade dos verbos e a maior ou menor produção das respetivas FTV2PP só poderá ser devidamente considerada com dados nos quais a única diferença entre as

²³² Em linha com o que nos foi apontado pelo *docente 1*, na secção 1.3.2.1.: “Não é muito fácil os alunos interiorizarem, principalmente na conjugação dos verbos irregulares”.

²³³ Remetemos, aqui, para duas passagens em Aguiar e Paiva (2017), uma já apontada na nota de rodapé nº. 158 e outra aqui exposta: “The decreasing use of the ø2pl form of address in subject function is attested also in its linguistic restriction. This form of address becomes limited to verbal forms that don’t follow regular inflectional paradigms, mainly those verbs of high frequency in spoken language.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149)

frases seja efetivamente apenas o verbo principal, o que não se verifica nos nossos exemplos.²³⁴ Para uma leitura mais exata, será, certamente, também importante que se comparem dados do mesmo tipo (ou orais ou escritos).

Recorrendo ao programa SPSS, com o intuito de verificarmos se os valores acima destacados apresentavam ou não uniformidade, recolhemos o seguinte tratamento estatístico: $\chi^2(8) = 7027,085$; $p = 0,000$. O valor p ²³⁵ é menor que 0,05, logo os resultados são não uniformes. Estão, desta forma, suportadas estatisticamente as observações de que os falantes de PEC tendem, na passagem de um sujeito para o plural sem alteração da pessoa semântica, a produzir maioritariamente *vocês + V3PP*, mas que há ainda uma produção considerável de *vós + V2PP*. Salvaguardando-se o facto de estarmos, neste ponto do questionário, a tratar de produções escritas e não de registos escritos de produções orais (como sucede nas perguntas 2. e 3.), cremos, como atrás referimos, que estes dados corroboram, essencialmente, que está ainda viva a consciência do pronome *vós* como elemento do sistema para a pluralização de um *tu*, ainda que possa não ser a opção usada pelo informante que fez esse registo no seu dia a dia como falante de PE (dependente ou independentemente do contexto situacional).

No que toca à pergunta número 2. do questionário, recolhemos os seguintes dados:

Tabela 5 – Produções de FT dos paradigmas de *vós* (FT canónicas de 2PP), de *vocês* (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 875		
Produções	N.º de respostas	Em %
só FT de 2PP	207	23,6%
só FT de 3PP	438	50,1%
FT de ambos	230	26,3%

²³⁴ Para esta reflexão sobre as dificuldades nos verbos irregulares também contribuiu o termos encontrado respostas com construções com outros verbos (como 07B126 e 07B127, com a produção “Vós frequentais o cinema”, embora seja de notar que um destes informantes pode ter copiado a produção do outro, já que os códigos são contíguos), noutros tempos (07V122 e 10V413: “Vós ireis”), noutros modos (com o código 18B4, vários *“(Vós canteis)”, várias ocorrências de uma tentativa de manutenção de regularidade do verbo (*“(Vós vais)” – 15V1218, 07B42, 10V420, 20V47), e até casos muito peculiares, como 10B122: produziu *vós + 2PP* nas três primeiras alíneas e *“(vós ideis)” na quarta, tendo decidido rasurar esta última e escrever “vocês vão”. Além disto, também há casos de produção de *vós + espaço* em branco entre o sujeito e o predicativo do sujeito *fantásticos*, o que nos parece revelar claramente que o informante não conseguiu apresentar a forma verbal que entendia ser a forma verbal correta na alínea em questão.

²³⁵ valor p = significância assintótica (bilateral)

Vemos que, no âmbito de um contexto mais formal, os informantes recorrem, preferencialmente, a formas de tratamento do paradigma de 3PP, embora haja ainda cerca de 200 informantes (23,6%) que usam unicamente formas de 2PP, o que nos parece relevante. Todavia, é necessário adensarmos a análise para percebermos, efetivamente, que formas de tratamento do paradigma *vocês* são estas e que formas do paradigma *vós* são estas: se são verbais ou pronominais e se, nas últimas, há, por exemplo, expressão efetiva de *vós* ou se se concretizam na produção de FT em posições sintáticas nas quais tipicamente se espera a produção de formas desse paradigma, nomeadamente em acusativo e dativo (cf., por exemplo, entre outros, Lara Bermejo, 2020, p. 99; Manole, 2021a, pp. 125-126).

Garantida a não uniformidade dos resultados (recurso ao SPSS com o seguinte tratamento dos dados: $\chi^2(2) = 111,0331$; $p = 0,000$) e com a necessidade de, como apontámos, adensarmos a análise conforme o tipo de FT (pronominal ou verbal) e as posições sintáticas nas quais se concretizam, tomemos em atenção as três tabelas seguintes e as respetivas reflexões.

Tabela 6 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 875		
Produções	N.º de respostas	Em %
Só FTV	315	36,0%
Só FTP	294	33,6%
FT de ambos	266	30,4%

Nesta Tabela 6, vemos que, nos dados recolhidos, há um número maior de respostas de produção de unicamente FTV, mas a percentagem não é assim tão distante da realidade de produção única de FTP nem mesmo da produção de FT tanto pronominal como verbal. Na verdade, o que notamos é uma tripartição bastante equiparada entre as três realidades de produção (só FTV, só FTP e ambos os tipos de FT). Recorrendo ao SPSS, percebemos que os valores apresentam uniformidade: $\chi^2(2) = 4,144$; $p = 0,126$, ou seja, não permitem que digamos que há, de um modo geral, efetivamente maior produção de FT verbais no ensino obrigatório. Assim, os dados acima são essencialmente relevantes como ponto de referência sobre as produções de 2PP ou 3PP em cada um dos dois tipos da classificação de Cintra (1986 [1972]). Olhemos, então, para a Tabela 7,

na qual são expressas as ocorrências de FTV2PP e de FTV3PP na pergunta 2., e para a Tabela 8, na qual são expressas as ocorrências das FTP2PP e FTP3PP em diferentes posições sintáticas.

Tabela 7 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 581 (315+266)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	2	0,3%
FTV3PP	579	99,7%

Primeiramente, considerando a Tabela 7, parece-nos clara a observação legítima: no âmbito de uma produção de uma FTV, os falantes recorrem maioritariamente – poder-se-á, até, referir que o fazem de forma inequivocamente maioritária – a formas de 3PP, o que prova o desuso quase total das formas verbais de 2PP. Recorrendo ao SPSS, vemos a clara não uniformidade dos dados: $\chi^2(1) = 573,0275$; $p = 0,000$. Recordamos aqui, diante destes resultados, a ideia de que as FTV de 2PP permitem uma identificação objetiva do tratamento selecionado pelo locutor (vós) ao passo que as FTV de 3PP remetem para uma panóplia de produções, salvaguardando-se mais eficazmente a face do emissor (por exemplo, construções como “Hoje [os senhores/vocês/vossas excelências/os caríssimos] estão aqui a ver-me receber este prémio”). A produção maioritária de FTV de 3PP poderá ser o resultado, assim, de uma das duas hipóteses seguintes: 1 – tendo dificuldades na produção normativa de FTV de 2PP (resultado do decréscimo²³⁶ geral em PE das FTV2PP) produzem construções de 3PP; 2 – consideram, ainda que se sintam confortáveis com a produção de FTV de 2PP, que as construções mais avisadas no contexto são as FTV de 3PP, possivelmente pelo facto de nelas se omitir um tratamento específico (cf., por exemplo, Cintra, 1986 [1972]; Carreira, 2002; Hammermüller, 2004; Aguiar & Paiva, 2017) ou por considerarem o contexto adequado à sua produção.

Em segundo lugar, no que toca às produções pronominais, atentemos na tabela abaixo.

²³⁶ Remetemos, aliás, para um comentário em que um informante não só reflete sobre a mudança e o carácter mais formal do pronome pessoal vós como aponta dificuldades na produção das respetivas formas verbais: “Acredito que o uso do “vós” foi, ao longo do tempo, trocado pelo uso de “vocês” não só pela influência de outros países, mas também pela estranha formalidade e difícil conjugação do “vós”.” (código 06V1217)

Tabela 8 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 560 (294+266)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	1	0,2%
FTPNom3PP	27	4,8%
FTPDat2PP	188	33,6%
FTPDat3PP	2	0,4%
FTPAcus2PP	27	4,8%
FTPAcus3PP	2	0,4%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	16	2,9%
FTPGenit2PP	240	42,9%
FTPGenit3PP	5	0,9%
FTPOblPrep2PP	68	12,1%
FTPOblPrep3PP	145	25,9%
FTPObl-Convosco	2	0,4%
FTPObl-Com vocês	10	1,8%

Confirmada a não uniformidade dos dados acima ($\chi^2(12) = 1515,093$; $p = 0,000$), observamos que em posição de nominativo os falantes produzem mais a forma de 3PP; em dativo, a de 2PP; em acusativo, a de 2PP;²³⁷ em reflexo, a de 3PP; em genitivo, a de 2PP;²³⁸ em complemento de preposição, a de 3PP (embora em cerca de 12% de respostas haja ocorrências de 2PP) e, por fim, em complemento da preposição *com*, preferem a formulação do paradigma de 3PP. De uma forma mais geral, notamos, tomando o número de respostas com, pelo menos, uma produção, que se destacam essencialmente as formas em posição de genitivo (42,9%) e dativo (33,6%) (cf. Martins, 2016, p. 14, “[os falantes dos dialetos portugueses centro meridionais] mantêm, contudo, a forma do acusativo/dativo *vos*”) e pronome reto em posição de complemento de preposição (25,9%) (cf. “ainda continuam vivos em Portugal *vós, vosso*.” (Bechara, 2019, p. 237”). Estes dados seguem, em parte, em linha com a hierarquia: sujeito > reflexo > verbo > acusativo > dativo > possessivo (Lara Bermejo

²³⁷ De certa forma, em oposição ao que vimos nas nossas figuras 8, 9, 10 (reproduções de gráficos de Lara Bermejo (2017b)). Referimos “de certa forma”, na medida em que os nossos dados são gerais e os que o autor apresentou englobam zonas específicas nas quais se incluem respostas de determinados distritos. Ainda assim, os dados coincidem na prevalência maior de 2PP em dativo do que em acusativo.

²³⁸ Tendo em conta a observação de Bacelar do Nascimento (2013, p. 2714) sobre o uso dos possessivos “seu/seus/sua/suas” em conjugação com “vocês” ser “muito raro e dialetal”, que recordámos no Capítulo I, verificámos, no nosso ficheiro *Excel* de organização dos dados, que as produções de genitivo de 3PP ocorreram todas em respostas nas quais surgiam apenas FT de 3PP e que se localizam nas seguintes zonas: Aveiro, Castelo Branco, Évora, Portalegre e Açores (uma ocorrência em cada).

2023a, p. 25), uma vez que se observa que a maior produção é efetivamente a de genitivo (42,9%), depois a de dativo (33,6%), depois a de acusativo (4,8%), depois a de verbo (0,3%) e, por fim, a de sujeito (0,2%). Registamos apenas a diferença no que toca à posição de reflexo (0% nos nossos dados), que, cremos, se possa explicar pelo facto de as FTV de 2PP aqui produzidas (com 0,3% de percentagem de produção) não serem, sintaticamente, suscitadoras de recurso a um pronome reflexo.²³⁹ Cremos que interessa, no âmbito da reflexão sobre a hierarquia da mudança, deixar uma nota sobre a distinção – no nosso entendimento (e também no de outros autores, cf., por exemplo, Manole, 2021a, pp. 125-126)²⁴⁰ necessária – a fazer-se entre “sujeito” e “pronome tónico”, pois os 12,1% (FTPOblPrep2PP) que aqui surgem em oposição aos 0,2% (FTPNom2PP) parecem ser relevantes para a consideração de “sujeito” e não de “pronome tónico” nas hierarquias de alastramento da 3PP apontadas em Lara Bermejo (2022b, p. 4) (2023b, p. 18), respetivamente.

A menor produção de *vós* (12,1%) em complemento de preposição diferente de *com* em comparação com a produção de *vocês* (25,9%) leva-nos a acreditar que o que referimos atrás sobre a produção maioritária de FTV de 3PP se realiza não só pela dificuldade em produzir FTV de 2PP *per si* (há efetivamente dificuldades – como, aliás, mostram algumas ocorrências de *vós + X*), mas pelo atual entendimento dos falantes de que as formas de 3PP são adequadas neste contexto de produção, pela naturalidade com que essas produções lhes surgem no seu inventário linguístico (naturalidade que também pode ter resultado das dificuldades de produção de FTV de 2PP baseadas no desuso e na complexidade morfológica associada). Ou seja, acreditamos que para um maior número de falantes seja considerado adequado usar o pronome *vocês* em contextos como o da situação de comunicação descrita. Assim, poderá discutir-se se o contexto é entendido como menos formal do que tipicamente se esperaria de um contexto de discurso público²⁴¹ – cf. mudança em curso relatada em, por exemplo, Gouveia, 2008 –

²³⁹ 05B123: “(...) Um especial obrigado a vós que estais aí (...)” e 09B411: “(...) tenho a agradecer a tudo [sic] vós que estais na plateia (...)”. Neste âmbito, remetemos para os nossos quadros 4, 5 e 6, no qual se apresentam exemplos de produções com pronome reflexo.

²⁴⁰ Leia-se Manole: “(...) há também limites morfossintáticos, uma vez que o uso de *vós* como sujeito é bem mais reduzido que as utilizações como complemento (a *vós*, para *vós*, por *vós* etc.).” (Manole, 2021a, pp. 125-126)

²⁴¹ Concretamente: “(...) contextos cerimoniais (discursos públicos, discursos políticos)” Manole (2021a, pp.130-131)

ou se o uso de 3PP é entendido como adequado a contextos mais formais (mesmo com a explicitação do pronome reto).

Para essa discussão, recordamos Martins (2016, p. 14), que aponta que *vós* “continua a ser admitido como forma da língua padrão em registos muito formais”, o que abonaria, aqui, a favor do entendimento do contexto (não pela maior parte, mas por alguns falantes) como muito formal, contudo, por termos, como vimos, ocorrências de *vocês* nominativo (não obstante ser uma percentagem baixa – 4,8%), genericamente entendido como ausente de contextos muito formais (cf. as reflexões de diferentes autores sobre *vocês* na secção 1.2.1.1),²⁴² não nos parece ser esse o caso, ou seja, não nos parece que o contexto esteja a ser entendido pelos informantes como muito formal. Neste cenário, estes dados sobre o uso de *vós* poderão demonstrar que a produção de *vós* pode surgir em PE em contextos de alguma formalidade e não obrigatoriamente/somente naqueles que são tipicamente entendidos como muito formais. E, nesta ideia, remetemos para o que é dito em Lara Bermejo (2023b) sobre um uso de *vós* “inovador” (esclarecemos que o autor está a versar sobre o pronome na região autónoma dos Açores), que, cremos, é relacionável com o que é apontado em Faria (2009, p. 31)²⁴³ e também com as considerações gerais para o PE apresentadas em Manole (2021a, pp. 130-131).²⁴⁴ Ou seja, cremos que o que Lara Bermejo (2023b) assinala como uso “inovador” nos Açores²⁴⁵ é, em certa medida, o que alguns autores

²⁴² Referimos “genericamente” porque, por exemplo, Lara Bermejo (2023a, p. 4) aponta, no seu quadro, que *vocês* + 3PP também pode surgir em PE num contexto V.

²⁴³ Recordamos Faria (2009, p. 31): “(...) nas interacções verbais em que se exige uma forma de tratamento plural de deferência, verifica-se amiúde alguma hesitação por parte dos participantes relativamente à forma de tratamento adequada ao reconhecerem, por um lado, a excessiva familiaridade que o recurso a *vocês* instauraria e, por outro, a excessiva estranheza que o uso de *vós* causaria, já que se trata de uma forma em progressivo desuso”.

²⁴⁴ Concretamente: “(...) *vós* (nas suas formas oblíquas tónicas) é preferido por falantes em contextos cerimoniais (discursos públicos, discursos políticos), sendo considerado mais cortês do que *vocês*. Neste caso, não se regista nem um desaparecimento (completo), nem o apagamento de traços semânticos. Antes pelo contrário, observamos que em determinadas circunstâncias (discursos políticos, conferências de imprensa, debates públicos), reaparecem traços semânticos de cortesia no caso de *vós* com função de complemento”. (Manole, 2021a, pp. 130-131)

²⁴⁵ Remetemos, aqui, para o original: “Moreover, this innovative usage is always intended for a group with which the addresser wants to maintain a certain degree of distance or deference. (...) When asked why they used *vós* in these cases, they replied they wanted to maintain distance, since *vocês* would be too impolite. One of the speakers, who is a professor, consciously answered that she uses *vós* in plural in cases where distance is preferred. This usage, she continued, obeys contexts in which she would not treat each of the members of the group via *tu*. However, she was aware that this *vós* only appears in prepositional phrases, since she avoids expressing the subject in these same contexts, replicating what happens in singular with the strategy null” (Lara Bermejo, 2023b, p. 14)

(cf., por exemplo, Duarte & Marques (2023a)) apontam que sucede no PE no continente: um uso de *vós* em contextos mais formais do que os informais mas menos informais do que os muito formais. O facto de haver mais informantes frequentadores do ensino obrigatório (os falantes mais jovens) a preferirem a produção de *vocês* (4,8% e 25,9%) a *vós* (0,2% e 12,1%), em certa medida em discordância com o que é apontado em Manole (2021a, p. 130-131), como vimos acima, indicia, no nosso entendimento, que as camadas mais jovens já entendem como viável e adequada a produção de *vocês* nesse contexto de relativa formalidade, razão pela qual produzem, nestes âmbitos, formas que, não sendo produzidas no passado devido à sua inadequação no que toca à salvaguarda das faces dos interlocutores, são ainda hoje entendidas como desajustadas pelos informantes que associam uma formalidade distinta (superior) ao contexto em causa (que é o que vamos encontrar no caso dos informantes do ES, que – como veremos adiante – preferem o uso de *vós* em posição de complemento de preposição diferente de *com*).

Num olhar mais afunilado sobre os dados, descobrimos o que parece comprovar esta argumentação: dos 418 informantes do 4.º ano que apresentaram respostas válidas à pergunta 2. apenas 15 (3,6%) produziram *vós* em posição de complemento de preposição (que não *com*) enquanto do 12.º ano foram 53 (11,6%), ou seja, são efetivamente os mais velhos que mais produzem o pronome *vós* reto na referida posição (ainda que essa produção ronde apenas os dez pontos percentuais). Para a discussão sobre a formalidade associada a este contexto retratado na pergunta 2. do questionário, contribuem ainda as leituras a retirar do confronto entre os números de respostas com no mínimo uma produção de FTPNom e de FTV: preferência clara pela não explicitação do sujeito, o que vai ao encontro da ideia de grau zero de deferência (Carreira, 2002, p. 75), de evitação da avaliação sobre qual a melhor forma para se dirigir ao outro (Aguiar & Paiva, 2017, p. 150). Ou seja, cremos que seja legítimo o seguinte resumo: se possível, os falantes evitam a especificação; se sintaticamente necessária, alguns (poucos) tendem para o *vós* (tendencialmente os mais velhos) e outros (maioria) para o *vocês* (tendencialmente os mais jovens), opções que, no nosso entendimento, têm que ver com indefinição clara da formalidade do contexto, resultado das mudanças sociais (cf. Gouveia, 2008) e com a mudança na progressiva maior aceitação do pronome *vocês*.

Relativamente à diferença nas produções em complemento vs em posição de sujeito – que os dados atestam, e que Aguiar e Paiva (2017, p. 149) explicam pela inexistência de exigência de concordância com um sistema flexional de marcação de pessoa no caso dos complementos, e que está, como referimos na secção 1.3.1.1.1, do Capítulo I, também aventada nos trabalhos de Lara Bermejo (por exemplo, Lara Bermejo (2020), o qual também aborda a ideia de concordância como justificação para a diferença nas ocorrências das formas canónicas de 2PP em diferentes posições sintáticas – nomeadamente a expansão da forma de 3PP do pronome reflexo pelo facto de ter de concordar com V de 3PP) – recordamos o que dissemos sobre a simplificação morfológica referida por O’ Neill (2023), uma vez que nos parece relevante que, efetivamente, as formas *vos* (acusativo e dativo) se sobreponham, respetivamente, às construções *os/as* e *lhes*. A acrescentar ao que destacámos na comunicação feita por O’ Neill (2023) (cf. secção 1.3.1.1.1. pp. 111-112), evocamos uma particularidade com que nos deparamos nas produções no EO e que nos parece relevante: uma considerável quantidade de “voças/voça”;²⁴⁶ “vosses/vossês”²⁴⁷ e “voses”,²⁴⁸ formas ortograficamente incorretas, mas ajustadas foneticamente ou à realidade ortográfica *vocês* ou à realidade ortográfica *vosso/o/a/as*. Ora, parece-nos que estes erros ortográficos podem indiciar que, no entendimento dos falantes, *vos*, *vosso/s*, *vossa/s* sejam formas canónicas do paradigma *vocês*.²⁴⁹ cremos ainda que a produção de construções híbridas – para as quais olharemos mais à frente – também poderá contribuir para esta observação sobre o entendimento mais fonético dos elementos estar a contribuir (em conjunto com a simplificação morfológica e a não exigência gramatical de concordância) para a preferência no uso das formas de 2PP em genitivo, dativo e acusativo.

²⁴⁶ Por exemplo nos questionários com os códigos 07V48, 10V414, 02V48, 03B122, 03B42, 06B410 e 19B420.

²⁴⁷ Entre outras respostas, ver, por exemplo, 10B410, 11V121, 19B126, 19B127, 10B411, 10B415, 13V415, 16B43, 16B411, 08V412, 20V416, 14V46, 12B412, 12V47, 03V410, 03V415, 03V418, 19B411, 16V41, 16V43, 03B1216, 11B412, 11B417, 14B42 e 14B46.

²⁴⁸ Por exemplo, em 10B416, 13V418, 08V411, 03V414, 16V413, 03B49 e 14B412.

²⁴⁹ Recordamos, por entendermos que ilustra bem o que queremos apontar, por exemplo, a resposta com o código 18V41: “[...] agradecer-vos pela vossa presença numa noite tão especial. Queria agradecer a vosses em especial (...)”

No que toca a *convosco* e *com vocês*, ressaltamos (em confronto com o que, a respeito de produções na fala bracarense, é avançado por Aguiar e Paiva (2017, p. 249)), que apontam que, apesar de um aumento da produção de *vocês* na posição de complemento, as produções de *convosco* são as mais frequentes) que os dados recolhidos – tanto na pergunta 2. como na pergunta 3., como veremos à frente – mostram a preferência dos informantes pela construção *com vocês*, o que entendemos como mais um indício da progressiva aceitação de *vocês*, de mais uma evolução na mudança em curso.

Considerando os resultados expostos nas duas tabelas acima, defendemos que é legítimo considerar-se uma relação entre a produção de uma FTV e o paradigma de 3PP e a produção de uma FTP (exceção para a expressão do pronome reto, tanto em posição de nominativo como de complemento de preposição que não *com*) e o paradigma da 2PP. Apesar do referido, como notamos alguma vitalidade na produção do reto *vós* em posição de complemento de preposição, concordamos com a observação de que “a morte da FT *vós* parece ser uma notícia um pouco exagerada!” (Marques, 2017, p. 22) e de que “são assim defetivas, quando não erróneas, perceções de que *vós* já não se usa (...)” (Marques & Duarte, 2019, p. 236).

Relativamente à terceira pergunta do questionário, atentemos nas tabelas seguintes:

Tabela 9 – Produções de FT dos paradigmas de *vós* (FT canónicas de 2PP), de *vocês* (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 1118		
Produções	N.º de respostas	Em %
só FT de 2PP	38	3,4%
só FT de 3PP	970	86,8%
FT de ambos	110	9,8%

Tal como sucedeu na pergunta 2., preferencialmente, os informantes recorrem a formas de tratamento do paradigma de *vocês*. Contudo, aqui, na pergunta 3. do questionário, num contexto de clara informalidade, a percentagem é mais expressiva: 86.8% (em lugar dos 50,1% na pergunta 2.). O recurso ao SPSS confirma, aliás, a não uniformidade estatística dos dados recolhidos: $\chi^2(2) = 1443,12$; $p = 0,000$.

Poderíamos, à luz dos valores acima expressos na tabela (os tais 86,8%), e de forma rápida e pouco refletida, considerar que, num contexto de informalidade, os falantes

optam mais claramente por formas de 3PP, mas há que ter em conta que não estamos num contexto de produção exatamente igual no que toca à interação entre locutor e interlocutor – em 2., o contexto pressupõe a realização de um discurso em relação ao qual não se espera resposta por parte do alocutário; em 3., é efetivamente uma interpelação que sucede – pelo que as escolhas linguísticas também se encontram condicionadas (nomeadamente a produção de diferentes tipos de complemento – direto, indireto, etc.). Por outras palavras, não se espera, por exemplo, uma tão grande produção de construções nas quais possam surgir formulações de FT em posição de complemento de preposição (casos como: diante de vós/vocês; por vós/vocês; para vós/vocês, etc.). Assim, devemos pesar bem a adequação das leituras a retirar e devemos, antes, como, aliás, também fizemos em 2., olhar com atenção para as FT efetivamente produzidas. Fazemo-lo, em baixo, nas tabelas 10 e 11. Este afunilamento da análise vai permitir que percebamos nomeadamente que formas de tratamento são estas que se traduzem em 86,8% de realizações conforme o paradigma de 3PP.

Tabela 10 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 1118		
Produções	N.º de respostas	Em %
Só FTV	772	69,0%
Só FTP	192	17,2%
FT de ambos	154	13,8%

Há uma maior produção de unicamente FT verbais (não uniformidade comprovada com recurso ao SPSS: $\chi^2(2) = 643,7996$; $p = 0,000$), chegando-se a 82,8% no total de respostas com produção de pelo menos uma FTV. Além disso, o aumento de mais de trinta pontos percentuais em relação ao que sucedia na pergunta 2. (recordamos que na pergunta 2. o valor de produções só de FTV era de 36,0%; em confronto com os 69,0% aqui registados), parece-nos contribuir para a subida percentual nas FT de 3PP na pergunta 3. No seguimento do referido acima, é, então, necessário percebermos se essa formulação de FTV se traduz na efetiva construção em 3PP. Para tal, atentemos nos dados apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 926 (772+154)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	13	1,4%
FTV3PP	913	98,6%

A resposta é assertiva: 98,6% das FTV são, efetivamente, construídas sob o paradigma de 3PP (não uniformidade comprovada com recurso ao SPSS: $\chi^2(1) = 874,73$; $p = 0,000$), isto é, diante da necessidade de formularem uma FTV, optaram maioritariamente pela 3PP. O que, vimos, sucedia atrás também, nos 99,7% relativos à produção de FTV na pergunta 2. do questionário. Esta preferência clara pelo paradigma de 3PP nas produções de FTV que encontrámos nos nossos dados surge em linha com o que está apontado em diversa literatura (cf. Capítulo I). Não obstante, decidimos – por também considerarmos interessante o facto de aqui haver mais respostas com produções de FTV2PP num contexto de informalidade – atrás, na pergunta 2. a percentagem era de 0,3%, aqui é de 1,4% – atentar nas 13 respostas encontradas, procurando perceber que particularidades a elas estavam associadas. Um foco específico nas 13 respostas permitiu-nos perceber que 8 dos 13 (61,54%) informantes que produziram respostas com no mínimo uma produção são do distrito Bragança (os restantes são: dois de Viseu, um de Viana, um de Vila Real e um da Guarda), 9 de 13 (69,23%) são do 12.º ano, 9 de 13 (69,23%) não frequentam a catequese, 11 de 13 (84,62%) não passam muito tempo com os avós, 9 de 13 (69,23%) são estudantes do ensino público e 8 de 13 (61,54%) referiram ser do sexo masculino. cremos que estes dados poderão contribuir para a argumentação de que há efetivamente um vós em contexto T a ser produzido tendencialmente nas zonas mais a norte do país e de que são os falantes mais velhos (pelo facto de aqui também serem os mais velhos, os do 12.º ano) que mais o produzem. Agora, no que tocas às produções de FT Pronominais, atentemos nos dados registados na Tabela 12:

Tabela 12 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 346 (192+154)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	4	1,2%
FTPNom3PP	196	56,6%
FTPDat2PP	61	17,6%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	50	14,5%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	0	0,0%
FTPGenit2PP	7	2,0%
FTPGenit3PP	0	0,0%
FTPOblPrep2PP	0	0,0%
FTPOblPrep3PP	6	1,7%
FTPObl-Convosco	18	5,2%
FTPObl-Com vocês	27	7,8%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(7) = 1210,185$; $p = 0,000$), vemos que, tal como sucedeu no âmbito da pergunta 2., em posição de nominativo os falantes produzem mais a FT de 3PP; em dativo, a de 2PP; em acusativo, a de 2PP;²⁵⁰ em genitivo, a de 2PP; em complemento de preposição (diferente de *com*), a de 3PP; e, por fim, em complemento da preposição *com*, produzem mais a formulação do paradigma de 3PP (embora com um número de ocorrências também digno de registo de *convosco*).

De uma forma mais geral, notamos, tomando o número de respostas com, pelo menos, uma produção, que se destacam essencialmente as formas em posição de nominativo (56,6%% – diríamos pela identificação direta do interlocutor na interpelação, em produções do tipo *Vocês querem ir ao cinema?* e, também, possivelmente, pela inexistência da necessidade de recorrer a uma forma de deferência zero), em posição de dativo (17,6% – em produções como *Gostaria de vos perguntar se querem ir ao cinema.*) e em acusativo (14,5% – em produções do tipo *Queria convidar-vos para irmos ao cinema.*). Em defesa da nossa consideração sobre a própria situação criada não impulsionar propriamente a produção sintática de determinados complementos, vemos, por exemplo, a efetivamente baixa produção de formas em genitivo (7 respostas

²⁵⁰ Aqui volta a justificar-se a observação feita na nota de rodapé 237.

com no mínimo uma forma de 2PP e 0 respostas com 3PP, quando na pergunta 2. tínhamos 240 respostas com formas genitivas de 2PP e 5 de 3PP).

Sublinhamos, porque nos parece relevante para a defesa da ideia de que os falantes entenderam os dois contextos apresentados como efetivamente diferentes do ponto de vista da formalidade, o confronto entre os 56,6% de produção de *vocês* em posição de sujeito nesta pergunta, a pergunta 3. numa conversa entre amigos, e os 4,8% no caso da produção de *vocês* em sujeito na pergunta 2., numa gala.²⁵¹ Ainda que os contextos possam ser entendidos como não semelhantes no que diz respeito ao contexto sintático que suscitam (deixamos essa nota bem assinalada), defendemos que (e não obstante se possa argumentar que, resultado das mudanças sociais, se atribua atualmente menor formalidade a situações às quais tipicamente se associava maior formalidade) os falantes fazem, ainda, uma distinção (mais formal/menos formal) entre situações como as representadas nas perguntas 2. e 3. do questionário, o que mostra a seleção de *vocês* nominativo para contextos não informais.

A maior representação de *vós* nominativo aqui, em comparação com o que surgiu na pergunta 2., seguindo o maior uso geral de nominativos, parece-nos indiciar alguma vitalidade do uso dialetal de *vós* em contexto T, um uso que tenderá a desaparecer, tendo em conta que está associada a falantes mais velhos (cf. Manole, 2021a, p. 130). Essa – a mudança de *vós* + 2PP como forma T para *vocês* em forma T – é, aliás, nas palavras de Lara Bermejo (2022b, p. 4), como recuperámos no Capítulo I, a maior mudança que está a ocorrer no plural. O autor defende, como vimos, que esta mudança está em diferentes fases pelo país, estando completa na zona mais a sudeste, no Alentejo e no Algarve e ainda em fases iniciais em distritos do norte continental.

Apresentamos, de seguida, uma tabela-síntese para melhor ilustrarmos o confronto dos dados de produções recolhidos nos dois âmbitos: (mais) formal vs. (mais) informal.

²⁵¹ Deixamos, aliás, neste contexto, a nota de que, em resposta à pergunta 1., um informante (05B1214) regista “*vocês* (informal)”, ou seja, mostra claramente que está a assumir um contexto de informalidade na produção que está a registar recorrendo ao pronome pessoal *vocês*. Além disto, cremos que também seja relevante, neste ponto, remetermos para alguns comentários que ilustram o entendimento das diferenças entre os dois cenários de produção no que toca à formalidade associada: 01B410, 01B414, 01B415, 11B124 e 18B1213.

Tabela 13 – Percentagens das produções nas perguntas 2. e 3. do questionário no ensino obrigatório

Produções	na pergunta 2. (contexto mais formal)	na pergunta 3. (contexto mais informal)
só FT de 2PP	23,6%	3,4%
só FT de 3PP	50,1%	86,8%
FT de ambos	26,3%	9,8%
só FTV	36,0%	69,0%
só FTP	33,6%	17,2%
FT de ambos	30,4%	13,8%
FTV2PP	0,3%	1,4%
FTV3PP	99,7%	98,6%
FTPNom2PP	0,2%	1,2%
FTPNom3PP	4,8%	56,6%
FTPDat2PP	33,6%	17,6%
FTPDat3PP	0,4%	0,0%
FTPAcus2PP	4,8%	14,5%
FTPAcus3PP	0,4%	0,0%
FTPReflex2PP	0,0%	0,0%
FTPReflex3PP	2,9%	0,0%
FTPGenit2PP	42,9%	2,0%
FTPGenit3PP	0,9%	0,0%
FTPOblPrep2PP	12,1%	0,0%
FTPOblPrep3PP	25,9%	1,7%
FTPObl-Convosco	0,4%	5,2%
FTPObl-Com vocês	1,8%	7,8%

Apresentadas as observações dos informantes do ensino obrigatório sobre as produções, olhamos, de seguida, para os dados relativos aos juízos.

3.1.1.2. Juízos (perguntas 4. e 5. do questionário)

Relativamente à pergunta número 4. do questionário, tomámos em consideração 1174 respostas válidas, ou seja, a totalidade das respostas logicamente não contraditórias (exemplo de uma resposta contraditória: assinalar *Vós sois fantásticos* como, simultaneamente, *estranha* e *normal*).

Esclarecemos, ainda, os códigos usados aqui na coluna mais à esquerda (meramente para facilitar a introdução da informação na tabela): *estranha* – significa que o/a informante assinalou *Acho que é uma frase estranha*; *normal* – significa que o/a informante assinalou *Acho que é uma frase normal*; *regionalismo* – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país*; *baixa*

escolaridade – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas que nunca foram à escola ou que foram durante pouco tempo (pessoas que só concluíram o 4.º ano)*; mais velhos – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas com 40 anos ou com mais de 40 anos*; mais jovens – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas com menos de 40 anos*.

Tabela 14 – Juízos sobre *vós e vocês* e *convosco* e *com vocês* na pergunta 4. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 1174				
Juízos	Frases			
	<i>Vós sois fantásticos.</i>	<i>Vocês são fantásticos.</i>	<i>Eu vou convosco.</i>	<i>Eu vou com vocês.</i>
estranha	662 56,4%	35 3,0%	131 11,2%	144 12,7%
normal	245 20,9%	966 82,3%	795 67,7%	782 66,6%
regionalismo	570 48,6%	81 6,9%	159 13,5%	138 11,8%
baixa escolaridade	230 19,6%	125 10,6%	183 15,6%	292 24,9%
mais velhos	655 55,8%	126 10,7%	202 17,2%	145 12,4%
mais jovens	71 6,0%	379 32,3%	314 26,7%	390 33,2%

Relativamente a esta tabela, há apenas um valor – 48,6% – que não nos permite garantir que a percentagem encontrada pode ser considerada representativa de não uniformidade dos dados ($\chi^2(1) = 0,984668$; $p = 0,321$), isto é, não podemos dizer que haja uma perceção maioritária sobre a atribuição geográfica a uma frase como *Vós sois fantásticos*. As restantes percentagens, por outro lado, são todas resultados representativos de não uniformidade. Assim, entendemos que, da análise da tabela acima, possam ser legítimas as seguintes notas:

- 1- *Vós sois fantásticos* é maioritariamente considerada uma produção *estranha*, aliás com uma percentagem bastante diferente dos apenas 3,0% sobre a construção com o paradigma de 3PP. (Acresce, ademais, a isto a atribuição de 82,3% do juízo *normal* em relação à produção *Vocês são fantásticos*.)

- 2- O juízo *regionalismo* (*Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país*) em relação à construção na qual surgem SUJ de 2PP + V2PP, embora não seja apontado pela maioria (que se mostrou, como referimos acima, não representativo de não uniformidade), é, todavia, bastante mais selecionado do que a construção correspondente de 3PP (6,9%), o que nos parece que poderá ser significativo para posteriores estudos sobre a percepção de construções de 2PP como diatópicas (cf. a ideia de forma dialetal em, por exemplo, Marques, 2017, p. 8).
- 3- A maioria dos falantes (55,8%) atribui a produção da construção na qual surgem SUJ de 2PP + V2PP a falantes mais velhos (cf. o entendimento de arcaísmo em, por exemplo, Marques, 2017, p. 8; a ideia de ser um pronome usado por mais velhos em, por exemplo, Duarte & Marques, 2023a, p. 289; cf. também, na secção *Apêndices*, comentários como, por exemplo, “*Acho que o questionário está relacionado com a linguagem dos jovens ao se comparar esta com as expressões usadas por pessoas oriundas das gerações anteriores.*”, código 15V1218, ou “*Acho que o tema do questionário é saber o tipo de linguagem utilizada e compreendida por algumas e diferente faixas etárias.*”, código 09B1211).
- 4- O juízo *baixa escolaridade* é mais selecionado para a construção *Vós sois fantásticos* do que para a construção *Vocês são fantásticos*, mas não se assume em si mesmo como um juízo produzido de forma majoritária (de certa maneira, em oposição à “frequência de um juízo depreciativo” (Marques, 2017, p. 8)).
- 5- A grande proximidade dos valores encontrados nos juízos relativamente a *Eu vou convosco* e *Eu vou com vocês* parecem mostrar uma aceitação geral das duas construções (embora em dois juízos – baixa escolaridade e mais jovens – se note alguma prevalência de associação à construção de 3PP).

Creemos, todavia, que as notas acima devem ser assumidas parcimoniosamente devido não só ao que referimos na metodologia sobre não termos apresentado as opções “sim/não” para cada relação, podendo, cada resposta em branco, no formato em que foi feito o questionário, corresponder não só ao não estabelecimento de uma associação como também ao simples não preenchimento (por exemplo, por não terem lido toda a

tabela ou por simplesmente passarem parte da pergunta adiante sem responderem), mas também ao facto de poderem estar em “falta” juízos que pudessem ser representativos da consciência geral dos falantes, como, por exemplo, tomando uma nota deixada por um dos informantes: “Na 4 questão a frase “Vós sois fantásticos” deveria ter a opção de ser uma frase erudita ou de alta classe.” (código 10B122) e ainda ao facto de podermos não ter sido muito felizes na construção das frases, tomando em conta, por exemplo, o comentário “Há frases que são pouco usadas, mas não é por isso que são estranhas, talvez fosse mais entendível se em vez de “forma estranha” fosse “formas pouco usadas”” (código 15V1219).

Agora, em relação à pergunta número 5. do questionário, e embora já o tenhamos referido no capítulo *Metodologia*, recordamos novamente que apenas considerámos válidas as respostas que cumpriram escrupulosamente a indicação deixada – *Desenha apenas dois X* – e que simultaneamente não eram contraditórias, isto é, que não apresentavam dois X na mesma coluna ou na mesma linha.

Tabela 15 – Juízos sobre produções híbridas e não híbridas na pergunta 5. do questionário no ensino obrigatório

N.º de respostas válidas: 915			
Juízos	Frases		
	A Professora diz aos alunos:		
	– Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler.	– Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler.	– Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler.
É a frase que me parece mais normal.	40 4,4%	822 89,8%	53 5,8%
É a frase que me parece mais estranha.	604 66,0%	14 1,5%	297 32,5%

Apesar da aparente obviedade de uma percentagem de 89,8%, recorremos ao auxílio do SPSS para validação da não uniformidade dos dados acima e obtivemos o seguinte: $\chi^2(2) = 1314,813$; $p = 0,000$, para a linha de cima, e $\chi^2(2) = 570,9705$; $p = 0,000$, para a linha de baixo da tabela. Ora, não nos parece haver outra leitura válida que não seja a constatação da preferência clara dos falantes pela construção híbrida Dat2PP + V3PP. No nosso entendimento, isto indicia que as construções ditas híbridas – as que, numa

perspetiva canónica, não são aceites como gramaticais (cf., por exemplo Monteiro, 2018), as construções de “emprego misturado” (cf. Wilhelm, 1979, p. 188) – são efetivamente as que os falantes consideram mais normais em PE.

Além da preferência acima discutida, sublinhamos, ainda, e porque, mais à frente na nossa tese, confrontaremos estes dados com os recolhidos no ensino superior, que os falantes que consideram mais estranha a construção canónica de 2PP são o dobro dos que consideram mais estranha a forma canónica de 3PP (juntando-se a isto uma ligeira superioridade – embora estatisticamente não significativa – na aceitação da construção de 3PP como forma mais normal).

Creemos que estes resultados da aceitação da construção híbrida podem ser explicados à luz do que referimos no Capítulo I, por exemplo em Aguiar e Paiva (2017, p. 149) e Lara Bermejo (2020, pp. 104-105) sobre o facto de, em determinadas posições de complemento, não ser necessária concordância gramatical, o que foi avançado por O’Neill (2023), relativamente à simplificação morfológica, e, ainda, o que referimos ter encontrado nos dados relativamente às produções ortograficamente incorretas, como *voças e *vossês, que, na nossa leitura, parecem denotar o entendimento dos falantes de que algumas formas canónicas de vós em posição de complemento são as formas sistémicas associadas ao pronome vocês.

Registamos, ainda, no cenário da discussão sobre as construções híbridas, a existência, nos dados que recolhemos nas respostas à Pergunta 2. (a dos globos), de algumas construções como “[agradeço/deixo um agradecimento/etc.] a (todos) vós que estão na plateia” (por exemplo, em 07B1213), o que, entendemos, segue em linha com a defesa do decréscimo das FTV2PP, mas da vitalidade do pronome pessoal reto em posição não nominativa, sendo isto, em certa medida, diferente do que surge em Lara Bermejo (2023b, p. 18) sobre as produções de vocês + 2PP (construções que não encontrámos nas produções em 2. e 3.) como argumento na defesa de que a mudança segue o contínuo *pronome tónico > reflexo > verbo > acusativo > dativo > possessivo*.

3.1.1.3. As combinatórias mais frequentes contendo pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com*) ou FTV de apenas um dos paradigmas no ensino obrigatório

Neste ponto, considerámos válidas todas as respostas que apresentavam, em cada uma das perguntas, a produção de pronomes nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com* ou FTV de apenas um dos paradigmas (de *vós* ou de *vocês*, mas não de ambos) e procurámos uma leitura tomando a sequência das respostas de cada informante (resultado do reagrupamento possibilitado pelos códigos individuais atribuídos). Os dados expostos abaixo apresentam não uniformidade comprovada com recurso ao SPSS: $\chi^2(5) = 668,0336$; $p = 0,000$.

Tabela 16 – Combinatórias das produções de pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com*) ou FTV de apenas um dos paradigmas (Pergunta 1. + Pergunta 2. + Pergunta 3.) no ensino obrigatório

N.º de produções válidas: 201				
Pergunta 1.	Pergunta 2. (pronome nominativo ou oblíquo complemento de preposição diferente de <i>com</i> ou FTV)	Pergunta 3. (pronome nominativo ou oblíquo complemento de preposição diferente de <i>com</i> ou FTV)	N.º de respostas	Em %
2PP	2PP	2PP	1	0,5%
2PP	2PP	3PP	6	3,0%
2PP	3PP	3PP	37	18,4%
2PP	3PP	2PP	1	0,5%
3PP	3PP	3PP	147	73,1%
3PP	3PP	2PP	0	0,0%
3PP	2PP	2PP	0	0,0%
3PP	2PP	3PP	9	4,5%
total			201	100%

Assim, vemos que a combinação mais produzida no ensino obrigatório é a sequência *3PP (Pergunta 1.) + 3PP (Pergunta 2.) + 3PP (Pergunta 3.)*, seguida das sequências *2PP (Pergunta 1.) + 3PP (Pergunta 2.) + 3PP (Pergunta 3.)* e *3PP (Pergunta 1.) + 2PP (Pergunta 2.) + 3PP (Pergunta 3.)*.

Do acima referido, cremos que poderão ser válidas as seguintes considerações: os falantes preferem, maioritariamente, recorrer (no que diz respeito às produções explícitas de *vós* ou *vocês* e às respetivas formas verbais normativas) à 3PP independentemente do contexto (mais ou menos formal) – o que nos parece indicar a

profusão inegável da terceira pessoa gramatical independentemente de contextos de alocação de diferentes níveis de formalidade (em lugar do uso tradicional – genérico, por um lado; em contextos mais formais, por outro) das formas da segunda pessoa do plural gramatical.

Contudo, vemos também que o recurso a formas da segunda pessoa do plural gramatical mostra ainda alguma vitalidade (18,4%) na consideração do pronome reto nominativo como plural sistémico da segunda pessoa do singular (*tu*) (no caso da Pergunta 1.) – o que poderá, como defendemos atrás, ter resultado de um entendimento mais normativo sobre o que se espera na conjugação de um verbo –, e na posição de complemento de preposição diferente de *com* em contextos mais formais, com o registo da percentagem de 4,5% na escolha da sequência com produção de 2PP na pergunta 2. do questionário, o que nos parece provar a diferenciação diafásica.

3.1.2. Análise das variáveis binárias

Neste ponto do trabalho, olhamos para as cinco variáveis binárias em estudo – tipo de ensino (público/privado), sexo (feminino/masculino), idade/escolaridade (4.º ano/12.º ano), convivência com os avós (pouca/muita) e frequência de catequese (sim/não) – procurando perceber se são significativas para as respostas obtidas.

Sendo inviável darmos resposta a todas as perguntas possíveis, procurámos ver respondidas algumas questões que considerámos – tomados em consideração os resultados gerais acima expostos – que poderiam ser mais interessantes para o trabalho que aqui desenvolvemos (o que não invalida que noutros trabalhos se possa olhar para os dados sob outros pontos de vista e lançar outras perguntas).

Assim, em relação a cada variável (na lista abaixo, representadas, de forma genérica, por X), procurámos respostas para as seguintes perguntas:

- 1 – X é significativa para a produção de *vós + V2PP* na alínea 1.1?
- 2 – X é significativa para a produção de *vós + V2PP* na alínea 1.2?
- 3 – X é significativa para a produção de *vós + V2PP* na alínea 1.3?
- 4 – X é significativa para a produção de *vós + V2PP* na alínea 1.4?
- 5 – X é significativa para a produção explícita de *vós* num contexto (mais) formal?
- 6 – X é significativa para *Vós sois fantásticos* ser considerada *estranha*?

- 7 – X é significativa para *Vós sois fantásticos* ser considerada *regionalismo*?
- 8 – X é significativa para *Vós sois fantásticos* ser associada a *baixa escolaridade*?
- 9 – X é significativa para *Vós sois fantásticos* ser associada a *mais velhos*?
- 10 – X é significativa para o entendimento da construção híbrida como *mais normal*?
- 11 – X é significativa para o entendimento da construção canónica de 2PP como *mais estranha*?
- 12 – X é significativa para o entendimento da construção canónica de 3PP como *mais estranha*?

Abaixo (de 3.1.2.1 a 3.1.2.5), apresentamos e analisamos o que recolhemos do tratamento dos dados feito pelo SPSS em relação a cada variável.

3.1.2.1. Ensino (público/privado)

Relativamente à variável *ensino* (*ensino público* vs. *ensino privado*), apresentamos, na tabela abaixo, os resultados que obtivemos do tratamento feito pelo programa SPSS.

Tabela 17 – Resultados do SPSS relativamente à variável *ensino*

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	4,42235	1	0,035	significativa
2	1,76334	1	0,184	não significativa
3	1,31343	1	0,038	significativa
4	0,18332	1	0,669	não significativa
5	0,278	1	0,598	não significativa
6	0,589	1	0,443	não significativa
7	1,117	1	0,290	não significativa
8	1,506	1	0,220	não significativa
9	1,561	1	0,212	não significativa
10	5,930	1	0,015	significativa
11	0,103	1	0,749	não significativa
12	0,264	1	0,608	não significativa

Tomando os resultados acima expostos, vemos que a variável *ensino* se mostra relevante em duas alíneas das produções na pergunta 1. e na associação do juízo *É a frase que me parece mais normal*, na pergunta 5. do questionário, à construção *Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler*.

Procurando perceber o que está por trás dos resultados que se mostraram significativos, vejamos as seguintes tabelas:

Tabela 18 – Cruzamento da variável *ensino* e a produção de *vós + V2PP* em duas alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Alínea	Ensino	N.º de respostas com produção	N.º total de respostas de cada ensino em cada alínea	Em %
1.1	público	151	672	22,5%
	privado	146	526	27,8%
1.3	público	155	672	24,0%
	privado	149	526	28,3%

Tabela 19 – Cruzamento da variável *ensino* e a consideração da construção híbrida como a mais normal nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Ensino	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada ensino	Em %
10	público	439	501	87,6%
	privado	383	414	92,5%

Examinando os dados, vemos que são os informantes do ensino privado que mais produzem *vós + V2PP* nos casos das alíneas nas quais o *ensino* se mostrou relevante e que são também estes que mais associam o juízo *É a frase que me parece mais normal* à construção híbrida. Relativamente à primeira ideia, levantamos a hipótese de poderem estar mais alerta para um cumprimento da produção normativa, embora a inexistência de relevância nas restantes alíneas não permita uma grande solidez nesta consideração. No que toca à segunda ideia – sobre o juízo relativo à construção híbrida –, não nos ocorre uma explicação que nos pareça discutível nesta fase. Demais, por não termos conhecimentos de outros estudos que tomassem em consideração esta variável, não temos concretamente observações/dados com que confrontar estes resultados. Registamo-los com a perspetiva de posteriores confrontos com dados de estudos futuros.

3.1.2.2 Sexo (feminino/masculino)

Relativamente à variável *sexo* (*feminino* vs. *masculino*), apresentamos, na tabela seguinte, os resultados que obtivemos do tratamento feito pelo programa SPSS.

Tabela 20 – Resultados do SPSS relativamente à variável sexo

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	4,55635	1	0,033	significativa
2	6,04353	1	0,014	significativa
3	4,35679	1	0,037	significativa
4	2,35289	1	0,125	não significativa
5	0,612	1	0,434	não significativa
6	0,052	1	0,819	não significativa
7	0,738	1	0,390	não significativa
8	3,128	1	0,077	não significativa
9	4,931	1	0,026	significativa
10	0,012	1	0,912	não significativa
11	1,405	1	0,236	não significativa
12	0,960	1	0,327	não significativa

Verificamos que a variável *sexo* está estatisticamente associada às produções feitas na pergunta 1. do questionário em três das quatro alíneas e, ainda, à associação da produção *Vós sois fantásticos* a pessoas mais velhas. Atentemos, então, mais detalhadamente nos dados (Tabela 21 e Tabela 22) para percebermos de que forma se concretiza esta significância encontrada pelo programa.

Tabela 21 – Cruzamento da variável sexo e a produção de *vós + V2PP* nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Alínea	Sexo	N.º de respostas com produção	N.º total de respostas de cada sexo em cada alínea	Em %
1.1	feminino	144	645	22,3%
	masculino	153	553	27,7%
1.2	feminino	139	645	21,6%
	masculino	153	553	27,8%
1.3	feminino	148	645	23,0%
	masculino	156	553	28,2%

Tabela 22 – Cruzamento da variável sexo e a associação da produção *Vós sois fantásticos* a pessoas mais velhas nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Sexo	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada sexo	Em %
9	feminino	372	633	58,8%
	masculino	283	541	52,3%

Vemos que, nas três alíneas nas quais a variável *sexo* se mostrou significativa, são os informantes masculinos que mais produzem a construção normativa de 2PP em

resposta à pergunta 1. do questionário. Observamos também que são os informantes do sexo feminino, com 58,8%, em oposição a 52,3% do sexo masculino, que mais associam o juízo *mais velhos* à produção *Vós sois fantásticos*. A observação sobre a produção nas alíneas da pergunta 1. surge, de certa forma, em contraponto com o que é apontado em Aguiar e Paiva (2017, p. 142)²⁵² sobre mulheres mais velhas e com menos escolaridade, mas em linha com o que Paiva (2003, p. 36), recordando o estudo de Labov (1966), refere sobre não raramente serem as mulheres a liderarem os processos de mudança. Aliás, em Aguiar e Paiva (2017) também se aborda esta ideia,²⁵³ o que poderá indiciar que estas produções de *vocês + 3PP*, sem contexto específico definido, como plural sistêmico de *tu*, são na realidade socialmente não problemáticas. Recordamos, todavia, Coelho *et al.* (2010), que remetem para os estudos de Paiva (2008), segundo os quais os resultados que nos estudos sociolinguísticos têm que ver com a variável *sexo* “(...) segundo Paiva (2008), requerem cautela, afinal, os papéis feminino e masculino, nas diversas sociedades, estão a todo momento sofrendo transformações. É bem possível que a explicação sobre as diferenças linguísticas entre os sexos/gêneros esteja relacionada com o papel que a mulher tem na vida pública das sociedades.” (Coelho *et al.*, 2010, p. 79), ou seja, é sugerida alguma contenção nas observações a retirar-se quando está em causa esta variável.

²⁵² Referimos “de certa forma” porque em Aguiar e Paiva (2017) estão a considerar-se três fatores: mulheres, mais velhas, menos escolarizadas; bastante diferente do que temos aqui, que é a consideração individual da variável *sexo*. “In subject function, the overt pronoun *vós* is attested only in the speech of two women both of the oldest age group (above 60 years old) and low level of education (4–9 years of schooling). The complement pronouns *vós* and *convosco* are limited to six speakers belonging of the older generations (60 to 75 years old). Unlike the nominative form *vós*, the clitic *vos* and the tonic form *convosco* occur among speakers with a high level of formal education (10 to 12 years of schooling). Given the scarcity of 2nd person plural overt pronouns, these correlations are not reliable and any interpretation requires caution. However, they are consistent with tendencies attested in other studies, particularly the preservation of the overt subject *vós* by female speakers (Aguiar & Carrilho, 2006).”

²⁵³ Recordamos o original: “There is a clear opposition between men and women in the use of the $\emptyset$ 3pl. While women lose the $\emptyset$ 2pl and increment $\emptyset$ 3pl variant, men resist the spreading of the innovative form. This brings additional evidence for a tendency largely discussed in sociolinguistics literature: women tend to be the leaders of linguistic changes that are not socially evaluated.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149)

3.1.2.3 Idade/escolaridade (4.º/12.º)

Apresentamos, na tabela abaixo, os resultados que obtivemos do tratamento feito pelo programa SPSS, no que diz respeito à variável *idade/escolaridade* (*estudantes do 4.º ano com 8 ou mais anos de idade*) vs. *estudantes do 12.º ano com 16 ou mais anos de idade*).

Tabela 23 – Resultados do SPSS relativamente à variável *idade/escolaridade*

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	3,89491	1	0,048	significativa
2	4,20911	1	0,040	significativa
3	5,24897	1	0,022	significativa
4	0,01571	1	0,900	não significativa
5	19,537	1	0,000	significativa
6	22,942	1	0,000	significativa
7	0,975	1	0,323	não significativa
8	9,168	1	0,002	significativa
9	9,941	1	0,002	significativa
10	12,954	1	0,000	significativa
11	4,784	1	0,029	significativa
12	5,536	1	0,019	significativa

Calculados os valores do Qui-quadrado, verificamos que, no âmbito das perguntas lançadas, a variável *idade/escolaridade* só não está estatisticamente relacionada com a produção de *vós + V2PP* na quarta alínea da pergunta 1. do questionário e com a associação da produção *Vós sois fantásticos* ao juízo *Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país*, o que, simplistamente, referimos como regionalismo.

Procurando perceber, mais especificamente, a concretização desta significância, olhamos para as tabelas seguintes:

Tabela 24 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* e a produção de *vós + V2PP* nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Alínea	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com produção	N.º total de respostas de cada nível de escolaridade em cada alínea	Em %
1.1	4.º ano	163	598	27,3%
	12.º ano	134	600	22,3%
1.2	4.º ano	161	598	26,9%
	12.º ano	131	600	21,8%
1.3	4.º ano	169	598	28,3%
	12.º ano	135	600	22,5%

Da análise desta tabela resulta a observação que são os informantes mais jovens, os do 4.º ano, que mais produzem a construção normativa canónica de 2PP (gramatical) *vós + V2PP* no contexto da pergunta 1., o que se poderia entender em contracorrente em relação ao que é referido em Naro (2003, p. 43) “(...) os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas” (...) ou em Aguiar e Paiva (2017), que referem que são as camadas mais velhas que ainda produzem *vós* nominativo e FT verbais de 2PP enquanto os mais jovens optam claramente por *vocês* ou produções de sujeito nulo. Contudo, cremos que estas produções de *vós + 2PP* poderão estar a resultar de um maior esforço por parte destes em escrever o que entendem como correto numa ficha de português (nomeadamente a reprodução da conjugação verbal que fazem em aula) e não propriamente o uso real que fazem. Hipótese que, aliás, ganha lastro com dados como os da tabela 25, abaixo.

Tabela 25 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com a produção explícita de *vós* num contexto (mais) formal nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com produção	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
5	4.º ano	15	418	3,6%
	12.º ano	53	457	11,6%

Relativamente à produção de *vós* em posição de complemento de preposição na pergunta 2., verificamos que são, efetivamente, os mais velhos (os do 12.º ano) que mais a concretizam, o que poderá indiciar um maior entendimento no caso destes alunos da possibilidade do uso do pronome *vós* em contextos mais formais (nos quais os mais novos já apresentam mais produções de 3PP).

Olhamos, agora, para mais algumas especificidades encontradas nas associações que se mostraram significativas:

Tabela 26 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com a associação de *Vós sois fantásticos* ao juízo *estranha* nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
6	4.º ano	370	584	63,4%
	12.º ano	292	590	49,5%

Relativamente à associação da produção *Vós sois fantásticos* ao juízo *estranha* são os mais jovens que mais o indicam. Isso, em conjunto com os dados que apresentámos acima sobre a maior produção de *vós + V2PP* na pergunta 1. parece-nos ser um argumento para a defesa de que, excetuando a conjugação verbal normativa que lhes é “exigida” nas fichas em aula, os do 4.º ano mostram menor aproximação às formas nominativas e verbais de 2PP. Aliás, entendemos que o que se apresenta abaixo, na tabela seguinte, sobre a associação de *Vós sois fantásticos* a *baixa escolaridade* também contribui para esta noção de afastamento real em relação às formas reta e verbal de 2PP, uma vez que são os falantes mais novos em consideração que mais a assinalam.

Tabela 27 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* e a associação de *Vós sois fantásticos* ao juízo *baixa escolaridade* nos dados recolhidos ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
8	4.º ano	135	584	23,1%
	12.º ano	95	590	16,1%

Tabela 28 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com a associação de *Vós sois fantásticos* ao juízo *mais velhos* nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
9	4.º ano	299	584	51,2%
	12.º ano	356	590	60,3%

Da tabela acima, percebemos que são os falantes do nível secundário que mais consideram a variação etária no que diz respeito à produção de pronome reto + forma verbal normativa de 2PP, o que poderá – levantamos nós a hipótese – resultar do contacto em aula com produções de *vós* em textos mais antigos (cf. secção 1.3.2.1.1.2.), ou seja, surgir daí a noção de que o pronome *vós* e suas formas verbais normativas são uma realidade do passado, e, de certa forma, por consequência, de produções de pessoas mais velhas.

De seguida, olhamos para os confrontos considerados entre a variável *idade/escolaridade* e os juízos na pergunta 5. do questionário, sobre as construções canónicas ou a construção híbrida.

Tabela 29 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com o entendimento da construção híbrida como *mais normal* nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
10	4.º ano	395	458	86,2%
	12.º ano	427	457	93,4%

Tabela 30 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com a associação da construção canónica de 2PP ao juízo *mais estranha* nos dados recolhidos no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
11	4.º ano	318	458	69,4%
	12.º ano	286	457	62,6%

Tabela 31 – Cruzamento da variável *idade/escolaridade* com a associação da construção canónica de 3PP ao juízo *mais estranha* nas respostas no ensino obrigatório

Pergunta	Idade/ Escolaridade	N.º de respostas com associação	N.º total de respostas de cada escolaridade	Em %
12	4.º ano	132	458	28,8%
	12.º ano	165	457	36,1%

Tomando em atenção a primeira das tabelas acima (Tabela 29), verificamos que a construção híbrida é considerada a construção mais normal em maior medida pelos informantes do 12.º ano, embora recolha 86,2% de aceitação por parte dos mais novos, ou seja, é, indubitavelmente, a preferência da generalidade dos informantes do EO.

No que respeita aos dados expostos nas outras duas tabelas (30 e 31), vemos que tanto a maioria dos informantes do 4.º ano (69,4%) como a maioria dos do 12.º ano (62,6%) consideram mais estranha a canónica de 2PP do que a canónica de 3PP. Contudo, é também maior (ainda que seja um valor minoritário) o número de informantes do 12.º ano que considera estranha a de 3PP do que o número de informantes do 4.º ano que apresenta esse juízo, ou seja, cremos que se nota o contínuo na consideração progressiva de um aumento de estranheza da forma canónica de 3PP à medida que a idade aumenta. Em sentido inverso, emerge a consideração sobre a construção canónica de 2PP: embora estranha para a maioria geral, é mais estranha para os mais novos. Estes dados serão recuperados posteriormente no âmbito do ES, para melhor se refletir sobre a pertinência destas considerações.

3.1.2.4 Convivência com avós (pouca/muita)

Na tabela seguinte, expomos os resultados obtidos após o tratamento estatístico feito pelo programa SPSS no que toca à variável *convivência com avós* (*pouca convivência* vs. *muita convivência*).

Tabela 32 – Resultados do SPSS relativamente à variável *convivência com avós*

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	0,91606	1	0,339	não significativa
2	3,25247	1	0,071	não significativa
3	1,45394	1	0,228	não significativa
4	0,69470	1	0,405	não significativa
5	0,087	1	0,768	não significativa
6	0,006	1	0,938	não significativa
7	0,674	1	0,411	não significativa
8	0,038	1	0,845	não significativa
9	1,280	1	0,258	não significativa
10	1,284	1	0,257	não significativa
11	1,475	1	0,225	não significativa
12	3,155	1	0,076	não significativa

Observando a tabela acima, verificamos que a variável *convivência com avós* não está estatisticamente associada a nenhuma das produções ou juízos que considerámos na nossa análise. Constatamos, assim – tendo em conta os dados que recolhemos e os cruzamentos analisados e ao contrário do que assumimos que considerávamos que iríamos encontrar – a irrelevância da variável como contributo para a decodificação do uso/desuso do pronome pessoal *vós* em PEC.

3.1.2.5 Frequência de catequese (sim/não)

Por último, expomos, na tabela abaixo, os resultados do SPSS sobre o cruzamento das produções e juízos com a variável *frequência de catequese* (*frequenta* vs. *não frequenta*).

Tabela 33 – Resultados do SPSS relativamente à variável *frequência de catequese*

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	6,58467	1	0,010	significativa
2	4,79478	1	0,029	significativa
3	6,51998	1	0,011	significativa
4	2,56578	1	0,109	não significativa
5	3,090	1	0,079	não significativa
6	0,282	1	0,596	não significativa
7	0,560	1	0,454	não significativa
8	3,099	1	0,078	não significativa
9	0,429	1	0,513	não significativa
10	1,758	1	0,185	não significativa
11	2,061	1	0,151	não significativa
12	3,112	1	0,078	não significativa

Calculados os valores do Qui-quadrado, verificamos que, no âmbito das perguntas lançadas, a variável *frequência de catequese* só está estatisticamente relacionada com as produções nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário. Neste estudo – além da curta representatividade dos informantes que frequentam a atividade catequese em comparação com os que não frequentam: 27,9%, sim; 72,1%, não (sendo esta, aliás, a amplitude mais lata entre as percentagens definidoras das informações extralinguísticas apontadas pelos informantes) – não temos dados suficientes para destringir o porquê de não ser significativa numa das alíneas,²⁵⁴ mas consideramos pertinente a nota sobre nas restantes três ser, efetivamente, uma variável significativa, pelo que fomos verificar, nos dados, de que forma se concretizava esta significância:

Tabela 34 – Cruzamento da variável *frequência de catequese* e a produção de vós + V2PP nas três primeiras alíneas da pergunta 1. do questionário no ensino obrigatório

Alínea	Catequese	N.º de respostas com produção	N.º total de respostas em cada alínea	Em %
1.1	não frequente	197	864	22,8%
	frequente	100	334	29,9%
1.2	não frequente	196	864	22,7%
	frequente	96	334	28,7%
1.3	não frequente	202	864	23,4%
	frequente	102	334	30,5%

²⁵⁴ Registamos que, tal como sucedeu relativamente às variáveis *idade/escolaridade* e *sexo*, é “não significativa” na alínea em que surge o verbo *ir*, irregular. Alínea, aliás, que mais “problemática” se revelou para a concretização da forma verbal normativa de 2PP nos dados que recolhemos neste estudo – cf. o que foi referido em 3.1.1.1.

Vemos, atentando na tabela acima, que são os informantes que indicam frequentar esta atividade que mais produzem a construção *vós + V2PP* nas três alíneas da pergunta 1. do questionário, o que poderá indicar a existência de alguma relação de proporcionalidade direta entre a frequência da atividade e a produção da construção canônica normativa referida, ligação que carece, obviamente, de estudos mais aprofundados. Excetuando o que acabámos de apontar, interessa sobretudo referir a não significância da variável em relação a todas as outras perguntas lançadas no âmbito da discussão uso/desuso do pronome pessoal *vós* em PEC, o que, de certa maneira, acompanha a observação deixada pelo *docente 1*: “Ainda há locais, como os cultos religiosos em que o *vós*, continua a ser usado. Porém, a maior parte das crianças, que os frequentam, nem se apercebem do discurso e acabam por nem sequer o reconhecer” (cf. secção 1.3.2.1.).

Em resumo, sobre as cinco variáveis binárias:

Quadro 7 – Quadro-resumo da relação significativa ou não significativa (não signif.) entre as variáveis binárias e produções e juízos

Pergunta	Variável				
	Ensino	Sexo	Idade/Escolaridade	Avós	Catequese
1	significativa	significativa	significativa	não signif.	significativa
2	não signif.	significativa	significativa	não signif.	significativa
3	significativa	significativa	significativa	não signif.	significativa
4	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.
5	não signif.	não signif.	significativa	não signif.	não signif.
6	não signif.	não signif.	significativa	não signif.	não signif.
7	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.
8	não signif.	não signif.	significativa	não signif.	não signif.
9	não signif.	significativa	significativa	não signif.	não signif.
10	significativa	não signif.	significativa	não signif.	não signif.
11	não signif.	não signif.	significativa	não signif.	não signif.
12	não signif.	não signif.	significativa	não signif.	não signif.

3.1.3 Uma análise tomando a variável distrito

Em relação à variável distrito (não binária), além das perguntas acima, apresentamos mais alguns dados para consideração. Começamos pela resposta às perguntas que também foram feitas em relação às outras variáveis:

Tabela 35 – Resultados do SPSS relativamente à variável *distrito*

Pergunta	resultados SPSS			Conclusão
	valor χ^2	gl	valor p	
1	115,10474	19	0,000	significativa
2	112,85446	19	0,000	significativa
3	108,06470	19	0,000	significativa
4	124,41924	19	0,000	significativa
5	25,825	19	0,135	não significativa
6	58,514	19	0,000	significativa
7	31,202	19	0,038	significativa
8	30,809	19	0,042	significativa
9	83,778	19	0,000	significativa
10	33,237	19	0,023	significativa
11	84,358	19	0,000	significativa
12	86,559	19	0,000	significativa

Constatamos que a variável distrito – a variação diatópica – está estatisticamente associada a todas as considerações incluídas nas perguntas formuladas atrás com a exceção da pergunta 5 (“O distrito é significativo para a produção explícita de vós num contexto (mais) formal?”). Assim, concluímos que o uso de vós num contexto mais formal não depende do distrito, o que mostra, no nosso entendimento – tendo em conta os dados gerais sobre as ocorrências de vós reto na pergunta 2. do questionário que expusemos acima – que a probabilidade do uso é transversal a todo o país. Isto contribui para reforçar o que é referido, por exemplo em Manole (2021a), sobre a carga solene e cerimoniosa genericamente atribuída pelos falantes ao pronome pessoal em estudo. Os resultados na tabela acima são, aliás, indicadores da vitalidade da variação diatópica como tipo de variação efetiva na língua.

Uma vez que a variável distrito é estatisticamente relevante, atentamos, de seguida (em relação a cada uma das perguntas acima), na exposição de dados relativos aos distritos nos quais mais se verificam as considerações relatadas.²⁵⁵

A (1-4)²⁵⁶ – Em que distritos é maior a produção de vós como plural sistémico de tu?

²⁵⁵ Considerando que uma exposição completa da ordenação dos resultados para cada uma das perguntas seria demasiado extensiva, optámos por elencar apenas as cinco primeiras posições.

²⁵⁶ A primeira pergunta que aqui formulamos relaciona-se com as perguntas 1, 2, 3 e 4 acima elaboradas, pelo que a designamos A (1-4). Seguimos a mesma lógica nas perguntas seguintes: B (6), C (7), etc. Esclarecemos que não elencámos a pergunta B (5) pelo facto de a variação diatópica não se ter mostrado significativa nessa pergunta (a pergunta 5, relacionada, por sua vez, com a pergunta 2. do questionário).

Tabela 36 – Os cinco distritos nos quais há mais produções de *vós + V2PP* como plural sistémico de *tu*

Distrito	N.º de respostas com produção	N.º de respostas válidas no distrito	Em %
04 – Bragança	101	180 (45 x 4)	56,1%
12 – Portalegre	91	180 (45 x 4)	50,6%
18 – Viseu	82	212 (53 x 4)	38,7%
10 – Leiria	92	268 (97 x 4)	34,3%
05 – Castelo Branco	32	112 (28 x 4)	28,6%

Embora recordemos, mais uma vez, que assumimos a resposta à pergunta 1. (às quatro alíneas que a compõem) como a produção da forma que os falantes entendem como sistémica para a pluralização de um sujeito *tu* e que esse entendimento seja, de certa forma, consequência daquilo que aprendem em aula²⁵⁷ apoiados nas gramáticas e manuais de português, registamos alguma surpresa – tendo em conta a literatura – por estarem incluídos nesta tabela²⁵⁸ distritos que não fazem parte da zona norte do país, à qual tipicamente está associada maior produção do pronome pessoal *vós* (nomeadamente como resultado de um uso ainda considerável como forma T). Do encontro entre cumprimento da produção esperada em aula e produção de *vós* a Norte, seria mais expectável encontrar distritos como Braga e Viana, por exemplo, o que não sucedeu. No enquadramento desta consideração, cremos que até se possa recordar, de certa maneira, a perspetiva de Hammermüller (2020) sobre a produção em ilhas (no autor, definidas por socioglossas; aqui, como realidade letiva) do que propriamente o traçado de uma isoglossa semelhante às apontadas por Cintra (1983b [1971], pp. 162-163) ou Lara Bermejo (2022a, p. 112), pois cremos, na medida em que temos dados de, no máximo, quatro realidades por distrito, que as explicações para estes resultados podem ter mais que ver com o cumprimento da produção esperada em aula (que, de certa forma, também será condicionada pela realidade diatópica em que se insere – reflita-se, por exemplo, sobre a primeira posição ocupada por Bragança). Assim, o que recordámos no Capítulo I sobre considerações geográficas (nomeadamente os mapas

²⁵⁷ Recordamos, neste âmbito, os comentários deixados pelos informantes com os códigos 12B48 e 19B44: “Para mim o questionário é sobre o tema “vós”. Sim, já tinha pensado nisto, porque a professora fala sobre isto na escola.” e “Achei o questionário muito fixe. Obrigada por o ter mandado. Penso que é para comparar o “vós”, que aprendemos na escola e com o “vocês”, que é geralmente usamos quando falamos.”, respetivamente.

²⁵⁸ Registamos, por exemplo, um comentário de um informante em Castelo Branco a expor a normalidade de todas as frases: “Não sei se era suposto mas achei todas as frases mais que normais” (código 05B1211)

de Cintra e de Lara Bermejo) funcionam como pedra de toque para os dados encontrados mais no que tem que ver com as produções nas perguntas 2. e 3. e com os juízos.

B (6) – Em que distritos os informantes mais associam a ideia de estranheza a *Vós sois fantásticos*?

Tabela 37 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de estranheza a *Vós sois fantásticos*

Distrito	N.º de respostas com associação	N.º respostas válidas no distrito	Em %
14 – Santarém	54	73	74,0%
08 – Faro	45	63	71,4%
07 – Évora	46	67	68,7%
06 – Coimbra	38	59	64,4%
20 – Madeira	39	64	60,9%

Entendemos que, na tabela acima, é especialmente curioso – no sentido em que está em linha com a literatura sobre a produção de *vós* – constataremos que não há representação de distritos do norte do país e que, mesmo no distrito no qual mais se assinala a consideração de estranheza diante desta construção de *vós + V2PP*, há cerca de 30% dos informantes a não a associarem ao referido juízo.

C (7) – Em que distritos os informantes mais entendem *Vós sois fantásticos* como regionalismo?

Tabela 38 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de regionalismo a *Vós sois fantásticos*

Distrito	N.º de respostas com associação	N.º respostas válidas no distrito	Em %
06 – Coimbra	36	59	61,0%
10 – Leiria	39	66	59,1%
18 – Viseu	31	53	58,5%
15 – Setúbal	36	65	55,4%
20 – Madeira	35	64	54,7%

Consideramos interessante que não estejam representados nesta tabela os distritos aos quais tipicamente se associa a produção (distritos do Norte). A ideia de regionalismo associado às produções *vós + V2PP* parece, assim, estar mais presente na cabeça dos falantes das zonas nas quais o pronome é menos produzido, ou seja, os informantes das

zonas às quais tipicamente se associa uma maior produção do pronome de segunda pessoa do plural gramatical não entendem (pelo menos não são dos cinco grupos que mais entendem) que as suas próprias produções sejam diatópicas.²⁵⁹

D (8) – Em que distritos os informantes mais associam a ideia de baixa escolaridade a *Vós sois fantásticos*?

Tabela 39 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam a ideia de baixa escolaridade a *Vós sois fantásticos*

Distrito	N.º de respostas com associação	N.º respostas válidas no distrito	Em %
17 – Vila Real	16	47	34,0%
19 – Açores	8	25	32,0%
09 – Guarda	15	54	27,8%
13 – Porto	17	63	27,0%
16 – Viana	18	74	24,3%

Da tabela acima, cremos que seja interessante notar que a maior parte são distritos mais a norte do país, zona tipicamente associada a uma maior produção da forma reta do pronome *vós*. Assim, é interessante que seja maioritariamente em distritos desta zona setentrional que mais surja o juízo sobre uma associação a baixa escolaridade, ainda que – notamos – o distrito de Bragança, por exemplo, fique fora desta tabela. Estas considerações, cremos, poderão resultar do facto de na zona norte os falantes se depararem mais frequentemente com a produção da segunda pessoa do plural num contexto de informalidade, o que poderão extrapolar como própria de um discurso menos conforme a norma padrão, a norma escolarizada.²⁶⁰ Além disto, cremos que estes dados podem também ser lidos à luz da existência de um certo “juízo depreciativo” (Marques, 2017, p. 8) do uso de *vós* e de verbos na 2PP por parte dos falantes das zonas às quais mais se associa a produção das referidas formas de tratamento. Para esta nossa observação, contribuem, além da nossa própria percepção como falantes e de comentários como, por exemplo, “[O tema do questionário era] Ver o nível de agricultores na escola” (código 04B123), informante de Bragança, três situações reais que nos foram relatadas. Uma delas passada em contexto de aula, na qual uma

²⁵⁹ Por curiosidade, ver os comentários de informantes nos quais se nota a consciência da variação diatópica (códigos: 10V122, 17B124, 15V124, 02B126, 11B128 e 02B127)

²⁶⁰ Sobre esta associação das formas da norma-padrão a situações mais formais, remetemos para o que recordámos na parte final da secção 1.2.2., mais especificamente o que é referido em Macedo (2003).

professora estagiária, natural de uma zona nortenha onde a 2PP apresenta vitalidade, se corrigia sempre que produzia um *vós* ou uma FTV de 2PP (cf. com o que recordamos, na secção 1.2.2.1., estar dito em Aguiar e Paiva, 2017, p. 146, sobre, no estudo que fizeram, os mais escolarizados evitarem as FTV2PP). Outro caso, ocorrido no contexto dos Santos Populares, num café que tinha em exposição manjericos com quadras alusivas à data: diante de um pedido de registo fotográfico de uma quadra em que se lia *vós*, a funcionária interveio e, dizendo que aquilo estava mal e que ia corrigir de seguida, apressou-se a ir buscar um manjerico com a versão *vocês*. O terceiro episódio, ocorrido em contexto familiar, consubstancia-se na “autocorreção” exigida aos filhos²⁶¹ por uma mãe que, em visitas a familiares de outras áreas de residência, instava as crianças a não usarem *vós* porque soaria a “parolice”. No nosso entendimento, estes três relatos são, efetivamente, bem elucidativos de uma certa autocensura resultado de uma perceção negativa do uso da 2PP por parte de falantes que ainda a usam/vivem em zonas nas quais o *vós* e respetivas formas verbais estão ainda vigentes. Não obstante, notámos também que há comentários em sentido oposto, isto é, em que se nota um certo entendimento de correção e de valor positivo no uso da 2PP: “Na minha opinião, o objetivo do questionário é verificar quem sabe realmente escrever bem a língua portuguesa.” (código 09B1220), “Eu achei pertinente este questionário, pela questão que a língua portuguesa está cada vez mais pobre, as pessoas tendem a usar (adotar) outro vocabulário.” (código 06B124).

E (9) – Em que distritos os informantes mais associam a produção de *Vós sois fantásticos* a pessoas mais velhas?

Tabela 40 – Os cinco distritos nos quais os informantes mais associam *Vós sois fantásticos* a falantes mais velhos

Distrito	N.º de respostas com associação	N.º respostas válidas no distrito	Em %
01 – Aveiro	68	86	79,1%
05 – Castelo Branco	21	28	75,0%
11 – Lisboa	53	76	68,7%
15 – Setúbal	43	65	66,2%
18 – Viseu	33	53	62,3%

²⁶¹ Esta “supervisão” por parte dos pais também foi referida pelo *docente 1*, na secção 1.3.2.1.: “(...) os mais novos foram deixando de usar [formas verbais de 2PP], conotando como erros de linguagem e acabaram por retirar completamente do discurso oral dos filhos”.

Neste caso não percecionamos um padrão claro nas respostas encontradas que possibilite uma explicação passível de ser enquadrada (confirmada ou refutada) na literatura, pelo que poderá estar aqui a interferir outra variável que não tenhamos sido capazes de identificar. Uma vez que levantámos atrás a hipótese de que a associação a falantes mais velhos poderá estar relacionada com uma maior exposição dos alunos a textos mais antigos – e, por consequência, a consideração de um *vós* arcaico – poderemos estar diante de resultados que, apesar de diatopicamente significativos, sejam efetivamente resultado de uma maior exposição em aula a textos nos quais surge o pronome e que os informantes estejam a extrapolar essa ligação. Outra hipótese poderá ser a associação de falantes mais velhos a zonas mais rurais, já que três dos distritos incluídos na tabela se localizam em zonas do litoral. Todavia, o referido é mera conjectura; seria necessário afinar a análise neste ponto para observações mais fundadas.

F (10) – Em que distritos os informantes mais entendem a frase “Vou dar-vos as folhas que *têm* de ler” como a mais normal?

Tabela 41 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção híbrida como a mais normal

Distrito	N.º de respostas com o entendimento referido	N.º respostas válidas no distrito	Em %
11 – Lisboa	57	58	98,3%
01 – Aveiro	76	78	97,4%
06 – Coimbra	48	50	96,0%
18 – Viseu	33	35	94,3%
13 – Porto	50	54	92,6%

A consideração da construção híbrida como mais normal foi, como vimos acima, a opção mais selecionada pela grande maioria dos falantes. Conforme vemos aqui na tabela 41, há efetivamente distritos nos quais essa consideração ultrapassa claramente os 90%, provando a robustez da aceitação da construção não canónica, tanto em distritos do norte do país como em distritos do centro, centro-sul. Notamos, ainda, que dos cinco distritos representados, apenas um é do interior, o que poderá indiciar alguma tendência para uma maior aceitação da construção híbrida nas zonas do litoral.

G (11) – Em que distritos os informantes mais entendem a frase “Vou dar-vos as folhas que *tendes* de ler” como a mais estranha?

Tabela 42 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção canónica de 2PP como a mais estranha

Distrito	N.º de respostas com o entendimento referido	N.º respostas válidas no distrito	Em %
02 – Beja	33	40	82,5%
07 – Évora	46	56	82,1%
12 – Portalegre	29	36	80,6%
06 – Coimbra	40	50	80,0%
10 – Leiria	36	46	78,3%

O facto de não haver nesta lista distritos do norte do país permite, na nossa leitura, a observação de que a construção canónica de 2PP é mais aceite na parte setentrional do país, em linha com o que avançam autores como, por exemplo, Lara Bermejo (2022a, p. 112).

H (12) – Em que distritos os informantes mais entendem a frase “Vou dar-*lhes* as folhas que *têm* de ler” como a mais estranha?

Tabela 43 – Os cinco distritos nos quais é maior o entendimento da construção canónica de 3PP como a mais estranha

Distrito	N.º de respostas com o entendimento referido	N.º respostas válidas no distrito	Em %
04 – Bragança	22	32	68,8%
09 – Guarda	26	40	65,0%
17 – Vila Real	20	39	51,3%
16 – Viana	25	57	43,9%
03 – Braga	25	61	41,0%

De modo congruente com o que se referiu acima sobre os dados constantes na Tabela 42, vemos, aqui, que se localizam a norte quase todos os distritos (Guarda é Beira Alta)²⁶² nos quais a construção *Vou dar-lhes as folhas que têm de ler* mais é entendida como *estranha*, o que, cremos, constitui uma evidência de reforço ao que é avançado na literatura.

Concluindo esta análise sobre a variação diatópica – e porque atrás, no enquadramento teórico, também recordámos observações específicas sobre produções nas regiões

²⁶² Recordamos, aqui, referências que apontámos no Capítulo I: Duarte e Marques (2023a, p. 285) sobre juízos de falantes que associam o pronome *vós* a produções no “Minho, Trás-os-Montes e Beira” ou Rodrigues Lapa (1984 [1970], p. 154): “(...) já não existe em português o pronome *vós*, salvo no falar de algumas regiões portuguesas do Norte e da Beira”.

autónomas – deixamos, de seguida, algumas notas sobre o que encontramos nos dados de produções recolhidos nos Açores e na Madeira.

3.1.3.1 Algumas notas sobre os resultados nos Açores

Sobre os dados de produções recolhidos nos Açores, atentemos nas seguintes tabelas:

Tabela 44 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório nos Açores

N.º de respostas válidas: 104 (26 x 4 alíneas (1.1,1.2,1.3,1.4))		
Produções	N.º de respostas (1.1+1.2+1.3+1.4)	Em %
vós + V2PP	16 (4+4+4+4)	15,4%
vós + V3PP	0 (0+0+0+0)	0,0%
vós + X	0 (0+0+0+0)	0,0%
vocês + V3PP	44 (10+12+11+11)	42,3%
vocês + V2PP	0 (0+0+0+0)	0,0%
vocês + X	0 (0+0+0+0)	0,0%
eles/elas	4 (2+0+1+1)	3,9%
nós	34 (8+8+9+9)	32,7%
outras	6 (2+2+1+1)	5,8%

Tabela 45 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório nos Açores

N.º de respostas válidas: 8		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	0	0%
FTV3PP	8	100%

Tabela 46 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório nos Açores

N.º de respostas válidas: 14		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	0	0,0%
FTPNom3PP	0	0,0%
FTPDat2PP	4	28,6%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	0	0,0%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	0	0,0%
FTPGenit2PP	10	71,4%
FTPGenit3PP	1	7,1%
FTPOblPrep2PP	2	14,3%
FTPOblPrep3PP	2	14,3%
FTPObl-Convosco	0	0,0%
FTPObl-Com vocês	0	0,0%

Tabela 47 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório nos Açores

N.º de respostas válidas: 15		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	0	0%
FTV3PP	15	100%

Tabela 48 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório nos Açores

N.º de respostas válidas: 17		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	0	0,0%
FTPNom3PP	9	52,9%
FTPDat2PP	1	5,9%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	3	17,7%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	0	0,0%
FTPGenit2PP	0	0,0%
FTPGenit3PP	0	0,0%
FTPOblPrep2PP	0	0,0%
FTPOblPrep3PP	0	0,0%
FTPObl-Convosco	0	0,0%
FTPObl-Com vocês	0	0,0%

Das tabelas acima, cremos que seja relevante tecermos à partida três comentários. Primeiro: tal como em todos os outros casos, o maior número de informantes produz *você*s + V3PP, sendo, contudo (o que, aliás, não se verificou em mais nenhum caso da recolha), o segundo lugar nas opções dos informantes ocupado pela construção de 1PP, remetendo-se a produção de *vós* + V2PP para o terceiro lugar (com 15,4% dos informantes). Segundo comentário: inexistência de produções de FTV2PP (tanto na pergunta 2. como na 3.), o que, tal como nos outros casos em que tal sucedeu, prova o efetivo desuso da construção. Terceiro comentário: em acusativo, dativo e genitivo, preferência pelas formas de 2PP, em linha com que surge, por exemplo, em Lara Bermejo (2023b, p. 6).

Confrontando com a ideia, apresentada em Lara Bermejo (2023b), de três tipos de *vós*, cremos que estes dados, por um lado, possibilitam que se aponte para o declínio do *vós* referido pelo autor como “plural de T”; por outro, pela natureza da recolha, não

permitem nenhuma observação sobre o vós “estereotipado”, em contexto religioso, referido pelo autor como também em declínio, e, por outro, poderão deixar algumas pistas sobre o que em Lara Bermejo (2023b) se diz o uso “inovador” (“a reutilização de vós como pronome de distância em situações N, nas quais *vocês* pode parecer não suficientemente cortês e *os senhores* demasiado cortês” Lara Bermejo (2023b, p. 15)²⁶³), na medida em que vemos na Tabela 46 a igualdade de produções de FTPOblPrep2PP e FTPOblPrep3PP. Ora, tal como referimos na análise geral dos dados (cf. observações sobre a Tabela 8), poder-se-á estar diante da assunção, por parte dos informantes, relativamente às produções em resposta à pergunta 2. do questionário, de um contexto de alguma formalidade, mas não tão formal como tipicamente se poderia assumir no contexto situacional de uma gala de entrega de prémios, o que corresponderia ao contexto N referido em Lara Bermejo (2023b).

Sobre a reflexão relativa à produção de formas retas em posição sintática tradicionalmente preenchida por formas não retas (recordámos no Capítulo I que Lara Bermejo (2023b, p. 20) aponta que estas ocorrências surgem especialmente em falantes jovens com baixo grau de escolaridade e em ambiente rural) esclarecemos que não encontrámos nada nos dados recolhidos. Acrescentamos, ainda – pela menção também feita no Capítulo I (cf. Bazenga, Andrade & Rodrigues (2016) e Lara Bermejo (2022b)) –, que, de igual forma, não encontrámos, nos nossos dados, nada que permitisse refletir sobre o surgimento de clíticos dativos em lugar de acusativo nesta região autónoma.

3.1.3.2 Algumas notas sobre os resultados na Madeira

Sobre os dados de produções recolhidos na Madeira, atentemos nas seguintes tabelas:

²⁶³ Sublinhamos a diferença entre situação N em Lara Bermejo (2023b) e formas N em Cook (1997, 2013) (formas que remetem para um grau zero de deferência, como o *you* em inglês e as FTV3PP em PE).

Tabela 49 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4) do questionário no ensino obrigatório na Madeira

N.º de respostas válidas: 260 (65 x 4 alíneas (1.1,1.2,1.3,1.4))		
Produções	N.º de respostas (1.1+1.2+1.3+1.4)	Em %
vós + V2PP	42 (11+12+14+5)	16,2%
vós + V3PP	3 (1+0+0+2)	1,2%
vós + X	24 (5+5+3+11)	9,2%
vocês + V3PP	116 (29+30+29+28)	44,6%
vocês + V2PP	0 (0+0+0+0)	0,0%
vocês + X	0 (0+0+0+0)	0,0%
eles/elas	14 (3+3+4+4)	5,4%
nós	31 (8+7+8+8)	11,9%
outras	30 (8+8+7+7)	11,5%

Tabela 50 – Produções de FTV2PP e de FTV3PP na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório na Madeira

N.º de respostas válidas: 38		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	0	0%
FTV3PP	38	100%

Tabela 51 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino obrigatório na Madeira

N.º de respostas válidas: 37		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	1	2,7%
FTPNom3PP	1	2,7%
FTPDat2PP	11	29,7%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	0	0,0%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	2	5,4%
FTPGenit2PP	15	40,5%
FTPGenit3PP	0	0,0%
FTPOblPrep2PP	10	27,0%
FTPOblPrep3PP	12	32,4%
FTPObl-Convosco	1	2,7%
FTPObl-Com vocês	0	0,0%

Tabela 52 – Produções de FTV2PP e FTV3PP na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório na Madeira

N.º de respostas válidas: 52		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	0	0%
FTV3PP	52	100%

Tabela 53 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino obrigatório na Madeira

N.º de respostas válidas: 18		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	0	0,0%
FTPNom3PP	13	72,2%
FTPDat2PP	4	22,2%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	0	0,0%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	0	0,0%
FTPGenit2PP	0	0,0%
FTPGenit3PP	0	0,0%
FTPOblPrep2PP	0	0,0%
FTPOblPrep3PP	0	0,0%
FTPObl-Convosco	2	11,1%
FTPObl-Com vocês	0	0,0%

Das tabelas acima, cremos que importa essencialmente notar três pontos. Primeiro ponto: os 44,6% relativos à produção da construção *vocês + V3PP* (a mais produzida) e o segundo lugar (16,2%) da construção *vós + V2PP*, em linha com as afirmações que fizemos sobre ser ainda por alguns entendido como o plural sistémico de um *tu* (ainda que possa não ser o efetivamente produzido pelo falante). Segundo ponto: a inexistência de produções de *FTV2PP* (tal como nos Açores, tanto na pergunta 2. como na pergunta 3.). Terceiro ponto: a preferência por formas de 2PP em dativo e genitivo. Confrontando com as informações que recordámos no Capítulo I (cf. Lara Bermejo, 2022b, p. 11) – que davam nota do uso generalizado de *vocês* e que o pronome *vós* não é muito usado mesmo nos contextos nos quais é tradicionalmente preservado (o autor refere-se nesse trabalho ao contexto religioso) – notamos que os dados seguem em linha com as observações, ainda que possam suscitar, de certa maneira, alguma reflexão nas considerações sobre a produção do pronome em determinados contextos, já que, no caso dos nossos dados, em situações mais formais (cf. pergunta 2. do nosso questionário), o pronome explícito em posição de complemento de preposição diferente de *com* surge em 10 das 37 (ou seja, 27,0%) produções validadas nesta região autónoma. Sublinhamos que o facto de estarem a ser considerados contextos diferentes (religioso, no outro estudo; cerimonioso não religioso, na nossa recolha) não permite

um confronto objetivo das observações, mas, simplesmente, uma pista para futuras perspetivas de análise.

3.2. Questionário no ensino superior

3.2.1. Perspetiva geral no ensino superior

Tal como fizemos relativamente aos dados recolhidos no ensino obrigatório, começamos pela análise das produções e passamos, posteriormente, à análise dos juízos. Aqui, por só estarmos a considerar a variável *sexo*, diferentemente do que sucedeu no ensino obrigatório, apresentamos, nas tabelas abaixo, não só os resultados gerais como especificamos, em cada momento, as respostas dadas por informantes do sexo feminino e do sexo masculino.

3.2.1.1 Produções (perguntas 1. 2. e 3. do questionário)

Tabela 54 – Produções em resposta à pergunta 1. (alíneas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4) do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 412 (103 x 4 alíneas (1.1,1.2,1.3,1.4))			
Produções	N.º de respostas (1.1+1.2+1.3+1.4)		Total: 412
	F (304=76x4)	M (108=27x4)	
vós + V2PP	69 (18+18+18+15) 22,7%	31 (9+9+7+6) 28,7%	100 24,3%
vós + V3PP	0 (0+0+0+0) 0,0%	1 (0+0+0+1) 0,9%	1 0,2%
vós + X	3 (0+0+0+3) 1,0%	2 (0+0+1+1) 1,9%	5 1,2%
vocês + V3PP	166 (41+42+42+41) 54,6%	62 (15+15+16+16) 57,4%	228 55,3%
vocês + V2PP	2 (1+0+0+1) 0,7%	0 (0+0+0+0) 0,0%	2 0,5%
vocês + X	0 (0+0+0+0) 0,0%	0 (0+0+0+0) 0,0%	0 0,0%
eles/ elas	23 (6+5+6+6) 7,6%	0 (0+0+0+0) 0,0%	23 5,6%
Nós	29 (7+8+7+7) 9,5%	4 (1+1+1+1) 3,7%	33 8,0%
Outras	12 (3+4+2+3) 3,9%	8 (2+2+2+2) 7,4%	20 4,9%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(8) = 973,8933$; $p = 0,000$), notamos que, tal como vimos relativamente aos dados recolhidos no ensino obrigatório, também aqui a construção *vocês + V3PP* assume a dianteira nas produções e, de igual forma, também

a construção *vós + V2PP* é a segunda mais produzida pelos informantes. Com a diferença registável de que aqui, no ensino superior, a percentagem de *vocês + V3PP* corresponde efetivamente à maioria dos falantes (enquanto no EO era majoritária tomando em consideração o universo de respostas que não apresentavam alteração da pessoa verbal). cremos que, tal como referimos antes sobre os informantes do EO, também estes informantes já consideram o pronome pessoal *vocês* a opção viável no sistema da língua como plural de uma 2PS. A despeito disto, notamos – tal como fizemos em relação aos 23,0% no EO – que 24,3% selecionam *vós + V2PP* como plural sistémico de 2PP. Mais uma vez, um número não residual, em certa medida em contracorrente com as observações sobre o desaparecimento de *vós* em PE, que já recordámos, embora esta leitura seja, como demos nota no EO, enquadrada no âmbito de uma produção escrita e não da efetiva produção oral dos falantes.

De tal forma como referimos no caso do ensino obrigatório, decidimos expor as ocorrências de “*nós*” e “*eles/elas*” por entendermos que importa notar que alguns informantes entenderam que poderiam/deveriam alterar o sujeito não só em número como em pessoa. Não estando certos da razão pela qual o fizeram, registamo-lo simplesmente, sublinhando, apesar de tudo, um menor número de produções de “*nós*” e “*eles/elas*” aqui do que no ensino obrigatório (recordamos: *nós*, 14,8% e *eles/elas*, 7,1% no ensino obrigatório).

De igual forma, também aqui encontrámos mais produções de *vós + X* na quarta alínea do que nas restantes (no âmbito da discussão sobre os verbos irregulares). Contudo, o baixo número de ocorrências não nos permite mais do que apenas este curto e não significativo (até mais estudos) registo.

Confrontando, agora, os dados aqui recolhidos com os dados do cruzamento da variável *sexo* com a produção de *vós + V2PP* na pergunta 1. do questionário no ensino obrigatório (os dados relativos às três primeiras alíneas, ou seja, os que se mostraram significativos no EO – ver tabela 21), vemos que também no ensino superior os resultados apontam para o sexo masculino como o sexo que mais produz a construção normativa de 2PP, o que, como referimos, poderá indiciar que a mudança de *vós* como plural sistémico de *tu* para *vocês* esteja já a ser entendida como socialmente não marcada, embora, como também referimos na análise dos dados no EO, diferentes autores recomendem

parcimónia nas análises tomando a variável sexo pela mudança dos papéis sociais associados.

Relativamente à pergunta número 2. do questionário, apresentamos os seguintes dados recolhidos:

Tabela 55 – Produções de FT dos paradigmas de vós (FT canónicas de 2PP), de vocês (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 2. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 84		
Produções	N.º de respostas	Em %
só FT de 2PP	37	44,0%
só FT de 3PP	22	26,2%
FT de ambos	25	29,8%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(2) = 4,5$; $p = 0,0105$), vemos que, contrariamente ao que sucedeu no ensino obrigatório, aqui, houve mais respostas com FT unicamente de 2PP, mantendo-se, contudo, a segunda posição nas preferências dos falantes para a opção que engloba FT de ambos os paradigmas (percentagens de produção muito próximas: aqui, 29,8%, no EO, 26,3%. Tal como afirmámos atrás, importa dissecar a análise para percebermos que formas de 2PP e de 3PP são estas.

Tabela 56 – Produções de FT Verbais e FT Pronominais em resposta à pergunta 2. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 84		
Produções	N.º de respostas	Em %
Só FTV	16	19,1%
Só FTP	41	48,8%
FT de ambos	27	32,1%

Na tabela acima, vemos que no ensino superior, na pergunta 2., diferentemente do que sucedeu no ensino obrigatório (em que havia preferência – embora representativa de uniformidade calculada pelo SPSS – pela produção de FTV – 36,0%; em comparação com 33,6% de “Só FTP” e 30,4% de “FT de ambos”) há uma maior produção de “Só FTP” (48,8%). Tal como referimos na reflexão feita no EO – e estes dados parecem suportar mais ainda a observação – percebe-se a relação entre a maior produção de 3PP e a maior produção de FTV e a maior produção de formas do paradigma de 2PP e a maior produção de FTP. Em linha com que fizemos atrás, tomamos os resultados acima – apesar de aqui se confirmar a não uniformidade dos dados ($\chi^2(2) = 11,21429$; $p = 0,004$),

ao contrário do que sucedeu no EO – essencialmente como ponto de referência para verificarmos as produções específicas de FTP e FTV. Assim, atentemos, desde já, na Tabela 57, na qual estão expressos os números de respostas com ocorrências relativas às formas verbais (FTV2PP e FTV3PP).

Tabela 57 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 2. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 43 (16+27)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	1	2,3%
FTV3PP	42	97,7%

Confirmada a não uniformidade dos dados: ($\chi^2(1) = 39,09302$; $p = 0,000$), vemos claramente que, diante da necessidade de produção de uma FTV, os informantes optam pelo paradigma de 3PP, tal qual os informantes do EO – cf. Martins (2016, p. 14): “(...) desapareceram do português padrão as formas verbais de segunda pessoa do plural, ainda que os dialetos setentrionais, em geral, as conservem (cf. Segura, 2013, pp. 130-131)”. Como referimos no EO, a produção maioritária de FTV de 3PP resultará, assim, de uma das duas hipóteses que aí tivemos oportunidade de apontar: “1- tendo dificuldades na produção normativa de FTV de 2PP (resultado do decréscimo geral em PE das FTV2PP) produzem construções de 3PP; 2 – consideram, ainda que se sintam confortáveis com a produção de FTV de 2PP, que as construções mais avisadas no contexto são as FTV de 3PP, possivelmente pelo facto de nelas se omitir um tratamento específico (cf., por exemplo, Cintra, (1986 [1972]; Carreira, 2002; Hammermüller, 2004; Aguiar & Paiva, 2017) ou por considerarem o contexto adequado à sua produção”.

Relativamente às formas de tratamento pronominais produzidas na segunda pergunta do questionário, recolhemos o seguinte:

Tabela 58 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 2. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 68 (41+27)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	0	0,0%
FTPNom3PP	1	1,5%
FTPDat2PP	30	44,1%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	4	5,9%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	1	1,5%
FTPGenit2PP	32	47,1%
FTPGenit3PP	2	2,9%
FTPOblPrep2PP	17	25,0%
FTPOblPrep3PP	11	16,2%
FTPObl-Convosco	1	1,5%
FTPObl-Com vocês	1	1,5%

Os resultados aqui encontrados (cuja não uniformidade se comprovou com recurso ao SPSS: $\chi^2(9) = 201,5486$; $p = 0,000$) são semelhantes aos que registámos relativamente ao ensino obrigatório: replicam-se aqui as observações feitas no EO sobre dativos/acusativos/genitivos, com a diferença de que, na escolha de uma FT pronominal diante de uma preposição, os falantes do ensino superior optam mais (embora com valores próximos e, como tal, pouco significativos) pelo pronome reto *vós* e, ainda, com diferença em relação às produções de *vocês* nominativo e do pronome reflexo de 3PP, aqui praticamente nulas. Estes resultados denotam o que já referíamos na análise dos dados do EO: uma diferente perceção dos níveis de formalidade por parte de estudantes mais novos e mais velhos. Assim, notamos um *continuum* (de mais velhos para mais jovens; cf. mudança em tempo aparente) de maior aceitação de *vocês* e menor aceitação de *vós*, o que nos parece indicar correspondentemente um entendimento de diminuição da formalidade associada à situação de comunicação.

No que toca aos dados recolhidos na terceira pergunta do questionário, atentemos nas tabelas seguintes:

Tabela 59 – Produções de FT dos paradigmas de vós (FT canónicas de 2PP), de vocês (FT canónicas de 3PP) e de ambos na pergunta 3. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 98		
Produções	N.º de respostas	Em %
só FT de 2PP	9	9,2%
só FT de 3PP	85	86,7%
FT de ambos os paradigmas	4	4,1%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(2) = 126,1429$; $p = 0,000$), vemos que, ao contrário do que verificámos acima (na pergunta 2.), nesta pergunta 3. – num contexto inequívoco de informalidade, os informantes do ensino superior tendem a produzir mais formas do paradigma de 3PP. Esta produção maioritária de formas de 3PP neste âmbito segue em linha com o que já tínhamos visto no EO (aliás, com percentagens até relativamente semelhantes). Ainda assim, em linha com a salvaguarda feita atrás, na análise dos dados no EO (sobre a diferença das situações de comunicação nas duas perguntas potenciar mais ou menos determinadas construções sintáticas), interessa perceber em que formas se concretiza esta maior produção de 3PP, em formas verbais ou pronominais e, dentro desta categoria, em que posições sintáticas.

Tabela 60 – Produções de FT Verbais ou FT Pronominais em resposta à pergunta 3. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 98		
Produções	N.º de respostas	Em %
Só FTV	78	79,6%
Só FTP	11	11,2%
FT de ambos	9	9,2%

Confirmada a não uniformidade ($\chi^2(2) = 67,41489$; $p = 0,000$), notamos, tal como sucedeu nos dados recolhidos no EO, a prevalência de formas verbais na situação de comunicação descrita na pergunta 3. do nosso questionário. Também aqui a percentagem de produção de FT verbais sobe consideravelmente (19,1% FTV na pergunta 2. no ES; ainda que olhemos para a subcategoria de FT mais representada nesse caso – 48,8% para a produção de FTP), o que, entendemos nós, emerge do próprio contexto de produção ser mais propício à não produção de formas pronominais e mais desencadeador de formas verbais (recordando-se a possibilidade tão produtiva – não só por questões de cortesia, mas também de economia linguística, resultado da riqueza morfológica – de sujeito nulo em PE). Importa, assim, que olhemos especificamente para

as produções nos diferentes paradigmas dentro da subcategoria, nomeadamente na posição sintática assumida, no que toca às FTP.

Tabela 61 – Produções de FT Verbais 2PP (FTV2PP) e FT Verbais 3PP (FTV3PP) na pergunta 3. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 87 (78+9)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTV2PP	6	6,9%
FTV3PP	81	93,1%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(1) = 64,65517$; $p = 0,000$), mantém-se, nesta pergunta 3. – em comparação com a resposta à pergunta 2. , uma substancial (ligeiramente menor) preferência pela produção de formas do paradigma de 3PP no que às formas de tratamento verbal diz respeito, tal como vimos nas respostas do EO (também em ambas as perguntas nesse caso). Os dados sustentam, por conseguinte, a defesa de que em PE a produção de formas verbais de 2PP é praticamente inexistente. Contudo, afinando um pouco a leitura sobre as que emergiram nos dados (tal como fizemos no EO, já que também aqui a percentagem de FTV2PP é superior na pergunta 3.: 6,9%, em oposição aos 2,3% nas respostas à pergunta 2.), verificamos que 4 (2 homens e 2 mulheres) das 6 (66,6%) foram produzidas por informantes inscritos na Universidade do Porto (os restantes casos são de uma mulher na Universidade da Beira Interior e uma mulher na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro). Tal qual referimos relativamente ao recolhido no EO, entendemos que estes dados das produções de FT2PP em contexto informal possibilitam a leitura de que há ainda um vós a ser produzido num contexto T em PE, embora neste caso, os dados recolhidos não contribuam para uma leitura geográfica específica. A observação genérica sobre a existência de ocorrências de FTV2PP em contexto T justificará mais alguns estudos para aferição mais realista da sua vitalidade.

Atentemos, agora, nas FT Pronominais.

Tabela 62 – Produções de FT Pronominais em diferentes posições sintáticas na pergunta 3. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 20 (11+9)		
Produções	N.º de respostas com, no mínimo, uma produção	Em %
FTPNom2PP	0	0,0%
FTPNom3PP	11	55,0%
FTPDat2PP	0	0,0%
FTPDat3PP	0	0,0%
FTPAcus2PP	0	0,0%
FTPAcus3PP	0	0,0%
FTPReflex2PP	0	0,0%
FTPReflex3PP	0	0,0%
FTPGenit2PP	2	10,0%
FTPGenit3PP	0	0,0%
FTPOblPrep2PP	0	0,0%
FTPOblPrep3PP	1	5,0%
FTPObl-Convosco	5	25,0%
FTPObl-Com vocês	3	15,0%

Confirmada a não uniformidade dos dados ($\chi^2(4) = 65,67532$; $p = 0,000$) três notas relativamente à tabela acima. Primeira: a curta produção de FT Pronominais (como já apontámos atrás neste trabalho, a própria situação de comunicação possibilita a produção parca de FTP), o que faz com que as nossas observações sejam menos robustas. Segunda: das poucas produções realizadas, preferência pelo nominativo de 3PP (não estando em consideração o emprego de uma forma de deferência zero neste contexto informal, constata-se mais ocorrências de *vocês* nominativo). Terceira: diferentemente do que sucedeu no ensino obrigatório (tanto na pergunta 2. como na 3.), no ensino superior, na pergunta 3., a preferência dos falantes é pela produção de *convosco* em detrimento de *com vocês*, o que está em linha com o que avançou Lara Bermejo (2017b, pp. 15-17). Como referimos, as exíguas ocorrências não permitem a extrapolação de leituras, pelo que apenas nos limitamos a deixar potenciais pistas para estudos futuros.

Expostas as observações sobre as produções dos informantes do ensino superior, atentamos, seguidamente, nos dados relativos aos juízos apontados pelos mesmos estudantes.

3.2.1.2 Juízos (perguntas 4. e 5. do questionário)

Na pergunta número 4. do questionário no ensino superior foram consideradas 98 respostas válidas, isto é, respostas logicamente não contraditórias (como, por exemplo, não assinalar *Vós sois fantásticos* como, concomitantemente, *estranha* e *normal*). Recordamos, ainda, os códigos já usados na análise que fizemos no ensino obrigatório e que voltam a ser utilizados neste ponto do trabalho, na coluna mais à esquerda da tabela abaixo: *estranha* – significa que o/a informante assinalou *Acho que é uma frase estranha*; *normal* – significa que o/a informante assinalou *Acho que é uma frase normal*; *regionalismo* – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país*; *baixa escolaridade* – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas que nunca foram à escola ou que foram durante pouco tempo (pessoas que só concluíram o 4.º ano)*; *mais velhos* – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas com 40 anos ou com mais de 40 anos*; *mais jovens* – significa que o/a informante assinalou *Acho que esta frase só é dita por pessoas com menos de 40 anos*.

Tabela 63 – Juízos sobre *vós* e *vocês* e *convosco* e *com vocês* na pergunta 4. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 98 (73F;25M)				
Juízos	Frases			
	<i>Vós sois fantásticos.</i>	<i>Vocês são fantásticos.</i>	<i>Eu vou convosco.</i>	<i>Eu vou com vocês.</i>
estranha	41 41,8% (33F; 8M) (45,2%; 32,0%)	2 2,0% (2F; 0M) (2,7%; 0,0%)	5 5,1% (5F; 0M) (6,8%; 0,0%)	18 18,4% (14F; 4M) (19,2%; 16,0%)
normal	27 27,6% (17F; 10M) (23,3%; 40,0%)	88 89,8% (64F; 24M) (87,7%; 96,0%)	82 83,7% (58F; 24M) (79,5%; 96,0%)	61 62,2% (44F; 17M) (60,3%; 68,0%)
regionalismo	65 66,3% (49F; 16M) (67,1%; 64,0%)	2 2,0% (2F; 0M) (2,7%; 0,0%)	6 6,1% (6F; 0M) (8,2%; 0,0%)	14 14,3% (12F; 2M) (16,4%; 8,0%)
baixa escolaridade	8 8,2% (6F; 2M) (8,2%; 8,0%)	1 1,0% (0F; 1M) (0%; 4,0%)	2 2,0% (2F; 0M) (2,7%; 0,0%)	28 28,6% (22F; 6M) (30,1%; 24,0%)
mais velhos	49 50,0% (37F; 12M) (50,7%; 48,0%)	2 2,0% (1F; 1M) (1,4%; 4,0%)	12 12,24% (11F; 1M) (15,1%; 4,0%)	3 3,1% (3F; 0M) (4,1%; 0,0%)
mais jovens	1 1,0% (1F; 0M) (1,4%; 0,0%)	11 11,2% (10F; 1M) (13,7%; 4,0%)	14 14,3% (12F; 2M) (16,4%; 8,0%)	22 22,4% (19F; 3M) (26,0%; 12,0%)

As percentagens 50,0% (cruzamento do juízo *mais velhos* com a construção *Vós sois fantásticos*) e 41,8% (cruzamento do juízo *estranha* com a construção *Vós sois fantásticos*) não apresentam, através da análise no SPSS ($\chi^2(1) = 0$; $p = 1$, para os 50,0% e $\chi^2(4) = 2,612245$; $p = 0,106$, para os 41,8%), não uniformidade – como, aliás, seria expectável – pelo que a única reflexão viável é a clara divisão dos falantes sobre a atribuição ou não destes juízos à construção de SUJ de 2PP + V2PP.

Nesta tabela, destacamos essencialmente a consideração da maioria sobre *Vós sois fantásticos* como regionalismo (no EO destacava-se como *estranha* e havia uma divisão dos falantes sobre a consideração como regionalismo) e *Eu vou convosco* como construção normal (no EO ambas as construções com presença da preposição *com* eram

maioritariamente consideradas normais em percentagens próximas – 67,7%/66,61% – aqui destaca-se a de 2PP).

Em confronto com o que vimos nos dados do EO, cremos que seja possível lançar a hipótese de que é maior a perceção de que *Vós sois fantásticos* é um regionalismo quando a idade/escolaridade aumenta e que nesses mais velhos diminui a associação de *Vós sois fantásticos* a informantes com baixa escolaridade.

Uma vez que os dados no EO mostraram que a variável *sexo* era relevante para associação de *Vós sois fantásticos* a falantes mais velhos, olhamos aqui com alguma atenção para a célula com os valores encontrados no ES. Ora, em 73 respostas de informantes do sexo feminino, 37, a maioria, seleccionam esse juízo (50,7%), o que segue em linha com o que encontrámos no EO (dos 633 informantes do sexo feminino, 58,8% seleccionaram o referido juízo; dos 541 informantes do sexo masculino, 52,3% - ver Tabela 22). Assim, tanto no EO como no ES são as mulheres que mais associam a produção *Vós sois fantásticos* a pessoas mais velhas.

Sobre as construções *Eu vou convosco* e *Eu vou com vocês*, nota-se uma menor proximidade das percentagens relativas aos mesmos juízos sobre as formas equiparáveis dos diferentes paradigmas do que sucedeu no EO. Aqui, encontramos percentagens mais altas tanto na atribuição do juízo *estranha* a *Eu vou com vocês* (aqui, 18,4%; no EO, 12,7%), embora em ambos os níveis de ensino a construção de 3PP seja, das duas construções, a mais associada ao juízo referido, como na atribuição do juízo *normal* a *Eu vou convosco* (aqui, 83,7%; no EO, 67,7%), sucedendo o mesmo que referimos atrás, isto é, a construção de 2PP, das duas, é a mais associada ao juízo *normal* nos dois níveis de ensino.

Tal como referimos relativamente à pergunta 5. no ensino obrigatório, recordamos que somente considerámos válidas as respostas nas quais foram seleccionadas duas respostas não contraditórias.

Tabela 64 – Juízos sobre produções híbridas e não híbridas na pergunta 5. do questionário no ensino superior

N.º de respostas válidas: 99 (74F+25M)			
Juízos	Frases		
	A Professora diz aos alunos:		
	– Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler.	– Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler.	– Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler.
É a frase que me parece mais normal.	7 7,1% (5F; 2M) (6,8%; 8,0%)	92 92,9% (69F; 23M) (93,2%; 92,0%)	0 0,0% (0F; 0M) (0,0%; 0,0%)
É a frase que me parece mais estranha.	50 50,5% (43F; 7M) (58,1%; 28,0%)	1 1,0% (1F; 0M) (1,4%; 0,0%)	48 48,5% (30F; 18M) (40,5%; 72,0%)

Apesar da obviedade aparente de uma percentagem de 92,9%, recorremos ao auxílio do SPSS para a verificação da não uniformidade dos dados acima, tanto dos da primeira linha como dos da segunda, com percentagens mais próximas, e obtivemos o seguinte: $\chi^2(1) = 125,9697$; $p = 0,000$ – para a linha de cima e $\chi^2(2) = 46,60606$; $p = 0,000$ – para a linha de baixo da tabela.

Semelhante ao que vimos nos resultados do ensino obrigatório, também aqui a frase considerada “mais normal” é a construção híbrida: *Vou dar-vos as folhas que têm de ler*. Contrariamente, a segunda mais aceite é a canónica de 2PP, o que, acrescentando-se o facto de, aqui, no ensino superior, haver uma divisão praticamente igual de atribuição do juízo “mais estranha” à construção canónica de 2PP e à construção canónica de 3PP (quando no ensino obrigatório a canónica de 2PP era claramente mais estranha do que a de 3PP – 66,0% vs. 32,5%), poderá levar a uma leitura de que os falantes mais velhos tendem a considerar mais normais as formas do paradigma gramatical mais conservador (no sentido de mais tradicional), o de 2PP. Estas observações, cremos, são importantes para a consideração da mudança em curso em PE, num potencial caminho de progressiva aceitação/produção das formas de 3PP, tendo em conta que são mais aceites pelas gerações mais jovens (cf., entre outros, Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Coelho *et al.* 2010; Naro, 2003).

Se a mudança se concretizará ou não (se o uso de determinadas formas canónicas de vós se irá assumir como preferencial ao ponto de tornar obsoletas outras formas que podem ocupar o mesmo lugar no sistema – nomeadamente nos casos oblíquos ou reto não nominativo) não é possível afirmar, todavia, considerando os dados (nomeadamente os dados recolhidos junto dos mais jovens – 4.º ano), é, efetivamente, um caminho possível e mais provável do que, por exemplo, um regresso a produções abundantes de FTV2PP. A evolução dar-se-á como resultado do encontro de várias forças, como vimos.

3.2.1.3. As combinatórias mais frequentes contendo pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com*) ou FTV de apenas um dos paradigmas no ensino superior

Como referimos no caso dos dados do ensino obrigatório, considerámos válidas todas as respostas nas quais surgiram, em cada uma das perguntas, pronomes nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com* ou FTV de apenas um dos paradigmas (de vós ou de vocês, mas não de ambos). Os dados abaixo expostos apresentam não uniformidade comprovada com recurso ao SPSS: $\chi^2(4) = 40,29545$; $p = 0,000$.

Tabela 65 – Combinatórias das produções de pronomes (nominativos ou oblíquos complemento de preposição diferente de *com*) ou FTV de apenas um dos paradigmas (Pergunta 1. + Pergunta 2. + Pergunta 3.) no ensino superior

N.º de produções válidas: 21				
Pergunta 1.	Pergunta 2. (pronome nominativo ou oblíquo complemento de preposição diferente de <i>com</i> ou FTV)	Pergunta 3. (pronome nominativo ou oblíquo complemento de preposição diferente de <i>com</i> ou FTV)	N.º de respostas	Em %
2PP	2PP	2PP	2	9,5%
2PP	2PP	3PP	1	4,8%
2PP	3PP	3PP	2	9,5%
2PP	3PP	2PP	0	0,0%
3PP	3PP	3PP	13	61,9%
3PP	3PP	2PP	0	0,0%
3PP	2PP	2PP	0	0,0%
3PP	2PP	3PP	3	14,3%
Total			21	100%

No ensino superior, a combinação (também maioritariamente) mais frequente é a mesma que encontramos no EO: *3PP* (Pergunta 1.) + *3PP* (Pergunta 2.) + *3PP* (Pergunta

3.). Por outro lado, a segunda classificada aqui corresponde à terceira classificada nas preferências no ensino obrigatório e uma das terceiras classificadas aqui (*ex aequo*) corresponde ao segundo lugar nas preferências dos informantes do EO. cremos, assim, que seja legítimo referirmos a manutenção, neste nível de ensino, da consideração que apresentámos sobre a profusão das formas de 3PP, mas também cremos que seja legítimo notarmos a saliência, neste nível, da associação das formas de 2PP ao contexto mais formal (duas das quatro sequências concretizam esta associação), o que, aliás, surge em seguimento da nota sobre serem os mais velhos dentro do EO a mais produzirem *vós* na pergunta 2. (ver Tabela 25), num contexto de mais formalidade. São, assim, dados, no nosso entendimento, relevantes para a defesa de existência não só de uma variação diafásica como da mudança em tempo aparente no que toca às formas de segunda pessoa do plural em PE.

3.3 Algumas nótulas gerais à margem dos dados recolhidos

Concluída acima a apresentação dos resultados e a respetiva discussão, expomos, nesta subsecção, algumas observações que, embora não tenham que ver com o estudo do pronome pessoal *vós* em PEC, são, na nossa consideração, dignas de registo, tendo em conta a perspetiva geral do contributo deste trabalho para reflexões no âmbito do ensino (tanto de PLM como PLNM).

No que toca à primeira pergunta do questionário, notámos essencialmente as várias ocorrências externas ao que era pedido, isto é, estranhas à passagem do sujeito para o plural (além de alteração da pessoa – *nós, eles* – deparámos, por exemplo, com vários casos de construções negativas), das quais, aliás, demos nota. cremos que este registo possa ser relevante para uma discussão sobre as dificuldades apresentadas no cumprimento de uma instrução básica.

Relativamente à segunda pergunta, ressaltamos essencialmente a existência de várias produções de futuro simples (nomeadamente o verbo *ir*) e de algumas produções, nos mais novos, de “senhoras e senhores, meninos e meninas”. Além disto, sublinhamos a surpresa de encontrarmos muitas respostas bastante mais longas e elaboradas do que estávamos à espera.

Tendo a terceira pergunta do questionário como cenário, partilhamos o nosso registo, especialmente em textos de informantes do 4.º ano, mas não exclusivamente, de um (bastante) grande número de ocorrências de interrogações sem ponto de interrogação (*Querem ir ao cinema.*) e de um também (bastante) considerável número de produções de afirmações com recurso ao referido sinal gráfico (*Gostava de vos convidar para irem comigo ao cinema?*). cremos que a transversalidade destas ocorrências (não é apenas numa turma, numa zona, mas em várias turmas em várias zonas) deverá desencadear uma reflexão.

Relativamente às perguntas 4. e 5. do questionário, notámos, essencialmente, alguma dificuldade na leitura da informação contida nas tabelas e sobre como deveriam proceder a um correto preenchimento (técnico, não no sentido de respostas certas ou erradas) das tabelas. O facto de alguns informantes (tanto do 4.º ano como do 12.º ano) apresentarem respostas contraditórias e o facto de, especificamente no que toca à última pergunta, diante da instrução para que desenhassem apenas dois X, terem desenhado apenas um ou mais de dois X mostram, a nosso ver, que há dificuldades graves de interpretação, nomeadamente dúvidas sobre este formato de apresentação de informação, o que nos parece preocupante (aliás, muitíssimo preocupante no caso dos alunos do 12.º ano).

3.4 Síntese do Capítulo III

Neste terceiro capítulo, levámos a cabo a exposição e discussão dos resultados encontrados, pelo que apresentamos, seguidamente, três tabelas-síntese dos dados recolhidos de uma forma global (uma sobre as produções e duas sobre os juízos) e um quadro-resumo sobre a significância encontrada no tratamento estatístico feito pelo SPSS no que diz respeito às variáveis independentes consideradas (*ensino, sexo, idade/escolaridade, convivência com avós, frequência de catequese e distrito*). Por fim, por tópicos, recordamos as principais observações que expressámos na discussão acima realizada.

Tabela 66 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (produções – perguntas 1., 2. e 3. do questionário)

Produções	Ensino obrigatório			Ensino superior		
	Pergunta 1.					
vocês + V3PP	43,5%			55,3%		
vós + V2PP	23,0%			24,3%		
	Ensino obrigatório			Ensino superior		
	Pergunta 2.		Pergunta 3.	Pergunta 2.		Pergunta. 3.
só FT de 2PP	23,6%		3,4%	44,0%		9,2%
só FT de 3PP	50,1%		86,8%	26,2%		86,7%
FT de ambos	26,3%		9,8%	29,8%		4,1%
só FTV	36,0%		69,0%	19,1%		79,6%
só FTP	33,6%		17,2%	48,8%		11,2%
FT de ambos	30,4%		13,8%	32,1%		9,2%
FTV2PP	0,3%		1,4%	2,3%		6,9%
FTV3PP	99,7%		98,6%	97,7%		93,1%
FTPNom2PP	0,2%		1,2%	0,0%		0,0%
FTPNom3PP	4,8%		56,6%	1,5%		55,0%
FTPDat2PP	33,6%		17,6%	44,1%		0,0%
FTPDat3PP	0,4%		0,0%	0,0%		0,0%
FTPAcus2PP	4,8%		14,5%	5,9%		0,0%
FTPAcus3PP	0,4%		0,0%	0,0%		0,0%
FTPReflex2PP	0,0%		0,0%	0,0%		0,0%
FTPReflex3PP	2,9%		0,0%	1,5%		0,0%
FTPGenit2PP	42,9%		2,0%	47,1%		10,0%
FTPGenit3PP	0,9%		0,0%	2,9%		0,0%
FTPOblPrep2PP	12,1%		0,0%	25,0%		0,0%
FTPOblPrep3PP	25,9%		1,7%	16,2%		5,0%
FTPObl-Convosco	0,4%		5,2%	1,5%		25,0%
FTPObl-Com vocês	1,8%		7,8%	1,5%		15,0%

Tabela 67 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (juízos – pergunta 4. do questionário)

Juízos	Frases							
	Vós sois fantásticos.		Vocês são fantásticos.		Eu vou convosco.		Eu vou com vocês.	
	EO	ES	EO	ES	EO	ES	EO	ES
estranha	56,4%	41,8%	3,0%	2,0%	11,2%	5,1%	12,7%	18,4%
normal	20,9%	27,6%	82,3%	89,8%	67,7%	83,7%	66,6%	62,2%
regionalismo	48,6%	66,3%	6,9%	2,0%	13,5%	6,1%	11,8%	14,3%
baixa escolaridade	19,6%	8,2%	10,6%	1,0%	15,6%	2,0%	24,9%	28,6%
mais velhos	55,8%	50,0%	10,7%	2,0%	17,2%	12,2%	12,4%	3,1%
mais jovens	6,0%	1,0%	32,3%	11,2%	26,7%	14,3%	33,2%	22,4%

Tabela 68 – Tabela-síntese dos resultados obtidos (juízos – pergunta 5. do questionário)

N.º de respostas válidas: 915						
Juízos	Frases					
	A Professora diz aos alunos:					
	–Vou agora dar-vos as folhas que <i>tendes</i> de ler.		–Vou agora dar-vos as folhas que <i>têm</i> de ler.		–Vou agora dar-lhes as folhas que <i>têm</i> de ler.	
	EO	ES	EO	ES	EO	ES
É a frase que me parece mais normal.	4,4%	7,1%	89,8%	92,9%	5,8%	0,0%
É a frase que me parece mais estranha.	66,0%	50,5%	1,5%	1,0%	32,5%	48,5%

Quadro 8 – Quadro-resumo da relação significativa (signif.) ou não significativa (não signif.) entre variáveis e produções e juízos no âmbito das perguntas 1 a 12 (formuladas em 3.1.2).

Pergunta	Variável					
	Ensino	Sexo	Idade/ Escolaridade	Avós	Catequese	Distrito
1	signif.	signif.	signif.	não signif.	signif.	signif.
2	não signif.	signif.	signif.	não signif.	signif.	signif.
3	signif.	signif.	signif.	não signif.	signif.	signif.
4	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	signif.
5	não signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	não signif.
6	não signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.
7	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	não signif.	signif.
8	não signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.
9	não signif.	signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.
10	signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.
11	não signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.
12	não signif.	não signif.	signif.	não signif.	não signif.	signif.

Principais observações registadas:

- Mais produções de *vocês* por todo o país como plural sistémico de *tu*; embora ainda se registem algumas ocorrências de *vós* neste âmbito;
- Mais produções de *vocês* tanto em contexto mais formal como em contexto mais informal, embora claramente um uso maior no segundo caso; registo de mais ocorrências de *vós* em contexto formal (maior uso conforme aumenta a idade/escolaridade: 4.º ano < 12.º ano < ES) e registo de algumas ocorrências de nominativo ou FTV de 2PP em contexto informal em distritos mais a norte do país;

- Preferência pelas formas de 3PP em FTV e em FTP nominativo, reflexo e oblíquo (neste último caso, exceto, no ES, em contexto mais formal, em posição de complemento de preposição diferente de *com* e, em contexto informal, de oblíquo precedido da preposição *com*, ou seja, preferência por *convosco* a *com vocês*); preferência pelas formas de 2PP em FTP dativo, acusativo e genitivo;
- Por um lado, diminuição da associação dos juízos de estranheza, de produção associada a mais velhos e de produção por falantes com baixa escolaridade a frases como *Vós sois fantásticos* conforme aumenta a idade/escolaridade; por outro, maior associação da ideia de regionalismo pelos informantes mais velhos;
- Por um lado, preferência fortemente maioritária pela classificação da construção híbrida (*Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler*) como frase *mais normal* pelos informantes tanto do EO como do ES; por outro, preferência pouca assertiva sobre a *mais estranha*: em ambos os níveis, a maioria indica a construção canónica de 2PP como *mais estranha*, mas com percentagens bastante menos expressivas (66,0%, no EO; 50,5%, no ES), se confrontarmos com os resultados da frase entendida como *mais normal*;
- Significância praticamente total da variável *distrito* (justificando-se, por isso, a rejeição das hipóteses nulas A e B, sobre variação diatópica);
- Significância de algumas variáveis binárias consideradas (não todas, não de forma igual) em determinadas produções e juízos (justificando-se, por isso, a rejeição das hipóteses nulas C e D, sobre variação diastrática);
- Variação diafásica verificada não só no confronto dos resultados obtidos nas respostas às perguntas 2. e 3. do questionário, tanto no EO como no ES, como nos resultados das combinatórias mais frequentes (justificando-se, por isso, a rejeição da hipótese nula E).

Considerações finais

Como referimos na parte introdutória do trabalho, indicamos, nesta secção final, não só observações que entendemos serem possíveis como resultado da análise e discussão dos dados, senão o que entendemos que poderíamos ter feito de outra forma e o que poderá ser feito doravante.

A primeira grande consideração final é a rejeição das hipóteses nulas. Resultado da análise dos dados recolhidos, rejeitamos que a variação diatópica não seja relevante para as produções de *vós* em PEC (hipótese nula A), rejeitamos que a variação diatópica não seja relevante para os juízos sobre *vós* em PEC (hipótese nula B), rejeitamos que a variação diastrática não seja relevante para as produções de *vós* em PEC (hipótese nula C), rejeitamos que a variação diastrática não seja relevante para os juízos sobre *vós* em PEC (hipótese nula D) e rejeitamos que a variação diafásica não seja relevante para as produções de *vós* em PEC (hipótese nula E).

Relativamente à variação diatópica, rejeitamos as hipóteses nulas A e B porquanto verificámos que a variável distrito se mostrou significativa (cf. Tabela 35) em quase todos os cruzamentos considerados (exceção para a produção de *vós* como complemento de preposição num contexto mais formal, o que revela a amplitude desse entendimento dos falantes). Os dados recolhidos permitem que se considere alguma proximidade com os mapas de Cintra (Figura 3) e Lara Bermejo (Figura 4) recordados no Capítulo I, já que denotam, nomeadamente nos juízos sobre construção híbrida/construções canónicas (pergunta 5. do questionário) e ainda das FTV de 2PP em contexto T, uma distinção entre zonas do centro-sul e do norte. Não obstante, estamos conscientes de que não é legítimo que façamos um confronto exato entre os dados (nomeadamente os recolhidos na pergunta 1.) e os mapas referidos, por não serem dados do mesmo tipo (os mapas apresentados pelos autores referidos são baseados em produções orais e os nossos não são produções efetivas de *vós*, ao contrário do que consideramos nos registos das produções orais²⁶⁴ que fariam se estivessem realmente

²⁶⁴ Ressaltamos, em defesa da consideração de que as produções nas perguntas 2. e 3. são efetivamente mais orais do que escritas – como explicámos e defendemos em 2.1 – comentários como, entre muitos outros, “O questionário incide sobre a modernização e a prática desregrada *na fala do português*. Já tinha pensado sobre este tema.” (código 01V1217), “Sim, percebi qual era o tema deste questionário é sobre como *nós falamos*. Não, não tinha pensado sobre isto.” (código 09B46), “Acho que este questionário é sobre a língua portuguesa (*oralidade*). Eu nunca tinha pensado nisto e acho que me ajudou a refletir um

nos contextos das perguntas 2. e 3.), mas mais, no que toca aos nossos dados, um conjunto de duas considerações: por um lado, o pronome que os falantes entendem como plural sistémico de *tu*; por outro, o que entendem que, normativamente, se esperava que redigissem naquela resposta. Como referimos, os mapas recordados funcionam essencialmente como referência para o confronto com a realidade diatópica que encontrámos nos dados e que sugere a divisão lata entre zonas mais a norte e mais a sul do país, como, aliás, se dá nota em vários autores (cf., por exemplo, a secção 1.3.1.1.1.), designadamente na produção de um *vós* (e também FTV2PP) T em zonas mais setentrionais (cf. Tabela 12 e Tabela 61) e na diferença de aceitação de formas de 3PP em dativo e 2PP em FTV (cf. Tabela 42 e Tabela 43).

No que toca à variação diastrática, por um lado, rejeitamos a hipótese nula C porquanto verificámos que, com a exceção da variável *convivência com os avós* (não significativa em todas) e da variável *ensino* (não significativa em metade), todas as outras se mostraram significativas na maioria das produções de *vós* no contexto da pergunta 1. do questionário (exceção para a alínea 1.4) (cf. Quadro 8); por outro lado, rejeitamos a hipótese nula D por termos verificado casos de significância no cruzamento de algumas das variáveis com os juízos (mais especificamente os casos das variáveis *sexo* e *idade/escolaridade*). O maior peso dado por nós às variáveis *sexo* e *idade/escolaridade* para a rejeição ou não da hipótese nula prendeu-se com o facto de serem estas as tradicionalmente consideradas na literatura – e não a *convivência com os avós*, a *frequência de catequese* e o tipo de *ensino*, variáveis espontaneamente consideradas (poderíamos ter lançado outras com igual legitimidade de pesquisa, como, por exemplo, indagar sobre uma possível relação da produção de *vós* e hábitos de leitura ou resultados positivos à disciplina de português). Relativamente à variável *sexo*, com parcimónia sobre os resultados, dada a observação que recuperámos em Coelho *et al.* (2010) sobre a interferência dos papéis sociais na dicotomia feminino/masculino nas sociedades; relativamente à variável *idade/escolaridade*, com o registo de uma progressiva maior aceitação de *vocês* e formas de 3PP, o que sustenta a ideia de

bocado.” (código 06B41). Por imperativo ético, notamos, em contraponto, que há também um comentário em que surge a referência à escrita: “*Algo ligado à escrita e vocabulário de pessoas mais velhas e de jovens.*” (código 16B124). Sublinhamos, contudo, a prevalência de comentários associados à oralidade.

mudança em curso e não de variação estável. Por tudo isto, rejeita-se a irrelevância da variação diastrática como um todo, embora seja obrigatório sublinhar que os dados mostram que ela se define positivamente de forma mais sólida praticamente apenas na significância da variável *idade/escolaridade*. Assim, nem todas as variáveis que poderão enquadrar-se num estudo diastrático se mostrarão relevantes no estudo do problema em questão, o que obriga a mais estudos para uma leitura mais fina.

No que diz respeito à variação diafásica, rejeitamos a hipótese nula E por duas razões: primeira, por termos encontrado, nos dados recolhidos nas perguntas 2. (contexto mais formal) e 3. do questionário (contexto mais informal), diferenças que considerámos relevantes; segunda, por aquilo que encontrámos na análise que fizemos das combinatórias mais frequentes tanto no EO como no ES (*vós* explícito e FTV2PP mais associados às perguntas 1. e 2. do questionário).

Em relação à primeira razão, tomámos como relevantes as produções – em contracorrente da ideia de inexistência de produção do pronome pessoal *vós* em PEC e com insignificância diatópica confirmada pelo SPSS – do pronome como complemento de preposição na pergunta 2. A maior produção de *vós* nos dados do ES estará, no nosso ponto de vista, relacionada com o facto de estes informantes atribuírem uma maior carga de formalidade ao contexto descrito na pergunta 2. do questionário do que os informantes do EO. Aliás, vimos que a variável *idade/escolaridade* era significativa e que, dentro do EO, eram os falantes do 12.º ano que mais produziam *vós* em complemento de preposição. cremos, assim, que, resultado de mudanças sociais, ao contexto de comunicação ilustrado na pergunta 2., poderá já não corresponder, de forma tão evidente como tipicamente se esperaria, a ideia de formalidade, o que explica, por exemplo, as muitas ocorrências de *vocês* como complemento de preposição. Acreditamos que esta nossa observação surge em linha com o que foi apontado em Faria (2009) – a hesitação do uso de *vocês/vós* em determinados contextos não informais, em Lara Bermejo (2023b) – o uso “inovador” e, ainda, em Manole (2021a) – o contexto N. Por um lado, a formalidade atribuída ao contexto está a mudar, a aceitação de *vocês* e restantes formas está a aumentar progressivamente, por outro, o pronome *vós* tem ainda um lugar. Deste encontro, surgem dados como os que recolhemos na nossa investigação.

No que toca ao que encontrámos na análise que fizemos das combinatórias mais frequentes tanto no EO como no ES, a segunda razão, recordamos aqui que a produção de pronome reto ou FT verbal do paradigma de 2PP se associou preferencialmente à ideia de plural sistémico (ainda que não fosse a opção mais selecionada) e de produção em contexto mais formal (igualmente sem a preferência do maior número de informantes), o que suporta a defesa da variação diafásica.

Contudo, assumimos uma maior dificuldade na reflexão sobre a rejeição ou não desta hipótese nula, porquanto precisámos de ter em conta, não só a ponderação sobre os resultados encontrados nos dois níveis (resultados ligeiramente diferentes nos EO e ES), e os resultados das combinatórias mais frequentes, como também fomos levados, diante dos dados obtidos (nomeadamente a produção assinalável de *vocês* na pergunta 2.), a refletir sobre uma atribuição de formalidade distinta daquela que entendemos que seria *a priori* assumida pelos informantes (mais especificamente ao contexto da pergunta 2. do questionário, já que, na pergunta 3., é bastante óbvio que uma conversa entre amigos/crianças se assume como um contexto de informalidade).

Agora, para não deixarmos as perguntas lançadas na *Introdução* sem uma réplica direta (embora, no que referimos acima sobre a rejeição das hipóteses nulas, já se exponham observações que, *grosso modo*, respondem às perguntas), apresentamos, de seguida, de forma sucinta, as respostas às quais cremos que os dados permitiram chegar. Começamos pelas respostas às perguntas feitas no âmbito das produções e, logo após, avançamos para as respostas às perguntas feitas no âmbito dos juízos.

Qual será a construção que os falantes mais produzem se lhes for pedido que reescrevam uma frase passando um sujeito de segunda pessoa do singular para o plural?

Considerando apenas as respostas que mantêm o contexto alocutivo (o que cumpre a indicação dada na instrução feita), a preferência dos falantes (tanto do EO como do ES) é a construção com o pronome pessoal *vocês* + *V3PP*.

Num contexto formal, produzirão mais formas das tradicionais séries de vós ou de vocês? E essas, as que mais produzem, serão verbais ou pronominais? E as pronominais surgem em que posição sintática?

No âmbito de uma produção em contexto mais formal e diante da necessidade de uma produção verbal, tanto os falantes do EO como os do ES optam maioritariamente pelo paradigma de 3PP. Diante da necessidade de uma produção pronominal, os falantes do EO optam preferencialmente pelo paradigma de 2PP em dativo, acusativo e genitivo e pelo paradigma de 3PP em complemento de preposição diferente de *com* enquanto os de ES diferem neste último ponto, preferindo *vós*.

A produção de vós estará relacionada com a variação geográfica?

Os dados mostraram que sim no que toca ao entendimento de *vós* como plural sistémico de *tu* (isto é, sem contexto de formalidade definido) e ao entendimento de *vós* como plural num contexto informal. Especificamente no que toca à produção num contexto mais formal, nomeadamente em posição de complemento de preposição, o distrito não se revelou uma variável significativa, o que, a nosso ver, abona a favor da ideia de transversalidade na possibilidade de uso de *vós* num contexto de alguma formalidade.

A convivência com gerações familiares mais velhas (avós) terá impacto, por exemplo, na produção de formas do paradigma vós?

Ao contrário do que se poderia pensar, os dados sugerem que não. A variável “convivência com avós” não se mostrou significativa nos cruzamentos analisados, pelo que a proximidade/não proximidade com gerações mais velhas parece não ter nenhum impacto na produção do pronome e nos juízos.

O sexo será uma característica relevante nas produções?

A análise dos dados, no âmbito da pergunta 1. do questionário, no contexto de produção escrita do plural sistémico de um sujeito *tu*, indica que sim e que são os informantes do sexo masculino que mais produzem *vós + V2PP* (embora não deixemos de recordar a parcimónia recomendada em diferentes autores). Nos restantes cruzamentos que fizemos da variável *sexo* com as respostas dos informantes – com a exceção do caso de atribuição do juízo *mais velhos* à produção de *Vós sois fantásticos* –, a variável mostrou-se não significativa, o que não invalida que seja relevante noutros cruzamentos. Adequase, assim, uma considerável moderação nesta resposta.

A frequência de atividades às quais a forma pronominal reta do paradigma se encontra tradicionalmente associada (mais especificamente, a atividade catequese) será relevante nas produções?

A resposta a esta pergunta não é simples, já que a variável se mostrou significativa em três das alíneas da pergunta 1., mas não se mostrou relevante na produção de *vós + V2PP* na pergunta 2. do questionário. Contudo, tendo em conta que vimos, por exemplo, que a variável *distrito* também não se mostrava relevante neste último caso – produção no contexto mais formal – cremos que é legítimo que demos algum realce ao facto de a variável *catequese* se mostrar relevante nas produções na primeira pergunta do questionário. A despeito desta consideração, são necessárias mais análises e mais estudos para melhor se aferir a real relevância da variável.

O tipo de ensino (público ou privado) será relevante nas produções?

A variável *ensino* mostrou-se significativa em metade das alíneas na pergunta 1. e não se mostrou significativa nas produções de *vós + V2PP* na pergunta 2. de questionário. Dado o enquadramento (nomeadamente o que já apontámos sobre a abrangência das produções de *vós* na pergunta 2.), consideramos não ser viável dar uma resposta fundada à pergunta lançada, sendo necessários mais estudos.

Produções como “Vós sois fantásticos.” ou “Eu vou convosco.” causarão estranheza no recetor? Serão, por exemplo, consideradas regionalismos? Haverá produções associadas a indivíduos de determinada idade?

A construção *Vós sois fantásticos* foi considerada *estranha* pela maior parte dos informantes do EO, embora não o tenha sido pela maioria dos informantes do ES; a sua consideração como *regionalismo* não se mostrou clara no EO (metade seleccionou, a outra metade não o fez) embora se tenha revelado preferencial nos resultados no ES. Das quatro produções em análise (*Vós sois fantásticos. Vocês são fantásticos. Eu vou convosco. Eu vou com vocês.*), foi ainda a produção mais associada ao juízo relativo à produção por *mais velhos*. Sobre *convosco*, os dados mostraram que a maioria dos falantes a considera uma forma *normal* e presente de forma ampla por todo o território, embora tenhamos de notar que *com vocês* foi a forma preferencial nas produções no EO.

E será que consideram construções híbridas como, por exemplo, “Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler” mais normais do que construções com formas de apenas um paradigma, como, por exemplo “Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler” ou “Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler”?

Sim, os dados mostraram-se sólidos em resposta a esta pergunta: cerca de 90% dos informantes (89,8% no EO e 92,9% no ES) consideraram a frase híbrida como a construção mais normal.

Justificada a rejeição das hipóteses nulas e apresentadas as respostas às perguntas elencadas na *Introdução*, entendemos que, consequência dos dados analisados, é legítimo o seguinte retrato:

- Vós em posição de sujeito e respetivas formas verbais (com ou sem sujeito nulo) estão, efetivamente, em desuso em PE, havendo, contudo, alguma produção escolar (acreditamos que decorrente da normativa consideração como pronome pessoal de 2PP em manuais e gramáticas) e alguma produção dialetal (designadamente como plural T).
- Vós em posição de complemento de preposição apresenta alguma vitalidade em contextos aos quais se atribui alguma/mais formalidade (por exemplo, em discursos públicos em ambiente não informal), concretizando-se mais a sua produção nestes contextos por falantes mais velhos (embora notemos o progressivo aumento de aceitação da forma *vocês*, resultado das mudanças sociais e da consequente diversidade na atribuição de formalidade aos contextos).
- As formas canónicas do paradigma *vós* em dativo, acusativo e genitivo são, hodierna e amplamente, preferidas às formas de 3PP (*lhes, os/as, seu(s), sua(s)*), possivelmente por não implicarem concordância com o sujeito e o verbo, por abarcarem menor complexidade morfológica e por apresentarem maior proximidade fonética ao pronome reto *você(s)* do que as suas formas canónicas. Não obstante, verifica-se maior aceitação de mudança para as formas da série de terceira pessoa gramatical nos mais jovens, o que poderá indiciar, em contraponto com o referido, a possibilidade de uma mudança de paradigma também nestas posições do sistema nos anos vindouros.

Por tudo o que referimos,²⁶⁵ cremos que a mudança, genericamente entendida como a mudança sistémica *vós/vocês*, não é geracional (cf. sobre mudança linguística propriamente dita e mudança geracional, por exemplo, como já remetemos na *Introdução*, Paiva & Lamoglia Duarte, 2003, p. 179) mas efetivamente diacrónica. Excetuando os contextos formais ou muito formais (atribuições de formalidade menos abrangentes atualmente devido às mudanças sociais), nos quais as produções se concretizam com recurso a formas de tratamento nominais, a *os senhores/as senhoras* ou, em alguns casos, a *vós*, é *vocês* a forma que parece ocupar, cada vez mais, o lugar do sistema para o cumprimento da alocução plural, ainda que abarque, no caso do sujeito nulo, ou seja em FTV3PP, ambiguidade (por exemplo, diante de “Querem água?”, o sujeito é *vocês* ou *eles/elas?*; alocução ou delocução?), o que não sucede com as FTV2PP. A necessidade sistémica de desambiguar uma produção como “Querem água?”, isto é, de se definir mais claramente o alocutário, poderá também estar a contribuir para uma progressiva maior aceitação da forma reta *vocês*, passando esta forma a ser cada vez mais vista como a forma sistémica por defeito da concretização semântica de 2PP. Em relação às formas não retas dos paradigmas, a realidade é, como vimos, mais nebulosa, ficando, para lá das notas deixadas sobre a preferência hodierna pelas formas de 2PP em dativo, acusativo e genitivo, ainda por aferir, por exemplo, o que é apontado em Bacelar do Nascimento (2013, p. 2714) como “outra questão interessante”: “saber se estamos em presença de uma só série pronominal com variantes internas (...) ou de duas séries distintas (ou seja, [*vocês, os, lhes*] a par de [*vocês, vos*]), usadas por falantes diferentes, e pertencendo esta última, aparentemente, a gerações mais velhas”. É, sem dúvida, uma pergunta importante e que permitirá tecer observações mais sustentadas sobre a variação (e possível mudança) no que diz respeito às formas não retas do paradigma *vós* em PE.

²⁶⁵ E sugerimos a leitura dos vários comentários de informantes que versam sobre evolução e mudança, entre os quais destacamos, a título de exemplo: “*O português antigo, cada vez mais, está a ficar para trás, a linguagem “adolescente” engloba todas as pessoas.*” (código 02V126); “*O tema poderia eventualmente ser como a utilização do pronome “vós” está a entrar em desuso e a maneira diferente que falamos nos dias de hoje*” (código 13B121); “*penso que este questionário serve para perceber a mudança existentes na nossa língua, tentando perceber a nova geração*” (código 01B121); “*Já tinha pensado nesta questão das pessoas falarem com o pronome “vós”, acho que é algo que foi perdido com o tempo e [ilegível] gente da nova geração não usa.*” (código 18B121); “*Não percebi muito bem o tema mas acho que tem a haver com frases que já não são ditas tão frequentemente como antes. Mas não, não tinha pensado nisto, só quando vou a Urros onde falam mais como antigamente.*” (código 18B126).

Apresentadas as considerações finais sobre os dados recolhidos no âmbito do enquadramento teórico de que partimos, refletimos agora sobre a relação com o ensino de português (PLM e PLNM).

Relativamente ao ensino de português língua materna, apesar de concordarmos, em certa medida, com a observação de que “Todos os outros professores – excepção feita aos de língua estrangeira – são professores de Português.” (Mateus *et al.*, 1983, p. 355), e que a complexidade da realidade que tentamos retratar neste trabalho remete exatamente para a abrangência e interesse geral do assunto, sublinhamos que as reflexões aqui expostas interessarão sobretudo, na perspetiva prática de ensino, aos didatas de português, já que é a estes que cabe a informação, o esclarecimento e a orientação²⁶⁶ na aprendizagem da língua (portuguesa, no caso). Cabe ao docente de português, aproveitando as especificidades da turma,²⁶⁷ destriçar adequadamente este tema tendo em conta as suas particularidades (às quais procuramos aludir – com remissão para considerações afins em diferentes autores – na parte teórica do estudo e também, em relação a algumas delas – variação dialetal, diafásica e diastrática –, na parte empírica), que estão, no nosso entendimento, adequadamente e até de forma mais completa retratadas na observação de Duarte e Marques (2023a, p. 289): “as influências dialetais, os registos de língua, o estatuto dos interlocutores, os géneros discursivos e o grau de formalidade”.

²⁶⁶ Informação, esclarecimento e orientação que poderão ter efetivamente bom acolhimento junto dos estudantes, como mostram os exemplos seguintes: “Penso que este questionário seja sobre o uso incorreto de algumas formas verbais no dia a dia. Por acaso já tinha pensado sobre isto e *acho interessante ver a forma como a língua evolui*.” (código 15B123); “Fiquei a saber qual era o tema do questionário pela primeira pergunta (é um comentário positivo), *achei que este questionário, tal como o tema são bastante importantes, especialmente para a nossa geração mais nova*.” (código 02V1218); “De nada, provavelmente *um pouco do que estamos a perder a nível do português. A verdade é que nos tempos de hoje não falamos dessa forma e de facto perdemos esses “tempos” verbais*. Bom trabalho!” (código 20V122).

²⁶⁷ Remetemos para uma reflexão que consideramos importante em Mateus *et al.* (1983, p. 356): “A produção oral e escrita do aluno pode ainda constituir para o professor um meio de reconhecimento do posicionamento social e familiar do aluno e da sua atitude perante a situação escolar. Esse reconhecimento deve traduzir-se na aceitação e integração da produção como objecto de estudo na classe. Este processo de reconhecimento/aceitação/integração é particularmente importante no ensino da língua porque permite: a) a explicitação de níveis linguísticos diferentes, quer socio-económicos quer dialectais: cada um dos níveis recobre realidades diferenciadas externas à escola; b) a aceitação pelo grupo desses níveis linguísticos como variantes igualmente possíveis a par da «norma» escolar; c) a passagem da «língua» de meio de comunicação a objecto formal de análise.”

Relativamente ao ensino de português língua não materna, e resultado das observações retratísticas a que chegámos, concordamos com o que foi dito por Parkinson e Hajek (2004) sobre a necessidade de pelo menos se procurar instruir os estudantes de uma consciência passiva. No caso em análise neste estudo, uma consciência passiva relativamente à realidade de entendimento da produção atual do pronome *vós* em PEC. Assim, cremos que os manuais deverão seguir em linha com o que já é apresentado no *Português em rede*, ou seja, com notas informativas sobre a existência de *vós* em determinadas realidades geográficas e discursivas. Embora nesse manual falte, na nossa perspetiva (resultado dos dados recolhidos), a referência a que a produção do pronome pode ser encontrada não só no discurso religioso (nesse contexto surge, efetivamente, como 2PP, mas, essencialmente, como 2PS de deferência e em relação a entidades superiores), mas noutros discursos que não são informais, como, por exemplo, os discursos públicos, dando-se notas das considerações variáveis sobre o grau de formalidade dependendo, por exemplo, da idade. Entendemos, por conseguinte, e em linha com a crítica “[o pronome *vós*] Ainda não desapareceu (como alguém poderia imaginar ao ler os manuais de português para estrangeiros publicados em Portugal).” (cf. Manole, 2021a, p. 130), que são deficitários os manuais que simplesmente ignoram a ainda atual produção do pronome (reto) em PE.

Em conclusão, cremos que seja justificadamente defensável que, em ambos os ensinos, sejam considerados ajustes na informação apresentada aos alunos, nomeadamente na referência aos diferentes âmbitos – pragmático, dialetológico e sociolinguístico – nos quais se insere uma consideração ampla das FT. Remetendo novamente para Barros (1997), acreditamos que só assim – com a disponibilização geral de informação credível e sustentada – poderemos dirimir as disparidades de partida rumo a um futuro, pelo menos, mais justo para todos. Esse é o papel da escola: formar bem independentemente do contexto de base; apesar de diferentes à partida, iguais (boas) oportunidades para melhorar, para progredir, e, com isso, contribuir para um porvir melhor.

Falhas, limitações e propostas para o futuro

Assumimos que, se fosse possível, tomaríamos, em alguns casos, outras decisões, todavia não consideramos – pelo menos não demos por elas (o que, no limite, é pior do

que apenas não as elencar) – que haja propriamente falhas graves no que apresentámos.

Teríamos, sem dúvida, tomado outras opções nomeadamente na construção do questionário. Teríamos, por exemplo, na pergunta 1. do questionário, preenchido as partes das respostas irrelevantes para o estudo – por exemplo, “_____ fantásticos.” , “_____ tudo sobre isso”, “_____ todos os dias.” e “_____ ao cinema todos os dias.”, o que faria com que poupássemos algum tempo. Teríamos também optado, na pergunta sobre se frequenta a atividade catequese, as opções “sim” ou “não” em vez de elencarmos outras atividades (surgiram – pelo menos nos questionários por nós aplicados – muitas dúvidas sobre este ponto: “Eu pratico judo. O que assinalo?”, “Ginástica na escola conta para assinalar aqui a opção ginástica?”, “Eu já joguei futebol, mas agora já não jogo. Devo assinalar?”) – apesar de o surgimento de uma única atividade poder ser, de alguma maneira, considerado inadequado por a essa frequência se dar uma ênfase especial. Na pergunta 2., teríamos procurado uma formulação provavelmente menos potenciadora de respostas em discurso indireto (embora, também tenhamos de assinalar que a grande parte dos informantes produziu, efetivamente, um texto de agradecimento em discurso direto); na pergunta 3., teríamos desenhado linhas dentro dos balões (já que algumas crianças do 4.º ano usaram bastante tempo a desenhá-las) e teríamos alterado a disposição dos balões que preenchemos.²⁶⁸ Ainda em relação às duas perguntas que visam representar situações de distinta atribuição de formalidade (mais formalidade, pergunta 2.; menos formalidade, pergunta 3.) consideramos agora que teria sido mais adequado termos deixado notas em ambos os casos (fizemo-lo apenas na pergunta 2.) para que desencadeassem contextos sintáticos semelhantes (para mais facilmente termos dados de formas de complemento dativo, genitivo, etc., também na pergunta 3.). Relativamente à pergunta 4., teríamos incluído colunas com “sim” ou “não” para garantirmos a distinção indubitável entre um “não” e não resposta à pergunta; entre outras alterações que se mostrassem igualmente eficazes e que permitissem poupar mais algum tempo no preenchimento por parte dos informantes. Repensaríamos também a utilização da palavra “estranha” nos juízos, optando possivelmente pela

²⁶⁸ Recebemos esta sugestão numa apresentação que fizemos numa fase intermédia do estudo.

construção do juízo referindo a pouca frequência de audição de uma frase assim através da expressão “pouco habitual” (cf., por exemplo, com o referido no comentário 15V1219). Além disso, repensaríamos a própria construção da frase, já que, agora, desconfiamos²⁶⁹ que alguns informantes possam ter emitido o juízo com enfoque no que era predicado e não na construção pronome pessoal de 2PP + verbo na 2PP. Todas estas autocríticas que fazemos (e mais poderiam ser feitas) emergem, claro, da perspectiva de quem está a terminar um trabalho: só depois de termos feito alguma coisa é possível dizer que poderíamos ter feito melhor. Não obstante, aceitamos que muito poderia ter sido feito de outra forma. Tomá-lo-emos, sem dúvida, em consideração nas próximas investigações.

Para lá do que referimos sobre o questionário de uma maneira geral, também assumimos como menos positivo o número de respostas obtidas por meio digital ter ficado bastante aquém do esperado. Ainda que não tenhamos responsabilidade total por esta falha, admitimo-la e lamentamo-la, esperando que, em recolhas futuras, possamos encontrar formas de conquistar a atenção e a colaboração de mais informantes.

Entendemos que a grande limitação do trabalho que realizámos é a curta abrangência no que toca à variedade dos informantes, embora a referida delimitação, à qual não pudemos de certo modo escapar (teríamos sempre de delimitar a investigação para ser exequível no período curto de que dispúnhamos), tenha sido definida conscientemente e faça parte da matriz do trabalho, que, como referimos desde logo no título, é baseado em produções e juízos da comunidade estudantil. Uma generalização ampla dos dados encontrados poderia ser viável se não os tivéssemos recolhido apenas junto de estudantes, mas, antes, de falantes de PEC em diversas situações profissionais (por exemplo, de vários setores de atividade). Não o tendo feito, estamos conscientes da limitação do retrato e da necessidade de mais estudos para que seja viável uma extrapolação sobre o uso/desuso do pronome *vós* em PEC. Em síntese, estamos cientes de que prestamos apenas um contributo para a discussão geral. Apesar da limitação referida, cremos que pudesse ser interessante replicar, de certa forma (ainda que numa

²⁶⁹ Resultado de alguns terem referido que o questionário aumentou a autoestima, a confiança, cremos que possam ter emitido juízos no âmbito de uma leitura alocutiva das frases expostas (ou seja, que frases como “Tu és fantástico” tenham sido entendidas como dirigidas ao informante em causa).

amostra menor), o estudo, ou seja, voltar a produzi-lo, mas com uma nova recolha de dados e perceber se se comprova a sua validade, já que a curto prazo se espera que os resultados sejam semelhantes. Outra ideia que talvez fizesse sentido, seria aplicar um questionário digital não aos alunos, mas aos professores de Português, com o intuito de averiguar, por um lado, se os docentes dão nota de um uso hodierno de *vós* nas zonas nas quais lecionam e em que contextos (nomeadamente por jovens ou pessoas mais velhas, contexto formal ou informal, etc.) e, por outro, ainda no âmbito da relação FT-Ensino, se abordam especificamente o tema nas aulas (tanto nas conjugações verbais como no âmbito mais direto das formas de tratamento, por exemplo em apresentações ou mesmo na análise de textos literários).

A despeito das duas ideias referidas, consideramos que, terminado este trabalho, importa seguirmos, no âmbito dos estudos sobre o uso/desuso de *vós* (e formas canónicas do paradigma) em PEC, pela recolha de produções efetivas mais do que de juízos sobre produções. Procuraremos, assim, em futuras investigações, basear-nos mais especificamente em recolhas de produções (preferencialmente orais) espontâneas (na medida do possível, de diferentes pontos do país).

Apresentadas as considerações finais, resta-nos reafirmar o desígnio de que este trabalho tenha contribuído positivamente para o esclarecimento do tema em estudo e que seja entendido como relevante por linguistas e interessante por falantes de português (europeu e restantes variedades).

Referências bibliográficas

Aguiar, J., & Paiva, M. da C. de (2017). Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso. In P. Barbosa; M. da C. de Paiva & C. Rodrigues (Eds.), *Studies on variation in Portuguese* (pp. 135-150). John Benjamins.

Alvar, M. (1996). *Manual de dialectología hispánica*. Ariel (Ariel linguística).

Álvarez Pérez, X. A. (2014). European Portuguese dialectal features: a comparison with Cintra's proposal. *Journal of portuguese linguistics*, 13(1), 29-62.
DOI:10.5334/jpl.62

Argote, J. C. (1725). Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa... / pelo padre Dom Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, e Academico da Academia Real da Historia Portuguesa. - Muyto accrecentada, e correcta. Segunda impressã. - Lisboa Occidental: na Officina da Musica, 1725. - [24], 356, [4] p.; 8º (15 cm)
<https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/79485-regras-da-lingua-portuguesa-espelho-da-lingua-latina-ou-disposicao-para-facilitar-o-ensino-da-ling-citador-por-Vasconcelos> (1901)

Aristóteles (1977 [350a.C.]). *Tratado da política* (tradução de M. de Campos). Publicações Europa-América.

Austin, J. L. (1965 [1962]). *How to do things with words*. Clarendon Press.
citado por Lopes (2018)

Bacelar do Nascimento, M. F. (2013). Formas de Tratamento. In E. B. P. Raposo *et al.* *Gramática do Português* (pp. 2701-2730). Gulbenkian.

Bacelar do Nascimento, M. F., Mendes, A., & Duarte, M. E. (2018). Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*, 20 – Especial, 245-262.
DOI:10.35520/diadorim.2018.v20n0a23276

Bagno, M. (2001). Cassandra, Fênix e outros mitos. In C. A. Faraco (Org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 49-83). Parábola Editorial.

Bagno, M. (2023a). *Uma história da linguística*, tomo I. Parábola Editorial.

Bagno, M. (2023b). *Uma história da linguística*, tomo II. Parábola Editorial.

Bakhtin, M. M. & Voloshinov, V. N. (1973). *Marxism and the philosophy of language*. New York: Academic.
citado por Faraco (2017 [1996])

Balsalobre, S. R. G. (2015). *Brasil, Moçambique e Angola: Desvendando Relações Sociolinguísticas pelo Prisma das Formas de Tratamento* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP.
<http://hdl.handle.net/11449/127872>

Barbosa, P. *et al.* (2014). *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense [Corpus]*.
cehum.ilch.uminho.pt/fala_bracarense

Barros, C. (1997). História da Língua. Ensino da Língua. *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, XIV, 81-98.

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8251>

Barros, J. de (1540). *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum.

<https://purl.pt/12148>

citador por Vasconcelos (1901)

Basto, C. (1931). Formas de tratamento, em português. *Revista Lusitana*, 29, 183–202.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>

Bazenga, A. (2017). Formas de tratamento.

https://www.researchgate.net/publication/323366226_Formas_de_tratamento/citation/download

Bazenga, A. (2021). Avaliação e atitudes sociolinguísticas no português europeu madeirense. DOI 10.36517/revletras.40.1.12

Bazenga, A. (2024). "6 Portugal: Madeira". In U. Reutner (Ed.), *Manual of Romance Languages in Africa* (pp. 95-114). De Gruyter.

DOI 10.1515/9783110628869-006

Bazenga, A., Andrade, C., & Rodrigues, L. (2016). Variantes sintáticas (padrão e não-padrão) em construções pronominais do português: usos, representações sociais e atitudes linguísticas de falantes madeirenses.

DOI 10.13140/RG.2.2.18200.19203

Beaugrande, R., & Dressler, W. (1981). *Introduction to Textlinguistics*. Longman.

Bechara, E. (2019). *Moderna Gramática Portuguesa*. Editora Nova Fronteira/ Editora Lucerna.

Benveniste, E. (1971 [1966]). *Problems in general linguistics*. (trad. M. E. Meek). University of Miami Press.

Berger, A. (2000). *Media and Communication Research Methods: An Introduction to Qualitative and Quantitative Approaches*. Sage.

Bertolotti, V. (2015). *A mí de vos no me trata ni usted ni nadie. Sistemas e historia de las formas de tratamiento en la lengua española en América*. UNAM/Universidad de la República de Uruguay.

https://www.academia.edu/44002324/A_m%C3%AD_de_vos_no_me_trata_ni_usted_ni_nadie_Sistemas_e_historia_de_las_formas_de_tratamiento_en_la_lengua_espa%C3%B1ola_en_Am%C3%A9rica

Biderman, M. T. C. (1972). Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa: Revista de Linguística*, 18/19, 339–381.

<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3520/3293>

Birner, B. J. (2013). *Introduction to Pragmatics*. Wiley-Blackwell.

ISBN: 978-1-405-17583-8

Boléo, M. de P. (1947). Amostras de uma bibliografia crítica dialectal portuguesa (com a colaboração de António Gomes Ferreira). In *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, tomo1, 95-110. Universidade de Coimbra.

Boléo, M. de P. (1974 [1942]). O estudo dos dialectos e falares portugueses. (Um inquérito linguístico). In *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, tomo1, 3–43. Universidade de Coimbra.

Boléo, M. de P. (1974 [1950]). Dialectologia e história da língua: isoglossas portuguesas. In *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, tomo I, 185-250. Universidade de Coimbra.

Boléo, M. de P. (1974 [1954]). Unidade e variedade na língua portuguesa. In *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, tomo I, 251-287. Universidade de Coimbra.

Boléo, M. de P. (1978). *Inquérito Linguístico. Questionário*. 3.ª edição. Universidade de Aveiro.

Bortoni-Ricardo, S. M. (2004). *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. Coleção Linguagem, 4. Parábola Editorial.
citado por Moura (2023)

Braun, F. (1988). *Terms of address. Problems of patterns and usage in various languages and cultures*. Mouton de Gruyter.
<https://doi.org/10.1515/9783110848113>

Brissos, F. (2017). Documentação linguística das zonas raianas de Portugal e Espanha: o projeto Frontespo, com análise do caso da Beira Baixa / Extremadura espanhola. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 3, 21-49.

Brissos, F. (2018). Proposta de reformulação da caracterização dialetal do noroeste português. *Estudos de Lingüística Galega*, (número especial), 193-208.
DOI 10.15304/elg.ve1.3560
<https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/3560>

Brissos, F., & Saramago, J. (2014). O problema da diversidade dialectal do Centro-Sul português: informação perceptiva versus informação acústica. *Estud. lingüíst. galega*, 6, 53-80.
<http://dx.doi.org/10.15304/elg.6.1781>

Briz, A. (2004). Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada em la conversación. In D. Bravo & A. Briz. *Pragmática sociocultural – Estudios sobre el discurso de cortesía em español* (pp. 67-93). Ariel.

Briz, A. (2007). Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. *Lea*, XXIX, 5-40.

Brown, P. (2017). Politeness and impoliteness. In Y. Huang (Ed.), *The Oxford Handbook of Pragmatics* (pp. 383-399). Oxford University Press.

Brown, P., & Levinson, S. (1978). Universals in language use: Politeness phenomena. In E. Goody (Ed.), *Questions and politeness: strategies in social interaction* (pp. 56-289). Cambridge University Press.

- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987 [1978]). *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- Brown, R., & Gilman, A. (1960). *The Pronouns of Power and Solidarity*. In T. Sebeok (Ed.) *Style in Language* (pp. 253-276). Massachusetts Institute of Technology.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. Oxford University Press.
- Carreira, M. H. A. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémie verbale et modalités en portugais*. Peeters.
- Carreira, M. H. A. (2001). Formas de tratamento de português como designação do outro e de si: perspectivas de investigação e transposição didáctica. *Cadernos de PLE 1*.
<https://docplayer.com.br/62394758-Formas-de-tratamento-de-portugues-como-designacao-do-outro-e-de-si-perspectivas-de-investigacao-e-transposicao-didactica.html>
- Carreira, M. H. A. (2002). La designation de l'autre en Portugais Européen: instabilités linguistiques et variations discursives. In *Instabilités linguistiques dans les langues romanes. Travaux et Documents*, 16, 173-184.
- Carreira, M. H. A. (2004). Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. *Franco-British Studies*, 33-34, 35-45.
http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf
- Carreira, M. H. A. (2005). Politeness in Portugal: How to Address Others. In L. Hickey & M. Stewart (Orgs), *Politeness in Europe* (pp.306-316). Multilingual Matters.
- Carreira, M. H. A. (2007). "Le pronom d'adresse portugais «você»: valeurs et évolution. In A. Cunita et al. (Orgs.), *Studii de Linguistica Si Filologie Romanica. Hommages Offerts à Sanda Reinheimer Ripeanu* (pp. 15-19). Editura Universitatii din Bucuresti.
- Carreira, M. H. A. (2014). Cortesia e proxémica: abordagem semântico-pragmática. In I. R. Seara (Org.). *Cortesia: Olhares e (Re) Invenções* (pp. 27-76). Chiado Editora.
- Carrilho, E., & Lobo, M. (1994). O Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG). *Bollettino dell Atlante Linguistico Italiano*, III, 143-148. Edizioni dell Orso.
- Castilho, A. T. de (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. Editora Contexto.
- Castilho, A. T. de (2021). Gramática do Português Brasileiro: fundamentos, perspectivas. *Cadernos de Linguística*, 2(1), 01-17.
- Castro, I. (1999). O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In I. H. Faria (ed). *Lindley Cintra: homenagem ao Homem, ao Mestre, ao Cidadão*. (pp. 367-370). Cosmos/Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.
- Castro, I. (2006). *Introdução à História do Português*. Colibri.
- Chambers, J. K., & Trudgill, P. (2004 [1998]). *Dialectology*. Cambridge University Press.
- Chomsky, N. (1982). *The generative enterprise*. Foris Publications.

- Cintra, L. F. L. (1954). *Enquêtes au Portugal pour L'Atlas linguistique* (pp. 417-418). http://alpi.csic.es/sites/default/files/publicaciones/cintra_ALPI1.pdf
- Cintra, L. F. L. (1958 [1956]). Os inquéritos realizados em Portugal para o Atlas Linguístico da Península Ibérica e o seu interesse para a dialectologia brasileira. In *Anais do Primeiro congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956)*, 186-195. http://alpi.csic.es/sites/default/files/publicaciones/cintra_ALPI2.pdf
- Cintra, L. F. L. (1962a [1961]). Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais. *Boletim de filologia XX*, 31–39.
- Cintra, L. F. L. (1962b [1961]). Áreas lexicais no território português. *Boletim de filologia XX*, 273–307.
- Cintra, L. F. L. (1983a [1971]). Sobre o interesse humano do estudo dos dialectos e falares regionais. In L. F. L. Cintra. *Estudos de dialectologia portuguesa* (pp. 9-15). Coleção: Nova Universidade. Sá da Costa.
- Cintra, L. F. L. (1983b [1971]). Nova proposta de classificação dos dialectos galegoportugueses. In L. F. L. Cintra. *Estudos de dialectologia portuguesa* (pp. 117-164). Coleção: Nova Universidade. Sá da Costa.
- Cintra, L. F. L. (1986 [1972]). *Sobre as formas de tratamento*. Livros Horizonte.
- Cintra, L. F. (2008 [1990]) “Os dialectos da Ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galegoportugueses”. Comunicação apresentada no II Congresso da Cultura Madeirense. In J. E. Franco (Org.) *Cultura Madeirense. Temas e Problemas* (pp.95-104). Campo das Letras. citado por Segura (2013)
- Clyne, M., Norrby, C., & Warren, J. (2009). *Language and human relations. Styles of address in contemporary language*. Cambridge University Press.
- Coelho, I. L. et al. (2010). *Sociolinguística*. LLV/CCE/UFSC. ISBN 978-85-61482-25-1 https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf
- Coelho, I. L., & Oliveira, L. C. (2019). Uma entrevista com Carlos Alberto Faraco. *Working Papers em Linguística* 20(2), 7-14.
- Cook, M. (1994–1995). On the Portuguese forms of address: from vossa mercê to você. *Portuguese Studies Review*, 3(2), 78–89.
- Cook, M. (1997). Uma Teoria de Interpretação das Formas de Tratamento na Língua Portuguesa. *Hispania*, 80(3), 451–464. DOI 10.2307/345821
- Cook, M. (2001). Da lingüística à literatura: a segunda pessoa em Michaëlis de Vasconcelos e em Nemésio. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, 21, 49-62. <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/7872/6832>
- Cook, M. (2013). Portuguese pronouns and other forms of address, from the past into the future – Structural, semantic and pragmatic reflections. *Ellipsis*, 11, 267-290. <https://jls.apsa.us/index.php/jls/article/view/84/105>

Cook, M. (2014). Beyond T and V – Theoretical reflections on the analysis of forms of address. *American Journal of Linguistics*, 3 (1), 17-26.
<http://article.sapub.org/10.5923.j.linguistics.20140301.03.html#Sec1>

Coseriu, E. (1990). Fundamentos e tarefas da socio- e da etnolinguística. In L. Mello (Org.) *Sociedade, Cultura & Língua* (pp.28-49). Chorin, CCHLA, FUNAPE, UFPS.
citado por Marques & Duarte (2019)

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Almedina.

Culpeper, J. (1996). Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, 25, 349-367.

Culpeper, J. (2011). *Impoliteness. Using language to cause offense*. Cambridge University Press.

Cunha, C., & Cintra, L. F. L. (2017 [1984]). *Nova gramática do português contemporâneo*. Lexikon.

Derwing, B. L., & De Almeida, R. G. (2005). Métodos experimentais em Linguística. In M. Maia & I. Finger (Eds.), *Processamento da Linguagem*. (pp. 401-442). Educat.

de Jonge, B., & Nieuwenhuijsen, D. (2012). Forms of address. In J. I. Hualde *et al.* (Eds.), *The handbook of Hispanic linguistics* (pp. 247–262). Blackwell.

Duarte, I. (2001). Uso da língua e criatividade. In F. I. Fonseca; I. M. Duarte; O. Figueiredo, *A Linguística na formação do professor de português* (pp.107-123). Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Duarte, I. M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A. M. Brito (Org.), *Gramática: história, teorias, aplicações* (pp. 133-146). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25334/2/isabelduarteformas000100229.pdf>

Duarte, I. M. (2011). Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga*, 18(28), 84-101.
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/26077>

Duarte, I. M., & Marques, A. (2023a). Vós and other pronominal forms of address (tu, você, vocês): speakers' perceptions of Brazilian and European Portuguese. In N. Baumgarten & R. Vismans (Eds.), *It's different with you: contrastive perspectives on address research* (pp. 272-293). John Benjamins Publishing Company.

Duarte, I. M., & Marques, M. A. (2023b). Referring to discourse participants in European Portuguese: The form of address o senhor. In P. Posio P. & P. Herbeck (Eds.), *Referring to discourse participants in Ibero-Romance languages* (pp. 273-306). (Open Romance Linguistics). Language Science Press.
DOI 10.5281/zenodo.8123675

Duarte, I. M.; Marques, A., & Seara, I. R. (2019). Argumentação ad hominem, formas de tratamento e protesto político / Ad hominem argument, address forms and political protest *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, 8, 61-78

- Eelen, G. (2001). *A Critique of Politeness Theories*. St. Jerome Publishing.
- Faraco, C. A. (Org.) (2001a). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. Parábola Editorial.
- Faraco, C. A. (2001b). Guerras em torno da língua: questões de política linguística. In C. A. Faraco (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 107-125). Parábola Editorial.
- Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. Parábola Editorial.
- Faraco, C. A. (2017 [1996]). O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, 3(2). 114–132.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17150>
- Faria, R. (2009). *O fenómeno da delicadeza linguística em Português e em Inglês* – Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- Faria, R. (2022). "Would you shut up, man? The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press". *Journal of Anglo-Portuguese Studies*, 31, 323-351.
- Ferreira, M. B. et al. (1996): "Variação linguística: perspectiva dialectológica" In I. H. Faria et al. (Orgs.), *Introdução à linguística geral e portuguesa* (479-502). Caminho.
- Fiorin, J. L. (2001). Considerações em torno do projeto de lei nº/99. In C. A. Faraco (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 107-125). Parábola Editorial.
- Fiorin, J. L. (2017). *Recensão de Faraco, C. A. 2016. História sociopolítica da língua portuguesa [Sociopolitical History of the Portuguese Language]*. *Bakhtiniana*, 12 (1), 169-179.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (trad. Artur M. Parreira). Monitor.
- Flores, C. (2013). Português Língua Não Materna. Discutindo conceitos de uma perspetiva linguística. In R. Bizarro, M. Moreira & C. Flores (Orgs.), *Português língua não materna: investigação e ensino* (pp. 35-46). Lidel.
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23009/1/C.Flores_PLNM%20Discutindo%20conceitos%20de%20uma%20perspetiva%20lingu%C3%ADstica.pdf
- Fonseca, F. I. (1992). A urgência de uma pedagogia da escrita. *Máthesis*, 1, 223-251.
- Fonseca, F. I. (2000). Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura. In C. Reis et al. *Didáctica da Língua e da Literatura*, 1, 37-45. Livraria Almedina.
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19944>
- Fonseca, F. I. (2001). Linguística aplicada ou linguística aplicável? In F. I. Fonseca; I. Duarte & O. Figueiredo. *A Linguística na Formação do Professor de Português* (pp. 15-26). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Fonseca, J. (1994). *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto Editora.
citado por Lopes (2018)

Fox, D. (1987). *El proceso de investigacion en educacion* (2ª ed.). Ediciones Universidad de Navarra.

citado por Pinheiro e Silva (2004)

Garcez, P. M., & Zilles, A. M. S. (2001). Estrangeirismos: desejos e ameaças. In C. A. Faraco (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 15-36). Parábola Editorial.

Gouveia, C. (1996). Pragmática. In I. H. Faria *et al.* (Orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 383-420). Caminho.

Gouveia, C. (2008). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In I. M. Duarte & F. Oliveira (Orgs.), *O Fascínio da Linguagem* (91-99). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6695.pdf>

Graça Moura, V. (1983). (Org.), *Estão a assassinar o português*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. Morgan (Eds.), *Syntax and semantics 3: speech acts*. (pp. 41-58). Academic Press.

citado por Hickey & Stewart (2005)

Guedes, P. C. (2001). E por que não nos defender da língua? In C. A. Faraco. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 127-142). Parábola Editorial.

Guilherme, A., & Bermejo, V. L. (2015). Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu. *LaborHistórico*, 1 (2), 167-180.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/download/4801/3509>

Guimarães, R. D. (2010). José Leite de Vasconcelos e o percurso da dialectologia portuguesa. In: C. Assunção; G. Fernandes & M. Loureiro. *Actas Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da linguística ibérica na América Latina e Ásia*.

ISBN 978-3-89323-297-0

<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/1530>

Gumperz, J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge University Press.

Gumperz, J., & Hymes, D. H. (1972). *Directions in Sociolinguistics*. Holt, Rinehart & Winston.

Hajek, J. T., Kretzenbacher, H. L., & Lagerberg, R. J. (2013). *Towards a linguistic typology of address pronouns in Europe - past and present*. Proceedings of the 2012 Conference of the Australian Linguistic Society, Australian Linguistics Society.

Hammermüller, G. (1976). Formas e convenções de tratamento do português. *Actas do 1.º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português* (pp. 55-60). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Hammermüller, G. (1980). Você é estrebaria? *Iberoromania* (12), 30-40.

Hammermüller, G. (1992). O tratamento de vós em Rio de Onor. In J. SchmidtRadefeldt (ed.), *Semiótica e linguística portuguesa e românica* (pp. 43-54). Gunter Narr.

Hammermüller, G. (1993). *Die Anrede im Portugiesischen. Eine soziolinguistische Untersuchung zu Anderkonventionen und Portugiesischen*. (L'adresse en portugais. Une recherche sociolinguistique des conventions et des formes d'adresse du portugais européen contemporain. Uma análise sobre a complexidade de sistema das formas de tratamento em Português – tradução de Carreira). Tese (Doutoramento), Universidade de Kiel.

Hammermüller, G. (2004). *Adresser ou éviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente*. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermueller.pdf

Hammermüller, G. (2011) —Que coisa complicada, sempre: o você em Portugal...||. In H. Rebelo (coord.) *Lusofonia: tempo de reciprocidades. Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, (pp.55-63). Edições Afrontamento.

Hammermüller, G. (2020). Retracing the historical evolution of the Portuguese address pronoun você using synchronic variationist data. M. Hummel & C. dos S. Lopes (Eds.), *Address in Portuguese and Spanish -Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction* (pp. 251-291). De Gruyter.

Haugh, M. (2007). The Discursive Challenge to Politeness Theory: an Interactional Alternative. *Journal of Politeness Research* 3, 295-317.
citado por Faria (2002)

Haverkate, H. (1994). *La cortesía verbale. Estudio pragmalingüístico*. Gredos.

Heap, D. (2003). *Atlas lingüístico de la Península Ibérica (ALPI)*. University of Western.
citado por Aguiar & Paiva (2017)

Heath, J. (2004). Person. In G. E. Booij, C. Lehmann, J. Mugdan & S. Skopeteas (Eds.), *Morphologie– Morphology: Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung (Handbuch zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 17.2)*, vol. 2 (pp. 998–1015). Walter de Gruyter.
citado por Heine & Song (2011)

Heine, B., & Song, K. (2011). On the grammaticalization of personal pronouns. *Linguistics*, 47, 587-630.
DOI 10.1017/S0022226711000016

Hickey, L., & Stewart, M. (2005) (Eds.). *Politeness in Europe*. Multilingual Matters.

Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.

Hummel, M. (2019). The diachronic expansion of pt. vossa mercê > você and sp. vuestra merced > usted. *Work. Pap. Linguíst*, 20(2), 24-59.

Ilari, R. (2013). O português no contexto das línguas românicas. In E. B. P. Raposo *et al. Gramática do Português* (pp. 49-66). Gulbenkian.

Jain, D. K. (1969). Verbalization of Respect in Hindi. *Anthropological Linguistics*, vol. H (3), 79-97.
citado por Biderman (1972)

Jucker, A. H., & Taavitsainen, I. (2003). Diachronic perspectives on address term systems. Introduction. In I. Taavitsainen & A. H. Jucker (Eds.), *Diachronic perspectives on address term systems* (pp. 1–25). John Benjamins.

Kehler, A. (2014). Discourse Coherence. In L. Horn & G. Ward (Eds.) *The Handbook of Pragmatics*. (pp. 241-265). Blackwell.
citado por Lopes (2018)

Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les Interactions verbales*. Tome II. Armand Colin.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1995). La construction de la relation interpersonnelle: quelques remarques sur cette dimension du dialogue. *Cahiers de Linguistique Française*, 16, 69-88.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1997). Variations culturelles et universaux dans le fonctionnement de la politesse linguistique. In D. Luzzati; J. Beacco; R. Mir-Samii; M. Murat & M. Vivet (Orgs.), *Le Dialogique* (pp. 151-160). Peter Lang.

Kristeva, J. (1969). *História da Linguagem*. Edições 70.

Labov, W. (1966). *The social stratification of English in New York City*. Center for Applied Linguistics.
citado, entre outros, por Paiva (2003)

Labov, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*, Filadelfia: University of Pennsylvania Press.

Labov, W. (1975). *What is a linguistic fact?* The Peter de Ridder Press.

Labov, W. (1982). Building on empirical foundations. In W. Lehmann; Y. Malkiel (Eds.). *Perspectives in Historical Linguistics* (pp.17-82). John Benjamins.
citado por Ferreira *et al.* (1996)

Lakoff, R. T. (1973). The logic of politeness; or minding your p's and q's. In *Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* (pp. 292–305). Department of Linguistics, University of Chicago.
citada por Hickey & Stewart (2005)

Lara Bermejo, V. (2012). Ustedes instead of vosotros and vocês instead of vós: an analysis through the Linguistic Atlas of the Iberian Peninsula (ALPI). *Dialectologia*, Special Issue(3), 57-93.
https://www.researchgate.net/publication/292440707_Ustedes_instead_of_vosotros_and_voces_instead_of_vos_An_analysis_through_the_Linguistic_Atlas_of_the_Iberian_Peninsula_ALPI

Lara Bermejo, V. (2013). Voces por vós en el portugués europeo: un fenómeno en auge. *Estudios sobre variación sintáctica peninsular*, 99-124. Trabe.
https://www.academia.edu/17749349/Voc%C3%AAs_por_v%C3%B3s_en_el_portugu%C3%A9s_europeo_un_fen%C3%B3meno_en_auge

Lara Bermejo, V. (2015). *Los tratamientos de 2ª pl en Andalucía occidental y Portugal: estudio geo-y sociolingüístico de un proceso de gramaticalización*. Tese (Doutoramento). Universidad Autónoma de Madrid.

https://www.academia.edu/17747078/Los_tratamientos_de_2pl_en_Andaluc%C3%ADa_occidental_y_Portugal_estudio_geo_y_socioling%C3%BC%C3%ADstico_de_un_proceso_de_gramatizaci%C3%B3n

Lara Bermejo, V. (2017a). La desaparición de vocês como forma de tratamento cortês en el português europeo. *Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía (Limite)*, 11(1), 135-163. https://www.researchgate.net/publication/324360285_La_desaparicion_de_voces_como_forma_de_tratamiento_cortes_en_el_portugues_europeo

Lara Bermejo, V. (2017b). La estandarización de vocês en el Portugués eurpeo continental. *Revista de Filología Románica*, 34(1), 9-31. <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-85021385341&partnerID=MN8TOARS>. DOI 10.5209/RFRM.55627

Lara Bermejo, V. (2018a). Relaciones de caso y extensión de la concordancia en el Español peninsular y el Portugués Europeo". *Revista de Filología Espanola*, 98(1), 85-110. <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-85050212979&partnerID=MN8TOARS>. DOI 10.3989/rfe.2018.04

Lara Bermejo, V. (2018b). *La cortesía en la Península Ibérica: dialectología del Sprachbund suroccidental*. Peter Lang. https://www.researchgate.net/publication/327624130_La_cortesia_en_la_Peninsula_Iberica_dialectologia_del_Sprachbund_suroccidental

Lara Bermejo, V. (2020). Forms of address in the south-western Sprachbund of the Iberian Peninsula: one hundred years of evolution in western Andalusian and European Portuguese. In M. Hummel & C. dos S. Lopes (Eds.), *Address in Portuguese and Spanish. Studies in diachrony and diachronic reconstruction* (pp. 71-109). Mouton de Gruyter. https://www.academia.edu/43735161/Forms_of_address_in_the_south_western_Sprachbund_of_the_Iberian_Peninsula_one_hundred_years_of_evolution_in_western_Andalusian_Spanish_and_European_Portuguese

Lara Bermejo, V. (2021). Os pronomes de tratamento do português europeu dos sécs XVIII e XIX. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, 38, 69-184. https://www.researchgate.net/publication/357657798_Os_pronomes_de_tratamento_no_portugues_europeu_dos_seculos_XVIII_e_XIX

Lara Bermejo, V. (2022a). *Historia de los pronombres de tratamiento iberorromances: Península Ibérica, América, África y Filipinas*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert. https://www.academia.edu/91727838/Historia_de_los_pronombres_de_tratamiento_iberorromances_Pen%C3%ADnsula_Ib%C3%A9rica_Am%C3%A9rica_%C3%A8frica_y_Filipinas

Lara Bermejo, V. (2022b). The system of pronouns in Madeira. *Estudos de Lingüística Galega*, 14 ISSN: 1989-578X. <https://doi.org/10.15304/elg.14.8265>

Lara Bermejo, V. (2023a). The history of second person pronouns in European Portuguese. *Journal of Historical Pragmatics*, 1-37 https://www.researchgate.net/publication/373704909_The_history_of_second-person_pronouns_in_European_Portuguese DOI 10.1075/jhp.20002.lar

- Lara Bermejo, V. (2023b). The system of pronouns of address in Azores. *Zeitschrift für romanische Philologie (ZrP)*. 139, 1180-1201.
DOI 10.1515/zrp-2023-0047
- Lara Bermejo, V., & Guilherme, A. (2018). The politeness of você in European Portuguese". *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 11(2), 337-366.
DOI 10.1515/shll-2018-0012
citado por Faria (2022)
- Lara Bermejo, V., & Guilherme, A. (2021). The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 14(1), 39–79.
DOI 10.1515/shll-2021-2040
- Leão, N. de (1576). Orthographia da lingua portuguesa: obra util & necessaria assi pera bem screuer a lingua Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião. - Em Lisboa: per loão de Barreira, 1576. - [4], 78 f.; 4º (20 cm)
<https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/90984-orthographia-da-lingua-portuguesa>
citado por Vasconcelos (1901)
- Leech, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. Longman.
- Lisboa, E. (1983). Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes. In V. Graça Moura (Org.), *Estão a assassinar o português* (pp. 37-48). Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Locher, M. A. (2012). "Politeness Research from Past to Future, with a Special Focus on the Discursive Approach". In L. Fernández Amaya, M. de la O Hernández López, R Gómez Morón, M. Padilla Cruz, M. Mejias Borrero & M. Relinque Barranca (Eds.). *New Perspectives on (Im)Politeness and Interpersonal Communication* (pp. 36-60). Cambridge Scholars.
citado por Faria (2022)
- Locher, M. A., & Watts, R. J. (2005). "Politeness theory and relational work". *Journal of Politeness Research*, 1, 9-33.
- Locher, M., & Watts, R. (2008). Relational work and impoliteness: Negotiating norms and linguistic behaviour. In D. Bousfield & M. Locher (Eds.), *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice* (pp.77-99). Mouton de Gruyter.
- Lopes, C. R. dos S. (2001). O percurso de «a gente» em tempo real de longa duração. In R. V. Mattos e Silva (Ed.). *Para a história do português brasileiro. vol. 2.1.:Primeiros Estudos* (pp. 127-148). Humanitas.
- Lopes, C. R. dos S. (2003). *A inserção de «a gente» no quadro pronominal do português*. Vervuert/Iberoamericana.
- Lopes, A. C. M. (2006). Fronteiras entre semântica e pragmática: algumas reflexões. In C. Maia, A. C. M. Lopes e G. Rio-Torto (Orgs.) *Miscelânea de Estudos In Memoriam José G. Herculano de Carvalho, Revista Portuguesa de Filologia*, Tomo I, vol. XXV, 275-294.
<https://hdl.handle.net/10316/47883>
- Lopes, A. C. M. (2018). *Pragmática: uma introdução*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Lopes, C. R. dos S., & Mota, M. A. (2019). A Percepção e a Aceitabilidade de Formas de Tratamento no Português Europeu (PE): uma abordagem experimental. *Working Papers em Linguística*, 20(2), 135-174.

Luz, M. dos S. (1958–1959). Fórmulas de tratamento no português arcaico. *Revista Portuguesa de Filologia*, 9 (1–2), 55–281.

Macedo, J. B. (1983). Não estão a assassinar o português!. In V. Graça Moura (Org.), *Estão a assassinar o português* (pp. 53-62). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Macedo, A. V. T. de. (2003). Linguagem e contexto. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 51-57). Contexto.

Machado Vieira, M dos S., & Wiedemer, M. L. (2023). *Saberes em Sociolinguística: trilhas, demandas e proposições*. Parábola Editora.
ISBN: 978-85-7934-293-6

Manole, V. (2017). Dificuldades dos falantes romenos na aprendizagem das formas de tratamento do português europeu. *Studia Universitatis Babes-Bolyai-Philologia*, 62(4), 117-128.

Manole, V. (2020). *O debate parlamentar em português*. Casa Cărții de Știință.

Manole, V. (2021a). O legado da perda: o pronome vós no português europeu atual. In C. Papahagi (Org.) *Disparitions, effacements, oublis dans les langues romanes II* (pp. 119-132). Presa Universitară Clujeană.

Manole, V. (2021b). As formas de tratamento na abordagem multissistémica: um novo modelo teórico de análise. *Studia Ubb Philologia*, LXVI (4), 81-94.
DOI 10.24193/subbphilo.2021.4.05

Marcotulio, L. L. (2012). *Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português* (Doctoral dissertation, Tese de doutorado. UFRJ/FL).
<https://laborhistorico.letras.ufrj.br/Doutorado/Marcotulio%202012.pdf>

Marques, M. A. (2014). Formas de tratamento em Português e discurso televisivo: usos de você. In Y. Andreeva (Org.) *Horizontes do Saber Filológico* (pp. 62-73). Editora Universitária Sveti Kliment Ohridski.

Marques, M. A. (2017). *Vós, um travo de anacronismo?* VI SIMELP, Instituto Politécnico de Santarém, de 24 a 27 de outubro de 2017 (comunicação).
<https://ojs.apl.pt/index.php/rapl/article/download/15/17/104>

Marques, M. A. (2020). Gentileza e agressão no espetáculo político contemporâneo: entrevista com Maria Aldina Marques. *Heterotópica*, 2(1), 61-69. Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos - LEDIF Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - ILEEL/UFU ISSN: 2674-7502
DOI 10.14393/HTP-v2n1-2020-55564
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69140>

Marques, M. A., & Duarte, I. M. (2019). Formas de tratamento e preservação da face em interações verbais online. *Revista da APL*, 5, 236-249.

Marquilhas, R. (2013). Fenómenos de mudança na história do português. In E. B. P. Raposo *et al.* *Gramática do Português* vol. I (pp. 17-45). Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, A. M. (2016). Introdução: o português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 1–39). De Gruyter.

Mateus, M. H. M. *et al.* (1983). O Ensino do português como língua materna. In L. F. L. Cintra (dir.) *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (pp. 353-357). Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. ISSN 0871-3731

Mateus, M. H. M. (2007). A mudança da língua no tempo e no espaço. In M. H. A. Mateus; M. F. Bacelar do Nascimento do (org.). *A língua portuguesa em mudança* (pp. 15-30). Editorial Caminho.

Mateus, M. H. M., & Cardeira, E. (2007). Norma e variação. In Coleção: M. H. M. Mateus & Alina Villalva. *O Essencial sobre língua portuguesa*. Edições Colibri.

Mateus, M. H. M., & Villalva, A. (2007). *Linguística*. Coleção: O Essencial sobre língua portuguesa. Caminho.

Mattos e Silva, R. V. (1981). Sobre a mudança linguística: uma revisão histórica. *Boletim de filologia*. Tomo XXVI. Fascículos 1-4. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Mattos e Silva, R. V. (1988a). Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. *Revista ICALP*, vol. 11, 60-72.

Mattos e Silva, R. V. (1988b). Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. *Revista ICALP*, vol. 12-13, 13-27.

Mattos e Silva, R. V. (2008). Teorias da mudança lingüística e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 3, 39-52.

Mattoso Câmara J., J. (1984). *Estrutura da língua portuguesa* (14ª Ed.). Vozes.

Medeiros, S. M. de O. (1985). *A Model of Address From Negotiation: a Sociolinguistic Study of Continental Portuguese*. Tese (Doutoramento), Universidade do Texas.

Meier, H. (1951). Die Syntax der Anrede im Portugiesischen. *Romanische Forschungen*, 63, 95-124.
citado por Hammermüller (1976)

Meillet, A. (1948 [1921]). *Linguistique historique et linguistique générale*. Champion Editeur.
citado por Carlos Alberto Faraco em Coelho & Oliveira (2019)

Mills, S. (2003). *Gender and Politeness*. Cambridge University Press.
citado por Faria (2002)

Mills, S. (2017). *English Politeness and Class*. Cambridge University Press.
citado por Faria (2002)

Milroy, J. (1992). *Linguistic Variation and Change: on the Historical Sociolinguistics of English*. Oxford.

Mollica, M. C. (2003a). Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.). (2003). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 9-14). Contexto.

Mollica, M. C. (2003b). Relevância das variáveis não linguísticas. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 27-32). Contexto.

Monteiro, M. (2018). *Por amor à Língua*. Objectiva.

Moura, A. P. A. C. de (2023). A Sociolinguística e o processo de ensino-aprendizagem da língua materna na Educação de Jovens e Adultos. In M. Machado Vieira & M. L. Wiedemer. *Saberes em Sociolinguística: trilhas demandas e proposições* (pp. 192-210). Pá de Palavra.

Naro, A. J. (2003). O dinamismo nas línguas. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.) *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp.43-50). Contexto.

Naro, A. J. & Lemle, M. (1977). Syntactic diffusion. In *Parasession on Diachronic Syntax*. Chicago. *Papers from the Parasession on Diachronic Syntax* (pp. 221-240). Chicago Linguistic Society. citado por Macedo (2003)

Novo, I. R.; Vieira, C., & Tojal, M. (2011). In P. Osório. *III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa* (pp. 35-43).

<https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/III-SIMELP-final-179-212.pdf>

Oliveira, F. de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. - Em Lixboa : e[m] casa d'Germão Galharde, 27 laneyro 1536. - [38] f. ; 4º (20 cm)
<https://purl.pt/369/1/ficha-obra-gramatica.html>

Oliveira, S. M. (1996). Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal. In J. M. Carrasco González & A. Viudas Camarasa (Eds.), *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera: (Cáceres, 1 a 3 de diciembre de 1994)*, Vol. II, 123-139. Universidad de Extremadura.

Oliveira, S. M. (2005). A retrospective on address in Portugal (1982–2002). Rethinking power and solidarity. *Journal of Historical Pragmatics* 6 (2), 308–333.

Oliveira, S. M. (2009). Negotiating identity, conflict, and cooperation within a strategic address. In A. Denis & D. Kalekin-Fishman (Eds.), *Contemporary sociology. Conflict, competition, cooperation*, (pp. 416–432). Sage.

O' Neill, P. (2023). *Portugal is different... o por lo menos su imperio lo fue. Paradigmas mixtos en el español y el português*. [comunicação] IVCCFT Congresso Universidad de Cádiz.

Osgood, C. E. & Sebeok, T. A. (1954). *Psycholinguistics A survey of theory and research problems*. Indiana University Press/Baltimore Waverly Press.

Paiva, M. C. (2003). A variável gênero/sexo. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 33-42). Contexto.

Paiva, M. C., & Lamoglia Duarte, M. E. (2003). Mudança linguística observações no tempo real. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 179-190). Contexto.

Parkinson, A., & Hajek, J. (2004). Keeping it all in the family: tu, Lei and Voi Towards a Descriptive Account of Address Pronoun Use in Italian and Its Pedagogical Implications. *Australian Review of Applied Linguistics*, 18.
DOI 10.1075/aralss.18.07par

Pérez de Ayala, S. (2001). FTAs and Erskine May: conflicting needs? – Politeness in Question Time. *Journal of Pragmatics*, 33, 143-169.

Pinheiro, A., & Silva, B. (2004). A Estruturação do Processo de Recolha de Dados On-Line. In *Actas da X Conferência Internacional Avaliação Psicológica, Formas e Contextos* (pp. 522-529). Psiquilíbrios Edições.

Pinto, A. G. (2020). Os refugiados em manifestos políticos presidenciais: entre silenciar e dar voz = Refugees in presidential political manifestos: between silencing and giving a voice. *Comunicação e Sociedade*, (38), 41-57.
DOI 10.17231/comsoc.38(2020).2603

Pinto, A. G. (2023). Sociolinguistics in Portugal. In M. J. Ball, R. Mesthrie & C. Meluzzi. *The Routledge handbook of sociolinguistics around the world*. (pp. 560-568). Routledge e Taylor & Francis.

Pinto, A. G. (2024). Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva. In M. A. Marques *et al.* (Orgs.), *Vozes que moldam Abril. Os discursos presidenciais na celebração da revolução*. Editora U.Minho.

Pinto, M. da G. L. C. (2013). O plurilinguismo: um trunfo?. *Letras De Hoje*, 48(3), 369–379.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/12584/9926>

Pires, J. (2023). Formas de tratamento: usos e desusos do nordeste trasmontano. *Revista Galega de Filoloxía*, 24, 89-105
<https://doi.org/10.17979/rgf.2023.24.0.9767>

Pires, Q. (2022). Sobre as formas de tratamento no Português em Angola...*Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 17, 95-115.
<https://doi.org/10.21747/16466195/ling17a4>

Pires de Cabral, A. M. (1983). Morrer, mas devagar. In V. Graça Moura (Org.), *Estão a assassinar o português* (pp. 17-24). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Preti, D. (2004). Papéis sociais e formas de tratamento em A ilustre casa dos Ramires, de Eça de Queiroz. In D. Preti, (Org). *Estudos de língua oral e escrita* (pp. 180-199). Lucerna.

Pountain, C. (2003). Pragmatic and Structural Reflections on the Expression of the Second Person Notion in Romance with Special Reference to Spanish and Portuguese, *Bulletin of Spanish Studies*, 80(2), 145-160.
DOI 10.1080/14753820302029

Raposo, E. P. (2013). Pronomes. In E. B. P. Raposo *et al.* *Gramática do Português* vol. I (pp. 883-918). Fundação Calouste Gulbenkian.

Rebordão Navarro, A. (1983). Os depredadores da língua ou os crimes por omissão. In V. Graça Moura (Org.), *Estão a assassinar o português* (pp. 25-28). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Ribeiro, O. (1985). Nota introdutória. In J. L. de Vasconcelos. *Opúsculos*, vol. VI – *Dialectologia* (Parte II). Imprensa da Universidade da Universidade de Coimbra. Org. Maria Adelaide Valle Cintra.
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>

Rio-Torto, G. (2022). Caminhos da diferenciação entre PE e PB. In G. Rio-Torto (Ed.) *Português brasileiro e português europeu: um diálogo de séculos* (pp. 9-32). Universidade Politécnica de Macau.
<https://cpclp.mpu.edu.mo/wp-content/uploads/2022/08/Portugues-brasileiro-e-portugues-europeu-um-dialogo-de-seculos.pdf>

Roberts, I., & Holmberg, A. (2010). Introduction: parameters in Minimalist theory. In T. Biberauer *et al.* (Eds.), *Parametric Variation: null subjects in Minimalist theory* (pp. 1-57). Cambridge University Press.

Rodrigues, C. (2016). Variação sociolinguística. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 98-115). De Gruyter.

Rodrigues Lapa, M. (1984 [1970]). *Estilística da língua portuguesa* (6.^a ed.). Acadêmica.

Rodrigues, L., Bazenga, A., & Soares, M. (2022). Usos não-padrão e avaliação de *lhe* em variedades do português. In L. C. Moutinho *et al.* (Orgs.), *Estudos em variação linguística nas línguas românicas* (pp. 64-80). Universidade de Aveiro.
<https://www.researchgate.net/publication/361184359>

Said Ali, M. (1931). *Gammatica histórica da língua portugueza*. Melhoramentos.

Sampedro Mella, M., & Uruburu Rodríguez, M. (2021). *Às voltas com o pronome você no português europeu*. Conference paper.
https://www.academia.edu/49255032/%C3%80s_voltas_com_o_pronome_voc%C3%AA_no_portugu%C3%AAs_europeu

Sampedro Mella, M. & Uruburu Rodríguez, M. (2023). Aproximação sociolinguística às formas de tratamento no português europeu. *Iberoromania*, 2023(97), 74-93.
<https://doi.org/10.1515/iber-2023-2008>

Sanders, T., Spooren, W. & Noordman, L. (1992). Toward a taxonomy of coherence relations. *Discourse Processes*, 15, 1-35.
citado por Lopes (2018)

Saraiva, M. C. P. (2002). *Estudo de Formas de Tratamento no Português Europeu Contemporâneo: contributos para um manual didáctico* - Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Saramago, J. (2006). O Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG). *Estudis romànics*, XXVIII, 281-298.

Scherre, M., Dias, E., Andrade, C., & Martins, C. (2015). Variação dos pronomes tu e você. In M. A. Martins & J. Abraçado (Orgs.), *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro* (pp. 133-172). Contexto.

Searle, J. (1969). *Speech Acts: an essay in the philosophy of mind*. MIT Press.
citado por Hickey & Stewart (2005) e por Lopes (2018).

Selph, B. W. (2021). *Vós, Vocês, and the Null Subject in European Portuguese*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Segura da Cruz, M. L. (1987). *A fronteira dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação em linguística portuguesa para acesso à categoria de investigador auxiliar (equivalente a doutoramento), Universidade de Lisboa.

Segura, L. (2013). Variedades dialetais do português europeu. In E. B. P. Raposo *et al.* (Orgs.), *Gramática do português* (vol.1, pp. 85-142). Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, A. K. (2020). *Formas de tratamento no português de Angola. Estudo sociolinguístico*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.
<http://hdl.handle.net/10174/28355>

Silva Dias, E. (1970 [1916]). *Syntaxe Historica Portuguesa*. Livraria Clássica Editora.

Silva, L. A. da (2008). Cortesia e formas de tratamento. In D. Preti (Ed.), *Cortesia Verbal* (pp. 177-192). Humanitas.

Sousa-Silva, R., & Coulthard, M. (2016). Linguística Forense. In R. J. Dinis-Oliveira & T. Magalhães, (Orgs.), *O que são as Ciências Forenses? – Conceitos, Abrangência e Perspetivas Futuras* (pp. 137-144). Pactor.

Steiner, G. (2011). Entrevista a António Lobo Antunes.
<https://www.youtube.com/watch?v=4krgSx7TXxM>

Thomé-Williams, A. C. (2004). Sociolinguistic aspects of forms of Address in Portugal and Brasil: Tu or Você. *Intercultural Communication Studies*, XIII (3), 85-99.
https://www.researchgate.net/publication/255604157_Sociolinguistic_Aspects_of_Forms_of_Address_in_Portugal_and_Brazil_TU_or_VOCE

Teyssier, P. (2007 [1982]). *História da língua portuguesa*. Sá da Costa.

Uruburu Rodriguez, M. B. (2023). *Sobre as formas de tratamento no sur de Galicia e no norte de Portugal: unha visión sociolingüística e contrastiva*. Tese de doutoramento. Universidade de Vigo.
<http://hdl.handle.net/11093/5050>

Vasconcellos-Guedes, L., & Guedes, L. F. A. (2007). E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. *X SemeAd -Seminário em Administração*. FEA/USP.

- Vasconcelos, J. L. de (1897). Mapa dialectológico do continente português. Sep. publicada em M. A. Ferreira Deusdado, 1858-1918 *Chorographia de Portugal ilustrada*. Lisboa.
https://purl.pt/27807/4/ca-504-v_PDF/ca-504-v_PDF_24-C-R0150/ca-504-v_0000_capa-cap_t24-C-R0150.pdf
- Vasconcelos, J. L. de. (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise: thèse pour le doctorat de l'université de Paris*.
<https://archive.org/details/esquissedunedia00vascgoog/page/n21/mode/2up>
- Vasconcelos, J. L. de (1928a): *Opúsculos*, vol. I – *Filologia* (Parte I). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>
- Vasconcelos, J. L. de (1928b): *Opúsculos*, vol. II – *Dialectologia* (Parte I). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>
- Vasconcelos, J. L. de (1929): *Opúsculos*, vol. IV – *Filologia* (Parte II). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>
- Vasconcelos, J. L. de (1985). *Opúsculos*, vol. VI – *Dialectologia* (Parte II). Imprensa da Universidade de Coimbra. Org. Maria Adelaide Valle Cintra.
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>
- Vázquez Cuesta, P., & Mendes da Luz, M. A. (1980). Estado actual do português na Península Ibérica. In P. Vázquez Cuesta & M. A. Mendes da Luz (Orgs.), *Gramática da língua portuguesa*. Tradução, a partir da 3.ª edição corrigida e aumentada (1971), de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Edições 70.
citado por Cintra (1983b)
- Vieira, A. (1994). *O infante e as ilhas*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
citado por Bazenga (2021)
- Votre, S. J. (2003). Relevância da variável escolaridade. In M. C. Mollica & M. L. Braga (Orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação* (pp. 51-57). Contexto.
- Watts, R. J. (2003). *Politeness*. Cambridge University Press.
- Watts, R., Ide, S., & Ehlich, K. (1992). Introduction. In R. Watts, S. Ide & K. Ehlich (Eds.), *Politeness in language: Studies in its history, theory and practice* (pp. 1-20). Mouton de Gruyter.
- Wechsler, S., & Zlatic, L. (2003). *The many faces of agreement*. CSLI Publications.
citado por Lara Bermejo (2020)
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (1968). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. https://mnytud.arts.unideb.hu/tananyag/szoclingv_alap/wlh.pdf
- Wilhelm, E. A. (1979). *Pronomes de Distância do Português Actual em Portugal e no Brasil*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Wolfram, W. (1969). *A Sociolinguistic Description of Detroit Negro Speech*. Center for Applied Linguistics.
citado por Paiva (2003)

Wright, R. (2002). *A sociophilological study of Late Latin*. Brepols.

Anexos

Questionário aplicado aos estudantes do ensino obrigatório (4.º e 12.º anos)

Figura 19 – Página 1 do questionário, primeira folha (folha A5, frente)

Este questionário é anónimo, por isso não estás a ser avaliado/a. Ninguém vai saber o que respondeste. Peço-te que, por favor, sejas verdadeiro/a nas tuas respostas. Obrigada!

- **Assinala com um X:**
Feminino ____ Masculino ____
 - **Assinala com um X apenas as atividades que praticas/frequentas:**
Natação ____ Futebol ____ Grupo de Teatro ____ Catequese ____
Música ____ Ginástica ____ Clube de Xadrez ____ Dança ____
 - **Assinala com X a resposta que, no teu caso, melhor completa a frase “Estou com os meus avós...”**
1 vez por ano ____ Entre 2 a 11 vezes por ano ____ 1 vez por mês ____
2 ou 3 vezes por mês ____ 1 vez por semana ____ Várias vezes por semana ____
Todos os dias ____ Nunca ____
 - **Há quanto tempo vives neste distrito do país? ____ ano(s)**
- 1. Escreve cada uma das frases seguintes passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias:**
- 1.1 Tu és fantástico.

- 1.2 Tu sabes tudo sobre isso.

- 1.3 Tu cantas todos os dias.

- 1.4 Tu vais ao cinema todos os dias.

Figura 20 – Página 2 do questionário, segunda folha (folha A4, frente)



2. O Pedro acaba de receber um prémio na Gala dos Globos de Ouro. Escreve nas linhas abaixo o que achas que o Pedro vai dizer perante o público que está na plateia, tendo em conta as notas que ele tinha escrito, em casa, no seguinte papelinho:

Notas para o meu discurso:

- 1- Cumprimentar as pessoas que estão na plateia
- 2- Agradecer diretamente às pessoas que estão na plateia pela presença nesta noite especial
- 3- Agradecer à minha família
- 4- Prometer às pessoas que vou continuar a trabalhar

3. Preenche o balão de fala com o que achas que foi dito pelo João.



João

Olha, eu ouvi bem.
Cumprimentou-nos e
perguntou-nos se queríamos
ir com ele ao cinema.

Ricardo, não consegui
ouvir bem. O que é que o
nosso amigo João disse?



Rui



Ricardo

Figura 21 – Página 3 do questionário, segunda folha (folha A4, verso)

4. Assinala com um X de acordo com o que TU achas. (Não há respostas certas ou erradas; quero apenas saber a tua opinião. Neste exercício podes desenhar mais do que um X em cada linha e em cada coluna.)

		Frases			
		Vós sois fantásticos.	Vocês são fantásticos.	Eu vou convosco.	Eu vou com vocês.
As tuas opiniões sobre as frases	Acho que é uma frase estranha.				
	Acho que é uma frase normal.				
	Acho que esta frase só é dita em algumas zonas do país.				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas que nunca foram à escola ou que foram durante pouco tempo (pessoas que só concluíram o 4.º ano).				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas com 40 anos ou com mais de 40 anos.				
	Acho que esta frase só é dita por pessoas com menos de 40 anos.				

5. Assinala com um X de acordo com o que TU achas. (Não há respostas certas ou erradas; quero somente saber a tua opinião. Desenha apenas dois X.)

		Frases		
		A Professora diz aos alunos:		
		- Vou agora dar-vos as folhas que tendes de ler.	- Vou agora dar-vos as folhas que têm de ler.	- Vou agora dar-lhes as folhas que têm de ler.
As tuas opiniões sobre as frases	É a frase que me parece mais normal.			
	É a frase que me parece mais estranha.			

FIM

Muito obrigada pela tua participação. 😊 Se quiseres, nas linhas seguintes, podes escrever um comentário sobre este questionário. Percebeste qual era o tema do questionário? Já tinhas pensado sobre isto? Escreve o que achares pertinente. Obrigada pelas tuas observações.

Ranking consultado para a seleção das escolas:

<https://www.publico.pt/ranking-escolas-2020/lugar-sua-escola#-1800>

Quadro com informações sobre as escolas contactadas:

Distrito	Ensino Público (B)		Ensino Privado (V)	
	4.º	12.º	4.º	12.º
Aveiro 01	01B4	01B12	01V4 01V12	
Beja 02	02B4 02B12		02V4	02V12
Braga 03	03B4 03B12		03V4 03V12	
Bragança 04	04B4 04B12		04V4	inexistente ²⁷⁰
Castelo Branco 05	05B4 05B12		inexistente	inexistente
Coimbra 06	06B4 06B12		não conseguimos a autorização ²⁷¹	06V12 ²⁷²
Évora 07	07B4	07B12	07V4	07V12
Faro 08	08B4 08B12		08V4	inelegível ²⁷³
Guarda 09	09B4 09B12		09V4	inexistente
Leiria 10	10B4	10B12	10V4	10V12
Lisboa 11	11B4 11B12		11V4 11V12	
Portalegre 12	12B4	12B12	12V4	inexistente
Porto 13	13B4	13B12	13V4	13V12
Santarém 14	14B4 14B12		14V4	14V12
Setúbal 15	15B4	15B12	15V4	15V12
Viana do Castelo 16	16B4 16B12		16V4 16V12	
Vila Real 17	17B4	17B12	17V4	inexistente

²⁷⁰ A inexistência de determinados níveis de ensino/determinadas turmas foi confirmada através do contacto, por chamada telefónica, com os departamentos de educação das câmaras municipais dos respetivos distritos ou com os estabelecimentos de ensino em causa.

²⁷¹ Apesar de termos entrado em contacto com três instituições, em nenhuma, nem com o auxílio de terceiros com contactos próximos, foi possível concretizar a recolha.

²⁷² Esta foi a terceira instituição contactada. Referimo-lo aqui apenas para, de certa forma, ilustrarmos as dificuldades por que passamos ao longo do processo de recolha no que à obtenção das autorizações diz respeito.

²⁷³ Consideramos que não estavam reunidas as condições para realizarmos uma recolha pelo facto de a única instituição com oferta de 12.º ano privado funcionar num contexto de multilinguismo. Sendo uma realidade bastante díspar das outras instituições privadas, entendemos que seria preferível não efetuar a recolha.

Viseu 18	18B4	18B12	18V4	18V12
Açores 19	19B4	19B12	não conseguimos a autorização (única instituição na região)	
Madeira 20	20B4	20B12	20V4	20V12

Os códigos das turmas relativas ao 4.º e 12.º ano que não se encontram na mesma célula da tabela correspondem a instituições/agrupamentos distintos. Pelo contrário, sempre que os códigos dos dois ensinos estão na mesma célula do quadro significa que os dados foram recolhidos na mesma instituição ou no mesmo agrupamento.

Notas para a aplicação do questionário em papel enviadas aos docentes:

NOTAS PARA A APLICAÇÃO:

Antes de mais, muito obrigada, novamente, pela disponibilidade em participar neste estudo.

Neste envelope que agora recebeu vai já incluído outro envelope, pago e com o destinatário devidamente preenchido, no qual lhe peço para voltar a colocar os questionários (utilizados e não utilizados) para devolução pela mesma via.

A aplicação do questionário consiste no seguinte:

Entregar o questionário aos alunos, esperar alguns minutos para que os estudantes o possam preencher, recolher todos os exemplares e colocá-los no envelope de devolução.

Peço apenas, por favor, especial atenção para três pontos, muito importantes para a fiabilidade dos dados:

1. Agradeço que, por favor, diga aos alunos que o questionário é anónimo (não estão, portanto, a ser avaliados); que não há propriamente respostas certas ou erradas (devem escrever o que entenderem que é melhor/mais adequado em cada caso); e que, por fim, lhes peça para não usarem corretor ou caneta corretora nem trocarem ideias com os colegas.
-- Com isto, garantimos que as respostas são, de facto, individuais e espontâneas.
2. O questionário é composto por uma folha A5 (frente) e uma folha A4 (frente e verso), agrafadas, e deve ser entregue tal como está. A folha A5, que é a primeira do questionário, tem de ser a primeira a ser preenchida. Assim que a preencham na totalidade, os alunos deverão pedir-lhe que a recolha (separando-a da A4, ou seja, rompendo a união com oagrafo) e deverão passar, depois, ao preenchimento da segunda, e última, folha, a folha A4.
-- Com isto, garantimos que não vão alterar as respostas que escreveram na folha A5 depois de lerem o que está na folha A4. Não tem de se preocupar com o reagrupamento das folhas, pois vão numeradas; quando eu as receber, volto a uni-las.
3. Caso haja algum aluno cuja língua materna não seja o português europeu (PE), peço-lhe o favor de deixar a referência à respetiva língua materna na primeira folha - por exemplo, francês, português do Brasil, português de Angola, espanhol, etc.
- Com isto, garantimos que faremos uma leitura adequada tendo em conta o contexto linguístico em particular.

Recordo ainda a necessidade de, por favor, não partilhar com os alunos o tema do questionário antes de todos o terem preenchido na totalidade. Só dessa forma, em conjunto com o que referi no ponto 1, estará garantida a individualidade e a espontaneidade das respostas. Sugiro, assim, que lhes diga para preencherem tudo e que no final da recolha poderão falar um pouco sobre o tema.

Não sei se expliquei bem, se ficou alguma dúvida...

Mais uma vez, muitíssimo obrigada pela ajuda!
Com os melhores cumprimentos,
Marcela Faria

[illegible]

Resultados do tratamento dos dados recolhidos no EO com recurso ao SPSS

Tabela 69 – Distrito x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável Distrito	1	17	71	88
	2	13	43	56
	3	10	60	70
	4	28	17	45
	5	7	21	28
	6	18	43	61
	7	25	43	68
	8	2	63	65
	9	21	36	57
	10	28	39	67
	11	10	66	76
	12	21	24	45
	13	10	53	63
	14	8	66	74
	15	19	50	69
	16	18	57	75
	17	7	40	47
	18	20	33	53
	19	4	22	26
	20	11	54	65
Total		297	901	1198
valor χ^2	115,10474			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 70 – Distrito x 1-Prod1.2

		1-Prod1.2		total
		0	1	
Variável Distrito	1	15	73	88
	2	13	43	56
	3	5	65	70
	4	23	22	45
	5	8	20	28
	6	16	45	61
	7	24	44	68
	8	3	62	65
	9	23	34	57
	10	24	43	67
	11	12	64	76
	12	25	20	45
	13	10	53	63
	14	10	64	74

	15	13	56	69
	16	18	57	75
	17	10	37	47
	18	24	29	53
	19	4	22	26
	20	12	53	65
Total		292	906	1198
valor χ^2	112,85446			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 71 – Distrito x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável Distrito	1	18	70	88
	2	11	45	56
	3	8	62	70
	4	26	19	45
	5	8	20	28
	6	16	45	61
	7	19	49	68
	8	3	62	65
	9	22	35	57
	10	26	41	67
	11	12	64	76
	12	26	19	45
	13	10	53	63
	14	10	64	74
	15	18	51	69
	16	20	55	75
	17	10	37	47
	18	23	30	53
	19	4	22	26
	20	14	51	65
Total		304	894	1198
valor χ^2	60,93555			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 72 – Distrito x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável Distrito	1	12	76	88
	2	9	47	56

	3	3	67	70
	4	24	21	45
	5	9	19	28
	6	17	44	61
	7	5	63	68
	8	1	64	65
	9	19	38	57
	10	14	53	67
	11	9	67	76
	12	19	26	45
	13	8	55	63
	14	4	70	74
	15	9	60	69
	16	16	59	75
	17	8	39	47
	18	15	38	53
	19	4	22	26
	20	5	60	65
Total		210	988	1198
valor χ^2	124,41924			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 73 – Ensino x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável Ensino	1	521	151	672
	2	380	146	526
total		901	297	1198
valor χ^2	4,42235			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,035			

Tabela 74 – Ensino x 1-Prod1.2

		1-Prod1.2		total
		0	1	
Variável Ensino	1	518	154	672
	2	388	138	526
total		906	292	1198
valor χ^2	1,76334			
graus de liberdade (gl)	1			

significância assintótica (bilateral)	0,184
---------------------------------------	-------

Tabela 75 – Ensino x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável Ensino	1	517	155	672
	2	377	149	526
total		894	304	1198
valor χ^2	4,31343			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,038			

Tabela 76 – Ensino x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável Ensino	1	557	115	672
	2	431	95	526
total		988	210	1198
valor χ^2	0,18332			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,669			

Tabela 77 – Sexo x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável Sexo	1	501	144	645
	2	400	153	553
total		901	297	1198
valor χ^2	4,55635			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,033			

Tabela 78 – Sexo x 1-Prod1.2

		1-Prod1.2		total
		0	1	
Variável Sexo	1	506	139	645
	2	400	153	553
total		906	292	1198
valor χ^2	6,04353			

graus de liberdade (gl)	1
significância assintótica (bilateral)	0,014

Tabela 79 – Sexo x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável	1	497	148	645
Sexo	2	397	156	553
total		894	304	1198
valor χ^2	4,35679			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,037			

Tabela 80 – Sexo x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável	1	542	103	645
Sexo	2	446	107	553
total		988	210	1198
valor χ^2	2,35289			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,125			

Tabela 81 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável	4	435	163	598
Idade/escolaridade	12	466	134	600
total		901	297	1198
valor χ^2	3,89491			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,048			

Tabela 82 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.2

		1-Prod1.2		total
		0	1	
Variável	4	437	161	598
Idade/escolaridade	12	469	131	600

total	906	292	1198
valor χ^2	4,20911		
graus de liberdade (gl)	1		
significância assintótica (bilateral)	0,040		

Tabela 83 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável	4	429	169	598
Idade/escolaridade	12	465	135	600
total		894	304	1198
valor χ^2	5,24897			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,022			

Tabela 84 – Idade/escolaridade x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável	4	558	112	670
Idade/escolaridade	12	430	98	528
total		988	210	1198
valor χ^2	0,69470			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,405			

Tabela 85 – Convivência com avós x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável	1	511	159	670
Convivência com avós	2	390	138	528
total		901	297	1198
valor χ^2	0,91606			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,339			

Tabela 86 – Convivência com avós x 1-Prod1.2

	1-Prod1.2	total
--	------------------	--------------

		0	1	
Variável Convivência com avós	1	520	150	670
	2	386	142	528
total		906	292	1198
valor χ^2	3,25247			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,071			

Tabela 87 – Convivência com avós x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	509	161	670
	2	385	143	528
total		894	304	1198
valor χ^2	1,45394			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,228			

Tabela 88 – Convivência com avós x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	558	112	670
	2	430	98	528
total		988	210	1198
valor χ^2	0,69470			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,405			

Tabela 89 – Catequese x 1-Prod1.1

		1-Prod1.1		total
		0	1	
Variável Catequese	0	667	197	864
	1	234	100	334
total		901	297	1198
valor χ^2	6,58467			
graus de liberdade (gl)	1			

significância assintótica (bilateral)	0,010
---------------------------------------	-------

Tabela 90 – Catequese x 1-Prod1.2

		1-Prod1.2		total
		0	1	
Variável Catequese	0	668	196	864
	1	238	96	334
total		906	292	1198
valor χ^2	4,79478			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,029			

Tabela 91 – Catequese x 1-Prod1.3

		1-Prod1.3		total
		0	1	
Variável Catequese	0	662	202	864
	1	232	102	334
total		894	304	1198
valor χ^2	6,51998			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,011			

Tabela 92 – Catequese x 1-Prod1.4

		1-Prod1.4		total
		0	1	
Variável Catequese	0	722	142	864
	1	266	68	334
total		988	210	1198
valor χ^2	2,56578			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,109			

Tabela 93 – Distrito x 2-FTPOblPrep2PP

		2- FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável Distrito	1	67	4	71
	2	35	7	42
	3	49	1	50
	4	20	1	21

	5	17	1	18
	6	40	4	44
	7	44	5	49
	8	47	3	50
	9	28	2	30
	10	47	7	54
	11	58	4	62
	12	32	1	33
	13	47	3	50
	14	43	4	47
	15	49	4	53
	16	50	3	53
	17	38	0	38
	18	38	2	40
	19	16	2	18
	20	42	10	52
Total		807	68	875
valor χ^2	25,825			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,135			

Tabela 94 – Ensino x 2-FTPOblPrep2PP

		2-FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável Ensino	1	448	40	488
	2	359	28	387
total		807	68	875
valor χ^2	0,278			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,598			

Tabela 95 – Sexo x 2-FTPOblPrep2PP

		2-FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável Sexo	1	459	42	501
	2	348	26	374
total		807	68	875
valor χ^2	0,612			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,434			

Tabela 96 – Idade/escolaridade x 2-FTPOblPrep2PP

		2-FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável	4	403	15	418
Idade/escolaridade	12	404	53	457
total		807	68	875
valor χ^2	19,537			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 97 – Convivência com avós x 2-FTPOblPrep2PP

		2-FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável	1	436	38	474
Convivência com avós	2	371	30	401
total		807	68	875
valor χ^2	0,087			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica	0,768			

Tabela 98 – Catequese x 2-FTPOblPrep2PP

		2-FTPOblPrep2PP		total
		0	1	
Variável	0	572	55	627
Catequese	1	235	13	248
total		807	68	875
valor χ^2	3,090			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica	0,079			

Tabela 99 – Distrito x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável Distrito	1	39	47	86
	2	21	32	53
	3	34	36	70
	4	35	8	43
	5	14	14	28
	6	21	38	59
	7	21	46	67
	8	18	45	63
	9	33	21	54

	10	29	37	66
	11	30	46	76
	12	20	25	45
	13	31	32	63
	14	19	54	73
	15	33	32	65
	16	32	42	74
	17	19	28	47
	18	27	26	53
	19	11	14	25
	20	25	39	64
Total		512	612	1174
valor χ^2	58,514			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 100 – Ensino x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável	1	293	364	657
Ensino	2	219	298	517
total		512	662	1174
valor χ^2	0,589			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,443			

Tabela 101 – Sexo x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável	1	278	355	633
Sexo	2	234	307	541
total		512	662	1174
valor χ^2	0,052			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,819			

Tabela 102 – Idade/escolaridade x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável	4	214	370	584
Idade/escolaridade	12	298	292	590
total		512	662	1174

valor χ^2	22,942
graus de liberdade (gl)	1
significância assintótica (bilateral)	0,000

Tabela 103 – Convivência com avós x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	285	370	655
	2	227	292	519
total		512	662	1174
valor χ^2	0,006			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,938			

Tabela 104 – Catequese x 4-E1 (Vós sois fantásticos – estranha)

		4-E1		total
		0	1	
Variável Catequese	0	373	473	846
	1	139	189	328
total		512	662	1174
valor χ^2	0,282			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,596			

Tabela 105 – Distrito x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Distrito	1	40	46	86
	2	29	24	53
	3	41	29	70
	4	29	14	43
	5	16	12	28
	6	23	36	59
	7	37	30	67
	8	29	34	63
	9	35	19	54
	10	27	39	66
	11	44	32	76
	12	23	22	45
	13	29	34	63
	14	34	39	73

	15	29	36	65
	16	46	28	74
	17	29	18	47
	18	22	31	53
	19	13	12	25
	20	29	35	64
Total		604	570	1174
valor χ^2	31,202			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,038			

Tabela 106 – Ensino x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Ensino	1	347	310	657
	2	257	260	517
total		604	570	1174
valor χ^2	1,117			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,290			

Tabela 107 – Sexo x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Sexo	1	333	300	633
	2	271	270	541
total		604	570	1174
valor χ^2	0,738			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,390			

Tabela 108 – Idade/escolaridade x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Idade/escolaridade	4	292	292	584
	12	312	278	590
total		604	570	1174
valor χ^2	0,975			
graus de liberdade (gl)	1			

significância assintótica (bilateral)	0,323
---------------------------------------	-------

Tabela 109 – Convivência com avós x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	330	325	655
	2	274	245	519
total		604	570	1174
valor χ^2	0,674			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,411			

Tabela 110 – Catequese x 4-E3 (Vós sois fantásticos – regionalismo)

		4-E3		total
		0	1	
Variável Catequese	0	441	405	846
	1	163	165	328
total		604	570	1174
valor χ^2	0,560			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,454			

Tabela 111 – Distrito x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Distrito	1	68	18	86
	2	45	8	53
	3	53	17	70
	4	38	5	43
	5	22	6	28
	6	49	10	59
	7	57	10	67
	8	51	12	63
	9	39	15	54
	10	51	15	66
	11	61	15	76
	12	39	6	45
	13	46	17	63
	14	59	14	73
	15	60	5	65
	16	56	18	74
	17	31	16	47

	18	44	9	53
	19	17	8	25
	20	58	6	64
Total		944	230	1174
valor χ^2	30,809			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,042			

Tabela 112 – Ensino x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Ensino	1	520	137	657
	2	424	93	517
total		944	230	1174
valor χ^2	1,506			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,220			

Tabela 113 – Sexo x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Sexo	1	497	136	633
	2	447	94	541
total		944	230	1174
valor χ^2	3,128			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,077			

Tabela 114 – Idade/escolaridade x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Idade/escolaridade	4	449	135	584
	12	495	95	590
total		944	230	1174
valor χ^2	9,168			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,002			

Tabela 115 – Convivência com avós x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	528	127	655
	2	416	103	519
total		944	230	1174
valor χ^2	0,038			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,845			

Tabela 116 – Catequese x 4-E4 (Vós sois fantásticos – baixa escolaridade)

		4-E4		total
		0	1	
Variável Catequese	0	691	155	846
	1	253	75	328
total		944	230	1174
valor χ^2	3,099			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,078			

Tabela 117 – Distrito x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	
Variável Distrito	1	18	68	86
	2	25	28	53
	3	40	30	70
	4	36	7	43
	5	7	21	28
	6	29	30	59
	7	29	38	67
	8	26	37	63
	9	22	32	54
	10	35	31	66
	11	23	53	76
	12	20	25	45
	13	32	31	63
	14	28	45	73
	15	22	43	65
	16	36	38	74
	17	26	21	47
	18	20	33	53
	19	19	6	25
	20	26	38	64

Total				
valor χ^2	83,778			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 118 – Ensino x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	
Variável	1	301	356	657
Ensino	2	218	299	517
total		519	655	1174
valor χ^2	1,561			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,212			

Tabela 119 – Sexo x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	
Variável	1	261	372	633
Sexo	2	258	283	541
total		519	655	1174
valor χ^2	4,931			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,026			

Tabela 120 – Idade/escolaridade x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	
Variável	4	285	299	584
Idade/escolaridade	12	234	356	590
total		519	655	1174
valor χ^2	9,941			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,002			

Tabela 121 – Convivência com avós x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	

Variável Convivência com avós	1	280	375	655
	2	239	280	519
total		519	655	1174
valor χ^2	1,280			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,258			

Tabela 122 – Catequese x 4-E5 (Vós sois fantásticos – mais velhos)

		4-E5		total
		0	1	
Variável Catequese	0	369	477	846
	1	150	178	328
total		519	655	1174
valor χ^2	0,429			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,513			

Tabela 123 – Distrito x 5-J1 (construção híbrida – mais normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Distrito	1	2	76	78
	2	4	36	40
	3	9	52	61
	4	9	23	32
	5	2	19	21
	6	2	48	50
	7	5	51	56
	8	6	40	46
	9	8	32	40
	10	5	41	46
	11	1	57	58
	12	3	33	36
	13	4	50	54
	14	8	43	51
	15	5	42	47
	16	7	50	57
	17	5	34	39
	18	2	33	35
	19	2	13	15
	20	4	49	53
Total		93	822	915
valor χ^2	33,237			
graus de liberdade (gl)	19			

significância assintótica (bilateral)	0,023
---------------------------------------	-------

Tabela 124 – Ensino x 5-J1 (construção híbrida – normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Ensino	1	62	439	501
	2	31	383	414
total		93	822	915
valor χ^2	5,930			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,015			

Tabela 125 – Sexo x 5-J1 (construção híbrida – normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Sexo	1	50	437	487
	2	43	385	428
total		93	822	915
valor χ^2	0,012			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,912			

Tabela 126 – Idade/escolaridade x 5-J1 (construção híbrida – normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Idade/escolaridade	4	63	395	458
	12	30	427	457
total		93	822	915
valor χ^2	12,954			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 127 – Convivência com avós x 5-J1 (construção híbrida – normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	47	466	513
	2	46	356	402
total		93	822	915

valor χ^2	1,284
graus de liberdade (gl)	1
significância assintótica (bilateral)	0,257

Tabela 128 – Catequese x 5-J1 (construção híbrida – normal)

		5-J1		total
		0	1	
Variável Catequese	0	61	593	654
	1	32	229	261
total		93	822	915
valor χ^2	1,758			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,185			

Tabela 129 – Distrito x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Distrito	1	31	47	78
	2	7	33	40
	3	27	34	61
	4	23	9	32
	5	8	13	21
	6	10	40	50
	7	10	46	56
	8	11	35	46
	9	27	13	40
	10	10	36	46
	11	13	45	58
	12	7	29	36
	13	18	36	54
	14	13	38	51
	15	13	34	47
	16	26	31	57
	17	20	19	39
	18	13	22	35
	19	4	11	15
	20	20	33	53
Total		311	604	915
valor χ^2	84,358			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 130 – Ensino x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Ensino	1	168	333	501
	2	143	271	414
total		311	604	915
valor χ^2	0,103			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,749			

Tabela 131 – Sexo x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Sexo	1	174	313	487
	2	137	291	428
total		311	604	915
valor χ^2	1,405			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,236			

Tabela 132 – Idade/escolaridade x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Idade/escolaridade	4	140	318	458
	12	171	286	457
total		311	604	915
valor χ^2	4,784			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,029			

Tabela 133 – Convivência com avós x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	183	330	513
	2	128	274	402
total		311	604	915
valor χ^2	1,475			
graus de liberdade (gl)	1			

significância assintótica (bilateral)	0,225
---------------------------------------	-------

Tabela 134 – Catequese x 5-I2 (construção canônica de 2PP – estranha)

		5-I2		total
		0	1	
Variável Catequese	0	213	441	654
	1	98	163	261
total		311	604	915
valor χ^2	2,061			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,151			

Tabela 135 – Distrito x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)

		5-K2		total
		0	1	
Variável Distrito	1	47	31	78
	2	35	5	40
	3	36	25	61
	4	10	22	32
	5	13	8	21
	6	40	10	50
	7	47	9	56
	8	35	11	46
	9	14	26	40
	10	37	9	46
	11	45	13	58
	12	30	6	36
	13	36	18	54
	14	40	11	51
	15	35	12	47
	16	32	25	57
	17	19	20	39
	18	22	13	35
	19	11	4	15
	20	34	19	53
Total		618	297	915
valor χ^2	86,559			
graus de liberdade (gl)	19			
significância assintótica (bilateral)	0,000			

Tabela 136 – Ensino x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)

		5-K2		total
		0	1	
Variável Ensino	1	342	159	501
	2	276	138	414
total		618	297	915
valor χ^2	0,264			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,608			

Tabela 137 – Sexo x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)

		5-K2		total
		0	1	
Variável Sexo	1	322	165	487
	2	296	132	428
total		618	297	915
valor χ^2	0,960			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,327			

Tabela 138 – Idade/escolaridade x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)

		5-K2		total
		0	1	
Variável Idade/escolaridade	4	326	132	458
	12	292	165	457
total		618	297	915
valor χ^2	5,536			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,019			

Tabela 139 – Convivência com avós x 5-K2 (construção canônica de 3PP – estranha)

		5-K2		total
		0	1	
Variável Convivência com avós	1	334	179	513
	2	284	118	402
total		618	297	915
valor χ^2	3,155			
graus de liberdade (gl)	1			

significância assintótica (bilateral)	0,076
---------------------------------------	-------

Tabela 140 – Catequese x 5-K2 (construção canónica de 3PP – estranha)

		5-K2		Total
		0	1	
Variável Catequese	0	453	201	654
	1	165	96	261
total		618	297	915
valor χ^2	3,112			
graus de liberdade (gl)	1			
significância assintótica (bilateral)	0,078			

Questionário aplicado aos estudantes do ensino superior (*link*, imagens do ecrã)

link: <https://forms.gle/ZnXPr53RBNQLsZy48>

Imagens do ecrã:

Perguntas
Respostas 131
Definições

Seção 1 de 3

Questionário - produções e juízos sobre frases em PE (DCL-FLUP)

Questionário realizado no âmbito do Doutoramento em Ciências da Linguagem (DCL) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Questionário **anónimo**: o pedido de início de sessão google é apenas para garantir que ninguém responde duplamente.

Tempo médio de resposta: **10 minutos** (3 páginas: 2min-5min-3min).

Dados pessoais solicitados: Instituição de ensino, Língua materna, Sexo.

Tema: Português.
(Não especificamos o tema para garantirmos que responde espontaneamente, sem viés, mas estamos totalmente disponíveis para esclarecer todas as dúvidas que possam surgir: up200706938@edu.letras.up.pt)

Todas as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos.

Pedimos-lhe que, por favor, responda com espontaneidade. Não há respostas certas nem erradas, queremos apenas a sua opinião. Por favor, preencha pela ordem em que as perguntas aparecem. Não volte atrás para mudar as suas respostas se, entretanto, achar que não respondeu "bem". Se o fizer estará a pôr em causa as conclusões do trabalho. Voltamos a lembrar que todo o processo é anónimo, por isso ninguém vai saber o que escreveu.

Muito gratos, desde já, pela ajuda!

Indique, por favor, a Universidade em que está inscrito/a. *

- ☐ Univ. Minho
- ☐ Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro
- ☐ Univ. Porto
- ☐ Univ. Aveiro

- ☐ Univ. Coimbra
- ☐ Univ. Beira Interior
- ☐ Univ. Lisboa
- ☐ Univ. Nova de Lisboa
- ☐ Univ. Évora
- ☐ Univ. Algarve
- ☐ Univ. Açores
- ☐ Univ. Madeira

...

Indique, por favor, a sua Língua Materna. (Língua Materna = língua que se fala em torno de uma criança durante os primeiros anos de vida e através da qual ela adquire o uso da língua - (Mateus e Villalva, 2007)) *

- ☐ Português (europeu)
- ☐ Português (angolano)
- ☐ Português (brasileiro)
- ☐ Português (moçambicano)
- ☐ Espanhol (europeu)
- ☐ Espanhol (americano)
- ☐ Inglês (britânico)

Sexo *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro
- ☐ Prefiro não responder

Escreva, por favor, a seguinte frase passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias: *

Tu és fantástico.

Escreva, por favor, a seguinte frase passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias: *

Tu sabes tudo sobre isso.

Texto de resposta longa

Escreva, por favor, a seguinte frase passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias: *

Tu cantas todos os dias.

Texto de resposta longa

Escreva, por favor, a seguinte frase passando o sujeito para o plural e fazendo as mudanças necessárias: *

Tu vais ao cinema todos os dias.

Texto de resposta longa

Após a secção 1 Continuar para a secção seguinte ▼

Secção 2 de 3

Produção de textos

Descrição (opcional)



O Pedro acaba de receber um prémio na Gala dos Globos de Ouro.

*

Escreva, por favor, o que acha que o Pedro vai dizer perante o público que está na plateia, tendo em conta o papelinho que ele tinha escrito em casa:

"Notas para o meu discurso:

- 1- Cumprimentar as pessoas que estão na plateia
- 2- Agradecer diretamente às pessoas que estão na plateia pela presença nesta noite especial
- 3- Agradecer à minha família
- 4- Prometer às pessoas que vou continuar a trabalhar"



Texto de resposta longa

Escreva, por favor, o que pensa que foi dito pelo João. *



João

Olha, eu ouvi bem.
Cumprimentou-nos e
perguntou-nos se
queríamos ir com ele
ao cinema.

Ricardo, não consegui
ouvir bem. O que é que o
nosso amigo João disse?



Ricardo

Texto de resposta longa

Após a secção 2 Continuar para a secção seguinte

Secção 3 de 3

Opiniões sobre frases



Descrição (opcional)

Assinale com um X de acordo com o que pensa. (Não há respostas certas ou erradas; quero apenas



Assinale com um X de acordo com o que pensa. (Não há respostas certas ou erradas; quero apenas saber a sua opinião. Neste exercício pode seleccionar mais do que uma opção em cada linha e em cada coluna.)

Vós sois fantástic... Vocês são fantásti... Eu vou convosco. Eu vou com vocês.

Acho que é uma fr...	☐	☐	☐	☐
Acho que é uma fr...	☐	☐	☐	☐
Acho que esta fras...	☐	☐	☐	☐
Acho que esta fras...	☐	☐	☐	☐
Acho que esta fras...	☐	☐	☐	☐



Assinale com um X de acordo com o que pensa. (Não há respostas certas ou erradas; quero somente saber a sua opinião.)

É a frase que me parece mais no... É a frase que me parece mais est...

A Professora diz aos alunos: - Vo...	☐	☐
A Professora diz aos alunos: - Vo...	☐	☐
A Professora diz aos alunos: - Vo...	☐	☐

Imagem do ecrã de parte do documento *Excel* do *google docs* com as respostas dos informantes do ensino superior:

	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Indique, por favor,	Indique, por favor, a sua	Sexo	Tu és fantástico.	Tu sabes tudo so	Tu cantas todos os c	Tu vais ao cinema	O Pedro acaba de rece
2	Univ. Minho	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa tarde senhoras e s
3	Univ. Minho	Português (europeu)	Masculino	vocês são fantástico	vocês sabem tud	vocês cantam todos	vocês vão ao ciner	Boa noite a todos que
4	Univ. Minho	Português (europeu)	Masculino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Muito boa noite a todos
5	Univ. Minho	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa noite/tarde a todos
6	Univ. Minho	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa noite a todos. Muit
7	Univ. Minho	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa noite a todos e a t
8	Univ. Porto	Português (europeu)	Feminino	Vocês/Eles são fant	Vocês/Eles sabem	Vocês/Eles cantam	Vocês/Eles vão ao	Olá a todos aqui prese
9	Univ. Porto	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa noite a todos. Um
10	Univ. Porto	Português (brasileiro)	Feminino	Vocês são incríveis	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Caros colegas, gostaria
11	Univ. Porto	Português (europeu)	Feminino	Vós sois fantástico.	Vós sabeis tudo s	Vós cantais todos os	Vós ides ao cinema	Boa noite a todos os pr
12	Univ. Porto	Português (brasileiro)	Feminino	Vós sois fantástico.	Vós sabeis tudo s	Vós cantais todos os	Vós ides ao cinema	Olá a todos! Gostaria d
13	Univ. Porto	Português (europeu)	Feminino	Vocês são fantástico	Vocês sabem tud	Vocês cantam todos	Vocês vão ao ciner	Boa noite a todos. Um

Imagem do ecrã de parte do documento *Excel* criado após reorganização do documento *Excel* do *google docs*:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
1	Informante	Universidade	Resposta excel	Escolaridade	Sexo	Catequese	Avós	1-ProdA	1-ProdB	1-ProdC	1-ProdD	2-Inválida	2-FTPNom2PP	2-FTPNom3PP	2-FTV2PP	2-FTV3PP
2	01ES	1	53	0	1	0	0	4	4	4	4	1	0	0	0	0
3	02ES	1	54	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	1
4	03ES	1	55	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	0
5	04ES	1	56	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	0
6	05ES	1	63	0	1	0	0	4	4	4	4	1	0	0	0	0
7	06ES	1	74	0	1	0	0	4	4	4	4	1	0	0	0	0
8	07ES	2	57	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	1
9	08ES	2	58	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	1
10	09ES	2	59	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
11	10ES	2	62	0	1	0	0	7	7	7	7	0	0	0	0	1
12	11ES	2	65	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	1
13	12ES	2	66	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	0
14	13ES	2	68	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	1	0	1
15	14ES	2	69	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
16	15ES	2	70	0	1	0	0	8	8	8	8	0	0	0	0	0
17	16ES	2	75	0	1	0	0	4	4	4	4	0	0	0	0	0

Texto enviado nos *e-mails* para as instituições de ensino superior:

TEXTO PARA ENVIO:

Questionário realizado no âmbito do Doutoramento em Ciências da Linguagem (DCL) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Questionário **anónimo**: o pedido de início de sessão google é apenas para garantir que ninguém responde duplamente.

Tempo médio de resposta: **10 minutos** (3 páginas: 2min-5min-3min).

Dados pessoais solicitados: Instituição de ensino, Língua materna, Sexo.

Tema: Português.

(Não especificamos o tema para garantirmos que responde espontaneamente, sem viés, mas estamos totalmente disponíveis para esclarecer todas as dúvidas que possam surgir: up200706938@edu.letras.up.pt)

Todas as respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

Pedimos-lhe que, por favor, responda com espontaneidade. Não há respostas certas nem erradas, queremos apenas a sua opinião. Por favor, preencha pela ordem em que as perguntas aparecem. Não volte atrás para mudar as suas respostas se, entretanto, achar que não respondeu "bem". Se o fizer estará a pôr em causa as conclusões do trabalho. Voltamos a lembrar que todo o processo é anónimo, por isso ninguém vai saber o que escreveu.

Muito gratos, desde já, pela sua ajuda!

<https://forms.gle/ZnXPr53RBNQLsZy48>

Apêndices

Comentário (escrito) de um docente que aplicou o questionário:

Código da respetiva turma	Comentário
09B12 (Guarda)	Bom dia, Achei as questões interessantíssimas, pois são de total atualidade; a 2ª pessoa do plural está praticamente em desuso e, quando usada, passa-se na mesma frase, de forma incorreta para a 3ª, mesmo entre e-mails de professores.

Comentário de um encarregado de educação:

(O/A docente de uma turma, erradamente, percebeu que deveria entregar os questionários aos estudantes para preenchimento em casa. Os encarregados de educação de dois dos estudantes que levaram os questionários para casa – um encarregado de educação do sexo masculino e um do sexo feminino – entenderam que deveriam, eles mesmos, responder ao questionário e assim fizeram. Posto isto, acabámos por ter de recolher as respostas dos estudantes de outra turma, já que nesta o viés estava instalado. Não obstante, entendemos que seria curioso apresentarmos o comentário redigido por um destes encarregados de educação.)

Encarregado de educação (código da turma: 11V4)	Comentário
(sexo feminino)	A minha atenção; a língua portuguesa; a minha escrita. Foi bastante interessante ler o discurso que escrevi, pois vi-me refletida na forma como falo com o meu chefe quando ele aposta em mim. Bela forma de incentivo!

Comentários de informantes do ensino obrigatório:

Nesta parte final, apresentamos todos os comentários deixados pelos informantes considerados neste estudo. Expomos os comentários tal qual foram feitos (isto é, sem corrigirmos erros ortográficos e gralhas), por termos entendido que seria mais interessante partilharmos o mais fielmente possível o que fora efetivamente escrito. Decidimos, ainda, incluir os sorrisos e corações desenhados (apesar de não terem relevância linguística) por acreditarmos que podem ser úteis para reflexões pedagógicas relativamente aos materiais didáticos, nomeadamente na medida em que nos parece que contribuem para a ideia de que os estudantes, afinal, até gostam que lhes seja

pedido que preencham fichas, desde que os documentos sejam, por eles, considerados interessantes, divertidos, etc. Abaixo, no quadro, para facilitar a leitura, na primeira coluna – correspondente ao código do informante – alterna-se a escrita em **negrito** e não negrito na mudança de turma; na segunda coluna – correspondente ao comentário deixado – recorreremos ao *itálico* para destacarmos observações sobre língua, registros, gramática, mudança e/ou variação.

Informante (código)	Comentário
01B121	<i>penso que este questionário serve para perceber a mudança existentes na nossa língua, tentando perceber a nova geração</i>
01B41	Eu percebi que o questionário era sobre o discurso direto e indireto (mas não tenho a certeza)
01B42	Não, não percebi qual era o tema do questionário e também não tinha pensado sobre isto, mas eu gostei muito do questionário e das perguntas porque acho que são perguntas com algum sentido de serem feitas neste questionário.
01B47	Sim eu percebi qual era o tema do questionário. Eu já tinha pensado sobre isto, muito obrigada por tudo.
01B48	Gostei muito do questionário, mesmo no início quando estava muito nervoso. Depois de umas perguntas fui ficando mais à vontade até que comecei a responder facilmente.
01B49	Eu acho que este tema é para melhorarmos os texto.
01B410	<i>Eu acho que o tema é discurso formal e discurso não formal.</i>
01B411	Não sei qual era o tema mas gostei do questionário (as perguntas eram fáceis)
01B413	<i>O que eu percebi sobre o tema do questionário foi como tratar as pessoas que não conhecemos ou que sejam mais idosas, também já tinha pensado neste assunto.</i>
01B414	<i>Eu acho que sei o tema o questionário é para quando formos mais velhos saber-mos cumprimentar as pessoas de idade</i>
01B415	<i>Eu acho que o tema era saber se as crianças de hoje ainda são bem educadas/formais, saber se as crianças ainda gostam de (tudo)</i>
01B416	Obrigada por me fazerem pensar nisto, por acaso eu nunca tinha pensado nisto. Muito obrigada. ♥♥
01V1217	<i>O questionário incide sobre a modernização e a prática desregrada na fala do português. Já tinha pensado sobre este tema.</i>
01V1223	Achei o tópico interessante, pois é algo que não se dá muita importância e passa muitas vezes ao lado.
01V41	Sim acho que este questionário é para saber a nossa opinião sobre coisas que concordamos e que não concordamos
01V42	<i>Obrigada eu, por nos ter convidado a fazer este questionário. Eu acho que o questionário fala sobre a abordagem da expressão vós e não, nunca tinha pensado nesta situação. Um abraço! ☺</i>
01V43	Eu gostei do questionário, só achei-o um bocado difícil. Não sei bem o tema, talvez português.

01V44	Eu acho que o tema deste questionário era sobre como nós fazemos as frases. Não vou a primeira vez, mas gostei de ter participado. ☺
01V45	Eu acho que foi divertido, achei uma experiência estranha, mas divertido. Obrigada. ☺
01V46	Sim este questionário serve para perceber as nossas opiniões. Sim eu adorei este questionário. Beijinhos.
01V47	<i>Gostei do questionário. Acho que era as diferentes formas de falar/cumprimentar as pessoas, eu nunca tinha pensado nisto mas achei divertido!</i>
01V48	Acho que este estudio vai correr muito bem. Boa sorte. ☺
01V49	Não, não percebi, não, não tinha pensado e achei importante este questionário.
01V410	<i>Eu acho que este questionário é sobre discursos e falas. Nunca tinha pensado sobre isto mas afinal existem várias frases "estranhas".</i>
01V411	Este questionário foi bom, mas ainda não percebi o tema e não tinha pensado sobre isto.
01V412	Este questionário era para darmos a nossa opinião, na minha imaginação pensei que um questionário ia acontecer.
01V413	Eu fiquei um pouco nervosa mas depois passou e achei divertido.
01V414	Obrigada or nos darem um questionário.
01V415	Não percebi muito o tema, mas já tinha pensado um bocado sobre isto! ♥
01V416	<i>Acho que este questionário é sobre a forma de falar das crianças.</i>
01V417	<i>Eu achei que este questionário tinha a ver com gramática.</i>
01V418	Eu gostei muito deste questionário, obrigado por me darem a honra de o fazer.
01V419	Eu achei este questionário divertido. Mas não percebi muito bem o tema e também nunca tinha pensado sobre isto. De nada.
01V420	Achei divertido fazer este questionário. O tema é sobre as pessoas, não tinha pensado sobre isto.
04B121	Sim, Não Acho que este questionário irá fazer perceber às escolas que passar alunos com nove negativas irá afetar o sistema escolar.
04B122	Agradeço pela participação, já agora são 5 euros. Enfim, chega de brincadeira. Obrigado, nada a apontar.
04B123	Ver o nível de agricultores na escola.
04B125	Um questionário um pouco estranho e desnecessário.
04B126	Um questionário um pouco desnecessário e fiquei sem perceber qual era o objetivo pretendido.
05B43	Eu adorei este questionário! Ajuda-me a estudar e a aprender a decidir. Obrigada.
05B48	Eu gostei deste questionário apesar de algumas coisas forem muito estranhas.
05B49	Eu gostei, mas as frases eram demasiado estranhas.
05B412	Gostei do questionário.
05B128	<i>O tema do questionário incide na influência do português do Brasil atualmente, já tinha pensado sobre e acho que não é correto as crianças maioritariamente já não saberem falar português de Portugal, mas assume que cada vez mais temos uma cultura unida.</i>
05B1211	Não sei se era suposto mas achei todas as frases mais que normais
05B1212	Não percebi a intenção deste questionário. É inadequado para a minha idade.

07B41	Eu não estava à espera disto eu gostei e sinceramente não tinha pensado sobre isto e não percebi bem o tema do questionário.
07B42	Eu achei engraçado este questionário.
07B43	(Não)Sim percebi o tema do questionário era fazer perguntas, Sim tinha pensado sobre isso. Para não mentir e sermos verdadeiros.
07B44	Isto foi fácil.
07B45	Eu gostei muito mas muito deste questionário.
07B46	O tema do questionário é os verbos e ainda não tinha pensado nisto.
07B47	Não sei o tema e não tinha pensado sobre isto.
07B48	Sim, eu acho que foi para ver o que sabíamos no português e de nada pela participação.
07B49	Eu não queria fazer porque pensava que era muito difícil e não queria mas foi muito fácil e também não pensava que ia ter esta parte.
07B410	Eu gostei do questionário mas achei que ele deveria de termos de fazer um texto para ser mais divertido.
07B411	Eu achei que foi bom fazer este questionário, não percebi muito bem qual era o tema do questionário.
07B412	Eu gostei de fazer este questionário e gostei porque está a testar o conhecimento das crianças.
07B413	Eu achei muito bom mas só não gostei e percebi o exercício 5 e 1. ♥ Obrigada.
07B414	Eu gostei muito deste questionário porque eu gosto de dar a minha opinião.
07B415	Eu acho que na 5a pergunta podíamos fazer mais do que 2 x.
07B416	Percebi o tema não tinha pensado e acho que é um pouco interessante.
07B124	Gostei bastante.
07B1213	Consegui perceber que o tema do trabalho é o vocabulário e a forma que escrevemos. Nunca pensei neste assunto, embora seja interessante.
07B1214	<i>Penso que o tema do questionário tenha sido a língua portuguesa e modo como falamos no vós e no eu, tu.</i>
07V41	Sim eu gostei muito deste questionário.
07V42	Sim eu gostei deste questionário já tinha pensado mas pensava que seria mais difícil! ♥
07V45	Gostei muito mas não sei que tema era.
07V46	Acho que o tema é personalidade. Obrigada.
07V47	O tema era com base na minha opinião, porque todas as perguntas perguntão a minha opinião.
07V48	Eu acho que o tema do questionário era saber a opinião dos outros para melhorar o nosso mundo.
07V49	O tema do questionário era perceberem como era o seu intelecto gostei muito obrigado. ☺
07V410	Eu achei que o questionário era fácil.
07V411	Eu percebi o questionário mas sim eu gostei e foi fácil de responder.
07V412	Eu nunca pensei num nome para este questionário por isso eu não sei qual é o nome.
07V413	Eu acho que este questionário é básico. Eu percebi que o tema é a opinião da pessoa. Ainda não tinha pensado sobre isto.
07V415	Bem eu acho que o tema era sobre as minhas opiniões obrigada pelas as perguntas.
07V416	O tema do questionário é o Português. Sim já tinha pensado nisto.
07V417	Eu acho que o suposto era ajudar a perceber frases e fazer discursos.

07V419	Gostei muito disto, sim percebi o tema do questionário e não tinha pensado nisto.
07V127	Questionário bastante diferente dos outros.
07V1213	Honestamente acho que o questionário está bem estruturado, penso que esteja relacionado com o que os futuros trabalhadores do país pensam. PS: não assinalei algumas respostas porque não tinham uma opção que fizesse sentido.
10B43	Foi muito fixe e eu gostei muito de participar.
10B44	Eu gostei de fazer este questionário e gostei de dar a minha opinião.
10B45	Eu percebi tudo eu não tinha pensado sobre isso.
10B46	Eu não percebi muito bem mas gostei!
10B47	Eu acho que o tema do questionário era saber algumas coisas sobre mim.
10B48	Obrigada achei interessante, gostei muito.
10B49	Eu achei que este questionário tinha perguntas que nunca me tinham feito, foi super fixe!
10B410	Em algumas perguntas não tinha pensado sobre isto e gostei do questionário.
10B411	<i>Eu acho que o tema é saber mais sobre o vós.</i>
10B412	Nunca tinha pensado nisto foi fix obrigada ☺
10B413	Foi muito divertido.
10B416	Eu gostei fizeram me dizer coisas que nunca dice.
10B418	Ado rei muito quero repetir.
10B420	Gostei bastante.
10B421	Foi divertido e gostei muito, obrigado!
10B422	Foi muito fixe obrigado.
10B122	<i>Na 4 questão a frase "Vós sois fantásticos" deveria ter a opção de ser uma frase erudita ou de alta classe.</i>
10V41	português
10V42	Nunca tinha pensado nisto.
10V43	Olá eu adorei esta ficha se fizer mais não me enportava gostei mesmo muito da ficha um grande abraço e adeus e obrigada.
10V44	Não por acaso não mas foi giro. Obrigado eu ☺
10V46	Gostei muito
10V47	Eu adorei e queria que você fizece mais algungos e se quiseses fazeres canpanhas e só chamar a minha turma que vai ajudar. Beijinho e abraço
10V48	Eu acho que esta avaliação pelo nosso conhecimento é interessante espero que haja outras fichas parecidas.
10V49	Sim, eu gostei acho divertido esta mini fichinha.
10V410	Eu adorei este trabalho.
10V411	Gostei muito desta ficha e queria volta-la a fazer.
10V412	Gostei muito deste teste, quero fazer mais assim! Tenha um bom dia.
10V413	Eu queria mais fichas destas, porque eu gostei muito. Obrigado por esta ficha.
10V414	Gostei muito das perguntas que fizeste e gostei de responder porque eram giras.
10V415	Eu adorei, nunca tinha pensado nisto e eu queria que fisessemos isto mais vezes.
10V416	Eu penso muito nisto e também quero dizerte gostei de fazer isto.
10V419	Quero agradecer esta oportunidade gostei muito de deste questionario e queria que se tu conseguises fazer mais alguns questionarios

10V420	Gostei muito do questionário, foi muito fixe.
10V121	Não percebi.
10V122	<i>diferentes tipos de maneiras de falar pelo país</i>
10V123	Muito giro. Mas se pensas que vais ser o próximo Noam Chomsky, pensa novamente.
10V124	Não percebi.
10V126	<i>Acho que é sobre o uso do "vós" nos dias de hoje e nas pessoas mais jovens.</i>
17B410	Gostei muito divertido ☺ ☺
17B412	Achei interessante e gostei de o fazer.
17B123	Questionário extraordinário e simples. ☺
17B124	<i>Acho que o tema é "A gramática é influenciada pela idade/zona do país?"</i>
17B1219	<i>Acho que o tema tem a ver com a maneira de falar das pessoas</i>
17V41	Até para o ano.
17V42	Eu não tinha pensado nisso, gostei deste questionário, foi divertido e querido.
17V43	Eu gostei muito obrigada ☺
17V44	Eu achei esta atividade muito diferente e engraçada. ☺
17V46	Eu acho que foi um projeto bom.
17V47	☺ ☺
17V48	obrigada ☺ ☺
17V49	Eu acho que serve para voces saberem algumas coisas sobre a nossa vida e inteligencia.
17V410	acho que é interessante e um bocado difícil e ficou nervosa. ☺
17V411	Beijinhos muito obrigada adorei estas perguntas. ☺
17V412	☺
13B121	<i>O tema poderia eventualmente ser como a utilização do pronome "vós" está a entrar em desuso e a maneira diferente que falamos nos dias de hoje</i>
13B125	Achei um questionário bastante interessante pela sua simplicidade e fiquei curiosa sobre a finalidade.
13B1210	Gostei ☺
13B1212	Não percebi qual era o tema nem nunca tinha pensado sobre, mas achei interessante e pessoalmente o exercício dos Globos de Ouro foi demais. Boa sorte para o Doutorado. ♥
13B1215	A ideia que tenho do tema deste questionário é que é para tentar perceber o que é que consideramos habitual uma pessoa mais nova ou mais velha dizer. Nunca tinha pensado acerca deste tema.
13B41	Eu achei muito divertido e incrível. É muito divertido. Obrigada beijo.
13B42	Eu gostei deste questionário mas eu não entendi o tema.
13B43	Eu gostei de fazer este questionário.
13B44	Eu adorei fazer este inquerito.
13B45	Eu gostei de fazer este questionário.
13B46	Eu gosto.
13B47	Eu gostei de fazer este questionário.
13B48	Eu gostei de fazer este questionário.
13B49	Eu gostei deste questionário e não percebi o tema.
13B410	Eu gostei de fazer este trabalho
13B411	Obrigada
13B412	Obrigada, eu gostei muito deste questionário.

13V42	Eu senti confiança e perseverança. Obrigada! ☺
13V44	Foi muito fixe este questionário adorei fazer parte deste questionário.
13V45	Eu acho que o tema do questionário é "coisas sobre mim".
13V46	Não percebi nada mas gostei!
13V48	Foi um questionário muito interessante e adorei ♥
13V410	Gostei muito deste questionário e para foi muito fácil.
13V411	Eu gostei! ♥ ☺
13V412	Eu gostei muito!
13V414	Eu gostei deste questionário. ☺
13V415	Eu gostei.
13V419	muito fixe!!! Gostei bastante. Obrigado.
13V420	Gostei, só não percebi muito bem para o que querias estas respostas.
13V126	Boa sorte para a análise deste questionário, espero poder entrar para o ano. ☺
13V1215	☺ ♥
18V41	Para que queres saber disto! ☺ Depois pode dizerm quem é
18V43	Eu acho que o tema foi sobre as minhas opiniões e não tenho pergunta nenhoma, muito obrigada.
18V44	Foi um questionário fiiiixe!
18V45	O questionário servia para ver a nossa onestidade e eu achei muito tope, que espero que haja mais.
18V46	Não percebi o tema do questionário, nunca tinha pensado sobre isto, mas achei divertido.
16V1224	Não consegui perceber o tema, mas estou bastante curiosa para saber as conclusões.
16B42	Eu acho que o tema do questionário é português e gostei muito de o fazer, obrigado.
16B43	Eu gostei só não entendi muito bem o tema.
16B44	Eu não percebi nada.
16B46	Eu acho que este questionário serve para os professores entenderem um bocadinho da nossa sabedoria e participação.
16B410	<i>Foi fácil o questionário de gramática. Eu nunca tinha pensado nisto e foi muito divertido.</i>
16B413	Não percebi.
16B414	Eu acho que este questionário é sobre a bra [ilegível]
16B415	Não percebi muito bem o questionário mas é da escola então deve ser sobre alguma coisa importante. ☺
16B416	Eu achei o questionário divertido.
16B123	Nunca tinha pensado nestas questões.
16B124	<i>Algo ligado à escrita e vocabulário de pessoas mais velhas e de jovens.</i>
16B125	<i>O tema do questionário é verificar o vocabulário e a escrita dos mais jovens.</i>
16B127	<i>Já pensei várias vezes sobre isto, uma vez que pondero seguir um curso relacionado com a língua portuguesa e adoro escrever. É sempre importante evoluir no ato de falar com correção.</i>
16B1211	Gostei de participar, experiência nova.
16B1212	Obrigada gostei muito!
14V121	<i>Acho que o tema deste questionário é tentar entender qual é o tipo de vocabulário, usado pelos jovens</i>

14V129	KEI
08V43	Eu acho que o tema deste questionário são as opiniões, em tipos de frases, ações ou discursos importantes.
08V46	Eu gosto do questionário mas eu não entendi o tema.
08V49	Não, percebi qual é o tema deste questionário, eu tive algumas dificuldades, mas de resto tudo bem.
08V413	Eu acho o questionário interessante.
08V414	Não, eu não percebi qual é o tema do questionário ainda não tinha pensado sobre isto eu quando entregaram-me isto eu fiquei sem entender nada sobre isto mas, depois já entendi.
08V417	Eu acho que é um desafio que mostrou muito interesse, e conforme as respostas descreve muito bem a pessoa: gostei muito!
08V420	O tema deste questionário é sobre "mim", eu já tinha feito uma ou duas vezes isto no meu período escolar. Foi uma ótima ideia.
08V421	Eu gostei, porque é uma boa maneira de ver a caligrafia dos alunos.
08V424	Eu acho que este questionário é bom, porque ajuda a conhecer melhor as pessoas e o que elas gostam de fazer.
20V122	<i>De nada, provavelmente um pouco do que estamos a perder a nível do português. A verdade é que nos tempos de hoje não falamos dessa forma e de facto perdemos esses "tempos" verbais. Bom trabalho!</i>
20V125	Foi um questionário diferente, porém interessante.
20V1211	Eu sei que quem criou este questionário é um psicólogo, mais isto parece ser uma investigação científica segundo um modelo de análise intensivo com nós como público-alvo para analisar as habilidades ou curiosidades comunicativas dos alunos.
20V1214	Childish kinda pointless tbh fr.
20V1215	Acho que a pergunta três foi meio estranha e se calhar devia ter escrito outra coisa.
11V123	<i>Embora a minha resposta à folha A5 pareça contradizer a resposta à 4, pensava no início que isto era uma prova de português. Percebo agora que será um estudo sobre a evolução da língua.</i>
11V125	Não consegui concluir qual o tema do questionário e não posso dizer que tenha pensado muito sobre isso.
11V129	Sinceramente nunca tinha dedicado muito tempo à reflexão do tema em questão.
11V1214	Género não é binário
11V1222	É um questionário estranho
20V45	Este questionário parece-me que serve para saber como pode tratar os alunos e como vai a escola.
20V46	Eu acho bem bom
20V48	Eu não entendi muito bem mas consegui fazer.
20V411	Gostei do questionário, percebi o tema dele. Não tinha pensado sobre este assunto.
20V415	O tema do questionário é sobre verbos.
20V416	Eu acho que o tema é da relação dos nossos amigos. Sim.
20V417	Não percebi do que era. Não tinha pensado. De nada.
20V418	Achei o questionário fácil de responder. E gostei facto de não se importar se a resposta está certa ou errada.

20V419	Acho que o tema deste questionário é para saber se somos bem educados. E gostei deste questionário.
20V420	Eu achei que este questionário foi fixe e divertido. Adorei-o.
15V123	Acho que faltam mais opções sobre as atividades praticadas, grande maioria da minha turma pratica voleibol e não havia essa opção.
15V124	<i>Acredito que o tema do questionário seja perceber a linguagem utilizada pelas diferentes gerações e regiões do país.</i>
15V127	<i>O principal tema do questionário é o uso de expressões associadas à segunda pessoa do plural.</i>
15V129	A última frase é ridícula. Porque não há a opção ginástica?
15V1214	<i>Talvez seja relativo às variações da linguagem em Portugal.</i>
15V1215	Não acho que qualquer pessoa tenha chegado facilmente a uma conclusão sobre o tema, apenas palpites.
15V1217	Não percebi, não tinha pensado sobre isso.
15V1218	<i>Acho que o questionário está relacionado com a linguagem dos jovens ao se comparar esta com as expressões usadas por pessoas oriundas das gerações anteriores.</i>
15V1219	<i>Há frases que são pouco usadas, mas não é por isso que são estranhas, talvez fosse mais entendível se em vez de "forma estranha" fosse "formas pouco usadas"</i>
15V1222	não colocaram volleyball no desporto, achei rude.
11V41	Eu percebi que era para escrever o que nós achávamos mais apropriado às perguntas e também achei muito giro de fazer.
11V42	Este exercício era um bocado difícil mas eu consegui.
11V43	Adorei fazer este questionário mas não percebi o tema deste questionário e já tinha pensado sobre isto e de nada.
11V44	Eu acho que foi um questionário que nunca tinha pensado nestas perguntas, mesmo não tendo percebido o tema.
11V45	este questionário foi giro, eu não percebi qual era o tema do questionário, porque eu não tinha feito antes, e ainda não tinha pensado sobre isto.
11V46	Eu achei simpático este questionário, fez-me perceber algumas coisas.
11V47	Eu gostei e percebi o questionário, mas para ser sincero nunca tinha pensado nisto.
11V48	Eu acho que o tema do questionário foi ver a educação que os alunos têm.
11V49	eu acho que o questionário foi muito engraçado.
11V410	Eu tinha percebido mas nunca pensei nisto.
11V411	Eu gostei muito do questionario!
02V45	Acho que o questionário é bem preciso em todos os anos.
02V48	Este questionário é muito chato.
14V42	Não, não sabia o que se trata ne pensava sobre isso.
14V44	Eu acho que o tema do questionário é a minha opinião. Gostei muito, queria fazer mais vezes! De nada e obrigada, eu!!!
14V45	Achei o questionário incrível e divertido. Foi ótimo!
14V46	Axem muito giro. E nunca tinha pensado nisto.
14V47	Este questionário foi muito fácil e gostava que houvesse muitos mais.
14V48	Eu acho que o questionário foi divertido! Mas só uma pergunta porque é que nós fizemos isto?
14V410	Não, não percebi qual o tema do questionário, não tinha pensado é muito giro.

14V411	muito obrigada, sim percebi, sim já tinha.
14V412	O questionário é sobre mi e gostei porque é uma coisa muito gira.
14V414	Eu acho gostei muito e foi divertido.
02V124	Acho que percebi sim o tema do questionário e sim já tinha pensado nisto.
02V126	<i>O português antigo, cada vez mais, está a ficar para trás, a linguagem "adolescente" engloba todas as pessoas.</i>
02V129	<i>acho que pretende perceber o vocabulário utilizado por esta faixa etária. Boa sorte! ☺</i>
02V1218	<i>Fiquei a saber qual era o tema do questionário pela primeira pergunta (é um comentário positivo), achei que este questionário, tal como o tema são bastante importantes, especialmente para a nossa geração mais nova. ☺</i>
12B43	O questionário impresionome bastante
12B44	Eu adorei o questionário.
12B46	E achei isto super divertido.
12B48	<i>Para mim o questionário é sobre o tema "vós". Sim, já tinha pensado nisto, porque a professora fala sobre isto na escola. ♥ ☺</i>
12B411	Sim,eu percebi qual era o tema do questionário. Não, não tinha pensado nisso.
12B412	Eu acho o tema era para entenderem o que nós sabemos.
12B413	Eu gostei.
12B414	Achei este questionário divertido.
12B417	Eu acho que é para dizer a nossa opinião.
12B419	<i>Acho que é para saberem a nossa opinião sobre este questionário e como está o nosso português.</i>
06B123	<i>Obrigado pelo questionário. Penso que seja muito importante continuar a refletir no uso e na resolução da nossa língua.</i>
06B124	<i>Eu achei pertinente este questionário, pela questão que a língua portuguesa está cada vez mais pobre, as pessoas tendem a usar (adotar) outro vocabulário.</i>
06B129	Nunca tinha pensado sobre este assunto e entendi que é importante termos noção de que maneira devemos organizar o nosso discurso.
06B1214	Achei o questionário um pouco á toa.
15B123	<i>Penso que este questionário seja sobre o uso incorreto de algumas formas verbais no dia a dia. Por acaso já tinha pensado sobre isto e acho interessante ver a forma como a língua evolui.</i>
15B125	Muito bom questionário. Braga é o dono do Minho!!! E vitória é o de Setúbal. Guimarães são espanhóis
15B127	Nunca pensei, mas imagina pensar, quem pensa está vivo e eu não "Penso logo existo" Descartes quando era vivo.
15B129	Eu não entendi o tema do questionário, mas gostei. Foi um questionário que me alegrou quando o fazia.
15B1210	Achei bastante relevante para a minha educação, estava mesmo a necessitar desta experiência. Paz.
15B1213	Gostei, apesar de não compreender a razão do preenchimento do questionário.
15B1215	As questões foram interessantes.
15B1218	Acho que este questionário é bastante fascinante, só não percebi o porquê de o fazer mas foi giro.
19B128	Sim achei pertinente

19B129	Muito interessante.
19B1210	Achei interessante.
06B41	<i>Acho que este questionário é sobre a língua portuguesa (oralidade). Eu nunca tinha pensado nisto e acho que me ajudou a refletir um bocado.</i>
06B42	Gostei muito
06B43	É interessante.
06B44	Eu acho que o tema deste questionário é saber a opinião das pessoas.
06B46	Este questionário é muito bom porque explica ou parece que acontece no nosso dia a dia.
06B48	Foi divertido o questionário porque pude escrever o que queria em vez de os outros escreverem e dizerem por mim, e não não tinha pensado nisto.
06B49	Eu agradeço por me deixarem dar a minha opinião em tudo.
06B412	<i>O tema da língua Portuguesa (gramática). Sim concordo.</i>
06B413	Percebi qual o tema mas nunca tinha pensado nestas coisas.
06B414	É estranho mas obrigada.
06B415	Achei este questionário muito estranho mas tanto faz
06B418	Acho que este questionário é interessante. Não percebo muito bem o tema.
09B41	<i>Eu acho que o questionário fala sobre a maneira que nós devíamos falar.</i>
09B42	Sim, já, tem razão em fazer este questionário.
09B43	Adorei este questionário e gostei de responder às perguntas.
09B44	Não entendi o tema do questionário, estou ansioso para saber quem o fez, nunca tinha pensado que me fariam estas perguntas nem questionários.
09B45	Eu achei um bocadinho estranho, porque não é normal, mas foi divertido.
09B46	<i>Sim, percebi qual era o tema deste questionário é sobre como nós falamos. Não, não tinha pensado sobre isto.</i>
09B47	Sim, ainda não tinha pensado sobre isto.
09B48	Sim, eu percebi o questionário e achei muito interessante e eu não sabia.
09B49	Achei que o questionário é muito divertido. Acho que o tema é o nível de inteligência. Não, não tinha pensado deste assunto.
09B410	Não, mas agradeço porque me deu mais confiança.
09B411	Gostei muito apareceram perguntas que nunca antes tinha feito como a 3 e a pergunta dos Globos de Ouro, acho que o tema do questionário seria as nossas escolhas e ouve várias coisas que antes não tinha pensado.
09B412	<i>Sim, percebi o tema do questionário. Já tinha pensado nisto. Temos de falar direito para as pessoas.</i>
09B413	Eu gostei muito deste questionário e nunca tinha pensado neste tipo de questionário e não percebi qual era o tema.
09B414	O tema do questionário eram as minhas opiniões. E nunca tinha pensado sobre isto. Achei importante que eu vose verdadeira.
09B415	Não, ainda não sei mas acho que para ver se nós sabemos alguma coisa.
09B416	Eu acho que foi para saber como eu sou na escola e foi muito giro/divertido.
09B417	Sim percebi o tema era eu! Já, sim já tinha pensado.
09B418	O tema do questionário era para eu começar a pençar sem ajuda de ninguém. E eu até gostei bastante.
09B419	Achei que foi para verem se nós sabíamos as coisas.
11B123	<i>As alterações do vocabulário e da correção de certas palavras/expressões.</i>
11B124	<i>Eu acho que o tema é sobre os estilos de fala e formas usadas hoje em dia. Nunca tinha pensado sobre isto.</i>

11B125	<i>O tema é a linguagem usada no nosso dia a dia, que de certa forma, nem sempre está correta. ☺</i>
11B127	Acho que o questionário do tema tem a haver com a questão da pronominalização, coisa que muitos portugueses tendem a fazer de forma errada ou a não fazê-lo sequer.
11B128	<i>O tema é estudar a forma como a idade e a zona do país em que as pessoas vivem modifica a comunicação.</i>
11B1211	Foi um questionário de veras engraçado, porém não entendi bem o tema...parecia uma ficha do quarto ano.
18B410	Gostei desta ficha. Obrigado.
18B416	Foi fixe esta experiência
18B417	Eu percebi qual era o tema do questionário e nunca tinha pensado sobre isto.
09B123	Achei esquisito, Viva á colibri
09B1210	Não percebi nada.
09B1211	<i>Acho que o tema do questionário é saber o tipo de linguagem utilizada e compreendida por algumas e diferente faixas etárias.</i>
09B1212	Não entendi porra nenhuma
09B1214	Sigam o João no twitter ☺
09B1216	Sigam o João no twitter.
09B1220	<i>Na minha opinião, o objetivo do questionário é verificar quem sabe realmente escrever bem a língua portuguesa.</i>
08B122	Muito bonito
08B127	Sinceramente, não entendi o propósito, mas diverti-me.
08B128	Estranho, de nada. Beijinhos ♥
08B1213	Não percebi qual é o tema e nunca tinha pensado sobre isto.
08B1215	Achei interessante mas estou completamente à deriva sobre qual é o objetivo deste projeto.
08B1217	Fiquei muito confusa e não consegui entender o propósito, mas espero ter ajudado!
20B41	Eu achei esta prova estava fácil mas confosa.
20B42	Esta folha está muito preenchida. Eu gostei muito.
12V41	Gostei muito deste questionário, têm perguntas super fáceis
12V45	foi muito divertido. ☺
12V46	Este questionário é muito giro e eu acho que este questionário foi feito por um professor de português ☺
12V47	gostei muito e adorei a experiencia
12V410	Eu percebi que o tema era sobre disciplinas.
12V411	foi fixe!!!
03V125	<i>Já pensei nisto muitas vezes, convivo 3/4 vezes por semana com pessoas que dizem frases menos comuns.</i>
03V1211	<i>Na primeira folha para colocar as frases no plural, achei que poderia ter sido qualquer plural (nós, vós, eles). Agora no fim penso que deveria ter colocado vós</i>
03V1213	Obrigada!! Gostei muito de poder colaborar e participar na elaboração e na execução deste inquérito. Boa sorte!!
03V41	Eu achei interessante ☺
03V42	☺ ☺
03V44	Eu gostei muito de participar!

03V45	Sim, acho que já tinha pensado no tema, não tinha pensado em nada disso, achei muito criativo.
03V46	Eu acho este questionário muito fixe e divertido eu adorei fazer-lo.
03V47	Obrigado, eu quero que voltem acho que é de Português. Adorei este questionário.
03V48	Eu gostei muito do questionário mas não fasso a menor ideia qual era o tema
03V49	Eu gostei deste questionário e o tema deste questionário é saber as minhas opiniões.
03V411	Gostei muito deste questionário, porque foi divertido.
03V412	☺
03V413	☺
03V414	☺
03V415	Eu gostei muito deste questionário
03V417	Foi muito fixe, mas nunca tinha parado para pensar nisto.
03V419	Eu gostei de esta experiência ☺
03V421	Eu gostei, porque até foi divertido.
08B41	Eu não sei quem tu és, mas não vou dizer nada sobre mim. Ok.
08B44	Eu nunca soube o que era isto, mas gostei.
08B45	Acho que foi estranho.
08B46	Podia ver outro tipo de questionário?
08B47	Eu acho que o tema do questionário é Gramática.
08B412	Eu gostei muito do questionário.
08B413	Tmabém gostei muito, obrigado. ☺
08B415	Este questionário é o mais estranho da minha vida toda.
08B416	Eu gostei do questionário.
08B417	Não percebi o tema do questionário.
08B418	Eu achei estranho estarnos a perguntar esto, mas também adorei
08B419	Adorei obrigada pelo questionário foi muito divertido
08B420	Adorei e espero fazer outro um dia.
19B41	Achei muito [ilegível] E obrigado por escolher a minha turma
19B42	Muito obrigado por este inquérito gostei muito.
19B43	Eu gostei do questionário, não percebi algumas coisas eu percebi e não tinha pensado sobre isto mas gostei.
19B44	<i>Achei o questionário muito fixe. Obrigada por o ter mandado. Penso que é para comparar o "vós", que aprendemos na escola e com o "vocês", que é geralmente usamos quando falamos.</i>
19B45	Eu achei muito divertido e foi ótimo para passar o tempo. Obrigada!
19B46	Eu achei muito fixe e me diverti muito e muito obrigado.
19B48	O tema era Português. De nada. Beijinhos para a senhora.
19B412	Gostei deste questionário e obrigada por o mandar.
19B414	Neste questionário, eu não percebi o tema, não tinha pensado sobre isto e achei estranho.
19B415	Obrigada.
16V41	Espero que a pesquisa seja bem sossedida.
16V42	<i>Eu percebi, é a diferença do uso de palavras em várias gerações, espero que ajude ☺</i>
16V44	Eu achei o cestionario interessante mas não fazia a minima ideia que iriamos fazer isto.

16V46	Este questionário foi divertido e facil.
16V47	Não me veio a cabeça, desculpa.
16V49	Acho que este questionário é para ver o que nós achamos.
16V414	Não percebi o tema mas gostei da ficha. ☺♥
16V416	Eu percebo que isto são questões para a minha opinião.
18B126	<i>Não percebi muito bem o tema mas acho que tem a haver com frases que já não são ditas tão frequentemente como antes. Mas não, não tinha pensado nisto, só quando vou a Urros onde falam mais como antigamente.</i>
18B1211	<i>Já tinha pensado nesta questão das pessoas falarem com o pronome "vós", acho que é algo que foi perdido com o tempo e [ilegível] gente da nova geração não usa.</i>
18B1212	<i>Penso que o tema do questionário é a língua portuguesa e modo de como é usada.</i>
18B1213	<i>Eu acho que o objetivo deste questionário era saber como falamos com as pessoas das variadas idades.</i>
18B1216	Não tenho comentário, apenas achei interessante, obrigado!
03B128	Acho interessante para perceber o impacto das tecnologias nos jovens!
03B1210	<i>Este questionário talvez seja sobre os erros cometidos na língua portuguesa.</i>
03B1215	<i>Acho que o tema é sobre a linguagem portuguesa.</i>
03B42	Gostava que você viesse aqui mais vezes para falar-mos sobre o transito, porque Braga esta uma confoção e os polícias nem querem saber. (nem ajudam).
03B43	Gostei muito e quero que venha mais vezes para falar de outros assuntos. ♥♥
03B44	Gostava que vissem outra mas para falarmos do trânsito de Braga.
03B47	Eu gostei muito disto, porque gosto de fazer questionários, e só espero que você venha outra vez.
03B49	Eu gostei muito do questionário, espero que voltem obrigado.
03B410	Eu gostei muito deste questionário obrigado pela oportunidade.
03B411	Adorei, e sim já tinha pensado nisto e também acha pertinente.
03B412	Eu gostei muito.
03B413	Eu adorei este questionário e não entendi muito bem.
03B414	Foi um dos questionários que eu mais gostei, porque não é muito pessoal.
03B415	Isto foi fantástico.
03B416	Eu gostei porque gosto de questionários.
15B47	Eu achei isto muito fixe quero mais isto por favor tu [ilegível] por favor?
15B410	Gostei muito do questionário. Até a próxima.
15B411	Eu acho que foi estranho
11B42	Gostei do questionário, só não sei porque é que o tive de fazer.
11B43	Gostei muito do questionário só que não percebi para que servia.
11B44	Eu gostei muito, obrigada eu.
11B45	Eu acho que isto foi um pouco estranho mas ao mesmo tempo engraçado.
11B46	Gostei muito do questionário!
11B47	Gostei muito foi bom espero que goste
11B48	Eu gostei muito deste questionário e percebi que era de portugues.
11B49	Não tenho nada para dizer.
11B410	Eu acho que é importante aprender tudo.
11B411	Não tenho nada a dizer.
11B412	Eu não tenho nada a disser porque adorei.

11B413	Amei o questionário, e foi de repente que foi entregue ele ninguém estava a espera. Sim, eu acho que percebi o tema do questionário o tema é perguntar
11B414	Eu não percebi qual era o tema do questionário mas achei giro.
11B415	De nada, e adorei o seu questionário, muito obrigada por o ter feito porque eu adorei. Espero que se saia bem, e tenha um resto de bom dia. P.S adorei mesmo o questionário.
11B416	Eu gostei.
11B417	Não tenho nada a dizer. ☺ ☺
06V121	<i>O tema do questionário era observar a utilização do pronome vós em pessoas com idade jovem.</i>
06V1217	<i>Acredito que o uso do "vós" foi, ao longo do tempo, trocado pelo uso de "vocês" não só pela influência de outros países, mas também pela estranha formalidade e difícil conjugação do "vós".</i>
06V1222	Nunca tinha pensado nisto.
06V1225	Achei interessante.
18V123	Verificar como influencia os [ilegível] no português. Uma crítica é não encontrei a possibilidade voleibol como desporto na folha anterior.
15V42	Questionario bom.
15V43	Olá, mas, achei que o 1 exercício foi difícil 1.4 mas gostei de fazer obrigada por o questionário. ♥♥☺
15V44	Não, têm muitas coisas que não têm nada a ver com as outras e não tinha pensado nisto.
15V45	Eu acho que têm de explicar melhor as coisas.
15V46	Eu acho que percebi o tema do questionário acho que só querias saber mais sobre nós e acho que foi muito divertido. Muito obrigado.
15V47	Gostei e obrigada!!! ☺♥♥
15V49	Gostei muito do questionario, acho que é sobre palavras? E não tinha pensado sobre isto.
15V411	Eu acho que isto é estranho, mas vou tar á espera de uma resposta.
15V412	Adorei o questionario.
02B41	Eu costei destas perguntas adeus.
02B42	Eu acho esse questionário muito fixe.
02B126	<i>O tema era entender as várias diferenças na linguagem entre as regiões do país.</i>
02B127	<i>O questionário é para perceber a maneira de falar em cada zona do país.</i>
02B1211	Achei questionário de 5.º ano, mas achei engraçado. Gostei. ☺
14B41	Acho que foi muito fácil. E também divertido.
14B42	Eu gostei deste questionário, mas no início pensava que era mais difícil, no entanto até foi fácil.
14B43	Já tinha pensado nas respostas. Gostei do questionário só na parte para escolher os desportos que praticávamos devia aver rugby e volley boll.
14B45	Não eu nunca pensei tal coisa. Eu acho que o tema do questionário foi observar qual é a maioria de respostas das pessoas.
14B46	Eu acho que este questionário foi muito bem organizado mas era um bocado pequeno.
14B47	Sim, eu percebi qual era o tema e ainda não tinha pensado sobre isto.
14B48	Eu gostei deste questionario eu nunca tinha pensado, obrigado.
14B49	Eu gostei muito de fazer este questionário, sim eu percebi o tema do questionário e não tinha pensado sobre isto.

14B410	Eu na minha opinião foi muito divertido e eu descobri o tema é sobre mim, mas eu gostei mas não foi desafiante, mas obrigado
14B413	Acho que este questionário é de Português.
14B416	Gostei muito se eu pode-se fazia outro.
14B417	Acho que foi fácil e que vão perceber a minha letra, obrigada.
14B418	Percebi, acho que era Português! Gostei muito de fazer este questionário, obrigado!